



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

DIÁRIO DO SENADO FEDERAL

ANO LXXVI Nº 72, SÁBADO, 15 DE MAIO DE 2021



BRASÍLIA - DF



COMPOSIÇÃO DA MESA DO SENADO FEDERAL

Senador Rodrigo Pacheco (DEM-MG)

Presidente

Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1º Vice-Presidente

Senador Romário (PL-RJ)

2º Vice-Presidente

Senador Irajá (PSD-TO)

1º Secretário

Senador Elmano Férrer (PP-PI)

2º Secretário

Senador Rogério Carvalho (PT-SE)

3º Secretário

Senador Weverton (PDT-MA)

4º Secretário

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º - Senador Jorginho Mello (PL-SC)

2º - Senador Luiz do Carmo (MDB-GO)

3º - Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA)

4º - Senador Zequinha Marinho (PSC-PA)



Publicado sob a responsabilidade da Presidência do Senado Federal (Art. 48, RISF)

Gustavo Afonso Sabóia Vieira
Secretário-Geral da Mesa do Senado Federal

Ilana Trombka
Diretora-Geral do Senado Federal

Roberta Lys de Moura Rochael
Diretora da Secretaria de Atas e Diários

Quesia de Farias Cunha
Diretora da Secretaria de Registro e Redação Parlamentar

Paulo Max Cavalcante da Silva
Coordenador de Elaboração de Diários

Alessandro Pereira de Albuquerque
Diretor da Secretaria de Tecnologia da Informação - Prodases

Mardem José de Oliveira Júnior
Coordenador de Registros e Textos Legislativos de Plenários

ELABORADO PELA SECRETARIA-GERAL DA MESA DO SENADO FEDERAL
SECRETARIA DE ATAS E DIÁRIOS

SENADO FEDERAL

SUMÁRIO

PARTE I

1 – ATA DA 43^a SESSÃO, DE DEBATES TEMÁTICOS, EM 14 DE MAIO DE 2021

1.1 – ABERTURA	8
1.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a debater uma estratégia nacional para o retorno seguro às aulas presenciais, nos termos do Requerimento nº 1448/2021, do Senador Jean Paul Prates e outros Senadores, aditado pelo Requerimento nº 1489/2021, do Senador Marcos do Val.	8
1.2.1 – Fala da Presidência (Senador Jean Paul Prates)	9
1.2.2 – Oradores	
Senador Marcos do Val	10
1.2.3 – Leitura, pelo Presidente, de perguntas enviadas por cidadãos, pelo portal e-Cidadania.	11
1.2.4 – Oradores (continuação)	
Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica / Ministério da Educação	12
Senadora Daniella Ribeiro	14
Sr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Secretário-Executivo / Ministério da Saúde	15
Sra. Florence Bauer, Representante do UNICEF no Brasil / Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF no Brasil	18
Sr. Márcio Sommer Bittencourt, Médico do Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica do Hospital Universitário da USP / Universidade de São Paulo - USP	20
Sr. Wanderson de Oliveira, Doutor em Epidemiologia e Secretário de Serviços de Saúde / Supremo Tribunal Federal	23
Sra. Andréa Pereira da Silva, Presidente / União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Minas Gerais - UNDIME/MG e Dirigente Municipal de Educação de Oliveira - MG	26
Sra. Joana Angélica Guimarães da Luz, Reitora / Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB e Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes	28



Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputada Federal / Câmara dos Deputados	30
Sra. Carolina de Oliveira Campos, Fundadora / Consultoria Vozes da Educação	34
Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE	37
Sr. Guilherme Lichand, Professor na Universidade de Zurique / Universidade de Zurique	38
Sr. Domingos Alves, Professor / Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto - USP/RP	42
Sr. Daniel Cara, Professor / Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP	44
Sra. Paula Belmonte, Deputada Federal / Câmara dos Deputados	47
Sr. Daniel Cara, Professor / Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP	51
Senador Marcos do Val	51
Senador Confúcio Moura	52
Senador Marcelo Castro	53
Senadora Zenaide Maia	55
Senador Wellington Fagundes	55
Senador Flávio Arns	57
Senadora Leila Barros	59
Sr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Secretário-Executivo / Ministério da Saúde	60
Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica / Ministério da Educação	61
Sra. Florence Bauer, Representante do UNICEF no Brasil / Fundo das Nações Unidas para a Infância - UNICEF no Brasil	62
Sr. Márcio Sommer Bittencourt, Médico do Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica do Hospital Universitário da USP / Universidade de São Paulo - USP	63
Sra. Andréa Pereira da Silva, Presidente / União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Minas Gerais - UNDIME/MG e Dirigente Municipal de Educação de Oliveira - MG	63
Sra. Joana Angélica Guimarães da Luz, Reitora / Universidade Federal do Sul da Bahia - UFSB e Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior - Andifes	63
Sra. Carolina de Oliveira Campos, Fundadora / Consultoria Vozes da Educação	64
Sr. Heleno Manoel Gomes Araújo Filho, Presidente / Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação - CNTE	64
Sr. Guilherme Lichand, Professor na Universidade de Zurique / Universidade de Zurique	65
Sr. Daniel Cara, Professor / Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo - USP	65
Sra. Professora Dorinha Seabra Rezende, Deputada / Câmara dos Deputados	66



Sra. Paula Belmonte, Deputada Federal / Câmara dos Deputados	66
Senador Marcos do Val	68
1.3 – ENCERRAMENTO	68
2 – ATA DA 44^a SESSÃO, ESPECIAL, EM 14 DE MAIO DE 2021	
2.1 – ABERTURA	71
2.2 – FINALIDADE DA SESSÃO	
Destinada a comemorar os 50 anos de fundação da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis, nos termos do Requerimento nº 1462/2021, do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores	71
2.2.1 – Execução do Hino Nacional Brasileiro	71
2.2.2 – Exibição de vídeo institucional comemorativo dos 50 anos da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis.	71
2.2.3 – Fala da Presidência (Senador Wellington Fagundes)	71
2.2.4 – Oradores	
Sr. Antonio Brito, Deputado Federal pelo Estado da Bahia e Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas	75
Sr. José Medeiros, Deputado Federal pelo Estado do Mato Grosso	77
Sra. Janaina Riva, Deputada Estadual / Assembleia Legislativa do Mato Grosso	79
Sr. Thiago Silva, Deputado Estadual / Assembleia Legislativa do Mato Grosso	80
Sr. Claudinei Lopes, Deputado Estadual / Assembleia Legislativa do Mato Grosso	81
Sr. Sebastião Rezende, Deputado Estadual / Assembleia Legislativa do Mato Grosso	83
Sra. Iane Neves, Coordenadora Substituta da Coordenação de Atenção Hospitalar / Ministério da Saúde	84
Sr. José Carlos Junqueira de Araújo, Prefeito / Prefeitura de Rondonópolis - MT	85
Sr. José Osiris Hoeppner, Presidente / Santa Casa da Misericórdia de Rondonópolis - MT	86
2.2.5 – Exibição de filme sobre a história recente da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis	87
2.2.6 – Oradores (continuação)	
Sr. Manoel da Silva Neto, Vereador / Câmara de Vereadores de Rondonópolis - MT	88
Sra. Tania Balbinotti, Coordenadora / Grupo SOS - Prol Santa Casa	89
2.2.7 – Fala da Presidência (Senador Wellington Fagundes)	91
2.3 – ENCERRAMENTO	93

PARTE II



3 – MATERIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

3.1 – EXPEDIENTE

3.1.1 – Indicação

Nº 29/2021, do Senador Jean Paul Prates, que sugere, ao Poder Executivo Federal, que tome as providências necessárias para a extinção do código de seleção de prestadora (CSP). 95

3.1.2 – Projetos de Lei

Nº 1813/2021, da Senadora Soraya Thronicke, que altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher. 99

Nº 1817/2021, do Senador Jean Paul Prates, que altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para extinguir o código de seleção de prestadora. 103

Nº 1818/2021, do Senador Jaques Wagner, que esta Lei institui a Política de Atenção Integral às vítimas e familiares de vítimas da Pandemia da COVID-19. 107

3.1.3 – Requerimentos

Nº 1521/2021, do Senador Antonio Anastasia e outros Senadores, de realização de sessão de debates temáticos sobre a Lei do Governo Digital. 119

Nº 1524/2021, da Senadora Mara Gabrilli, de informações ao Ministro de Estado da Saúde. 122

Nº 1525/2021, do Senador Jean Paul Prates, de informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 127

Nº 1526/2021, do Senador Jean Paul Prates, de informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento 133

PARTE III

4 – REQUERIMENTOS DE LICENÇA 137

5 – COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL 139

6 – COMPOSIÇÃO DA MESA DIRETORA 142

7 – LIDERANÇAS 143

8 – COMISSÕES TEMPORÁRIAS 145

9 – COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO 150

10 – COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES 156

11 – CONSELHOS E ÓRGÃOS 203



Ata da 43^a Sessão, de Debates Temáticos,
em 14 de maio de 2021

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Jean Paul Prates.

(Inicia-se a sessão às 10 horas e 17 minutos e encerra-se às 14 horas e 50 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN. Fala da Presidência.) – Declaro aberta a sessão.

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

A presente sessão remota de debates temáticos foi convocada, nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que regulamenta o funcionamento remoto do Senado Federal em atendimento aos Requerimentos n^{os} 1.448 e 1.489, de 2021, dos Senadores Jean Paul Prates e Marcos do Val, respectivamente, e de outros Senadores, aprovados pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a receber os seguintes convidados, a fim de debater uma estratégia nacional para o retorno seguro das aulas presenciais: a Deputada Federal Paula Belmonte, autora do Projeto de Lei 5.595, de 2020; a Deputada Federal Professora Dorinha Seabra, Relatora do Projeto de Lei nº 2.949 de 2020, da Câmara dos Deputados, do Fundeb; o Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, a quem desde já agradeço por ter enviado o representante, o Secretário da Educação Básica; o Sr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde – também agradeço ao Ministério da Saúde por enviar seu Secretário Executivo a esta nossa audiência –, que está acompanhado da Sra. Daniela Buosi Rohlfs, Diretora do Departamento de Saúde Ambiental do Trabalhador e Vigilância das Emergências em Saúde Pública da Secretaria de Vigilância em Saúde, e da Sra. Greice Madeleine Ikeda do Carmo, Assessora Técnica da Secretaria de Vigilância em Saúde; a Sra. Dra. Florence Bauer, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) no Brasil; o Sr. Márcio Bittencourt, Médico do Centro de Pesquisa Clínica e Epidemiológica do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP); o Sr. Wanderson Oliveira, Doutor em Epidemiologia e atual Secretário de Serviços de Saúde do Supremo Tribunal Federal; a Sra. Carolina de Oliveira Campos, fundadora da consultoria Vozes da Educação e responsável pelo estudo sobre volta às aulas em mais de 50 países; a Sra. Andréia Pereira da Silva, Presidente da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Minas Gerais (Undime-MG) e Dirigente Municipal de Educação de Oliveira, Minas Gerais; a Sra. Joana Angélica Guimarães, Reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e Representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes); o Sr. Heleno Araújo, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE); o Sr. Domingos Alves, Professor Doutor da Faculdade de Medicina da Universidade de São Paulo de Ribeirão Preto (USP/RP); o Sr. Daniel Cara, Professor Doutor da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo (USP), dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e autor de estudos sobre retorno seguro às atividades presenciais em escolas e, finalmente, o Sr. Guilherme Lichand, Professor na Universidade de Zurique.

A Presidência informa ao Plenário que serão adotados os seguintes procedimentos para o andamento da sessão.

Após a nossa introdução, será inicialmente dada a palavra aos convidados por dez minutos.

Teremos um aviso aos dois minutos, senhores palestrantes, senhores participantes, e um aviso aos 15 segundos. É o mesmo dado a todos nós no Plenário. Vocês já o conhecem.

Após será dada a abertura de interpelação pelos Senadores inscritos, organizados em blocos, dispondo, cada Senador, de cinco minutos para as suas perguntas. Peço também que direcionem a quem essas perguntas serão feitas, em virtude do número muito grande da presença de palestrantes que temos nesta manhã.

Os convidados disporão de cinco minutos para responder a totalidade das questões do bloco.

Os Senadores terão dois minutos para a réplica.

As inscrições dos Senadores presentes remotamente serão feitas através do sistema remoto, da mesma forma que nós, no Plenário. As mãos serão abaixadas, no sistema remoto. E, neste momento, estão abertas



as inscrições.

Sras. e Srs. Senadores e Senadoras, demais Parlamentares aqui presentes, a quem cumprimento nas pessoas das Deputadas Federais Professora Dorinha Seabra, Paula Belmonte.

Senhoras e senhores representantes de entidades médicas, professores, entidades de classe, representantes de órgãos federais, órgãos governamentais, da sociedade civil, muito obrigado pela sua participação neste importante debate.

Agradeço também a atenção das senhoras e senhores que nos acompanham pela TV, pela Rádio Senado e pelas rádios sociais.

Bom dia a todos!

Em primeiro lugar, quero enaltecer a postura do Senado da República, que se deu o necessário tempo de reflexão sobre a matéria em pauta para discutir mais aprofundadamente o conteúdo do PL 5.595, de 2020, de autoria da Deputada Paula Belmonte, mas também o PL 2.256, de 2019, de autoria do Senador Wellington Fagundes, e o PL 2.949, 2020, de autoria do Deputado Idilvan Alencar, que segue em deliberação na Câmara dos Deputados, unidos, esses projetos, por uma preocupação mais do que legítima. Convocando esta sessão de debates, o Senado exerce seu papel com diligência, suscitando a necessária discussão antes de avaliar qualquer uma dessas proposições em pauta.

É bem verdade que nós estamos vivendo um tempo excepcional, um tempo de emergências, mas seguramente esse também não é o tempo de votar de afogadilho um projeto que pode forçar a volta das aulas presenciais em escolas e universidades, enquanto a pandemia continua matando tantos brasileiros e segue fora de controle.

O Parlamento não é uma linha de montagem. Na elaboração das regras que regem a vida da população, não podemos nos limitar a apertar botões. Faz parte do nosso dever o debate e a reflexão.

Fui o autor do requerimento que assegurou esse tempo de reflexão ao Senado, com apoio de mais de um terço da composição desta Casa. Faço questão, porém, de reconhecer que esta Casa e os meus pares, Senadores e Senadoras, demonstraram muita sensibilidade, rejeitando soluções fáceis e pressão da sociedade, sobretudo num panorama tão inflamado pelas redes sociais.

A compreensão de que a educação é essencial à construção deste País – do bem-estar dos brasileiros e brasileiras e de nosso futuro como nação – é compartilhada pela vasta maioria dos integrantes deste Senado. Felizmente!

Pessoalmente, eu sou um entusiasta da escola, onde crianças e jovens aprendem muito mais que os conteúdos dos seus cursos.

É na escola que se aprende a socialização e a convivência com as diferenças. Que se aprende o viver e o fazer coletivos. Onde se aprende, portanto, o que é ser cidadão e cidadã. É na escola que se aprende diversidade, que há outras formas de ver o mundo do que aquela que predomina nas nossas famílias, porque todas as famílias são diferentes, mesmo as famílias felizes, pedindo licença para discordar do grande escritor russo Tolstói.

Mas é forçoso reconhecer que a educação, essa atividade fundamental no processo civilizatório, não se confunde e não se restringe à aula presencial. As aulas presenciais são uma parte muito desejável e fundamental do processo educacional, mas não podem ser colocadas na condição de essenciais em qualquer circunstância, especialmente quando esta pandemia está nos ensinando, há mais de um ano, formas novas de se encarar a vida simplesmente por não nos dar alternativa. Aprendemos forçosamente um novo normal, um novo viver.

Afinal, educação é uma das bases da vida. Não faz sentido colocar a prestação do serviço educacional na contramão da vida, da saúde e do bem-estar das nossas crianças e jovens, de suas famílias ou dos abnegados profissionais da educação. Precisamos, sim, das escolas abertas para que as crianças possam



brincar e aprender; para que seus pais possam trabalhar com o coração tranquilo, sabendo que elas estão bem assistidas; para que milhões de alunos e alunas possam contar com a única refeição certa do dia, porque, infelizmente, a merenda escolar tem esse caráter, ainda mais quando o Governo arbitra um auxílio emergencial de apenas R\$150 e limita de todos os jeitos o universo de quem recebe esse auxílio. Mas não vamos reabrir as escolas cartorialmente, ignorando o vírus que continua a matar. Além disso, é preciso definir com muito cuidado as medidas e condições necessárias para a reabertura das escolas.

Precisamos discutir a vacinação de todos os profissionais da educação, que também têm o direito de trabalhar sem medo. Vamos garantir a testagem regular para toda a comunidade escolar e universitária. Vamos tratar da adequação da infraestrutura das escolas. Senhoras e senhores, ninguém aqui ignora que há escolas no Brasil que não têm água para que as crianças possam lavar as mãos e que muitas salas de aula não têm sequer ventilação adequada.

É sempre muito bom lembrar que mais de 80% das matrículas na educação básica do País estão na rede pública; mais de 80%, rede pública. O censo escolar de 2020 mostrou que 4.300 escolas públicas brasileiras não têm sequer banheiro no próprio edifício, nas próprias instalações, e quase 9 mil não têm água potável. Como garantir a segurança de nossas crianças em condições como essas?

Precisamos tratar de inclusão digital, com internet e equipamentos para os estudantes e professores poderem contar com aulas remotas com um mínimo de qualidade técnica. A gente sabe que a volta gradual às aulas vai se dar em módulo de revezamento, de pedaços de turmas: partes assistem à aula, partes estão em casa ou em outro lugar, no remoto.

Sim, senhoras e senhores, os professores não pararam de trabalhar durante a pandemia. Em todas as pontas da educação, esses profissionais têm se dedicado de modo árduo às novas rotinas, têm aprendido a ser *youtubers*, animadores remotos, motivadores incansáveis para manter a atenção de seus alunos. E tudo isso sem o apoio do Governo Federal, que vetou o projeto para fornecer acesso à internet e a *tablets* para alunos e professores poderem ter acesso às aulas de forma segura. Uma nota a respeito desse veto: ele ainda vai ser apreciado por nós, do Senado e da Câmara, em sessão conjunta do Congresso Nacional, na semana que vem. Esperamos derrubá-lo. São mais de R\$3 bilhões que viriam para justamente esse escopo de distribuir *tablets* e providenciar banda larga para as escolas públicas.

Em respeito à natureza essencial da educação, à abnegação dos professores e demais profissionais da área, ao direito de nossas crianças e jovens, não transformemos a questão em cabo de guerra. Escolas abertas, sim! É nosso farol, rumo ao qual navegaremos com toda a cautela. Educação essencial, sempre! Mas com vacinação, com protocolos de segurança e com respeito à vida.

Espero que nossos convidados nos ajudem a debater melhor o trajeto mais adequado para conseguirmos atingir esse objetivo, em seu devido tempo e a seu devido modo. Que a Democracia seja nossa professora e timoneira!

Muito obrigado.

Neste momento, eu queria passar a palavra, rapidamente, ao nosso colega Marcos do Val, Senador capixaba, meu querido amigo Marcos do Val. Uma saudação rápida, por favor, Marcos, também neste início e, em seguida, faremos a sequência dos convidados.

Marcos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para discursar.) – Meus amigos Senadores, muito obrigado. Bom dia a todos, ao amigo Jean Paul Prates, que fez essa solicitação, com que, de pronto, eu concordei. Acho que é muito importante o debate num assunto tão importante quanto esse, que é a educação. Todo mundo sabe que, para todos os brasileiros, isso é essencial – como ele falou. Só estou reforçando.

Desejo sucesso aos palestrantes, aos convidados. Que cada um possa colocar o seu ponto de vista e,



de forma democrática, ao final, que possamos chegar a um resultado para dar continuidade esse problema que o Brasil está enfrentando.

Estou aqui também à disposição. Fui escolhido como Relator e estou totalmente aberto ao debate. Espero que os convidados possam ter êxito nas suas convicções e que nós possamos, então, concluir de forma rápida, claro, com procedimentos de segurança, para que os nossos alunos possam estar, de novo, sentados em suas salas de aula, aprendendo tanto de forma híbrida, mas para mim, como portador do TDAH, é muito importante que seja presencial. Eu acho que é esse caminho que a gente tem que trilhar e seguir para conseguir ter um resultado. Mas vamos deixar aqui aberto para que vocês, palestrantes, possam, cada um, dentro do seu argumento, da sua convicção, colocar os prós e os contras.

Muito obrigado de novo aos Senadores amigos e ao Jean Paul Prates pela iniciativa.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senador Marcos do Val, muito obrigado. De fato, é isso. A gente está aqui para discutir como fazer isso. Não é se isso é importante ou não é. É óbvio a todos nós que a educação, inclusive presencialmente, é fundamental, é importante. A questão é saber o caminho.

E, para ilustrar um pouco, antes até dos palestrantes, sobre o que nós vamos falar aqui, eu trago algumas perguntas do e-Cidadania que já nos chegaram, só para ilustrar. A gente vai responder durante as apresentações. São perguntas das pessoas, da sociedade brasileira sobre esse assunto.

Crisosthenis Delfino, da Paraíba, pergunta: "Será viável recomeçar sem que todos estejam imunizados?"

Roberto Carvalho, do Distrito Federal: "Caso o retorno se dê sem a vacinação dos professores, o Governo tem previsão orçamentária para pagar substituições devido a possíveis atestados?".

Laura Ghedinie, de São Paulo: "Estamos com a falta de insumos para a vacina. Como vão querer discutir volta às aulas quando jovens estão morrendo de Covid?".

Alice Freire, de São Paulo: "Quanto vai ser investido para estruturar as escolas? A educação tem que ser prioridade! Já passou da hora! Retorno seguro já!".

Com isso, concedo a palavra aos nossos convidados.

A Deputada Paula Belmonte já está... (*Pausa.*)

Nós queremos dar a palavra inicial à Deputada Federal Paula Belmonte, que é autora do PL 5.595, mas ela nos pediu para entrar um pouquinho mais tarde. Mas eu não quero deixar de registrar que ela seria a primeira pessoa a falar.

Só estou conferindo aqui se ela já está. Se não está, a gente passa para a segunda... (*Pausa.*)

O.k.

Então, eu vou saudar e conceder a palavra à Deputada Federal Professora Dorinha Seabra. É um grande prazer tê-la aqui conosco. Ela foi a Reladora do PL 2.949 na Câmara dos Deputados.

Deputada Dorinha, dez minutos para suas considerações.

Obrigado. (*Pausa.*)

Só abrir o som aí, que já está habilitada. (*Pausa.*)

Não, continua sem som.

Deputada Dorinha, seu som não está chegando aqui para nós. Está aberto, mas parece que o microfone está desconectado. (*Pausa.*)

Está sem voz.

Você quer... (*Pausa.*)

O.k.

Eu vou, então, Deputada Dorinha, com a sua permissão, passar adiante. Logo em seguida, a gente tenta mais uma vez.



Eu quero passar, então, a palavra ao Sr. Mauro Luiz Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação, por dez minutos.

Mais uma vez, obrigado, Mauro, pela presença aqui conosco.

Agradeço ao Ministro também por disponibilizar o seu tempo.

Dez minutos.

O SR. MAURO LUIZ RABELO – Bom dia a todos!

Estão me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeitamente.

O SR. MAURO LUIZ RABELO (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Primeiramente, eu quero cumprimentar todos os presentes, em especial o Senador Jean Paul Prates, requerente desta sessão temática de debates, na pessoa de quem eu cumprimento os demais Senadores e Parlamentares aqui presentes, eu gostaria de cumprimentar os demais convidados na pessoa da Deputada Professora Dorinha Seabra e da Deputada Paula Belmonte, autora do PL, também gostaria de cumprimentar o Senador Marcos do Val, Relator do projeto de lei, e também cumprimento os ouvintes e as demais autoridades que se encontram aqui, nos prestigiando, e os demais integrantes dessa Mesa.

É uma grande honra estar aqui justamente para fazer parte deste grande marco que estamos vivenciando hoje, a possibilidade de debater a inclusão da educação no rol dos serviços e atividades consideradas essenciais em nosso País. Isso vai ao encontro do que preconiza o art. 5º da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao afirmar que o acesso à educação básica obrigatória é direito público subjetivo, reforçando o caráter de direito fundamental estabelecido em nossa Carta Magna.

Eu gostaria de citar uma frase atribuída a Pitágoras, de 500 anos antes de Cristo, que é atemporal e bem adequada para os dias atuais: "Educai as crianças e não será preciso punir os homens".

Vivemos um momento singular, em que nossas crianças e jovens foram privados do convívio escolar por um longo período de tempo em decorrência dos efeitos da pandemia da Covid-19. Fomos desafiados para uma profunda reflexão sobre o papel da escola, dos professores, da família e do Estado sobre a educação.

As desigualdades e iniquidades nunca foram tão evidentes. Na realidade, acabaram sendo escancaradas. O confinamento de estudantes e de professores, decorrente da pandemia mundial da Covid-19, acelerou um processo de transformações substanciais no campo da educação.

O debate sobre a redefinição do fazer docente diante dos mais variados recursos tecnológicos disponíveis já vinha tomando conta dos espaços acadêmicos. A situação inusitada, vivenciada por todos, tornou urgente a reconfiguração das formas de aprender e ensinar, com maior dinamismo e imediatismo, sendo os professores e professoras a pedra de toque desse processo.

Nossos lares foram emergencialmente convertidos em espaços de estudo e de trabalho, nos quais estudantes, pais, responsáveis e professores buscavam desenvolver atividades laborais e de ensino e aprendizagem, visando trazer um aspecto de certa normalidade e comunhão neste momento crítico.

Por mais criativas que tenham sido as estratégias estabelecidas pelas escolas brasileiras, houve de fato uma interrupção do processo de aprendizagem, em especial para os estudantes de famílias de condições sociais menos favorecidas. A qualidade do apoio dado às crianças e aos jovens para manter seus estudos fora da escola foi impactada pelo contexto familiar, não apenas no Brasil, mas em diversos países.

Em que pesem todas as particularidades e desafios da situação atual, a emergência sanitária não deve retirar os direitos de aprendizagem dos estudantes. Segundo dados do Banco Mundial, cerca de 1,4 bilhão de estudantes ficaram fora da escola em mais de 156 países durante o fechamento das escolas em 2020.



Estudos da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura, da Unesco, de 2021, apontam que o fechamento de escolas como resultado de crises de saúde e outras crises não é novidade, pelo menos não no mundo em desenvolvimento. E as consequências potencialmente devastadoras são bem conhecidas: perda de aprendizagem e maiores taxas de abandono escolar, aumento da violência contra crianças, gravidez na adolescência, casamentos precoces, entre outros.

O que diferencia a pandemia da Covid-19 de outras crises é que ela afetou crianças em todos os lugares e ao mesmo tempo. São as crianças mais pobres e vulneráveis que mais sofrem quando as escolas fecham. E, por isso, a Unesco foi rápida em defender a continuidade do aprendizado e a abertura segura das escolas, sempre que possível, à medida que os países começaram a implementar medidas de bloqueio, pois infelizmente a escala global e a velocidade da atual ruptura educacional são incomparáveis e, se prolongadas, podem ameaçar o direito à educação.

No documento *The impact of Covid-19 on education – Insights from Education at a Glance 2020*, publicado pela OCDE, entre as estratégias e condições para iniciar o processo de reabertura das escolas, são essenciais: realizar uma avaliação de risco, desenvolver protocolos claros de distanciamento social, rever práticas e políticas para atender estudantes ausentes devido a questões de saúde, garantir treinamento adequado a professores e gestores.

Do ponto de vista pedagógico, o documento da OCDE destaca a necessidade de incluir o desenvolvimento de habilidades relacionadas à aprendizagem remota. Competências como autonomia, automonitoramento, capacidade de aprender por meio de ferramentas *on-line* se mostraram essenciais para o presente e serão ainda mais necessárias no futuro que se avizinha.

Medidas de ordem prática e logística, mas que possuem grande impacto pedagógico também precisam ser incluídas nos planos de reabertura das escolas. O escalonamento dos horários de início e fim do dia escolar e a divisão das classes em turnos são estratégias indispensáveis para reduzir o tamanho das turmas e garantir o distanciamento social indicado pelas organizações de saúde. O tamanho das salas de aula e a quantidade de alunos por turma são considerados critérios decisivos para a segurança do retorno à educação presencial. Países que possuem, em média, menos alunos por turma encontram mais facilidade em atender as demandas por distanciamento físico.

Nesse sentido, para amparar os profissionais da educação e orientar o sistema de redes de ensino da educação básica sobre o funcionamento e o desenvolvimento das atividades administrativas e educativas nas escolas, com vistas ao retorno das atividades presenciais, o MEC elaborou e publicou o *Guia de Implementação de Protocolos de Retorno das Atividades Presenciais nas Escolas de Educação Básica*, um documento bastante detalhado e robusto.

Documento análogo também foi publicado com relação à educação superior.

Cabe reiterar também que, desde o início da pandemia, o MEC instituiu o Comitê Operativo de Emergência (COE), que, de forma integrada com o Consed e a Undime, vem definindo as principais diretrizes para a rede de ensino do País. O objetivo foi estabelecer o diálogo, reunir as demandas e buscar soluções para mitigar os impactos da pandemia do coronavírus.

Com a criação do COE, diversas medidas emergenciais foram executadas para priorizar o retorno seguro das atividades no ambiente escolar, tais como o repasse de recursos para reforçar a aquisição de materiais de higiene nas escolas, a manutenção dos repasses no âmbito dos programas suplementares do MEC, a saber, Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar, Programa Educação Conectada, entre outros.

A título de exemplo, no âmbito do PDDE Emergencial, foram R\$672 milhões empenhados em 2020 e R\$524 milhões já pagos até o momento, recursos esses destinados para as escolas adquirirem insumos



necessários para a retomada segura das atividades presenciais.

Além dos repasses financeiros, não podemos nos esquecer do papel do MEC para que os profissionais da educação básica fossem incluídos na lista do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação, bem como na elaboração de documentos normativos para orientação às redes quanto ao retorno às aulas.

Este é o momento em que mais nossas crianças e jovens precisam de escolas abertas. Não podemos nos furtar na busca de garantir as condições materiais necessárias para o retorno das atividades escolares.

Bom dia e muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Mauro, pela sua participação, mais uma vez agradecendo aos dois ministérios que me mandaram seus representantes do mais alto escalão.

Queria, ainda, conceder a palavra para outro representante do ministério, só que antes a Senadora Daniella nos pede um pela ordem.

A Daniella está aí? Senadora Daniella? (*Pausa.*)

Senadora Daniella, com a palavra para a sua questão de ordem, enquanto aguardamos aqui a conexão da Deputada Dorinha, da Deputada Paula. Logo em seguida à sua questão de ordem, passarei ao Sr. Rodrigo Cruz, do Ministério da Saúde.

A Senadora Daniella com a palavra.

A SRA. DANIELLA RIBEIRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/PP - PB. Pela ordem.) – Obrigada, Sr. Presidente.

Quero, antes de tudo, parabenizar o senhor e todos os que estão aqui presentes, os convidados, todos os envolvidos. Como pedagoga é um tema que me interessa de forma muito forte.

Só queria, de forma rápida, dar um testemunho. Aqui na minha capital – sou paraibana e, inclusive, tenho uma pergunta de um paraibano –, João Pessoa, o Prefeito anunciou a imunização para os profissionais da educação. Imediatamente, o Ministério Público foi em cima, não permitindo que acontecesse a imunização dos profissionais da educação. Trago isso porque fui pesquisar, obviamente, o porquê. O motivo seria que o Prefeito estaria tratando a cidade como uma ilha, a capital como uma ilha, porque outras não estariam dentro do plano de imunização. Ao mesmo tempo, a capital afirma que segue, sim, o plano nacional de imunização contra a Covid e que chegou a hora dos trabalhadores de educação, porque aqui na capital está sendo bem acelerada a questão da imunização – já vacinaram grávidas, puérperas, enfim, está sendo bem acelerada. Mas aqui estamos tendo esse probleminha, essa guerra, infelizmente, com relação ao Ministério Público.

Deixo aqui para a gente também uma pergunta e já uma reflexão nesse sentido, inclusive para nós Senadores e Deputados, dessa luta, para que a gente possa buscar no âmbito federal. Deixo a questão desse exemplo da própria Paraíba, da capital, João Pessoa, onde chegou a hora em que você tem condição de vacinar, o que é primordial, de importância, pois as crianças já têm perdido praticamente dois anos de vida – e a gente sabe o que isso significa na educação, para a frente. A nossa luta é para que isso possa se estender a todos os Estados e todos os Municípios do nosso Brasil.

Então, trouxe isso para que vocês soubessem que aqui na Paraíba, em João Pessoa, na capital, está avançada. Nós estávamos já vacinando os profissionais da área da educação, não só professores, mas também quem trabalha na educação, e aí o Ministério Público entrou em cima e a Prefeitura, de volta, já trouxe a resposta de que está cumprindo com o plano de imunização e que vai sim – chegou a hora – vacinar os profissionais da área da educação.

Era isso, Sr. Presidente, e que a gente possa replicar isso por todo o Brasil.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT -



RN) – Obrigado, Senadora Daniella.

De fato, são esses os casos concretos que a gente está querendo discutir aqui. Evidentemente, como eu disse, a gente não está discutindo nem se educação é essencial, muito menos se a presencialidade é essencial, mas como chegar a isso.

E quero informar também que, na nossa vizinha e irmã capital, Natal, a Governadora Fátima, como todo o Rio Grande do Norte, também está trabalhando com a Secretaria de Educação com critérios bastante sérios para o retorno das aulas. Anunciou isso, inclusive, ontem, mas trabalhando justamente nas condições, o que é exatamente o motivo aqui da nossa audiência.

Muito obrigado pela sua colocação.

Eu queria, então, passar a palavra ao Sr. Rodrigo Otávio Moreira da Cruz. Rodrigo Cruz, Secretário Executivo do Ministério da Saúde, por dez minutos. Quero agradecer ao Ministro e agradecer ao Rodrigo por estar aqui conosco também nesta manhã de sexta-feira.

Rodrigo, com a palavra.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos.

Obrigado, Senador Jean Paul. Queria cumprimentar V. Exa., na pessoa de quem cumprimento todos os Senadores presentes nesta audiência pública de hoje. Queria cumprimentar também todos os Deputados presentes, enfim, todos que nos acompanham.

Queria registrar a presença aqui também do Deputado Pauderney Avelino, do Estado do Amazonas, hoje ocupando a função de Secretário Municipal de Educação de Manaus. Discutimos aqui, ainda há pouco, essas questões de como proporcionar um retorno seguro à educação e como a gente conseguiria fazer isso da forma mais breve possível.

Por óbvio que não queria acabar falando um pouquinho aqui de assuntos que não são da pauta de saúde, mas, como cidadão, é importante mencionar que a gente se preocupa muito com a suspensão das aulas. A gente sabe do impacto e da importância do estudo presencial, em especial na educação infantil, e de todos os desafios que o País tem.

Como o Senador Jean Paul coloca na fala inicial dele, a gente tem uma dificuldade de infraestrutura muito grande no País. Então, do dia para a noite, a gente começar a exigir que os professores façam, de fato, passem a fazer, de fato, aulas *on-line* sem um treinamento específico e sem uma infraestrutura adequada de internet, sem equipamentos suficientes para toda a população é, de fato, um desafio muito grande.

Mas, falando um pouquinho aqui sobre o que compete à pauta do Ministério da Saúde, a gente tem conversado com a Unicef – vi que a Florence foi convidada para debater hoje. A Unicef já tem um manual com alguns itens que devem ser seguidos, algumas sugestões para a retomada das aulas. A questão da ventilação é um assunto muito importante. Então, sempre que possível, deixar as janelas abertas, sempre que possível, preferir atividades ao ar livre é extremamente importante para que a gente contenha aí a replicação do vírus. Por óbvio, a utilização de EPI também é muito importante, o uso de máscaras... Então, essas medidas chamadas medidas não farmacológicas são extremamente importantes para evitar o que a gente chama de espalhamento do vírus. Segundo ainda nessas medidas não farmacológicas, a gente tem aqui o distanciamento. Então, a importância na disposição das carteiras, sempre que possível, mantendo um distanciamento mínimo, mais uma vez, com o intuito de impedir o espalhamento do vírus, e, por óbvio, a gente passa pelo desafio de higienização constante das mãos, quer seja com água e sabão, quer seja com álcool em gel.

E, por óbvio – aí sim, eu acho que é um tema mais importante –, as próprias perguntas que o Senador Jean Paul coloca dizem respeito à imunização dos professores. Eu acho que esse é, hoje, o nosso



grande desafio.

É importante mencionar que os professores estão priorizados no nosso plano nacional de imunização. A gente, hoje, está imunizando as nossas comorbidades. O total de população prioritária soma 77, 78 milhões de pessoas. Então, hoje, a gente está avançando na comorbidade.

A gente tem hoje distribuídas 84 milhões de doses. É importante mencionar que esses 84 milhões de doses estão entregues nos Estados. A gente sabe que, do Estado para o Município... De fato, o que importa para a gente é quando a vacina é aplicada e não quando ela é distribuída, mas é o número que a gente consegue controlar. Mas, enfim, a gente está em processo de distribuição de cerca de 10 milhões de doses. Então, a gente teria aí esse número de distribuição em torno de 84 milhões e, em processo de distribuição dos Estados para os Municípios, algo próximo de 10 milhões de doses. É importante mencionar também que, desse quantitativo, existem algumas doses que estão reservadas para aplicação como segunda dose.

Bom, então, como eu mencionei, os professores estão previstos no PNI. É uma categoria extremamente importante. O PNI é construído sob uma lógica de gravidade ou potencialidade de óbito – acho que é importante mencionar isso –, e uma outra variável muito importante que é levada em consideração é o risco de contágio.

Então, quando a gente vai priorizar os grupos, essas duas variáveis são extremamente relevantes no processo de tomada de decisão. Um deles é o risco de óbito, por isso que os primeiros a serem imunizados... Na realidade, o primeiro grupo priorizado pelo Brasil foram os indígenas; e aí, depois, veio por faixa etária, porque os estudos apontam que as pessoas das faixas etárias mais elevadas têm um risco de óbito maior. E outro ponto é o risco de contágio. Esse risco de contágio deve ser avaliado com relação à quantidade de contatos, enfim, ou quando a pessoa tem necessidade de estar presente. Então, é importante mencionar isso. A gente avalia isso.

É extremamente importante mencionar também que a gente avalia a possibilidade ou a impossibilidade de substituição daquele profissional na hora de priorizá-lo também. Se a gente tem um professor e eventualmente ele é contaminado, a gente não consegue substituí-lo rapidamente. Então, por isso, é importante priorizá-lo, sim, no sistema nosso de imunização.

Feita essa introdução, vou falar um pouco aqui sobre as vacinas, sobre como a gente tem visto isso. O Governo Federal tem feito todo um esforço em tentar antecipar ao máximo todas as doses de vacinas possíveis. A gente tem, hoje, contratadas, a partir de importação de IFA da vacina AstraZeneca, 150 milhões de doses. A gente tinha 100 milhões de doses, e 50 milhões de doses adicionais foram contratadas. Isso foi possibilitado por meio da medida provisória de crédito extraordinário. E a gente tem 60 milhões de doses a serem produzidas a partir de IFA nacional.

A Anvisa aprovou, recentemente, a produção desse IFA por parte do Instituto Fiocruz. A expectativa é de que se comece agora, no mês de maio, a produção dessas doses e que essas doses estariam disponíveis para aplicação nos brasileiros em outubro. É importante colocar que ainda carece de um processo de validação e certificação dessa vacina por parte da Anvisa. Então, 150 milhões de doses AstraZeneca a partir de IFA importado, 60 milhões a partir de produção própria com IFA nacional, totalizando 210 milhões de doses para o imunizante AstraZeneca. Com a Pfizer, a gente tem um primeiro contrato de 100 milhões de doses, que já estão sendo entregues. Recebemos em abril 1 milhão de doses; em maio, há previsão de 2,5 milhões de doses; e, em junho, já há uma estimativa de recebimento de 12 milhões de doses desse primeiro contrato.

Hoje, recebemos a confirmação de assinatura por parte da Bélgica, então hoje já temos confirmado o segundo contrato para 100 milhões de doses adicionais. A previsão contratual é de que essas doses cheguem entre outubro e dezembro, mas já há uma sinalização por parte do laboratório com possibilidade de ampliação dessas doses para setembro. Então, esse seria o segundo contrato num total de 200 milhões



de doses do imunizante Pfizer.

Com o Instituto Butantan, já temos formalizados dois contratos: um de 46 milhões de doses, que foi finalizado com a entrega de quarta-feira, por parte do Instituto Butantan; e outro contrato que se inicia com a entrega de hoje, sexta-feira, com 1,1 milhão de doses, de 54 milhões de doses adicionais.

Temos o desafio do IFA, por parte do Instituto Butantan. Estamos com tratativas constantes com a Embaixada brasileira em Pequim, com o Embaixador chinês aqui no Brasil, e o Instituto Butantan sempre fazendo uma ponte com a Sinovac.

Queria reforçar que o que a gente ouve das conversas na Embaixada é que há hoje um compromisso, um desafio grande do governo chinês em imunizar toda a população, e talvez isso seja um dos fatores que levem a esse pequeno atraso no recebimento de IFA por parte do Butantan.

Temos aí 43 milhões de doses previstas pelo Covax Facility, 38 milhões de doses do laboratório Janssen, 20 milhões de doses do laboratório Covaxin, que teve ontem aprovado pela Anvisa o período de teste, já iniciando uma fase 3 e já iniciando o teste desse imunizante em 4,5 mil pessoas. Então, isso já estava previsto e foi aprovado pela Anvisa ontem. Mas é importante mencionar que ainda não há uma aprovação para a... Não há ainda uma licença de importação para a vacina, mas é um importante avanço que é dado na incorporação desse imunizante dentro do ordenamento brasileiro.

E temos também aí 10 milhões de doses do imunizante Sputnik a ser encaminhado ao País caso haja aprovação pela Anvisa.

Então, hoje, este é o nosso desafio: tentar trazer o quanto antes essas vacinas para poder imunizar o quanto antes os professores. Há uma expectativa de que pelo menos a primeira dose seja aplicada em todo esse grupo prioritário até a primeira quinzena de junho.

É claro que essa expectativa está condicionada ao recebimento das doses, e o recebimento dessas doses está condicionado a algumas variáveis, quais sejam, o recebimento do IFA... É importante mencionar que as nossas indústrias têm hoje a capacidade de produção elevada. Há o risco, no processo de fabricação, de uma forma geral, desses imunizantes... Enfim, isso é um processo de fabricação, e eventualmente algum percalço no processo de fabricação pode levar a uma reprovação da qualidade da vacina. Enfim, existem algumas variáveis que tem que ser levadas em consideração.

Mas eu queria deixar claro que, de fato, os professores são importantes, estão priorizados, e o compromisso do Governo Federal é antecipar o quanto antes os imunizantes, para que a gente tão logo chegue ao grupo prioritário dos professores. Hoje estamos nas comorbidades; avançando mais um ou dois grupos, já chegaremos aos professores, e a nossa expectativa é de que até a primeira quinzena de maio, pelo menos com a primeira dose, já seja... Perdão, primeira quinzena de junho – o Deputado Pauderney me corrigiu – seja levada a primeira dose para essa categoria tão importante do País.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Rodrigo.

Fico feliz em saber da priorização dos professores, dos profissionais de educação em geral. Isso é muito importante, lembrando que evidentemente, na equação do risco de contágio com o risco de óbito, os profissionais da educação, uma vez expostos às aulas presenciais, passam a subir na escala, tremendamente, em relação ao risco de contágio. Uma coisa é estar trabalhando hoje, como estamos; outra coisa é voltar às aulas presenciais. Isso torna ainda mais premente e muito importante, na medida em que você nos anuncia e nos informa em relação ao PNI.

Eu quero também aproveitar para saudar o Secretário, Deputado Pauderney, que esteve aqui de passagem nesta Casa e é muito respeitado. Obrigado aí pela sua presença.

Em relação à questão dos recursos é que eu queria só fazer uma colocação rápida. Os recursos que



estão empenhados – aproveito e faço um apelo aos dois ministérios, antes que tenham que se ausentar eventualmente –, pelas cifras demonstradas aqui como já empenhadas de 672 milhões, Senador Marcos do Val, nós teríamos aí, por escola, fazendo um cálculo rápido aqui, arredondando para 140 mil escolas, R\$3,7 mil por escola. Não sei se isso dá para muita coisa, diante dos protocolos que o Ministério da Saúde está declinando. Se pegarmos por aluno, são 40 mil alunos. Dá R\$13 por aluno. Acho que mal dá para comprar duas máscaras.

Então, acho que é um trabalho de nós todos aqui já tentarmos viabilizar mais recursos para que as escolas públicas possam se equipar e se preparar para o retorno das aulas, independentemente do que decidimos no curto prazo, já que a vacinação, a primeira dose está prevista para 15 de junho. Então, temos um tempo e por isso é importante que a gente debata bem.

Eu queria passar a palavra agora à Unicef, à Dra. Florence Bauer – é muito importante essa sua participação, Dra. Florence –, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância, portanto Unicef no Brasil, por dez minutos, enquanto estamos aqui vendo as conexões das duas Deputadas ainda. Mas vamos, em breve, tê-las conosco.

Obrigado, Dra. Florence Bauer, com a palavra, por dez minutos.

A SRA. FLORENCE BAUER – Alô? Oi? Estão me ouvindo? Sim?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Alô, estamos ouvindo bem.

A SRA. FLORENCE BAUER (Para exposição de convidado.) – Ah, perfeito. Obrigada, obrigada, Senador. Começando cumprimentando o Senador Jean Paul Prates, muito obrigada pelo convite. Cumprimento os Senadores, os Deputados e os demais convidados desta sessão. É uma grande honra estar aqui com vocês.

Eu queria começar, na minha fala, lembrando para todos nós que, embora as crianças e adolescentes continuem não sendo as maiores vítimas do vírus da Covid-19, são eles que mais sofrem as consequências dessa situação e de todas as medidas que são tomadas. São as vítimas ocultas, eu diria, dessa pandemia.

Ao longo do tempo, o fechamento da maioria das escolas, em vários países, especialmente no Brasil, tem impactado de maneira muito profunda o desenvolvimento das crianças. A gente sabe – vou mencionar daqui a pouco alguns números ilustrativos – como o fato de não ter acesso a aulas presenciais tem um impacto muito profundo no acesso à educação, à aprendizagem, ainda mais num país onde quase 5 milhões de crianças e adolescentes vivem em lares que não têm acesso à internet.

Mas a perda desse espaço simbólico e protetivo da escola também tem consequências que vão muito além da aprendizagem. Ela tem consequência na própria convivência, ela tem consequência na própria violência. A gente sabe – dados mostram todos os dias, inclusive, neste momento, nos próprios meios de comunicação – que a violência doméstica acontece muito em casa, e, na maioria dos casos, o agressor é alguém muito próximo da criança. Então, numa situação na qual a criança perde a escola como espaço de proteção, ela está muito mais exposta a uma situação de violência doméstica. A escola tem um papel de proteção e tem um papel também de identificação desses casos de violência.

O fechamento das escolas também tem um impacto na segurança alimentar. Temos dados que mostram que 13% das famílias brasileiras deixaram de comer em algum momento, o que representa 20 milhões de brasileiros, e temos dados também de uma pesquisa que foi feita com o Ibope que mostra que menos da metade das famílias receberam alimentação na escola nesse período e os impactos que isso tem na falta de acesso à alimentação – às vezes, com uma alimentação inadequada, muito menos nutritiva, como os estudos mostram.

Há impacto na saúde mental. Há estudos entre os adolescentes que mostram que quase a metade, 47%, expressam preocupação e ansiedade e 15% expressam situações de depressão. Então, são consequências



que são muito profundas.

Estamos no Brasil que é um dos países que ficou com um período mais longo de fechamento das escolas. A média global é de 22 semanas. Muitos países com taxa de mortalidade parecida, inclusive, com a do Brasil fecharam por algumas semanas – menos de dez semanas –, mas, em média, são 22 semanas, e o Brasil chega a 49 semanas. A gente sabe que isso não é o caso de todos. Eu quero aproveitar para felicitar, inclusive, Municípios e Estados que tomaram decisões, que puderam reabrir as escolas e que permitiram esse acesso à educação. Mas, para a grande maioria das crianças, estamos no segundo ano letivo.

Há um estudo do Unicef feito com o Cenpec, que foi lançado recentemente – duas semanas atrás –, que mostra que, enquanto, antes da pandemia, havia 1,5 milhão de crianças e adolescentes – aliás, antes da pandemia, era menos disso –, enquanto 1,1 milhão de crianças e adolescentes estavam fora da escola, com essa situação da pandemia – estou me baseando em dados da própria Pnad de 2020 –, há 1,5 milhão de crianças e adolescentes que já não estão matriculados e 3,7 milhões que perderem o vínculo com a escola, ou seja, que não receberam atividades escolares. Isso nos leva a mais de 5 milhões de crianças e adolescentes, quase 14% dessa população na idade escolar, que estão desvinculados da educação. Isso nos leva a 20 anos atrás. São números parecidos com os dos anos 2000. Esses são dados de novembro. Enquanto isso, já se passaram mais meses. Então, podemos imaginar quantas crianças mais estão desvinculadas da educação.

Isso aumenta também as desigualdades. A situação fica mais grave para as populações do Norte e do Nordeste. Enquanto, como falei, a média é de 13,9%, no Norte, ela é de 28% – mais de um de cada quatro –; no Nordeste, 18%; no Sul, 5%. Então, essas disparidades, que já existem no Brasil, como sabemos, estão sendo potencializadas.

Afeta mais a população preta, parda e indígena: 69% são esse tipo de população. Então, uma população que já era excluída fica cada vez mais excluída.

Sabemos que a classe média, que tem acesso à escola, talvez particular, que abriu, que tem acesso à internet, está numa situação muito diferente do que essas crianças.

O que esse estudo também mostrou, que eu quero mencionar aqui porque é um elemento muito forte de preocupação, é que, enquanto, antes da pandemia, crianças e adolescentes que estavam fora da escola eram na faixa de 4 anos e 5 anos e de 15 a 17 anos, agora, 40% desses cinco milhões estão na faixa de 6 anos a 10 anos. Essa é uma faixa da população de crianças e adolescentes em que a educação era praticamente universal. É uma fase também de alfabetização. Todos os que trabalham com o tema de educação sabem que é a fase de criação de vínculo com a escola, uma fase de aprender a aprender. É uma fase de ter um impacto na capacidade aprender para o resto da vida. Pela primeira vez na história recente, agora, as crianças e os adolescentes que estão mais desfocados são justamente essa população.

Por isso o Unicef, em nível global, em nível de Brasil, tem uma posição – sempre teve, aliás, esta posição – de que a escola tem de ser a última a fechar e a primeira a reabrir. A escola pode fechar. Ela pode fechar quando todo o resto está fechado. Uma vez que tudo foi feito, o comércio fechou, o transporte fechou, a praia fechou, o restaurante fechou, se isso não der certo, a escola pode fechar, mas ela tem de ser a primeira a reabrir, para justamente prevenir esses eventos tão fundamentais e tão profundos nesta geração que estamos tendo.

Obviamente, essa reabertura tem de acontecer de forma segura. Ela tem de ser adaptada à situação epidemiológica de cada local. Ela tem de ser feita de maneira participativa, com as famílias, com os professores, para definir as melhores maneiras. Ela tem de se adaptar, como foi colocado: ventilação, máscaras, distanciamento, turmas híbridas. Em muitos casos, a escola não vai poder reabrir de forma presencial. Todas, aliás, na maioria dos casos, estão na modalidade híbrida. Há que se levar em conta a situação de cada escola.

Quando foi colocado que havia atraso na infraestrutura, e sabemos que 30% das escolas não têm



acesso à rede pública de água, mas são só 2,7% que não têm nenhum acesso à água. A grande maioria tem acesso a alguma forma de água. Então, há maneiras muito simples, sim, de colocar estações de lavagem de mão, de colocar uma série de medidas que permitem isso.

A evidência também mostra que a reabertura das escolas não tem uma correlação, não cria um aumento das infecções dentro da comunidade. Aliás, um estudo recente da própria Fiocruz mostra que as crianças são mais infectadas pelo adulto do que o contrário. Não há essa correlação. E também, como a Organização Mundial da Saúde sempre fala, uma medida isolada, como medida isolada, não funciona.

Então, a gente deixar crianças e adolescentes pagarem o preço, com efeitos tão profundos no seu desenvolvimento por uma medida isolada, quando todo o resto está funcionando, não tem o efeito que seria buscado.

Por isso que eu quero convidar as senhoras e os senhores a realmente refletir sobre o artigo que o Brasil tem adotado, o artigo dois do *site*, da prioridade absoluta da criança, do melhor interesse da criança. E convidar a realmente pensar as decisões com esse olhar da criança que, por enquanto, eu acho que está sendo comprometido no sentido de que eu não ache que as decisões sempre sejam tomadas no melhor interesse das crianças.

Então, eu realmente queria convidar para isso. Está na hora, não podemos perder dois anos, não podemos esperar que o Brasil conserte toda a infraestrutura de atraso de décadas. Tem que ver as medidas factíveis, tem que juntar a população, os professores, a família, as crianças, os adolescentes, a comunidade para encontrar as medidas que são factíveis dentro de cada escola, no respeito de cada um, no respeito do adulto, da criança, mas sem perder de vista o interesse da criança. É preciso agir agora. Também não podemos esperar a vacinação. Todos estamos a favor obviamente de que seja incluída dentro das populações prioritárias, mas também convido a pensar em quantos mais meses isso requer. Então isso não pode ser um requisito.

Então, convido realmente a priorizar a criança e abrir as escolas o quanto antes.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – *Merci, Florence.* Obrigado à representante do Unicef no Brasil. De fato, a gente segue no dilema. Com certeza queremos reativar as escolas, é um ponto importante de referência, mas as exigências de segurança sanitária nesse momento exigem recursos. Volto a salientar e pelo jeito vou salientar o tempo todo: recursos serão necessários mais do que atualmente, não para compensar as dificuldades históricas, evidentemente, porque seriam muito mais, seria impossível, mas para o mínimo factível para enfrentar, inclusive, as realidades híbridas mencionadas aqui, porque, além do acesso à água, além do acesso a todos os recursos sanitários, temos que ter o acesso à internet também.

Vamos seguir com a palavra do Sr. Márcio Bittencourt, médico do Centro de Pesquisas Clínicas e Epidemiológicas do Hospital Universitário da Universidade de São Paulo (USP), por dez minutos.

O Sr. Márcio Bittencourt está *on?*

A SRA. MÁRCIO SOMMER BITTENCOURT – Eu vou pedir para vocês um segundo, porque eu estou com um problema. Eu tinha uns eslaides para apresentar. Eu quero só ver se eu consigo abri-los para vocês ou se alguém da Mesa consegue abrir para mim. Eu não sei se vocês conseguem...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – A gente consegue aqui. Pode deixar.

A SRA. MÁRCIO SOMMER BITTENCOURT – Se você puder abrir para mim, por favor. Deixe-me só abrir...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Quem está no comando aí? Olha a mágica do Senado. Apareceu!



A SRA. MÁRCIO SOMMER BITTENCOURT – Perfeito. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Estão vendo?

Pode seguir, Márcio. Obrigado.

A SRA. MÁRCIO SOMMER BITTENCOURT (Para exposição de convidado.) – Obrigado.

Bom dia a todos. Obrigado pelo convite, obrigado pela oportunidade. É uma honra e um prazer estar praticando aqui com vocês.

Eu vou me ater essencialmente à parte epidemiológica, que é a minha área de formação, e aos dados epidemiológicos que são pertinentes à sessão que a gente está fazendo. Vou levantar alguns pontos sobre a realidade das crianças, a perspectiva epidemiológica das crianças e vou falar sobre a pergunta principal, que é a abertura segura das escolas, com um trabalho muito recente, mas que eu acho que vai responder à grande parte das perguntas que todos têm.

Pode passar o eslaide, por favor.

Pode passar esse, porque o pessoal do Unicef já comentou o tamanho do impacto do fechamento no mundo e como a gente está fora disso.

Nesse aqui, eu queria apresentar alguns dados para vocês com relação às crianças. No painel da esquerda, vocês têm que as crianças são 22% da população, mas só em 7% dos casos – isso era até setembro... Mas o que importa aqui é que criança infecta muito menos. E como estava embaixo, a taxa de ataque, que é a chance de pegar, é três a cinco vezes menor nas crianças, 4% a 7%, do que nos adultos. Então, criança é um grupo de menor risco de infecção do que adulto.

A gente achava o contrário no começo da pandemia, porque na influenza, que é uma doença respiratória, acontece o contrário, criança é praticamente uma fonte de contaminação. Como está no painel ao lado, vocês também podem ver que a chance de criança infectar e transmitir é muito menor em Covid do que na influenza.

Pode passar o próximo.

Aqui a gente tem também dados de crianças. No painel da esquerda, a probabilidade de uma criança ter um quadro leve, em verde; de ser internada, de precisar de ventilador ou de morrer, muito menor do que em adultos. Então, criança pega menos, criança transmite menos, criança complica menos e criança morre menos. Então, criança não é um grupo de risco, nem como fonte, nem como consequência da infecção. Apesar da preocupação epidemiológica que a gente tem, de que a escola possa ser uma fonte de transmissão, crianças, por si só, não são.

Pode passar o próximo.

E aqui, eu acho importante a gente entender, quando a gente está falando em escola, que não é só criança. Então essa dinâmica aqui é extremamente importante. Todas as setinhas que a gente tem ali são setinhas importantes. Se a comunidade pode piorar a infecção na escola; se os adultos, dentro da escola, podem comunicar entre si ou comunicar com as crianças; as crianças entre si; e da escola de volta para a comunidade. E a gente só tem uma documentação mais clara de transmissão da comunidade para a escola e da escola para a comunidade. Dentro da escola, com medidas adequadas, essa transmissão mais importante não está muito bem documentada. Então, a nossa preocupação principal é o que transborda da comunidade para a escola e, eventualmente, da escola para a comunidade, muito mais do que o que acontece lá dentro. Vocês vão ver por que num dos próximos eslaides, em breve.

Pode passar.

Aqui eu queria destacar um estudo europeu muito interessante. A linha preta é de diversos países onde as escolas reabriram zerando, e as taxas de transmissão por faixa etária em preto. O cinza é o intervalo de confiança. E vocês veem que a linha preta, em nenhuma das faixas etárias, nem nas crianças



que estão na escola, nem no restante da comunidade, sofre qualquer tipo de infecção antes de abrir as escolas ou, depois da linha preta, depois de abrir as escolas. Do ponto zero para a frente, não acelera, o coeficiente de transmissão não aumenta.

Então, quando se abriu escolas da forma adequada – isso aqui são dados europeus –, não houve um aumento substancial na transmissão. Então, as escolas não impactaram a transmissão comunitária de forma substancial. Estava tão bom ou tão ruim quanto estava antes de uma abertura bem-feita das escolas.

Pode passar o próximo.

Aqui é o estudo que eu queria destacar para vocês. Se for para prestar atenção em um eslaide, se for para ouvir uma coisa do que eu estou falando, é este eslaide.

Eu queria gastar um pouco mais de tempo nele. Isso é um estudo de 2 milhões de pessoas nos Estados Unidos. E eles basicamente falaram com as pessoas para saber o que as escolas estavam fazendo e depois foram ver se houve casos. O verdinho é: sintomas compatíveis; o laranja é: perder cheiro e perder gosto, que é mais específico; e o roxo é: teste positivo. Você veja que eles andam sempre juntos, mas o que eu queria mostrar para vocês é embaixo: estão listadas todas as intervenções que eles mediram. E o que eles mostram é que tudo que está abaixo de um, significa que protegeu. Então, a primeira, estudante usar máscara, protegeu; a segunda, isso é extremamente importante, professor usar a máscara reduz de 30% a 40% a taxa de transmissão; controlar a entrada dos alunos; espaçar as carteiras; não compartilhar materiais entre os alunos; manter sempre a mesma turma de alunos fechada; reduzir a turma de alunos. Outro que é importante, controle de sintomas; depois, o mesmo professor; e evitar atividades extracurriculares. Você tem algumas outras coisas que importam muito pouco. E a última é procurar usar o ambiente externo e ter aulas *part-time*, como a gente está fazendo, fracionadas. Para o que eu queria chamar a atenção aqui é como essas medidas são simples. Eles só mediram isso aqui. Todas essas medidas foram eficazes. Vejam que essas medidas aqui sequer incluem higiene das mãos, sequer incluem álcool gel, sequer incluem água. A gente está falando só de máscara e controlar espaço, tamanho de turma e fazer questionário de sintomas. Isso não exige um custo alto, não exige uma estrutura muito grande. Exceto diluir a turma com *part-time*, nenhuma dessas intervenções têm custo maior do que as máscaras. A única talvez que tenha custo, que é colocar anéis de acrílico nas carteiras, foi a única que não funcionou. Então, é lugar aberto, menos gente, não misturar as turmas, não compartilhar material, aumentar o espaço, controlar a entrada e usar máscara, principalmente questionário de sintomas, e professor usar máscara. É isso.

Pode passar o próximo.

E o resumo disso está nesse eslaide que eu queria mostrar para vocês. Se você abrir a escola sem fazer nada... O da esquerda é abertura *full-time*; o da direita é abertura *part-time*, mas eles são iguais. O que eles mostram é que para as três coisas, se você abrir com zero intervenções, vai ser pior do que ficar em casa. Se você abrir com uma a três intervenções, vai ser um pouco pior do que ficar em casa. Se você abrir com quatro a seis daquelas intervenções que são muito básicas, vai ser igual a ficar em casa. Não vai ser pior. Agora, o que é interessante, se você fizer sete ou mais daquelas intervenções que não incluem nem lavar a mão com álcool gel, nem lavar a mão com água, ainda assim, vai ser melhor do que ficar em casa. Se você faz medidas suficientes, você consegue tornar a escola um ambiente mais seguro do que ficar em casa.

E, se vocês olharem o da direita, que é o *part-time*, em que as turmas estão diluídas, com menos tempo e menos crianças na escola, é substancialmente melhor. Você tem 30% de redução. Então, existe como transformar a escola num ambiente mais seguro do que ficar em casa. Pode não ser fácil, pode não ser simples, mas vejam que as medidas não são complexas.

Pode passar o próximo, por favor.



Então, eu queria concluir para vocês com os meus eslaides. As crianças têm menor risco de infecção, menor risco de ficarem graves, menor risco de se internarem e menor risco de morrerem do que adultos e menor risco do que elas habitualmente têm num surto de gripe, num surto de influenza habitual. As crianças transmitem menos do que os adultos, elas mais pegam do que passam. Então, não existe um risco tão grande para transmitir para os adultos e para os professores. Os professores, apesar de estarem interagindo com mais crianças, não estão expostos a um risco maior do que quem interage com o mesmo número de adultos, como um caixa de supermercado, como alguém que trabalha num banco ou trabalha numa loja com um grande fluxo de pessoas por dia. Existe, sim, um tempo de exposição mais prolongado às crianças e por isso as medidas devem ser feitas. Como destaquei, a principal medida é máscara para os professores e ambiente aberto, ambiente espaçado entre as carteiras.

A escola, pelo dado que a gente tem, não piora a transmissão comunitária. E essa é a parte mais importante. Quando a gente fala em abrir ou fechar escola, a gente não está preocupado com a escola, só com a escola, com os funcionários da escola, com os alunos da escola. A nossa preocupação maior é se a escola pode piorar o que acontece na comunidade inteira, se a escola pode ser um foco explosivo, um foco de aumento de transmissão. Isso não acontece. Escolas não aumentam de forma consistente a transmissão comunitária. Elas refletem. Se estiver muito intenso fora, vai haver um pouco de transmissão dentro da escola. Se estiver menos intenso fora, vai haver menos ou nada dentro da escola.

E o que é muito importante – eu não gastei muitos eslaides aqui, porque o pessoal da área de educação já falou –, mas acho que é extremamente importante levar em conta que tudo é uma questão de custo-benefício. E o custo de a escola ficar fechada no aprendizado, na situação econômica, no futuro das crianças e até em outros problemas de saúde relacionados a isso, é muito grande. Eu não apresentei eslaides, mas a gente tem dados de que, dois a três meses as escolas fechadas, a criança perde praticamente um ano de ensino. Além de a criança perder esse um ano de ensino, a gente tem documentação clara de que os pais não conseguem produzir, não conseguem trabalhar, ganham menos, o que tem impacto na qualidade de vida e na saúde das crianças. E esse não aprender significa que a criança, em parte, não vai recuperar e vai ganhar menos para o resto da vida.

Sobre os outros problemas de saúde, um dos Senadores já comentou, mas as crianças comem na escola, e a escola para muitas crianças é um ambiente de proteção social.

Então, eu vou encerrar por aqui dizendo que crianças não são o grande problema, e as escolas com a abertura bem-feita podem ser até melhores do que a gente ficar com tudo completamente fechado.

Muito obrigado pela oportunidade.

Estou à disposição para perguntas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Márcio. Muito obrigado. Foi muito esclarecedor.

Eu cometi um lapso aqui quando citei a cifra de estudantes de escolas públicas. Na verdade, não são 40 mil – obviamente, são 40 milhões –, mas o resultado final estava certo: R\$672 milhões empregados, divididos pelos 40 milhões, são mais ou menos R\$13 por aluno.

Eu queria conceder a palavra agora ao Sr. Wanderson de Oliveira, doutor em epidemiologia e atual Secretário de Serviço de Saúde do STF (Supremo Tribunal Federal), por dez minutos.

Wanderson, o senhor está na linha?

O SR. WANDERSON DE OLIVEIRA (Para exposição de convidado.) – Bom dia, Senador!

Eu quero, em primeiro lugar, começar manifestando o meu apoio à retomada do ensino presencial, assim como disse o Dr. Márcio Bittencourt.

Agradeço ao Senado Federal pelo convite e pela importância do tema para a sociedade brasileira.

Cumprimento o senhor, Senador Jean Prates, e, na sua pessoa, todos os Senadores e Senadoras.



Quero agradecer também à Deputada Federal Paula Belmonte e, na pessoa dela, cumprimento todos os Deputados e Deputadas, bem como cumprimento os demais membros da Mesa.

Na pessoa do Secretário Rodrigo Otávio, mando um abraço especial para os meus amigos do Ministério da Saúde, casa a que servi durante 19 anos de minha vida profissional – e hoje me formei como epidemiologista –, ocupando a honrosa função de Secretário Nacional de Vigilância em Saúde na gestão dos Ministros Luiz Henrique Mandetta e Nelson Teich.

Eu sou especialista em saúde pública, em emergências de saúde pública, com mestrado e doutorado nesse tema, mas foi com a experiência, e o objetivo de estar aqui debatendo esse tema é por ser pai da Liz. A minha filha ao nascer foi vítima de erro médico, que resultou em paralisia cerebral.

Por uma ironia do destino, eu estava à frente, em 2015, na resposta à pandemia que diziam que é congênita, e pude aprender, com amigos pediatras e neurologistas, o quanto é importante a estimulação precoce e o contato com outras crianças, principalmente na fase inicial do desenvolvimento psicomotor. Com a Liz, não somente aprendi na prática, como também pude constatar o quanto importante é dar oportunidade às crianças e que o ensino virtual não é uma opção para elas, que têm condições especiais como a minha filha. Além disso, escola não é somente ambiente de ensino, é rede de proteção social, e isso vale não só para quem é social e economicamente vulnerável, mas também para quem tem vulnerabilidades outras, independentemente da sua condição social. Desde julho do ano passado, eu venho estudando e debatendo a questão das atividades presenciais de ensino e trabalho durante as pandemias. Atualmente, eu estou coordenando a Comissão Médica da Educação do Estado de São Paulo. Estamos trabalhando, apoiando a Secretaria de Educação de São Paulo no retorno seguro e condizente com as condições de segurança.

Ao ler o Projeto de Lei nº 5.595, de 2020, vejo que o texto corrobora com as manifestações do que é básico em um país que quer sair da pandemia. O reconhecimento da educação básica e da educação superior em formato presencial como serviço de atividades essenciais corrige um erro crasso e coloca a educação como uma atividade de fato e de direito. Lembrando que no próprio texto estão ressalvadas as possibilidades de outras formas de acompanhamento educacional para educandos com responsáveis, assim como optarem, e a liberação, principalmente, de profissionais, estudantes e trabalhadores que integrem grupos de risco. Não é para estes que estamos falando de uma escola aberta.

Até ontem, 13 de maio, foi registrado no Brasil o total de 15,4 milhões de casos e mais de 400 mil óbitos. No entanto, há casos registrados, nos últimos 30 dias, em apenas 2.402 Municípios dos 5.570 Municípios, ou seja, em 57% dos Municípios do Brasil não há sequer um registro de Covid nos últimos 30 dias, segundo o Ministério da Saúde. Portanto, não há motivo racional que me faça aceitar escolas fechadas nesses locais. E a gente pode debater os demais locais, mas vamos nos concentrar nesses, que não têm nenhum caso há mais de 30 dias. Está condizente com todos os protocolos, inclusive os da Fiocruz. E, em muitos desses lugares, as escolas estão fechadas. Eu tenho certeza de que o texto, prevendo... Assim como eu, vários especialistas da Sociedade Brasileira de Pediatria vêm defendendo que ambientes pedagógicos devem ser definidos como serviços essenciais. Nesse sentido, esse projeto de lei, sobretudo, promove uma inclusão educacional e diminui a desigualdade do acesso ocasionada pela exclusão digital.

No texto está previsto que tem que ter condições sanitárias avaliadas com base em critérios técnicos e científicos devidamente publicitados em ato do Executivo. Isso é fundamental. Deve ser realizado com base em pactuação, em regime de colaboração e sob orientação das autoridades sanitárias – perfeito! O retorno deve ser uma articulação entre educação, saúde e assistência social – excelente! É preciso desenvolver protocolos de retorno – sempre falamos disso. São diretrizes, critérios epidemiológicos, prioridades na vacinação, mas não uma condição *sine qua non* para o retorno escolar.

Não há vacinas. E, se formos esperar vacinação, diferentemente do que imaginamos, a vacina neste



ano não é para este ano, é para o ano que vem, não é para 2021, por mais que o Ministério da Saúde possa fazer esforço para isso. Prevenção de transmissão entre estudantes, familiares e profissionais. O envolvimento da criança ajuda na proteção e na incorporação das medidas não farmacológicas como parte do seu hábito, do seu cotidiano. As famílias e profissionais estão previstas na decisão. Devem prever parâmetros de infraestrutura, equipamentos higiênicos. Não estamos falando daquela escola que não tenha condições para que ela seja aberta, mas estamos falando de essa escola ser observada e ser motivada pela sociedade para ser aberta com condições e capacidade.

Prevê estratégias de distanciamento físico, alternância de horário e estabelecimento de ensino híbrido. Isso é o que estão prevendo todos os protocolos internacionais, e eu venho acompanhando isso de perto.

Os profissionais e estudantes do grupo de risco não devem ser incluídos no trabalho presencial. Obviamente, aí nós temos um cuidado especial.

Deve ser considerada a especificidade de cada escola. Como eu citei, 57% dos Municípios do Brasil não têm um caso de Covid sequer.

É opcional para pais e alunos de crianças de 4 a 17 anos. Isso está o projeto de lei.

É temporário, está durante a vigência da pandemia. E não dispensa o aluno, caso a família opte por ele não participar da atividade presencial, que é um direito, de participar das atividades virtuais.

Então, eu solicito a todos que leiam o texto, que façam contribuições, porque eu creio que esse texto está condizente com o que há de mais atual nas estratégias nacionais, com experiências muito bem exitosas em Manaus, no Ceará, em Pernambuco, em São Paulo, no Rio Grande do Sul, no Espírito Santo... Eu tenho acompanhado de perto essas experiências e tenho a certeza de que nós todos desejamos uma escola aberta, segura, mas que a essencialidade da escola não esteja só no discurso, mas esteja também no papel e no direito que uma criança tem de receber apoio e estrutura. É uma hipocrisia acharmos que estamos tendo ensino virtual com igualdade e equidade em todo o Território nacional.

Então, não dá para esperar, porque a escola que entrou na pandemia não vai sair da pandemia se nós não fizermos nada. Agora, se nós quisermos uma escola totalmente irreal, que não é aquela que a gente tinha sequer antes da pandemia, nós não vamos resolver o problema do ensino. Nós temos que resolver o problema de segurança de saúde. Nós não vamos colocar aqui naquela técnica de "já que estou falando disso, vou colocar aqui todas as minhas necessidades". Isso aí é um debate mais longo, mais complexo e que deve, a partir deste debate aqui colocado no Congresso Nacional, ser um objeto constante de atenção, cuidado e preocupação de toda a sociedade brasileira. Não dá para a gente achar que isso é apenas uma discussão de segurança.

Não há, como premissa básica, não há nenhuma medida de controle que vá eliminar o risco de doença infecciosa. Historicamente, as escolas já fechavam por surto de piolho, problemas com meningite e transmissão respiratória. Isso é parte. A escola é de notificação compulsória, ela faz parte da Rede de Vigilância desde 1975. Eu espero que a pandemia deixe um legado para a sociedade brasileira de inclusão da escola como parte da vigilância em saúde no Território nacional.

Muito obrigado, Senadores, pela oportunidade de exposição da minha posição.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Wanderson.

Eu fiz um remanejamento aqui. O Senador Marcos do Val colocou aqui no *chat* uma observação. De fato, havia dois palestrantes indicados seus antes, e, depois, viria, agora, justamente a Sra. Andréa Pereira.

Enfim, fiz aqui um remanejamento porque, de fato, acabaram ficando dois em seguida e nós vamos aqui tentar revezar. E há umas pessoas que são consideradas institucionais, obviamente, os dois ministérios, as duas Deputadas. O.k.?



Então, vamos seguir com a Sra. Andréia Pereira da Silva, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação no Estado de Minas Gerais, a Undime-Minas Gerais, e também Dirigente Municipal de Educação de Oliveira, Minas Gerais. Por dez minutos, Andréia Pereira da Silva com a palavra.

A SRA. ANDRÉA PEREIRA DA SILVA (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos. Parabenizo a Presidência e a cumprimento. Na oportunidade, cumprimento a todos aqui presentes. Aqui eu estou representando a Undime Nacional.

Tenho um eslaide; eu gostaria que fosse colocado para que eu pudesse fazer as considerações. Pode passar, por favor.

A Undime é uma associação civil sem fins lucrativos, que foi criada em outubro de 1996, e a nossa missão é articular, mobilizar e integrar os dirigentes municipais de educação para construir e defender a educação pública com qualidade social.

E na oportunidade... Pode passar, por favor.

Eu gostaria de colocar que a Undime preza pelos direitos que estão na Constituição, educação direito de todos, dever do Estado, dever da família e também como exercício da cidadania.

E, nesta oportunidade, eu gostaria de colocar que a Undime fez, nos últimos dias, esta semana ainda, uma pesquisa junto a todos os presidentes, a todas as seccionais – são 26 seccionais –, que remeteram aos Municípios brasileiros e nós temos dados aqui que são muito importantes. A maioria dos Estados estão em aula remota, de 75% a 100%. Em ensino híbrido, nós temos até 25%. E a volta presencial, inteiramente presencial não há nenhum Município que nos contactou que tenha essa volta presencial, somente híbrida.

Pode passar.

Educação é um direito constitucional, e não um serviço essencial, no entendimento da Undime. A educação, como direito constitucional, contribui para o desenvolvimento do ser humano, das suas capacidades e vontades. A atividade essencial é aquela indispensável ao atendimento das necessidades inadiáveis da comunidade e que, se não atendidas, colocam em perigo a sobrevivência, a saúde ou a segurança da população.

Ao contrário do que se pensa, tornar a educação um serviço essencial atenta contra a vida, contra a dignidade humana de se expor a comunidade escolar ao risco de contaminação.

Eu gostaria de colocar aqui que a Undime não é contra a volta às aulas, mas vê a necessidade, no momento – porque nós lidamos diretamente com os Estados que têm as nossas seccionais e que estão diretamente ligados aos Municípios –, de uma volta segura. Sabemos que todas as pessoas que palestraram aqui, que fizeram a sua exposição têm, todas, a certeza dessa necessidade, mas temos que lembrar também que nós precisamos de uma volta segura.

Pode passar, por favor?

Nós temos o seguinte posicionamento: propostas para enfrentar os efeitos da pandemia do Covid-19 na educação, a flexibilização desse calendário escolar devido a cada lugar, a cada Estado. Se a gente falar de Minas Gerais, Minas Gerais mesmo tem várias regiões; então, nós estamos lidando um Estado plural e que, em cada uma dessas localidades, tem as suas peculiaridades. O uso da educação à distância, as considerações da Undime às propostas, aos pareceres do Conselho Nacional de Educação que tratam sobre essa reorganização do calendário escolar e da oferta de atividades pedagógicas durante o período da pandemia.

Esses são os nossos posicionamentos, que temos defendido junto às nossas seccionais.

Pode passar.

A análise da MP 934, de 2020, que veio a ser sancionada com a 14.040, de 2020 também, o posicionamento público de educação, que é um direito de todos e todas, e o direito à vida e à educação.



Posicionamento sobre o voto ao Projeto de Lei nº 3.477, de 2020, acesso à internet gratuita aos alunos e professores das redes públicas. É importantíssimo isso. Não há como a gente fazer uma educação híbrida sem essa situação. A maioria dos nossos estudantes não têm condições.

Posicionamento público sobre o Projeto de Lei nº 5.595, pelo "sim", pelo direito à educação, mas uma educação que venha com toda a vacinação para o grupo de professores, das pessoas que trabalham nas escolas.

Pode passar, por favor.

Publicações da Undime destinadas a Secretarias Municipais de Educação. Nós estamos em reunião desde março, desde 18 de março, quando as nossas escolas pararam. Nós temos nos reunido semanalmente. Então, nós fizemos várias publicações, subsídios para a elaboração de protocolos de retorno às aulas nas redes municipais de educação, orientações e recomendações aos dirigentes que estavam em final de gestão e que agora outros, uma grande maioria foi trocada. Então, nós temos aí uma grande maioria de Secretários Municipais de Educação novos. Então, por isso a agenda dos cem primeiros dias e um caderno de orientação aos dirigentes municipais de educação com os principais fundamentos, políticas e práticas.

Pode passar, por favor.

Temas urgentes apresentados pela Undime ao Ministério da Educação, já em setembro de 2020. Foi feito pela Undime, datado de setembro de 2020, e refletia pedidos anteriores feitos pelo COE, no âmbito do Ministério da Educação.

Pode passar.

Neste momento, o protagonismo do MEC. Pedimos que o MEC fosse o protagonista nas discussões do processo de oferta de atividades pedagógicas não presenciais e sobre o processo de retorno às aulas presenciais, para além das normatizações do Conselho Nacional de Educação. Era importante termos o MEC ali, do nosso lado, do lado dos Municípios do Brasil para que nós pudéssemos ter um norteamento, assim como os Estados.

A garantia de recursos orçamentários e financeiros para efetuar todos os programas do Pnae, do Pnate, do PDDE, porque, como o Presidente mesmo colocou, com o dinheiro simplesmente, não dá para a gente ter uma retomada segura nem para os alunos, nem para as famílias desses alunos, nem para os professores e pessoas que trabalham dentro da escola e suas famílias.

E o apoio técnico e financeiro para a oferta de aulas remotas para o ensino híbrido, a retomada das aulas presenciais em condições de segurança sanitária. É importantíssimo isso. Não dá para voltar simplesmente, apesar de todos os problemas que nós sabemos que nós temos, mas, simplesmente, não dá para abrir as escolas e falar "vamos voltar" com o que nos é colocado financeiramente.

Pode passar, por favor.

E, para a retomada das aulas presenciais, esse protocolo é essencial, a discussão dessa reorganização dos calendários escolares e a garantia e prioridade no processo de vacinação contra a Covid-19 das comunidades educacionais – estudantes, profissionais, trabalhadores e gestores da educação.

Pode passar, por favor.

Isso aí é a educação básica, que já foi colocada, a porcentagem aí, a quantidade.

Pode passar.

O resultado da quarta onda. Nós mandamos um questionário: Como foi o ano letivo de 2020? Quais foram as estratégias de ensino remoto? Como o ano letivo de 2021 está sendo planejado – a maioria de forma remota? Como foram e estão sendo as estratégias de formação de profissionais? A gente viu que os profissionais estão sendo, de uma forma ou de outra, formados. E quais as principais dificuldades? A gente viu que é exatamente a falta de internet.

Então, nós tivemos aí uma defasagem no nosso País muito grande no que se refere à educação e



parece que está todo mundo querendo retomar de uma forma, do dia para a noite.

Pode passar, por favor. Sabemos dessas questões. Até quase 70% das redes concluíram o ano letivo de 2020 em 2020, mas nós temos essa grande dificuldade. E não dá para a gente fechar os olhos hoje e falar assim: "Vamos voltar". Nós precisamos de infraestrutura; nós precisamos voltar, sim, é imprescindível essa volta, mas as escolas públicas deste País precisam, sim, ter infraestrutura e ter dinheiro para fazer isso, porque, com mágica, a gente não consegue fazer muita coisa, ou não consegue fazer nada – a verdade é essa.

Eu agradeço a oportunidade de fazer essas colocações. Na verdade, eu posso enviar depois essa nossa pesquisa, que foi muito além da quantidade; é uma pesquisa muito importante para nós, porque ela foi feita lá, dentro das Secretarias Municipais de Educação, com todas as angústias que os meus colegas Secretários e eu estamos vivendo no nosso dia a dia.

Queremos voltar às aulas, mas não estamos vendo ajuda para que isso aconteça nem vacina para um profissional que é importantíssimo neste momento para a volta às aulas.

Agradeço a oportunidade dessa colocação.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Andréa, mais uma vez.

O Senador Marcos do Val pediu a palavra pela ordem.

V. Exa. quer fazer uso dela? (*Pausa.*)

O.k. Obrigado.

Vamos passar agora à Sra. Joana Angélica Guimarães, Reitora da Universidade Federal do Sul da Bahia (UFSB) e representante da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes).

Por 10 minutos, por favor, Sra. Joana Angélica Guimarães. Obrigado pela presença.

A SRA. JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES DA LUZ (Para exposição de convidado.) – Bom dia a todos!

Eu gostaria de cumprimentar o Senador Jean Paul Prates pela iniciativa, parabenizá-lo pela iniciativa dessa discussão tão importante, essencial para o País. Em nome dele, eu cumprimento os demais Senadores aqui presentes. Gostaria de cumprimentar a Deputada Federal Dorinha, que tem sido uma parceira e tem dado um grande apoio às nossas universidades em várias frentes, neste momento difícil que vivemos e, em nome dela, cumprimento os demais Deputados aqui presentes. Quero cumprimentar a Andréa e, em nome dela, cumprimentar as demais autoridades presentes, representantes, de associações e de entidades deste País relativas à educação. Cumprimento o Professor Mauro Rabelo, do MEC, que também se faz presente, e, na pessoa dele, cumprimentar as demais autoridades dos Ministérios aqui presentes.

Eu estava ouvindo atentamente aqui a todos e pensando um pouco sobre alguns aspectos que, talvez... Eu creio que entre todos nós aqui, por todas as falas, não há nenhum de nós que não entenda e não concorde com a importância e com o prejuízo das crianças fora da escola. Eu estou falando das crianças e, depois, eu vou falar um pouco mais detidamente sobre as nossas universidades, mas das nossas crianças.

No momento em que estou aqui falando, a minha neta está aqui no quarto ao lado tendo aula virtual, e ela, certamente, tem um prejuízo enorme em não estar na escola. E estou falando de uma criança que vive em uma casa confortável, com todo o conforto, com todo o carinho e com todos os cuidados necessários, mas, certamente, tem um prejuízo gigantesco na sua não convivência com os seus colegas, com a socialização, que é de fundamental importância na infância, enfim. Mas eu estou falando de uma criança que tem uma vida tranquila e confortável. Vamos falar um pouco sobre as crianças das periferias desse Brasil afora, que vivem em locais insalubres, com condições de vida bastante precarizadas.

Além disso, a fala da Andréa Pereira, representando aqui a Undime, traz alguns aspectos também



que são importantes de pensarmos, porque o ambiente da escola pode ser acolhedor, pode ser um ambiente mais seguro do que, em muitos casos, como bem falou a Dra. Florence, em relação à questão da violência e da insegurança de muitas crianças em seus espaços domésticos, mas nós também temos que falar dos profissionais da educação, que, em muitas e muitas dessas escolas públicas deste País, vivem em locais também periféricos, dependem de transporte público, muitas vezes, cheios de gente para se deslocar para a escola, têm dificuldades diversas. Então, nós temos vários aspectos aqui a serem considerados em relação à questão da volta.

Eu concordo e acho que todos nós concordamos que precisamos pensar nisso com a máxima urgência para termos as nossas crianças de volta na escola.

Então, eu acho que é só para registrar a concordância, mas, ao mesmo tempo, registrar a preocupação que nós precisamos ter em relação a todos esses aspectos que precisam ser considerados, incluindo aí a questão de infraestrutura nas nossas escolas, porque quem vive nos rincões do interior deste País e nas periferias das grandes cidades sabe das condições das escolas públicas deste País, como é que funcionam, muitas delas sem ventilação adequada, sem espaços de convivência adequados. Enfim, há uma série de questões aí que precisam ser resolvidas, e precisamos pensar como, porque o que nós precisamos dizer é o que significa a volta segura. Nós queremos a volta, mas o que significa isso e o que implica essa volta segura? Então, esse é o ponto que a gente precisa trazer e pensar como resolver essa equação.

Do ponto de vista das nossas universidades, que é um pouco, digamos assim, talvez menos complexo do que a educação básica, por conta de tudo isso que foi falado aqui em relação à educação básica, também há algumas questões e alguns problemas.

Hoje, 70% das nossas universidades, das nossas instituições já estão com os seus protocolos de biossegurança, com os seus planos de retorno presencial prontos. E precisamos pensar em como nós fazemos para adequar esses planos de biossegurança às condições orçamentárias das nossas universidades.

Então, nas universidades, ao longo do ano passado, quando nós iniciamos essa pandemia, em março de 2020, nós passamos um período grande buscando soluções para resolver a questão de continuarmos as nossas atividades, e 100% das nossas universidades estão em atividade neste momento, atividade remota, com as suas aulas, as suas atividades diversas possíveis de forma remota. Todas as nossas universidades têm feito colações de grau em todos os níveis de ensino, de tipos de cursos que nós temos em nossas instituições, e nós passamos um bom período do ano passado trabalhando nessa volta, nesse retorno.

E mesmo a universidade, que não tem a complexidade que é a educação básica, por conta das grandes diferenças existentes nas condições materiais, nas condições de infraestrutura das escolas públicas de educação básica do Brasil, mesmo assim, também tem grandes dificuldades porque nós temos um quantitativo enorme de alunos dentro das nossas instituições que têm dificuldades e que também são alunos oriundos das periferias das nossas cidades. Então, esse é um aspecto importante de ser considerado.

As universidades, como eu já registrei aqui, têm todos os seus protocolos já estabelecidos, já planejados. A Andifes, no ano passado, fez um relatório juntando todas essas questões relativas ao que era necessário para o retorno de aulas no formato remoto e, ao mesmo tempo, fizemos também já algumas análises e algumas discussões acerca dos protocolos de biossegurança, para iniciar o planejamento de retorno presencial no ano passado, pois já estávamos discutindo e trabalhando nessa perspectiva.

No entanto, para que isso ocorra, as nossas instituições precisam de recursos, para que a gente possa dar conta da dimensão e do desafio que é fazer essa circulação de pessoas dentro de uma universidade, com os protocolos de biossegurança, com equipamentos de proteção, com redução de espaços, com manutenção, com a parte de limpeza.

E hoje nós temos um orçamento das universidades que corresponde a 40% do orçamento que nós tínhamos em 2014. Então, com toda a demanda que surge com a pandemia, o nosso orçamento foi reduzido



significativamente, para dar conta das nossas atividades e da dimensão que a universidade já tem no seu quotidiano, no seu dia a dia.

Na pandemia, o retorno das aulas presenciais vai nos trazer mais desafios e mais necessidade de investimentos. E, portanto, essa é a grande questão que está sendo colocada e discutida pelas nossas universidades. Muitas das nossas universidades já têm algumas atividades de forma presencial, em especial as áreas de saúde, as aulas práticas. Estamos discutindo o retorno de muitas aulas práticas para outros cursos também, que necessitam dessas aulas.

Então, estamos discutindo a questão de ensino híbrido, com uma parte presencial e uma parte remota, em razão da redução do número de pessoas dentro da universidade, de circulação de pessoas, para reduzir o número de estudantes, por exemplo, por sala. Então, tudo isso está já pronto.

Agora nós estamos lidando com o desafio de como implementar esse protocolo de biossegurança, que nós discutimos, que nós planejamos, dada a questão orçamentária, que vivemos hoje, como os senhores têm acompanhado, e as dificuldades que nós temos tido.

Então, acredito que essa discussão é muito importante, porque acredito que educação é uma atividade essencial sim. No entanto, é importante que a gente também pense ou tenha em mente a questão da segurança, a questão dos protocolos de biossegurança, pois, para que eles possam ser efetivos, nós precisamos de recursos. Como bem colocou a Andréa Pereira em relação à educação básica, isso não é diferente em relação à educação superior.

Então, eu agradeço imensamente a oportunidade.

Estamos aqui para discutir e encontrar soluções, porque a grande questão que se coloca é: como fazer isso de forma segura? É claro que a vacina é o ideal, mas, não tendo a vacina para todos de forma rápida, nós precisamos pensar; pensar não, agir em relação a como fazer com que essas crianças retornem às escolas, como fazer com que os nossos jovens retornem às universidades de forma segura, tendo redução de orçamento, para que possamos investir naquilo que nós dissemos que é essencial ter, que é ventilação, espaços seguros, redução de pessoas por espaço, e como fazer isso, considerando o orçamento que nós temos. Então, essa uma grande questão que está colocada.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Reitora Joana Angélica Guimarães. Leve de nós todos aqui um abraço caloroso a todos os reitores, a todos os gestores das instituições federais de ensino superior, que estão passando por um período crítico. Certamente, ninguém inveja a situação que vocês têm hoje de tal redução orçamentária, inclusive com o risco de algumas entidades fecharem a partir do meio do ano. É realmente preocupante isso. Além do processo do presencial *versus* o remoto, temos ainda a própria manutenção física dessas entidades ameaçada hoje pela situação orçamentária.

Eu queria chamar a Professora Dorinha, Deputada Dorinha, que acho que já conseguiu se organizar. Podemos fazer um teste do som, Deputada Dorinha?

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE – Podemos. Está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Funcionou perfeitamente, Dorinha. Pode dispor do seu tempo, dez minutos, Deputada Federal Professora Dorinha Seabra, Relatora do Projeto de Lei 2.949, de 2020, na Câmara dos Deputados. A Deputada tem a palavra por dez minutos.

Obrigado.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada.

Eu cumprimento a todos. Não vou perder meu tempo cumprimentando a cada um. São pessoas que



lidam com a educação.

Eu acho que a principal questão que nos une aqui não é se a educação é essencial ou importante. A maioria aqui não descobriu agora que a educação é importante; a maioria já conhece a educação há muito tempo e luta para que a educação pública seja uma realidade, para que possa realmente haver prioridade para a educação, investimento, orçamento. A gente não chegou agora. Então, não é essa a questão.

Eu sou Relatora do PL 2.949, que trata do retorno seguro. Isso já era uma preocupação nossa. Esse texto foi entregue na Câmara para votação em agosto do ano passado e, em mais de 80%, 90%, foi incorporado CTRL+C, CTRL+V nesse novo texto. Então, não é esse o problema. O problema é casar elementos que não podem ser juntados. E eu vou partir de um princípio.

A minha primeira pergunta é: qual é questão de verdade? Qual é a questão real? A educação é essencial? Sim! Ela é prioridade? Sim! Faz diferença a presença na escola? Sim, faz diferença a presença na escola! O ano passado todo perdido tem um prejuízo enorme para os nossos alunos. Nós não estamos falando de lugares diferentes. Eu ouvi vários palestrantes aqui falando que a escola faz diferença e que o prejuízo é incalculável.

Nós teremos que fazer busca ativa, sim. Vamos precisar muito, Secretário Mauro, da ajuda do MEC para apoiar Estados e Municípios e recuperar os que ficaram para trás, e são muitos. A desigualdade é enorme, não temos dúvida disso, senão não estariámos defendendo a educação e a sua importância, o seu orçamento. Então, faz diferença. Faz diferença, sim!

Nós não queremos que as escolas fiquem fechadas. As escolas precisam estar abertas e precisam ser chamadas de escolas. Não podem ser espaços totalmente inadequados. A gente tem vergonha de dizer que ali é um espaço de escola e de educação. Então, também não é essa a questão.

A alimentação escolar faz diferença? Faz! Eu fui a primeira autora, logo quando começou a pandemia, a apresentar um projeto permitindo que os sistemas de ensino pudesse distribuir alimentos, pudessem garantir que houvesse na escola um espaço importante para a alimentação, apesar dos vergonhosos centavos que a gente consegue garantir para a alimentação escolar. Então, esse também não é o ponto que pode nos afastar.

Há uma diferença enorme nas famílias mais pobres? Existe um prejuízo, Florence, com as escolas fechadas? Enorme, enorme! Nós vamos ter que enfrentar esse prejuízo por quê? A violência... O ir à escola não significa só o acesso ao português e à matemática. O ir à escola significa ter oportunidade de socialização, de aprendizado, mas também de garantia dos direitos sociais. É um direito subjetivo. Então, por que falar de direito essencial ou de uma atividade essencial se a Constituição já diz que é um direito subjetivo, como é o meu direito à vida? O que a gente está dizendo é que o fato de essa abordagem ser essencial tem um porquê. Aí, talvez, seja o ponto que pode nos distanciar.

Tivemos um aumento das desigualdades? Sim. Estamos numa luta enorme para garantir acessibilidade, internet de qualidade, condições para que professores e alunos tenham aula. Nós sabemos o tamanho da desigualdade, quantas crianças e jovens, mais de 40 milhões de alunos, não conseguiram ter acesso à internet, as suas escolas não tinham plataforma à disposição, os seus professores não estavam preparados. Informam que há internet em casa com um único celular, que, às vezes, é o instrumento de trabalho para o pai ou a mãe para algum serviço.

Tudo isso nós já sabemos. Já temos muita produção. O que estamos dizendo é que faz diferença, sim, a escola. É preciso haver investimentos necessários.

Aí, Wanderson, não é a escola ideal. A nossa escola ideal, a nossa busca para corrigir as nossas deficiências históricas, nós colocamos no Fundeb, e vamos trabalhar no custo-aluno-qualidade. Espero que as pessoas que estão lutando tanto pela educação essencial nos ajudem a construir o custo-aluno-qualidade para a escola ideal.



Nós estamos falando da escola que não vai matar. Estamos falando da escola que não vai provocar a doença de alunos e professores. Às vezes, eu escuto as pessoas dizendo "as crianças, as crianças, as crianças". A escola, para funcionar, não é só das crianças. Quem lida com escola de verdade sabe o que precisa ser organizado para as crianças chegarem na escola.

Estou falando com tranquilidade, porque, no meu relatório, que, inclusive, foi votado ontem na Comissão de Educação, a gente tem alguns princípios que estão escorados em várias falas que foram aqui colocadas.

O Wanderson mesmo falou isto: há muitas cidades que não têm doença, em que a pandemia está zerada.

O princípio que está no nosso texto é o da autonomia. Vamos dizer as diretrizes, quais são as condições que precisam ser olhadas e vamos dar autonomia para que cada Município, cada escola, a partir do que está definido no texto – aqui, não tenho condições de apresentar o texto, mas posso disponibilizar –, possa definir essas condições.

Lembro que, para a criança chegar na escola, há transporte escolar, aqueles ônibus amarelinhos amontoados de crianças, amontoados de jovens – há que se olhar o transporte –; a produção da merenda feita pelas merendeiras, com comorbidade muitas delas, com muitas dificuldades. A escola não é feita só de alunos. Os alunos não brotam lá. Há todo um aparato para garantir que eles cheguem. E nós queremos que cheguem. O que a gente precisa é construir essas condições, ações de recuperação e condições para essa escola funcionar.

Foi aqui dito: nós precisamos abrir algumas janelas, precisamos adequar. Não queremos aquela escola ideal, mas, para ela funcionar: lugar para lavar a mão, 49% das escolas não têm saneamento básico. Estou falando de banheiro, estou falando de pia, estou falando de carteira. Mas nós não vamos querer a escola ideal, mas nós vamos querer, pelo menos, a escola que não mata.

Então, é essa a nossa preocupação.

E o Ministério da Educação, ano passado, enviou um primeiro recurso e pode continuar ajudando. A gente tem conversado sobre isto – não é, Mauro? –, do apoio, para que as escolas façam essas pequenas adequações, de abrir uma janela, porque há menino que estuda dentro de caixote; há criança que estuda dentro de escola de lata.

Então, vamos colocar tudo genérico, como se fosse ruim? Não, há muita escola boa. Na minha capital, a maioria das escolas tem até piscina. Por isso o princípio da autonomia para cada uma das realidades funcionar.

Então, esse é o primeiro princípio. Há várias estratégias. O protocolo a partir das escolas, porque elas olham a sua realidade, o que elas precisam, porque são muito diferentes, embora os princípios precisem ser mantidos.

Também quero estabelecer esta questão que foi dita por outras pessoas: o número de pessoas por sala, o número de alunos, o espaçamento, como vão ter que ser subdivididas, horários reorganizados, tudo isso está na lente de quem lida com educação. Com certeza, os secretários municipais, estaduais, a CNTE, está todo mundo atento para isso. A gente sabe fazer. A gente tem condição de fazer isso.

O segundo princípio: a adoção do que recomendar à ciência. Todo mundo aqui está o.k.. Então, isso não é ponto também que nos distancia. A gente está de acordo com que temos que ter condições concretas, sérias, sob orientação da ciência.

Já estou terminando. Eu nem sei... O meu tempo é curto como o de todo mundo.

Eu quero só chamar a atenção, ainda dentro do que foi colocado, da média de dias que o Brasil ficou parado. É muito alta. Mas quais são os países que, como o Brasil, estão enfrentando a dificuldade de acesso à vacina como o nosso País? Não dá para comparar um pedacinho; a gente tem que comparar o



conjunto e a realidade que nós estamos vivendo.

Então, nós defendemos o retorno, sim, às aulas, o retorno seguro, a vacinação, isso significa... Ouvi atentamente a fala do Ministério da Saúde, o Ministro Milton... No meu texto, a gente coloca a questão da vacinação, muitos professores, profissionais provavelmente da universidade já terão sido vacinados em virtude dos critérios que foram adotados, mas nós entendemos que é prioridade, sim.

Chamo a atenção para uma fala que foi muito importante do Ministério da Saúde: risco de óbito e risco de contágio. O risco de óbito e o risco de contágio num lugar em que você junta 3 mil alunos, 2 mil alunos, 1,5 mil alunos é grande, pelo menos do que eu conheço. Nós estamos juntando famílias de diferentes lógicas. Então, eu acho que é importante a gente lembrar que... A gente fala muito de criança de zero a três, mas a gente está falando é de zero até o término do ensino médio, das universidades e institutos federais, com tudo isso, todo o conjunto de profissionais e trabalhadores que estão aqui envolvidos com esse retorno às aulas.

Também alguém mencionou, acho que foi um infectologista: se você toma medidas suficientes, pode ser mais seguro ficar na escola a ficar em casa. Concordo. Muitas das nossas famílias não têm casa para ficar, não têm comida, não têm água tratada lá também. Agora, é preciso organizar essa escola e o formato para chegar à escola.

Eu continuo à disposição.

Então, eu acho que não nos distancia entender que a educação é essencial, que a educação é prioridade; o que nos distancia é de cima para baixo e dizer: "Volte agora de qualquer forma". É com isso que a gente não concorda. Não dá para voltar agora de qualquer forma, as realidades são muito diferentes. Vamos garantir vacina, vamos fazer pequenas adequações nas nossas escolas. Queremos, sim, muita ajuda para depois da volta. Como é que nós vamos cuidar de todos que ficaram para trás? E foram muitos que ficaram para trás.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito bem. Muito obrigado à Relatora do Fundeb, Deputada Dorinha. De fato, uma coisa que ressalto na sua fala e que, na verdade, resume todo esse processo que nós estamos vivendo aqui – ninguém está discordando, não há fla-flu aqui, é apenas a forma de fazer isso, e cada um tem a sua visão dentro da parte técnica, epidemiológica, da parte educacional, mas, enfim –, uma das questões provavelmente unânime é a questão da conectividade. E eu quero ressaltar, mais uma vez, aproveitando a oportunidade da nossa audiência, dos Deputados e Senadores, a importância da derrubada do Veto 10. O Veto 10 do Presidente da República vem à pauta na quinta-feira da semana que vem, sessão do Congresso Nacional, que, até segunda ordem, estará agendada para a semana que vem. E é um recurso que vem do Fust, é um recurso que não fura teto, não sai do Orçamento, é um projeto importante porque distribui *tablets*, celulares e *chips* para alunos da rede pública e conectividade banda larga para as escolas públicas.

Parte do processo de voltar às aulas consiste em revesar parte da turma em sala de aula, enquanto a outra participa da mesma atividade remotamente; e, no outro dia, o contrário acontece. Para isso, é necessário que esses R\$3,5 bilhões do Fust, que é aquele fundo, pessoal que está nos assistindo, que era lá da privatização das telecomunicações, dedicado a manter os orelhões, a telefonia fixa e depois, durante o Governo Dilma, foi realocado justamente para a banda larga no Brasil todo. Então, não é inconsistente sequer com a utilização do Fust. Esse veto é o Veto nº 10, importantíssimo para esse retorno seguro.

Vamos seguir concedendo a palavra à Sra. Carolina de Oliveira Campos, fundadora da Consultoria Vozes da Educação e responsável por um estudo sobre volta às aulas em mais de 50 países.

Por dez minutos, Carolina.

Muito obrigado pela sua presença.



A SRA. CAROLINA DE OLIVEIRA CAMPOS (Para exposição de convidado.) – Exmos. Srs. Senadores e Senadoras, Exmos. Srs. Deputados e Deputadas, senhoras e senhores, bom dia, muito obrigada, é um prazer estar aqui com vocês.

Gostaria de pedir, por gentileza, que meus eslaides fossem projetados, para que a gente pudesse conversar.

Muito obrigada.

Pode passar.

Nós fizemos, dentro do Vozes da Educação, um levantamento com mais de 30 países – na verdade, são três levantamentos. Desde agosto do ano passado, nós vimos olhando para outros países e não estamos aqui falando apenas de países que são de realidades muito diferentes do Brasil, estamos falando de países do BRICS, países da América Latina, países que historicamente performam muito bem no Pisa também, países que estão navegando muito bem na pandemia, e, com esse conjunto de informações, nós chegamos a algumas conclusões.

Acho que neste momento estamos juntos, reunidos aqui, para podermos falar... Muito mais que sobre quando voltar às aulas, o nosso debate agora é como retornar às aulas, a um, porque o Brasil está muito, muito atrasado nessa discussão. Outros países já reabriram as escolas há muito tempo em condições, às vezes, parecidas com as nossas em termos epidemiológicos, como foi o caso da África do Sul e do Reino Unido.

Pode passar, por favor.

A gente vai falar hoje em três grandes pilares: o primeiro pilar é o da comunicação; depois, é o de como voltar às aulas, abertura e fechamento das escolas; e, por fim, vamos falar sobre planejamento, algo tão importante sobre o que a gente precisa refletir.

O primeiro ponto da comunicação é que estamos vendo no Brasil uma guerra de liminares. Então, é muito importante a gente entender que, quando a gente fala sobre educação, a gente precisa de juntar todo mundo. Educação não é apenas uma pessoa. Esse é um problema complexo, e a gente não vai conseguir ter uma resposta única. Então, a gente precisa, sim, se unir para conseguir resolver o problema. O que a gente está vendo hoje é que a guerra de liminares faz com que professores tenham dificuldades, alunos tenham dificuldades, famílias, comunidade escolar como um todo, Secretaria de Educação, enfim... Então, essa desconexão da comunicação é algo bastante problemático.

Pode passar, por favor.

O que nós vimos nos nossos levantamentos é que confiança é algo essencial, e essa confiança acontece por meio de uma boa comunicação. Países que tiveram boas formas de se comunicar, tenderam a promover um diálogo maior e uma confiança maior na comunidade. E, assim, a comunidade, então, garantiu que os protocolos fossem aceitos e adotados.

Para vocês terem uma ideia, na Argentina, o Governo central está indo a todas as províncias, pessoalmente, para tentar escutar quais são os desafios das escolas. É o que a gente tem dito: não adianta você achar que educação é um problema exclusivo do Ministério da Educação ou das Secretarias de Educação, a gente precisa que os governos centrais, assim como outros países fizeram, encabecem a discussão, o debate, ajudem e apoiem. Precisamos que isso aconteça no Brasil, inclusive. O que a gente precisa entender é que na Argentina eles fizeram essa busca muito próxima para tentar escutar a realidade.

A Primeira-Ministra da Nova Zelândia, Jacinda Ardern, tem ido frequentemente não só às redes sociais, mas sobretudo falado em rede nacional. Ela fala para as crianças, ela responde às perguntas das crianças. Ela fala, por exemplo, por que uma criança pode ou não pode fazer o aniversário na escola.

Nesse ponto, eu gostaria de registrar algo muito importante. Nós estamos aqui debatendo, mas as nossas crianças estão vendo. A gente ainda não está falando de criança, a gente não está falando do ser



que está ali nos quartos, trancado nas casas, esperando a escola. A gente acha que as crianças não estão vendo o que está acontecendo, mas elas estão vendo e elas vão nos cobrar por isso no futuro. Então, a gente precisa escutar a voz da criança. Agora, é claro, a gente também precisa saber como nós vamos fazer esse planejamento. Esse planejamento é essencial.

Pode passar, por favor.

O nosso segundo pilar é essa parte de abertura e fechamento das escolas. Como a gente tem falado, então, todos os países que a gente analisou e que tiveram um retorno satisfatório das aulas, tiveram estratégia intersetorial. A gente vai ter que juntar assistência social, saúde, educação, todo o mundo, para a gente conseguir fazer uma volta segura às aulas.

Pode passar, por favor.

Um ponto importante é que nós temos escutado muito assim: as nossas escolas não têm ventilação, as nossas escolas não têm saneamento básico. E eu concordo. Eu sou ex-Secretária Municipal de Educação, já trabalhei no agreste de Pernambuco. Sei muito bem as dificuldades que a gente vive e posso dizer a vocês que a gente realmente precisa adequar as escolas, mas não é agora, não. A gente já precisava ter adequado as nossas escolas há muito tempo. Escola que não tem saneamento básico já deveria não estar funcionando há muito tempo. A gente já deveria ter feito essas adequações. E aí o que a gente pode, por exemplo, aprender com os outros países, é o caso do que o Uruguai e a Argentina vêm fazendo, eles estão reabrindo escolas de zona rural. Escolas de zona rural já são em formato de bolha, já tendem a ser escolas menores, já tendem a ser escolas que, muitas vezes, têm uma ventilação adequada e, às vezes, as questões epidemiológicas não estão tão sérias naquele lugar. A gente também se engana ao achar que escola que não tem água não pode voltar, porque, se a escola for abastecida por caminhão-pipa, ela tem água. E, quando a gente tinha escola que não possuía abastecimento por caminhão-pipa, antes da Covid, já não tinha aula, porque não tinha como fazer merenda.

Então, o que a gente viu foi que... Uma coisa que é importante deixar claro para vocês é que o novo normal – quando a gente estava lá em março do ano passado pensando como seria o novo normal – vai ser o de abrir e fechar escola. A gente tem que parar de achar que, se a escola fechou, isso é um insucesso, é porque deu errado. Não, a escola, em alguns momentos, vai ter que fechar. Em Israel, aconteceu de abrir e fechar inúmeras vezes. Hoje é o país que mais vacinou pessoas, e ainda assim a escola segue abrindo e fechando. A gente tem que parar de achar que voltar à escola significa de 8h às 12h, de segunda a sexta. Não é assim. A gente precisa voltar de uma forma escalonada, o retorno tem que ser faseado, temos que pensar em etapas, sobre quem volta primeiro.

Minha gente, a alfabetização são dois anos de ciclo pela BNCC. Se a gente hoje, com um ano e meio de escola fechada, for olhar para as crianças da alfabetização, o que a gente está entendendo é que essas crianças perderam o ciclo da alfabetização. É uma geração inteira sem ser alfabetizada.

Pode passar, por favor.

Por fim, temos essa parte do planejamento. Então, não dá para a gente fazer nada, pensar em abrir escola, pensar em rodízio, em escalonamento, em nada disso se a gente não planejar. A educação é fundada no planejamento. Todo professor tem o seu caderno. Todo professor tem que planejar a sua aula. E é assim nas secretarias de Educação. A gente planeja ano letivo, a gente planeja início de ano letivo. A gente tem que planejar esse retorno.

Pode passar, por favor.

Só que esse planejamento tem que ser feito com os protocolos. Milhares de protocolos de volta às aulas já foram feitos. Há o protocolo do MEC, do Consed, da Undime, da Fiocruz, de várias instituições públicas e particulares, ONGs, sindicatos... Já temos muitos protocolos. Do que a gente precisa agora, neste momento, é implementar esses protocolos. A gente precisa de formar os nossos profissionais da



educação. Precisamos chegar para esses profissionais e dizer como é que eles vão voltar. Cada profissional da educação precisa saber qual é a sua função dentro da sala de aula, dentro da escola. Se a criança testou positivo, se a criança está com suspeita de Covid, faz o quê? Quem leva essa criança para sala, quem isola essa criança, quem liga para os pais, quem comunica aos pais que o teste precisa ser feito? É nisto que a gente tem que pensar o tempo todo: é no planejamento, é em quem faz o quê. A educação não está acostumada a ter esse tipo de resposta tão imediata aos protocolos. Mas a gente sabe que o Brasil consegue fazer isso, porque, se a gente tem hospital funcionando, se a gente tem Bombeiros funcionando, por que a gente não vai conseguir fazer isso na educação? Claro que a gente vai. Se a gente tiver formação para os nossos profissionais da educação... E eu não estou falando apenas do professor, eu estou falando da merendeira, eu estou falando do vigia, eu estou falando dos coordenadores pedagógicos, dos diretores, de todos os profissionais que estão dentro da escola. Se eles receberem formação, a gente vai conseguir avançar e a gente vai conseguir uma reabertura segura. Já foi dito e repetido aqui que existe a possibilidade de você implementar soluções. Nada é simples, nada não tem custo. As coisas têm custo. As coisas precisam... A gente precisa de recursos para implementar. Mas a gente também consegue implementar muita coisa mudando formas de gerir o que a gente até então vinha fazendo.

Pode mudar, por favor.

Por fim, não sou eu que vou falar. Eu vou deixar vocês com a Evely. Ela tem 11 anos de idade. Ela mora no interior do Cariri e ela pode falar muito melhor do que eu a situação das crianças, de como elas estão vivendo, no Município da Barbalha. É ela quem vai falar e não eu:

Oi, boa tarde!

Eu sou a Evely, tenho 11 anos, moro na Mata dos Araçás, Barro Vermelho, e estudo na Escola Maria Linhares da Paz.

Eu vou contar um pouco para vocês da minha dificuldade. A dificuldade que eu tenho é que aqui em casa é um celular para três crianças, que sou eu, minha irmã e meu irmãozinho. E também a internet não é daqui da minha casa, é a da minha tia a que a gente usa para pagar. E também nesse momento meu pai não está trabalhando, ele arranja alguns bicos para fazer. Minha mãe não trabalha. E também tem vez que eu preciso dos materiais escolares que eu não tenho para fazer os trabalhos, que os professores mandam para a gente fazer. Tem vez que eu não posso fazer, mas eu invento alguma coisa para mandar. Faço numa folha de caderno. E a minha Professora Júnia e a minha Professora Geane me ajudaram muito. Júnia comprou um *kit* de coisas, de material escolar para mim. Ela me ajudou muito nesse momento.”

Muito obrigada, senhoras e senhores.

Um bom-dia.

Estou à disposição para eventuais esclarecimentos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Carolina! Obrigado, Evely! Você e a Professora Júnia são muito bem-vindas aqui também com a gente. Muito importante. Carolina, muito obrigado por ter trazido esse depoimento, que, realmente, é emocionante e, ao mesmo tempo, entusiasmante para todos nós, que estamos aqui tentando viabilizar a possibilidade de que Evely e outros possam voltar às atividades normais ou pelo menos pós-normais, também chamados de novos normais, o quanto antes.

Eu queria conceder a palavra agora ao Sr. Heleno Araújo – Heleno está por aí? –, Presidente da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Educação (CNTE), por dez minutos. Heleno, está *on*? Não o estou enxergando aqui.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO – Obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Agora, sim.

Obrigado, Heleno, pela presença.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Quero cumprimentar todos e todas e desejar que tenhamos muita força e disposição para enfrentar estes momentos difíceis que estamos vivendo.

Quero saudar todas as Senadoras, os Senadores, os Deputados e as Deputadas Federais.

Cumprimento o Senador Jean Paul, o Senador Marcos do Val, a Deputada Professora Dorinha Seabra e a Senadora Zenaide Maia.

Fomos convidados para pensar estratégias para o retorno às aulas presenciais. As trabalhadoras e os trabalhadores da educação básica pública do Brasil estão em diálogo permanente e em luta constante para buscar essas estratégias e garantir o retorno às atividades presenciais, que é o que nós desejamos. Por isso, eu elenquei aqui cinco estratégias para tentar contribuir com o debate e alcançarmos o objetivo de retornar às atividades presenciais.

A primeira estratégia que apontamos é de não impor o retorno às atividades presenciais; a imposição não ajuda neste País continental. Por isso, nós rejeitamos o conteúdo do Projeto de Lei 5.595. Foi importante tirá-lo da pauta do Senado para fazer a correção do erro cometido pela Câmara dos Deputados e das Deputadas. Por isso, é importante fazer este debate. Imposição não ajuda e não contribui neste momento difícil que estamos vivendo.

A segunda estratégia cabe ao Estado brasileiro. Os três entes federados precisam dialogar e construir estratégias para fazer o enfrentamento a esta pandemia. É necessário parar o País, se preciso for, para controlar a pandemia da Covid-19, e parar em quantidade de dias orientados pelos especialistas da área, que já apresentaram propostas ao STF, ao Governo Federal, mas a Frente pela Vida não recebeu respostas das orientações apresentadas. É preciso vacinar, testar em massa, rastrear os casos de infecção, isolar os casos para evitar mais infecção e mortes em nosso País. E essa estratégia, essa responsabilidade é do Estado brasileiro – as três esferas de governo, Congresso Nacional, Assembleias Legislativas, Câmaras Municipais. Ou cada sujeito e sujeita dessa história assume a sua responsabilidade ou fica cada vez mais difícil retornar às atividades presenciais.

A terceira estratégia que propomos cabe ao Ministério da Educação, e já vivenciamos isso em nosso País. O Ministério da Educação tinha a Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino. Já ouvimos aqui a fala da Undime e o pedido que a Undime fez. A Sase contribuiu para que os planos municipais de educação e os planos estaduais de educação cumprissem a meta do Plano Nacional de Educação de, em um ano, ter a sua elaboração. Isso não se fez sem coordenação, sem responsabilidade. A Sase, dentro do MEC, criou comissões técnicas nos Estados, com grupos de Municípios, com pessoas indicadas pelo Conselho de Educação, fóruns de educação, entidade sindical, entidade estudantil, associação de pais e mães, Undime, Secretaria de Educação. Essas foram as entidades que indicaram pessoas para compor uma comissão técnica, financiada pelo Ministério da Educação, que fizeram um diagnóstico local e definiram as políticas, as ações dos planos municipais e estaduais de educação. Então, uma experiência exitosa, uma experiência que já vivenciamos no nosso País. Então, cabe a estratégia, ao MEC restabelecer essa ação, criar comissões pelo País afora para fazer o diagnóstico mais próximo da realidade possível, porque aqui apresentamos números diversos, mas, neste País continental, esses números diversos acontecem lá no Município, lá no local. Então, há a estratégia da responsabilidade do Ministério da Educação de criar essas comissões indicada por pessoas locais, que conhecem a realidade, para fazer o diagnóstico e, a partir desses conjuntos de diagnósticos, aplicar políticas específicas para cada local, de acordo com as suas



realidades. Isso, Senador Jean Paul, não foi feito em nosso País. Então, não adianta querer impor retornar as atividades presidenciais sem cuidar da tarefa anterior. Então, há a estratégia de responsabilizar o MEC para formar essas comissões técnicas por indicações locais e financiadas pelo Ministério para aquilo cuidar do espaço e da estratégia necessários a essa ação.

A quarta estratégia já foi citada aqui diversas vezes. A quarta estratégia significa encaminhar o que foi aprovado no Projeto de Lei 3.477: garantir as condições para que, de forma emergencial, se faça a atividade remota; ter recursos para equipamentos, conexão dos nossos estudantes e professores. E o Congresso Nacional cuidou dessa estratégia aprovando o PL 3.477. Quem está desmontando essa estratégia é o Governo Bolsonaro, ao colocar veto a esse projeto de lei que foi aprovado. Por isso, o Senador Jean Paul Prates citou aqui várias vezes: o veto ao PL 3.477 tem que ser derrubado, para que, de fato, haja financiamento para cuidar dessa interação, cuidar do ambiente e preparar o retorno às atividades presenciais.

A quinta estratégia que propomos aqui, que apoiamos, também já foi falada aqui, de forma bem enfática, pela Deputada Professora Dorinha: a aprovação do PL 2.949. O PL 2.949 estabelece um protocolo nacional, uma participação efetiva para o retorno seguro às aulas presenciais, após a vacinação de todos os profissionais e de todas as profissionais da educação.

É importante, Senadores e Senadoras, Deputados e Deputadas, entender que o Projeto 5.595 impõe e nos leva à infecção e mortes na comunidade escolar, diferentemente do Projeto 2.949, que democratiza o processo de formação, cria comissão a nacional, as estaduais e a comissão na escola, para falar da nossa realidade, da nossa situação.

Então, se é verdade que queremos o retorno às atividades presenciais, pelas falas apresentadas aqui, é necessário cumprir as estratégias já existentes e barradas pelo Governo Federal e cobrar do Governo Federal, dos governos estaduais e municipais e do Ministério da Educação que cumpram seu dever e a sua tarefa de cuidar da educação pública em nosso País, da educação privada; de cuidar do povo brasileiro.

Essas são as considerações das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação básica pública do Brasil, Senador Jean Paul.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Héleno, pelas suas contribuições, inclusive enumerando várias sugestões e estratégias.

O Héleno nos traz aqui a visão do chão de escola. Podemos chamar assim, Héleno. Em vez de chão de fábrica, chão de escola, real, o Brasil real. Eu chamo sempre de realidade real do Brasil geral.

Eu queria chamar aqui...

E saliento que o projeto que o Héleno mencionou, o PL 3.477, é justamente esse que teve o veto que eu mencionei, o Veto 10, que trata da distribuição dos *tablets*, da conectividade das escolas públicas.

Queria chamar o Sr. Guilherme Lichand, professor da Universidade de Zurique. Com o nosso funcionamento remoto, isso nos permite tê-lo aqui, Guilherme. Você está aí falando diretamente de Freetown, em Serra Leoa, na África. Muito bem-vindo, muito obrigado por retirar parte do seu tempo de trabalho aí, na África, para estar aqui conosco *on-line*.

Obrigado, Guilherme. A palavra consigo por dez minutos.

O SR. GUILHERME LICHAND (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador. E boa tarde a todas e todos. É um prazer contribuir aqui para o debate. Agradeço também aos colegas que já apresentaram.

Acho que, como foi falado, não temos discordâncias fundamentais, mas acho que é importante que a gente coloque aí mais detalhes no como essa reabertura vai acontecer – e eu vou tentar fazer isso à luz de dados e dados de experiências brasileiras bem-sucedidas de reabertura das escolas.



A gente fala muitas vezes de reabertura conceitualmente e, no final, a gente precisa olhar como já está acontecendo essa reabertura e ver se ela está sendo feita de forma segura e que impactos essa reabertura já está trazendo aí para os resultados educacionais. Eu vou mostrar isso através de dois estudos.

Se puderem, por favor, colocar a apresentação. Eu queria dividir com vocês. Pode passar.

São estudos em parceria com a Secretaria da Educação do Estado de São Paulo e com o Banco Interamericano de Desenvolvimento. Claro que as conclusões são exclusivamente dos autores. Isso é um trabalho conjunto com o Onicio Leal Neto, que é epidemiologista, PhD pela Fiocruz; o Carlos Alberto Doria, que é mestre pela PUC-Rio; e o João Cossi, do BID.

Então, essa decisão de reabrir ou não reabrir as escolas, em última instância como fazer isso de maneira segura e efetiva, precisa considerar dois custos. De um lado, potenciais custos educacionais do ensino remoto, de não conseguir fazer isso através das aulas presenciais. E, de outro, potenciais custos de saúde de reabrir as escolas para as atividades presenciais durante a pandemia.

E a verdade é que esse debate público tem acontecido com pouca evidência, pelo menos para o Brasil, sobre quais são esses custos das duas naturezas. Então, na minha apresentação, eu vou tentar trazer dados robustos, rigorosos para esses dois custos, para que a gente possa ter um debate público bem informado.

Pode passar, por favor.

Então, o primeiro estudo do Estado de São Paulo buscou entender qual foi o impacto do fechamento das escolas na pandemia sobre a aprendizagem, através de testes padronizados, e risco de abandono, que é o grande perigo aí dessas crianças e jovens não retornarem à escola.

A gente está tomando todo o cuidado para quando a gente vai voltar com aulas presenciais e pode ser que, quando a gente volte, uma boa parte dessas crianças e jovens na verdade não estejam lá. A gente precisa entender o tamanho desse risco.

Segundo, a gente vai olhar para a experiência do Estado de São Paulo, que, de setembro em diante, autorizou que as escolas gradualmente pudessem retomar atividades presenciais. Em particular, a partir de novembro do ano passado, o Estado autorizou que as aulas pudessem retornar para o ensino médio, e 20% dos Municípios do Estado realmente passaram decretos autorizando que as aulas retornassem presencialmente, sob um protocolo seguro de reabertura.

A gente vai falar mais sobre isso, mas isso de fato aconteceu. A gente pode olhar para isso e tentar entender como foram esses impactos, primeiro do fechamento e depois da reabertura.

Pode passar, por favor.

Então, aqui eu vou resumir os resultados. Os dois artigos já estão disponíveis publicamente na internet, acessíveis em formato de *preprint*, que ainda estão sob revisão dos pares, mas os resultados já estão todos disponíveis.

Olhando para São Paulo, comparando com cuidado ali a evolução da aprendizagem em 2020, depois que as escolas foram fechadas, final do primeiro bimestre, com a evolução típica que acontecia, por exemplo, em 2019, só com aulas presenciais, os impactos educacionais do fechamento das escolas não são nada aquém de catastróficos. Primeiro, para risco de abandono, a gente encontra um aumento de 365% desse risco de abandono. E a gente estima, para ser bem concreto, num Estado como São Paulo, a evasão típica, num ano comum, para fundamental 2 e médio, é de 10%. Então, num ano normal, já são 10% dos alunos que abandonam.

A minha estimativa é de que nesse contexto, a não ser que a gente faça alguma coisa muito importante, um terço desses alunos pode não voltar para a escola. Isso é olhando realmente os dados, os meninos que estão sem nota de português e matemática no boletim, apesar de todos os esforços da secretaria, dos professores. Não é por falta de esforço, é por um desafio enorme de conseguir fazer, de maneira remota, o que se faz, já como desafio, no presencial.



Em termos de aprendizagem, também resultados que são basicamente catastróficos, uma perda de aprendizagem em relação ao que teria acontecido com aulas presenciais, de três quartos basicamente. Então, só se aprendeu um quarto, durante o período de escolas fechadas, em relação ao que se aprende com aulas presenciais, nas nossas estimativas.

Mais importante, esses impactos estão concentrados sobre os alunos mais vulneráveis. As meninas sofreram mais com o aumento do risco de abandono; os alunos pretos e pardos, mais, tanto com o risco de abandono, quanto com a perda de aprendizagem; e ambos os impactos negativos mais concentrados nas escolas em bairros mais pobres e naquelas que não ofereciam atividades *on-line* antes da pandemia, segundo o censo escolar de 2019. Então, mais uma vez, um aumento das desigualdades.

O que eu quero destacar, aqui, além desses custos dramáticos de escolas fechadas? É que, olhando para artigo publicado recentemente, olhando para esses impactos na Holanda, um país desenvolvido, com condições muito melhores que as do Brasil, mostram que, pelo menos em termos de perda de aprendizagem, os resultados não são tão diferentes. Então, o ponto não é exatamente só falta de conectividade, dispositivos etc. Nem na Holanda dá para fazer com o ensino remoto o que se faz com o ensino presencial.

Vai ser importante, sim, ampliar a conectividade para as escolas e para os alunos, porque, na retomada, a gente vai precisar de todo o arsenal que for possível; mas isso não é suficiente. É muito, muito urgente retomar atividades presenciais. E eu vou mostrar agora, na sequência, que isso, de fato, tem efeitos. Eu também vou tentar mostrar que isso pode ser feito de forma segura.

Pode passar, por favor.

Aqui, mostrando só um pouco dessas desigualdades. Então, o risco de abandono aumentou aqui, para todas as séries, numa porcentagem expressiva. A terceira série do ensino médio já era a série que costumava ter o menor abandono, porque já é muito selecionado, são 70% que vão efetivamente terminar o ensino médio. Ainda assim, mesmo nessa série, um aumento de 250% de risco de abandono. Nas outras séries, você pode ver, acima de 300% em todas elas. E concentrado nos mais vulneráveis, como eu disse.

Pode passar.

Nas notas também, perdas concentradas em todas as séries, enormes aí. E não é diferente para o fundamental 2 e para o médio. Então, mesmo no ensino médio, que você pensaria que está mais... Adolescentes, mais próximos de concluir o ensino básico, não parecem mais preparados para o ensino remoto, comparando com o ensino presencial.

Pode passar, por favor.

Aqui, finalmente os resultados de reabertura das escolas. Em São Paulo, como falei, 20% dos Municípios autorizaram que as aulas voltassem para o ensino médio no último bimestre de 2020. E isso, embora não tenha sido o remédio para todos os nossos males, em particular, por exemplo, o risco de abandono continuou muito alto, mesmo nesses Municípios, em termos de aprendizagem, houve efeitos, sim, expressivos. Então, os Municípios que autorizaram que as aulas voltassem para o ensino médio no final do ano passado tiveram perdas de aprendizagem 20% menores do que aqueles que não fizeram isso no Estado de São Paulo. As perdas foram de dois terços em relação a aulas presenciais nesses Municípios, enquanto foram de três quartos nos demais.

Dois terços ainda é muito – é muito – muito dramático, porque foi uma reabertura muito (*Falha no áudio*.) ... no máximo 35% de ocupação nas salas, muitos pais ainda não se sentiram seguros em mandar as crianças para as escolas naquele contexto, mas, com todas essas limitações e por só um mês, só de novembro a dezembro ali, do ano passado, ainda assim, mitigaram 20%, essas perdas de aprendizagem. Isso quer dizer que dá para fazer, já está sendo feito e é importantíssimo que seja feito de forma mais ampla, mais estruturada, porque, como mostrei, os custos são enormes e dá para ser feito com segurança, como vou mostrar a seguir. Pode passar, por favor.



A gente analisou também, então, o impacto dessa reabertura na atividade da doença. A gente olhou nos Municípios que decidiram reabrir se aumentaram casos de Covid-19 e mortes em relação aos Municípios que não decidiram reabrir. Eu vou mostrar para vocês como a gente fez isso.

Pode passar.

Então, a gente comparou os Municípios. Em preto, são os Municípios que não reabriram escolas no ano passado, com casos acumulados aí de Covid, e, em cinza, são os que decidiram reabrir. A reabertura só acontece aqui nessa faixa cinza mais escura. Todo esse período à esquerda da faixa cinza escura é o período anterior. Para vocês verem que, apesar de os Municípios reabrirem, eles estavam numa fase de menos severidade da doença e eles estavam evoluindo da mesma forma. E o mais importante, depois da reabertura, na faixa cinza escura, não há mudança de tendência nesses Municípios. Então, a reabertura não aumentou casos de Covid-19 naqueles Municípios.

Pode passar.

Isso é verdade também para mortes. Você vê, para mortes, os Municípios também vinham na mesma tendência. Depois da reabertura, não há um aumento substancial.

Pode passar.

Isso é verdade mesmo para os Municípios que seriam os mais vulneráveis, com menor renda per capita, pior qualidade da infraestrutura das escolas, com uma fração da população acima de 65 anos ou com atividade maior da doença nesses grupos. Então, de fato, a reabertura naquele contexto não contribuiu para aumentar a atividade da doença, apesar de todas as preocupações. Por quê?

Aí, meu último eslaide, se puder passar, por favor.

Porque a mobilidade, no Estado de São Paulo, ao longo do ano passado, já estava muito alta perto desse momento de reabertura das escolas. Esses aqui são dados do Google, que acompanham o GPS dos celulares Android e aí são todos dados com índices em relação a fevereiro de 2020, antes da pandemia. O que esse gráfico mostra? Ali, dez semanas antes da reabertura das escolas, havia, de fato, uma restrição de mobilidade no Estado. A mobilidade estava 12% abaixo de fevereiro de 2020, na pré-pandemia, mas, conforme a gente foi chegando perto ali de outubro, quando as escolas reabriram para Fund2 e Médio, a mobilidade já estava igual à pré-pandemia e continuou subindo. E subindo igual para os Municípios que reabriram escolas e para os que nunca reabriram escolas em 2020.

Num contexto como esse, em que está todo mundo se deslocando e se movimentando, não é surpreendente que as escolas não tenham contribuído para piorar a atividade da doença, porque, assim, o contrafactual importa. O contrafactual sugere que as pessoas não estavam se cuidando em casa, não se expondo, como se imaginaria.

Então, a minha conclusão – se puder passar para o meu último eslaide – é a seguinte: os custos educacionais do ensino remoto são muito altos e os custos de saúde das aulas presenciais podem não ser tão altos assim, dependem de condições locais. Então, reabertura segura significa monitorar de perto essas condições locais – e estou à disposição para responder perguntas sobre como isso já está sendo feito em Estados como São Paulo e pode ser feito em todo o Brasil – e depende de a gente logo discutir esse como. A gente não pode, agora, se dar ao luxo de continuar pensando que a escola só volta com todo mundo vacinado e com 100% de capacidade. Quem já tem feito uma reabertura gradual tem feito com cuidado, com baixa porcentagem de ocupação, e isso não tem trazido riscos à saúde e tem contribuído para mitigar essas perdas enormes de aprendizagem. Espero que a gente se movimente mais nessa direção, porque fazer isso é urgente. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Guilherme. Se você puder ficar mais um pouco aí, acho que seria muito interessante termos todos os presentes até o fim.



No caso do nosso próximo palestrante, Domingos Alves, justamente já nos avisou que vai ter de se retirar depois da fala dele. Sem problema nenhum, Domingos, fique à vontade!

Domingos Alves, Professor Doutor da Faculdade de Medicina da USP de Ribeirão Preto. Domingos, muito obrigado por estar com a gente.

Por gentileza, dez minutos. (*Pausa.*)

Tem que liberar o áudio aí, por favor. (*Pausa.*)

Agora, sim!

O SR. DOMINGOS ALVES (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos e a todas!

Eu me senti honrado quando fui convidado aqui para participar deste debate. E eu queria focar num aspecto bem específico do que é chamado de condições para um retorno seguro às aulas. Primeiro, é mister aclarar que reconhecemos que a vivência escolar para a criança é de fundamental importância para o seu desenvolvimento emocional, social e acadêmico, o que foi debatido aqui amplamente, e que há benefícios sociais adicionais, como a segurança alimentar, transtornos domésticos afetando as crianças etc. É indiscutível que o retorno das atividades presenciais das escolas – eu acho que isso acaba sendo um consenso aqui – é extremamente desejável.

A discussão que eu queria trazer aqui é que apenas os benefícios da reabertura da rede escolar não sejam ultrapassadas pelas perdas acarretadas pela reabertura. Apresentando aqui de outra maneira, o que é necessário é uma solução real para o problema, e não uma falsa solução que torna o problema da pandemia ainda mais grave. Então, o pressuposto do que vou comentar aqui é que os níveis seguros, na verdade, são resultados da redução da transmissão comunitária, e essa deve ser a medida real a ser utilizada para a autorização da reabertura das atividades presenciais.

Para criar um mecanismo de mensuração de risco, com medidas efetivas, que possa ser aplicado de maneira consistente, eu vou utilizar aqui como referência os indicadores e limiares propostos pelo Centers for Disease Control (CDC) americano, publicado agora em março de 2021, bastante atual, para avaliação da transmissão comunitária, com dois parâmetros, que são: o número total de casos novos a cada sete dias por 100 mil habitantes e a porcentagem dos testes realizados e a porcentagem dos testes realizados que têm como resultado positivo também nesses sete dias. Então, por exemplo, o CDC estabelece alguns limiares, por exemplo, essa taxa de positividade. O primeiro limiar, por exemplo, é de 5%, que seria o limiar seguro, 5% da positividade; o segundo limiar é de 8% de positividade; terceiro limiar, 10%; e, acima de 10%, o resultado já não mede mais a transmissão comunitária, mas meramente reflete a procura clínica de pessoas com sintomas semelhantes aos do Covid aos postos de saúde.

Para se ter uma ideia do valor desse número, no Brasil, a positividade dos testes, historicamente, durante a pandemia, se mantém em média em torno de 30%. Ou seja, aqui no Brasil, basicamente, a positividade do teste mostra, primeiro, que nós fazemos poucos testes e que nós estamos testando, praticamente, as pessoas que estão sendo internadas aqui no Brasil. Poucos casos de testes com pessoas com sintomas leves e quase nenhum ou nenhum teste para pessoas assintomáticas.

Entre vários protocolos citados aqui com recomendações sobre quando reabrir escolas, eu queria citar também um artigo publicado no *New England Journal of Medicine*, já em agosto de 2020, realçando a importância do ambiente escolar – então, como já foi dito aqui, não apenas acadêmico, mas também físico e socioeconômico –, se referindo às escolas como atividade essencial. Não há contestação dessa perspectiva. Eles consideram condições de transmissão moderada, entretanto, menos de dez casos novos por dia, por 100 mil habitantes, ao menos, em países que efetivamente testam a sua população, como um valor máximo aceitável para reabrir a rede escolar.

Então, no caso da testagem, quanto ao protocolo de testagem regular de crianças e profissionais, como já foi citado aqui, inclusive, pelo Sr. Heleno Araújo – eu gostei muito da apresentação dele –,



rastreamento e isolamento são indispensáveis para uma reabertura segura da rede escolar. No Reino Unido, por exemplo, já foram feitas projeções de que na ausência de teste buscavito e isolamento de casos positivos, a reabertura das escolas deve gerar 2,3 mais casos do que a onda original. Inclusive, isso contesta alguns dados que foram apresentados aqui, como artigos mais recentes e revisados, como se isso fosse uma literatura mais atual sobre o *status* da pandemia hoje no mundo.

Não há espaço para maior reabertura de escolas sem teste em larga escala, antes da vacinação em massa. Esse protocolo é condição *sine qua non* para uma reabertura em qualquer rede escolar. É necessária antecedência para discutir quais são os testes adequados, inclusive, considerando disponibilidade, sensibilidade, especificidade e custo, e desenvolver uma logística adequada para execução desses testes. Quer dizer, não é só falar sobre os testes, mas da logística disso, coisa que no Brasil – a questão da testagem ampla na população – nunca foi feita de maneira efetiva.

Nos casos de presença de testes positivos nas escolas, também as ações têm que ser tomadas com muito cuidado, para a gente permitir manter escolas livres de Covid.

Com qualquer teste positivo em uma sala de aula, as atividades daquela sala devem ser suspensas temporariamente. São feitos os testes individuais entre crianças daquela amostra e feitos testes com contactantes domiciliares da criança positiva também. Com teste positivo em três ou mais salas, deve haver fechamento temporário da escola, feitos os testes individuais entre as crianças da amostra com casos positivos e feitos também testes entre os contactantes.

O outro indicador que é preconizado pelo CDC nesse artigo mais recente, nesse estudo mais recente, é o número, como já dito, de casos por dia por 100 mil habitantes. O número de casos por dia por 100 mil habitantes sugerido corresponde a uma fase que eles chamam de fase verde, que aí alguns autores advogam que seria abaixo de cinco casos, por dia, por 100 mil habitantes. Mas a grande maioria dos autores dizem que a fase verde, a fase segura, é abaixo de dez casos novos, por dia, por 100 mil habitantes. Para se ter uma ideia, até onde eu sei, nenhum Município atingiu esse indicador de número de casos novos, por dia, por 100 mil habitantes.

Só para finalizar aqui, inclusive na contradição aí de algumas falas que têm sido colocadas aqui, o dano até aqui, inclusive dentre os indivíduos na fase escolar, com o conhecimento atual que nós temos hoje da Covid, mostraram um cenário um pouco diferente do que tem sido falado aqui. Por exemplo, até agosto de 2020, nessa faixa etária até 19 anos, de 0 a 19 anos, nós tivemos 718 óbitos causados pela Covid-19, o que daria aí 0,68% dos óbitos atribuídos à Covid, de toda a população brasileira. Isso até agosto de 2020. E também, nesse mesmo período, nós tivemos 1.236 óbitos por síndrome respiratória aguda grave, que é um valor inclusive bem maior do que de casos de Covid, atribuídos a essa idade, o que dá um total de 2,81% do total de casos de síndrome respiratória aguda grave.

Muito bem, no último boletim possível de se coletar do Governo Federal, de 10 por 4, Boletim 58, o número de óbitos de Covid nessa faixa etária até 19 anos subiu para 5.216 óbitos, mas a porcentagem frente aos óbitos de Covid atribuídos a toda a população brasileira passou de 0,68% a 1,43%. E, em particular, no caso da síndrome respiratória aguda grave, nós tivemos, nessa faixa etária, 15.961 óbitos, passando agora de um pouco mais de 2%, como eu falei agora há pouco, lá em agosto de 2020, para 21%. Vou falar de novo: 21% de todos os óbitos de síndrome respiratória aguda grave nessa faixa etária de até 19 anos. Então, esses dados mostram que a Covid, na faixa etária escolar, tem avançado, principalmente a partir desse primeiro trimestre, de uma maneira expressiva. Esses dados que eu coloquei aqui, como já falei, são do boletim do Governo Federal.

Então, essa era a contribuição que eu tinha para dar aqui.

Eu queria, mais uma vez, como já adiantado pelo Senador, pedir desculpas porque eu vou ter que me retirar da sessão imediatamente depois da minha fala aqui.



Mais uma vez, eu queria agradecer a oportunidade de estar aqui com vocês. Espero que essas contribuições possam ser de algum valor para esta Comissão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Com certeza, Domingos. Muito obrigado pela sua presença. Entendemos perfeitamente a questão do seu horário.

Saliento aqui a importância do que você falou sobre o rastreamento, sobre a testagem. Com certeza, essa é uma questão, além das demais, que eu tomei nota aqui e é extremamente importante.

Obrigado, mais uma vez. Obrigado à USP de Ribeirão Preto por ceder seu tempo também.

Eu queria apenas – só para informar por causa da quantidade de pessoas que falam nesta audiência pública, o que torna um desafio administrar o tempo, mas estamos indo bem – avisar aos meus colegas Senadores e Senadoras que temos aqui uma lista de inscrições após o último orador e a Deputada autora do projeto. Temos: Senador Marcos do Val, Senador Confúcio Moura, Senador Esperidião Amin, Senadora Daniella Ribeiro, Senador Marcelo Castro, já inscritos e confirmados no primeiro bloco. O Senador Wellington Fagundes se inscreveu agora também – está chegando agora. Um abraço meu amigo Wellington, que está chegando agora à sessão. Quero também abraçar o Senador Paulo Paim. Os demais que estão aqui e chegaram mais no meio da audiência eu já saudei. Saúdo a Senadora Zenaide, que está aqui também. Então, os que quiserem, após essa lista que eu declinei, também podem fazer suas inscrições agora.

Queria chamar agora o Professor Daniel Cara, da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, Dirigente da Campanha Nacional pelo Direito à Educação e autor dos estudos sobre retorno seguro às atividades presenciais em escola.

Daniel, muito obrigado por estar aqui conosco. Com a palavra, por dez minutos.

O SR. DANIEL CARA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Jean Paul. Em primeiro lugar, quero agradecer-lhe e aproveito a oportunidade para enviar um grande abraço ao Rio Grande do Norte, também da Senadora Zenaide Maia, na pessoa da Governadora Fátima Bezerra, professora e uma grande batalhadora pelo direito à educação. Também agradeço a presença de todas e todos.

Solicito, se possível, que sejam transmitidos aqui os eslaides.

Eu vou conversar aqui com vocês sobre a questão do retorno seguro às aulas presenciais e o foco real do debate, que é o Projeto de Lei nº 5.595, de autoria da Paula Belmonte e de outros autores também. É importante frisar que esse é o debate central, porque essa é a questão que leva a esta audiência pública, a esta sessão temática e também é o tema que vai ser deliberado pelo Senado Federal. E eu espero que seja deliberado – vou apresentar aqui o motivo – na forma de aprovação, na realidade, do PL 2.949, de relatoria da Deputada Professora Dorinha.

Eu não consigo fazer a passagem dos eslaides.

Muito bem.

Eu vou trazer aqui um esquema de apresentação.

Primeiro, vou apresentar a inadequação jurídica do PL 5.595, de 2020. Depois, falarei, rapidamente, sobre a situação epidemiológica, mas é sempre bom lembrar que o Domingos Alves é o principal cientista de dados do Brasil hoje sobre a situação epidemiológica. Ele me antecedeu; então, vou ser mais sintético nesse tópico. Vou tratar das questões educacionais e pedagógicas. Minha tarefa como formador de professores na Universidade de São Paulo se refere à formação de professores. Então, é impossível eu não tratar das questões educacionais e pedagógicas especialmente a partir do fato de que o nosso trabalho, de fato, ocorre nas escolas públicas. Então, é importante ressaltar esse aspecto. Por último, pretendo trazer soluções alternativas. Essa é a função essencial de um debate, de uma sessão temática no Senado Federal, com tanta qualidade, como esta que ocorreu no dia de hoje.



O primeiro tópico, eu acredito que é o mais importante, porque é um argumento...

Antes disso, reitero que a minha fala tem quatro referências: a manifestação da Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo contra o PL 5.595, de 2020; a nota técnica da Campanha Nacional pelo Direito à Educação sobre o PL 5.595, de 2020, dizendo que ele representa um risco à vida e aos profissionais de educação; o estudo do retorno seguro às aulas presenciais, que foi apresentado na Câmara dos Deputados; por último, uma nota técnica que é feita pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação, Observatório Covid-19 BR e Rede Análise Covid-19.

Vamos lá!

Pode passar.

Bom, a primeira questão que é importante frisar é a questão do objetivo do PL, que reconhece a educação básica e a educação superior em formato presencial como serviços e atividades essenciais e estabelece diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais.

Eu quero dizer que este é o tema mais importante: o retorno seguro às aulas presenciais e não o estabelecimento e da educação básica e da educação superior como serviço e atividade essencial.

Está havendo um problema aqui na...

Agora, já descobri o que ocorreu. Ótimo.

O problema central do PL 5.595, de 2020, se encontra nos dois primeiros artigos. O primeiro artigo vai dizer que a lei, este projeto convertido em lei, reconhece a educação básica e a educação superior em formato presencial como serviços e atividades essenciais e continua dizendo que estabelece diretrizes para o retorno seguro às aulas presenciais

No art. 2º, no próximo eslaide, vai ser colocado que a educação básica e a educação superior das redes pública e privada de ensino em formato presencial são reconhecidas como serviços e atividades essenciais, inclusive durante o enfrentamento de pandemia, de emergência e de calamidade pública.

Então, na fala do Wanderson Oliveira, que tem um trabalho importantíssimo na luta pelo enfrentamento à Covid, reitera a ideia de que o projeto de lei precisa ser aprovado, porque é importante dizer que, em alguns territórios, é necessário fazer o retorno às aulas, porque seria possível.

Eu discordo dessa posição, mas entendo a posição do Wanderson. Eu vou na linha do Professor Domingos Alves.

Porém, se o projeto de lei nacional não existe uma questão de territorialidade. Estaria determinado que a educação teria que retomar as atividades não só para essa pandemia de Covid-19, mas para todas as situações de pandemia, de emergência e de calamidade pública, o que certamente é um equívoco em termos jurídicos e é um problema do que a gente chama em Lógica, em Filosofia do Direito de falácia da composição. Você não pode pegar um caso específico e construir, a partir desse caso específico, uma regra geral.

Próximo eslaide.

Quais são os problemas aqui do Projeto de Lei nº 5.595, de 2020?

Primeiro, ele normaliza definitivamente o funcionamento presencial de escolas em quaisquer situações de emergência e/ou calamidade pública, ou seja, numa situação, por exemplo, de um incêndio generalizado, numa situação de um desastre natural, a educação tem que ser realizada em formato presencial. É claro que essa não é a intenção de quem propõe o projeto, mas o fundamento jurídico de serviço e atividade essencial determina concretamente essa questão que já foi apresentada, inclusive, pela Professora Andréa Pereira da Silva, representando a Undime. O que é importante frisar é que serviço e atividade essencial se referem à necessidade inadiável da comunidade, ou seja, aquilo que é determinado em termos de sobrevivência, aquilo que é determinado em termos de proteção e de segurança. E, concretamente, numa situação de desastre natural, escolas abertas colocam em risco a vida da própria comunidade escolar.



Mais um ponto que é importante e de que é necessário ter consciência é que a questão de serviço e atividade essencial está determinada no art. 9º, §1º, da CF e na Lei nº 7.783, de 1989, ou seja, o PL 5.595 é contrário ao próprio princípio jurídico do serviço e atividade essencial, concretamente porque ele coloca em risco de vida os membros da comunidade escolar, inclusive na pandemia de Covid-19.

Pode passar o eslaide.

É importante frisar – e neste tópico fica aqui uma preocupação diretamente relacionada ao Ministério da Educação: a fala, se não me engano, deixe-me pegar aqui o nome correto, do Professor Mauro Luiz Rabelo, que foi professor decano da UnB (Universidade de Brasília) –, na verdade, que nós já tivemos mais de um ano de inércia para construir saídas ao problema da educação na pandemia, e nada concretamente foi feito. É isso que gera desespero, e é nesse sentido, inclusive, que eu aponto soluções aqui no final da fala. O que é importante frisar é que a solução do Estado para garantir o direito à educação não pode ser mandar a comunidade escolar para o risco de morte, para o risco de infecção. E esse aspecto é concretamente evitado, caso a gente evite tramitar o PL 5.595 ou modifique o PL 5.595 e caminhe no sentido da derrubada do voto ao PL 3.477 e também da aprovação do PL 2.949.

Pode passar.

Outro ponto fundamental é que o PL 5.595 constrói uma narrativa discursiva de forma proposital de misturar conceitos e regimes jurídicos com sentido comum atribuído ao serviço essencial. Ele busca inaugurar um regramento impróprio para a educação presencial como serviço e atividade essencial e concretamente não resolve o problema do retorno seguro às aulas.

Diante do tempo, eu peço que a gente vá ao final da apresentação, diretamente para a questão das soluções.

Pode passar.

Isso fica como uma contribuição ao Senado Federal.

Só voltar uma questão, um aspecto importantíssimo deste debate, que não está sendo encarado com a devida profundidade. Em primeiro lugar, é importante reiterar que os professores estão trabalhando muito mais do que trabalhavam antes da pandemia. O ensino remoto exige muito mais dos professores e ninguém pode duvidar disso. A questão concreta, em termos pedagógicos – e a gente precisa ter claro que as escolas já estão abertas em muitos lugares –, é que as escolas estão abertas numa situação em que os alunos não conseguem aprender, diante do medo de infecção e do medo de infecção também dos seus entes queridos. Ninguém tampouco consegue ensinar com medo, e é preciso compreender. E esse tópico não está sendo debatido em profundidade, a realidade das escolas públicas brasileiras.

Próximo eslaide.

O caminho mais correto para qualificar essa agenda é por meio da derrubada ao voto do PL 3.477, de 2020. A própria fala – é importante ressaltar aqui – da Evely demonstra a necessidade de derrubar o voto ao PL 3.477, para a garantia do ensino remoto emergencial, para a própria Evely, e a aprovação do PL 2.949, de 2020.

E é importante reiterar que a gente só vai conseguir avançar no debate sobre a segurança às aulas presenciais com medidas de ventilação adequada. Vale a pena olhar o que tem sido trabalhado pela Universidade de Harvard, pelo infectologista Eric Ding, que tem demonstrado a necessidade da ventilação adequada, a diminuição da circulação de pessoas, o distanciamento social e, concretamente, a proteção respiratória.

Rapidamente, só trazer o último eslaide, antes da minha apresentação aqui dos contatos.

Pode passar. (*Pausa.*)

Pode passar mais um. (*Pausa.*)

Cinco questões fundamentais.



No PL 5.595, de 2020, excluir a menção da educação presencial como serviço ou atividade essencial; retomar as atividades presenciais quando for seguro em termos epidemiológicos; garantir a distribuição de máscaras PFF2 ou N95; implementar o Protocolo Tris, que é testagem, rastreamento, isolamento e suporte; e, por último, vacinar a comunidade escolar e a população em geral.

Esse seria o caminho concreto para garantir que a reabertura de escolas ocorresse em termos de segurança. E, por último, rapidamente...

Só passar os eslaides, infelizmente... (*Pausa.*)

Pode passar os eslaides. (*Pausa.*)

Infelizmente, tanto a Kelly, a Fernanda, como a Aracy de Abreu Pestana não podem falar nesta sessão temática, porque voltaram ao trabalho sem a proteção adequada. E esses profissionais da educação nos deixam saudade pelo fato de que, infelizmente, vieram a falecer por Covid-19 e pelo fato de que a reabertura de escolas não foi feita com a segurança necessária.

Então, concretamente, reitero a necessidade de que o Senado Federal não tramate o PL 5.595, da maneira como ele está escrito e que veio da Câmara dos Deputados, faça as alterações necessárias e encaminhe no sentido de construir um projeto de lei para garantir o retorno seguro – e esse é o tema central – às atividades presenciais nas escolas públicas brasileiras.

Muito obrigado. Foi um prazer estar aqui com vocês.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Daniel, aproveitando os nossos sentimentos de solidariedade às famílias e aos alunos e alunas dos profissionais de educação que, entre outros tantos, também perdemos durante esse período terrível da Covid-19 no Brasil.

Queria agora chamar a Deputada Paula Belmonte.

A Deputada Paula já está aqui conosco, do Distrito Federal, que é a autora do projeto de lei que nos traz a esta audiência, entre outros, mas principalmente do 5.595, de 2020.

Por dez minutos, Deputada Paula, muito bem-vinda, tem a palavra.

A SRA. PAULA BELMONTE (Para exposição de convidado.) – Senador, eu quero inicialmente agradecer a oportunidade e falar da importância desse tema e da forma séria e responsável como o Senado Federal vem tratando o tema da educação como atividade especial, em especial o retorno às aulas. Mas, antes de eu começar a falar, eu gostaria de fazer uma pergunta ao senhor e eu gostaria que fosse paralisado o meu tempo para que o senhor pudesse me responder, para que eu não possa consumir meu tempo aqui.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Não há problema, Deputada.

A SRA. PAULA BELMONTE – O relatório do Senador Marcos já foi disponibilizado no sistema do Senado Federal? Todos os Senadores têm o relatório?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Parece-me que sim. Marcos pode confirmar. Parece-me que eu tinha visto uma primeira versão. Não sei se há uma outra. Mas acho que é a mesma versão. Não é, Senador Marcos? (*Pausa.*)

É isso mesmo. O.k. Positivamente.

A SRA. PAULA BELMONTE – Eu faço essa pergunta porque estou acreditando que o Sr. Professor Dr. Daniel não viu o relatório do Senador Marcos. Então, na realidade, ele não contemplou o que existe no relatório. Então, algumas falas em relação ao projeto, na realidade, a gente percebe que não têm o conhecimento do último relatório colocado. Então, é importante dizer e eu gostaria, antes de tudo, de cumprimentar todos os Srs. Senadores, Senadoras que estão aqui, autoridades que estão aqui, porque nós precisamos, sim, ter convergência. E eu sinto que nós temos a convergência da importância da educação e da importância do salvar vidas, porque educação salva vidas.



Antes de começar a falar, eu vou dividir a minha apresentação em duas partes. Uma é atualizar as pessoas que ainda não tiveram acesso ao relatório do Senador no sentido do quê? E também trazendo uma questão histórica de como chegou esse projeto.

Primeiramente, eu sou autora do projeto junto com outros três Deputados: Deputada Adriana Ventura, Deputada Aline Sleutjes e Deputado General Peternelli. Quando nós apresentamos esse projeto, inicialmente o projeto só tinha dois parágrafos, trazendo realmente a importância da educação e a volta do retorno às aulas – eu sou, inclusive, coautora do projeto que aqui é mencionado, e a nossa querida professora e Presidente da Comissão de Educação, que está aqui, é a Relatora.

Naquele momento em que foi colocado esse projeto para ser votado, nós tivemos uma fala do Deputado Orlando Silva pedindo para que fossem inseridos os protocolos. E ali o que aconteceu? O PCdoB pegou o relatório da Deputada Dorinha – e aqui não cabe meu julgamento – e simplesmente passou para uma emenda. Então, o que nós estamos falando – e eu acho importante nós deixarmos claro isso – é que o projeto que está sendo mencionado em relação ao retorno das aulas está dentro do Projeto 5.595. É importante trazer esse conceito.

E aí eu quero dizer: existe um §1º, depois há o art. 1º, o art. 2º. No parágrafo único, ele fala da hipótese de condições sanitárias dos Estados, Distrito Federal e Municípios, para que eles possam voltar às aulas. No art. 3º – eu convido todos a lerem o artigo –, ele fala sobre as diretrizes e ações decorrentes da estratégia para o retorno presencial a cada sistema. E ali ele vai trazendo todos os seus parágrafos – eu não vou ler aqui todos os parágrafos e todos os incisos – e trazendo a organização da estratégia para o retorno às aulas presenciais, que, em cada esfera federativa, será feita com a participação dos órgãos responsáveis pela educação, saúde e assistência social. No art. 4º, que fala sobre as estratégias para o retorno às aulas, são observados critérios epidemiológicos e são colocados os professores como priorização na vacina.

Então, são pontos importantes para que a gente possa realmente conhecer o relatório que foi apresentado pelo Senador Marcos do Val. O relatório do Senador Marcos do Val traz exatamente a independência dos gestores para poder decidir a melhor hora e como abrir as aulas e traz a participação das autoridades sanitárias para que esse retorno aconteça de uma forma segura, que é o que todos nós estamos aqui defendendo.

Há uma outra questão também que foi colocada e, na realidade, existe um – vamos supor... Projeto é importante porque nós temos a oportunidade sempre de melhorar a nossa legislação.

Houve contemplada também a autonomia dos pais, porque, como foi falado aqui, num primeiro momento, e não só no Brasil, mas em todos os países que estudei – e eu estudei como foi esse retorno às aulas em alguns países –, os pais inicialmente estavam com medo, e o Senador contemplou exatamente a segurança jurídica dos pais para não levarem ou levarem os seus alunos.

Então, nós estamos falando aqui de três pontos essenciais do projeto – e eu peço a todos que os leiam com atenção: a autonomia dos entes, a priorização na vacinação de todos os profissionais de educação e a autonomia dos pais em decidir se vão levar ou não os seus alunos.

Agora, nós temos que tratar desse assunto com muita seriedade por quê? Porque, em nenhum retorno às aulas e em nenhuma atividade hoje no Brasil, nós temos segurança da vida. Nós estamos num momento de pandemia, e não é só no Brasil, é no mundo inteiro. Quando a gente faz com que as nossas crianças não estejam na sala de aula, nós também estamos atentando contra a vida delas. Nós tivemos uma diminuição do índice de violência doméstica e de abuso sexual porque os professores são fundamentais para que possam fazer com que essas crianças sejam ouvidas, às vezes, pelos conselhos tutelares. Nós tivemos aqui um aumento de mulheres sem estarem no mercado de trabalho, porque as mães não têm onde deixar os seus filhos. Nós estamos falando de crianças que podem muito bem estar sendo abusadas e



violentadas e estão junto com seus agressores e não no ambiente seguro da sala de aula.

Eu tenho certeza de que – tanto a Câmara quanto o Senado Federal e todos que estamos aqui – estamos unidos para a melhor estruturação das escolas e para que possamos conseguir EPIs e protocolos de segurança, mas nós precisamos fazer com que o ambiente das nossas escolas seja um ambiente seguro e, principalmente, aberto para as nossas crianças.

Quando nós falamos de evasão escolar, houve um aumento, Senador Jean, muito grande: mais de 20% de evasão escolar de nossos jovens. Essa responsabilidade da falta das escolas na nossa sociedade é muito grande, nós estamos aqui tratando com o futuro da nossa Nação. E, principalmente, quero deixar aqui claro, nós estamos tratando e defendendo os mais vulneráveis, porque quase 50%, 60% das escolas particulares já voltaram a estudar, já voltaram, as suas portas estão abertas. Eu sou fruto de escola pública, onde estudei desde o meu jardim de infância ao meu segundo grau, e sei muito bem a diferença de estrutura entre uma escola particular e uma pública. Neste momento de dois anos de crianças praticamente sem a aula, nós estamos aumentando esse fosso. E nós que defendemos, Senadora Zenaide – eu vi aqui a Senadora Leila também –, as nossas mulheres e as nossas crianças: as crianças que estão sendo mais prejudicadas são as negras, são as indígenas, são as crianças mais vulneráveis. Nós precisamos fazer com que o retorno das aulas...

E eu vi aqui que nós somos grande consenso de que a educação, sim, é uma atividade essencial. Como é que vamos retornar? Aí o debate fica interessante, porque os protocolos de segurança que foram altamente debatidos no PL 2.949, que foi mencionado aqui, estão inseridos no texto do Senador Marcos do Val.

Pois, então, eu peço e estou aqui à disposição do Senado Federal para que a gente possa aprovar e salvar o futuro do nosso País.

E, concluindo os minutos que me restam, eu vou colocar aqui: a ONU soltou um estudo em que aumentou de 66 milhões para 83 milhões de mulheres fora do mercado de trabalho. A Fiocruz soltou um estudo, semana passada, em que as crianças têm baixa taxa de transmissão e que eles defendem o retorno às aulas. A denúncia contra crianças e adolescentes diminuiu 12% pela falta de contato com os professores. O Brasil é o único país no mundo que ainda está com porta fechada; nos outros países, como foi dito aqui pela Dra. Florence, a média é 22 semanas. Nós temos aqui lugares com mais – eu digo: 60 semanas, pelas nossas contas. É muita diferença. E isso tem um impacto direto na educação do nosso País e no nosso futuro.

Então, eu peço, faço um apelo para todos os Senadores: que nós tenhamos um compromisso com a educação como atividade essencial e, principalmente, um compromisso em salvar as nossas crianças e adolescentes para que eles possam ter futuro, porque a falta de escola faz com que as nossas crianças morram e também morra o sonho dos pais de terem um filho educado.

É isso, Senador. Estou aqui à disposição e ficarei até o último momento aqui na reunião para que a gente possa cada vez mais ter convergências.

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Deputada Paula. Quero dizer que, com certeza, todos convergimos aqui quanto a esta necessidade: voltar às aulas o mais rápido possível, segurança sanitária e aduzir recursos para isso. Então, o compromisso era apenas aduzir o terceiro compromisso da Deputada, o compromisso da educação, o compromisso com a criança e adolescente, o compromisso de como prover os recursos necessários para que tenhamos essa segurança sanitária, e, trabalhando juntos, com certeza vamos conseguir isso.

Eu queria pedir desculpa, rapidamente, para uma pergunta de esclarecimentos com a Deputada autora, porque, justamente, essa é uma das coisas que não foi tão tratada pelos palestrantes, mas em



relação ao que eu, particularmente, tenho uma dúvida muito específica. Basta dizer, talvez, "sim" ou "não", não precisamos discutir a contento, até porque os Senadores e outras pessoas estão inscritos. É a seguinte: o relatório do Senador Marcos tem... Obviamente, foram apresentadas várias emendas, temos tempo aí, com o novo prazo, para mais emendas, e espero que elas sejam consideradas – ele não altera isso especificamente –, mas há uma dúvida que todas as pessoas da educação têm em relação a esse projeto. Houve alguma intenção, na sua autoria, especificamente, de, além de cuidar do que nós estamos tratando aqui, que é essencial, realmente – volta às aulas, condições sanitárias, recursos, etc. –, extrapolar essa discussão, porque essa é uma dúvida que fica, pelo texto do art. 2º, para alterar o *status* da atividade da educação com um viés de serviço? Porque isso é muito grave. No setor educacional, normalmente, a tese não é de que seja serviço. É um direito fundamental garantido pela Constituição, mas não um serviço, tanto que existem as escolas públicas, escola pública, gratuita e de qualidade. Então, não é um serviço comercial.

Segundo. A atividade, quando é chamada de essencial, imediatamente engatilha várias outras interpretações, principalmente de viés trabalhista e sindical. Eu queria saber da autora – é uma oportunidade única que a gente tem – se houve essa intenção, e, se não houve, se o Senador Marcos pode acatar emendas no sentido de alterar a palavra essencial, que engatilha várias outras consequências na legislação trabalhista e previdenciária, como direito de greve e várias outras coisas.

Rapidamente, Deputada Paula, se puder nos esclarecer isso, porque eu acho que é fundamental, e eu não tive condição de lhe perguntar isso antes.

A SRA. PAULA BELMONTE (Para exposição de convidado.) – Agora consegui. É que o áudio fica bloqueado aqui.

Não, não houve intenção nenhuma. Inclusive, é a primeira vez que eu ouço alguma intervenção nesse sentido de serviço que o senhor traz. É a primeira vez que eu ouço algo nesse sentido, Senador. Eu quero colocar isso bem claro.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito.

A SRA. PAULA BELMONTE – E eu vejo que nós todos estamos aqui... Surpreendeu-me muito inclusive até pessoas que estariam aqui no contraditório do projeto, todas elas dizendo que não existe discussão e que é uma atividade essencial mesmo para a nossa cidadania...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Claro. Claro.

A SRA. PAULA BELMONTE – ... plena de tudo no sentido da educação. Então, em nenhum momento o projeto trata de questões trabalhistas. Ele trata como atividade essencial, e eu acredito que nós todos convirjamos aqui em relação à educação como atividade essencial mesmo, priorização...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito. Foi exatamente o que eu imaginei, Deputada, que fosse o uso da palavra no sentido genérico mesmo, não nos termos específicos, portanto podendo ser substituída por "fundamental", "relevante" ou coisa assim, para que se caracterize que é algo importante, mas não necessariamente... A cunha do essencial, da essencialidade projeta várias outras consequências, e é por isso, Senador Marcos do Val, que às vezes há uma resistência. Como não foi tratado aqui, eu quis trazer este tema para ficar claro que a intenção da autora não foi ensejar qualquer outra consequência nesse momento em relação ao *status* da atividade da educação e menos ainda dos seus profissionais.

Eu queria passar, agora, à lista dos inscritos, Senador Marcos do Val, mas, antes, o Daniel pediu para fazer um esclarecimento.

Daniel, rapidinho, você pode fazer isso em meio minuto, um minuto, por conta da questão... O



Deputado entendeu que você não tinha lido o relatório. Só para esclarecer, para a gente não passar como tendo trazido alguém que não leu o relatório.

O SR. DANIEL CARA (Para exposição de convidado.) – Exatamente. Eu nunca cometaria esse risco, e esse erro, Deputada Paula Belmonte, é uma inferência completamente equivocada.

É claro que li o relatório, li todas as emendas, inclusive colaborei com o Senador Flávio Arns, tenho dialogado muito com a Deputada Dorinha, colaborei com o Senador Fabiano Contarato, com o Senador Weverton Rocha, produzindo emendas e reiterando que os conteúdos do art. 1º e do art. 2º não foram alterados no relatório do Senador Marcos do Val.

Ele teve uma reordenação de artigos, mas que não tira o caráter fundamental de aspecto jurídico de que se declare a educação como serviço ou atividade essencial, o que é um equívoco jurídico. Inclusive, a senhora acabou de confirmar ao Senador Jean Paul que não foi essa a intenção.

Então, concretamente o art. 1º e o art. 2º precisam de nova redação. Fico feliz com o encaminhamento do Senador Jean Paul porque resolve o problema concreto desse projeto de lei. Parabéns, Senador, pelo encaminhamento da questão!

E a gente pode debater à vontade sem fazer inferências porque as inferências não colaboram para o melhor debate democrático. A gente está aqui dedicado, todos nós, sem exceção, à garantia de um retorno seguro às atividades presenciais.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Daniel.

É exatamente isso, os dois primeiros artigos podem estar sujeitos a alterações, sem problema nenhum. Volta para a Câmara, aprova... Os que estão nos assistindo às vezes não sabem, mas a gente esclarece: a volta para a Câmara, caso haja alterações no Senado, não permite alterações fora das alterações que o Senado faça. Portanto, as alterações vão se fechando. O que vai sendo aprovado já vai sendo consolidado. As alterações que se fizerem no Senado é que são discutidas na Câmara especificamente e aí, então, vão para sanção do Presidente da República.

Vou pegar aqui a lista de inscrições, vamos fazer quatro blocos de quatro. Eu pediria que cada um dos colegas Senadores e Senadoras me ajudassem dirigindo a pergunta, se for uma pergunta específica a um dos palestrantes, ou indicando se é apenas uma fala de comentário, sugestão ou adução ao nosso debate. Porque, assim, eu fico também entre os 14 aqui para escolher quem vai responder. Se for diretamente a um deles, por favor, declinar logo na fala.

Senador Marcos do Val, por favor, cinco minutos para a sua fala.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para interpelar convidado.) – Eu vou ser bem rápido. Boa tarde a todos.

Olha, sobre essa última pergunta que o Senador fez para a autora do projeto, há uma parte aqui que fala o seguinte: "O projeto de lei proíbe o direito de greve? Não, o projeto de lei não aborda nenhuma questão trabalhista. Ademais, o direito de greve de todo trabalhador e servidor é uma garantia prevista na Constituição Federal, de 1988, em seus arts. 9º e 37".

Então, ele não interfere nessa questão. Agora, como é que eu, Senador da República, junto com outros Senadores vamos chegar para a sociedade e dizer que nós não consideramos as escolas, o estudo uma atividade essencial? Temos que mudar o nome?

Eu acho que é muito perigoso a gente ir para essa seara no momento em que a prioridade é a volta às aulas, é a educação e é a saúde, não essas questões. Porque, se virar essencial, pode ser que não tenha direito à greve, pode ser que numa calamidade nós tenhamos que estar colocando os alunos em sala de aula, e não é assim.

O projeto fala o seguinte: "O projeto obriga os pais a enviar os filhos para a escola? Não". Está



no art. 6º do projeto. "É direito dos pais dos alunos optar pelo não comparecimento dos seus filhos às aulas presenciais enquanto durar o estado de pandemia, de emergência, de calamidade pública. O projeto garante a escolha dos pais". Então há outras coisas.

Outro ponto que eu botei aqui: "As aulas serão presenciais a qualquer condição? Não, o projeto prevê o estabelecimento de critérios epidemiológicos para a decisão sobre o funcionamento das escolas." Está no inciso I do art. 4º desse projeto de lei.

Então, há algumas questões que foram colocadas pelos senhores que não estão no projeto, ou que estão, mas que o projeto está garantindo a segurança dos professores e dos alunos. Isso está no projeto como prioritário aqui. São questões de segurança e saúde.

Eu achei que foi muito propício o convite e a fala da Dra. Florence Bauer, da Unicef. Eu acho que é um órgão inquestionável, não é? Não se questiona o trabalho que a Unicef faz. E, se a própria Unicef diz que nós precisamos voltar com os alunos à escola, é quase que inquestionável essa questão.

Eu também já vi até Senadores... O Styvenson, que eu coloco aqui, foi à escola pública da sua região – ele é de Natal, Rio Grande do Norte – e disse que a escola está mais segura do que a própria casa dele. Ele fez um vídeo mostrando os procedimentos que estão sendo feitos em salas de aula. Eu também tenho certeza disto, de que as escolas estão num ambiente muito mais seguro do que as nossas residências. Sei que, se minha filha lá estiver, lá ela vai estar mais segura.

Nós temos mais de 5 milhões de crianças e adolescentes que já saíram das escolas. Com certeza, não são todos, mas uma grande parte está sendo recebida pelo tráfico. São crianças agora que não estão mais em escolas, estão sendo aliciadas pelo tráfico. Isso é perigoso.

Então, todas as questões que foram colocadas aqui, da obrigatoriedade, que, em época de calamidade pública, as crianças são obrigadas a estar na escola, o PL aqui, o projeto de lei já previu tudo isso e garante toda a segurança das crianças e dos professores.

Era isso que eu queria colocar para vocês. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Marcos do Val.

Eu queria até antecipar que vou apresentar uma emendinha só para corrigir rapidamente o art. 2º, talvez até uma emenda de redação, retirando a palavra... Porque o art. 2º, pessoal que está nos assistindo, diz assim: "A educação básica e a educação superior das redes pública e privada de ensino, em formato presencial, são reconhecidas por esta lei como serviços e atividades essenciais." Meu problema é com a palavra "serviço", atividade pode ficar, e o "essenciais", porque o "essenciais", Senador Marcos do Val, automaticamente, sem querer, sem ninguém querer aqui, imediatamente enquadra a atividade dos professores em outra categoria na parte trabalhista, previdenciária, uma série de consequências. É automático, não é? Colocou essa palavra, já vai para outra...

Então seria para retirar "serviços" e colocar algum sinônimo de "essenciais" aqui, porque, com isso, a gente vai à frente, sem problema nenhum. Mas como a gente não está aqui ainda trabalhando nas emendas, só para antecipar aqui a sugestão e justamente mostrar para as pessoas que essa conciliação é perfeitamente alcançável, sem nenhum estresse, nenhum problema.

Senador, eu queria... Senador Confúcio Moura, depois Senador Amin, Senadora Daniella, nesse primeiro bloco, e aí, se houver alguém a quem é dirigida a pergunta, se não for apenas uma declaração, nós passaremos ao próximo bloco. Senão, passaremos para a pessoa a quem é perguntado.

Senador Confúcio Moura, por favor. Cinco minutos.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, devido à clareza de todos os expositores, foi realmente uma sessão temática muitíssimo importante, didática, esclarecedora.



Eu pergunto ao Rodrigo Otávio, do Ministério da Saúde: precisa mesmo dessa lei? Ela é necessária? E, se não houver a lei e dermos continuidade aos protocolos das ações municipais diversas, respeitando as complexidades naturais de um Brasil extenso? Há necessidade da lei? Ela é fundamental? Ela é indispensável para voltarem às aulas? Ou sem a lei as aulas poderão ser retomadas a partir das decisões, das recomendações do próprio ministério ou dos próprios Governadores? Fica só essa pergunta.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Confúcio.

Portanto, está perguntando se a lei que considera a educação essencial é essencial ou não.

O SR. CONFÚCIO MOURA (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - RO) – É. Exatamente.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ou se a própria lei não é essencial.

Senador Esperidião Amin, *salaam aleikum, eid mubarak!*

Cadê ele? (*Pausa.*)

Posso passar e depois ele volta?

Senadora Daniella, por favor. Senadora Daniella Ribeiro. (*Pausa.*)

Alguns Senadores, às vezes, se afastam por algum momento, se inscrevem e se afastam. Vou mantê-los na lista de inscrição e vou chamando os seguintes.

Senador Marcelo Castro. Senador Marcelo Castro.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI) – Pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Querido Presidente e mestre, Senador Marcelo Castro, cinco minutos.

O SR. MARCELO CASTRO (Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil/MDB - PI. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, Sras. e Srs. Senadores, Deputados e Deputadas, em primeiro lugar, quero parabenizar a iniciativa de V. Exa., Senador Jean Paul, por esta audiência pública mais do que relevante, esclarecedora, de altíssimo nível. Quero parabenizar todos os palestrantes que trouxeram informações muito relevantes, de muito conteúdo.

A minha posição aqui – eu quero usar um termo antigo – é a de que quero concordar *in totum*, como se dizia antigamente e hoje está em desuso, com o Dr. Daniel Cara. E também, na linha do Dr. Wanderson, que é um epidemiologista conceituadíssimo. Quando eu fui Ministro da Saúde, ele estava à frente da luta que nós travamos contra o zika vírus e a microcefalia, naquela época. O Dr. Márcio Bittencourt trouxe dados, experiências, demonstrando – ele é infectologista da USP – que uma volta às aulas não aumenta o risco, não aumenta o número de casos da pandemia. A Dra. Florence, da Unicef, também.

Então, de uma maneira geral, salvo algumas observações, alguns senões, todos nós somos favoráveis à volta às aulas de maneira segura.

Então, o Dr. Daniel Cara estabeleceu o protocolo, muito tranquilo, da ventilação na sala de aula, com janelas abertas, uso de máscara, o distanciamento entre as pessoas. As aulas, é importante que sejam híbridas também, porque quem puder comparecer comparece, quem não puder, fica remotamente e, evidentemente, priorizar a vacinação, com o que todos nós estamos de acordo, e, agora, já no próximo mês, isso acontecerá.

Então, quanto a essa parte do retorno às aulas, não há nenhuma discordância. Qual é o nosso problema? O problema é que o projeto vem dizendo que educação é uma atividade essencial. Aí o nosso Senador Marcos do Val disse: "Como nós vamos explicar para a sociedade que educação não é uma



atividade essencial?”. É claro que é. Educação é uma atividade essencial. Só que nós não podemos rotulá-la como atividade essencial, porque o termo atividade essencial é um termo comprometido, do ponto de vista legal, com várias atividades.

Qual é o conceito de atividade essencial? É aquela sem a qual haveria um risco iminente à saúde, à segurança e à vida das pessoas. Então, a energia elétrica, o serviço de gás, a coleta de lixo, os esgotos sanitários, os controladores de voo, o pronto-socorro como atividade médica, a polícia nas ruas, a segurança são atividades essenciais. Por quê? Sem elas, nós estaríamos expostos na nossa saúde, na nossa segurança ou na nossa própria vida. E aí isso traz várias implicações sobre o direito de greve: Como isso pode ser feito? Como não pode ser feito?

Então, com todo o respeito à Deputada Paula, acho que houve aí uma pegadinha. Quer dizer, se atirou no que se viu e nós vamos atingir o que não se viu.

Então, acho que V. Exa., Sr. Senador Jean Paul, foi ao âmago do problema. Quer dizer, mudando o termo essencial para fundamental, para prioritário, está tudo resolvido. Não há discordância entre nós. Só que o projeto da Deputada Paula, na sua origem, só tratava que educação é uma atividade essencial, ou seja, cai naquela categoria de atividades, sem as quais a nossa saúde estaria em risco, a nossa vida estaria em risco, nossa segurança estaria em risco e, por isso mesmo, mesmo durante uma pandemia, uma calamidade pública, uma emergência qualquer, não pode deixar de existir e, aí, o direito de greve estaria comprometido.

Então, nós temos que botar as coisas nos devidos lugares, nos devidos termos, se for o caso de aprovarmos o projeto. Já o nosso Senador Confúcio Moura traz um outro problema: há necessidade, realmente, de nós aprovarmos essa lei? É claro que a intenção ou pelo menos... Está atrás é de se coibir o direito de greve. E por que que eu digo isso? Porque ontem algumas pessoas já vieram falar comigo, especificamente tratando disso.

Então, nós precisamos... Estou de acordo com o Marcos do Val, desde que nós excluamos esse termo “essencial”, porque ele traz outras consequências.

Quanto ao Marcos do Val, eu não tenho a menor dúvida do seu bom propósito – que isso não atrapalha o direito de greve, que não há necessidade de substituir –, mas, Marcos, o termo “atividade” ou “serviço essencial” é um termo comprometido legalmente por uma lei ainda da década de 90, que trata do direito de greve e de quais são as atividades essenciais que não podem entrar em greve.

Então, isso daí é essencial para a gente poder votar o projeto.

É meu ponto de vista.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Marcelo Castro. É exatamente isso.

Agora passamos a estar sendo transmitidos pela TV Senado também, canal de TV aberta. Então, saúdo a todos que estão nos assistindo neste momento. Estamos aqui em uma audiência extremamente produtiva, proposta por este Senador que vos fala e também pelo Senador Marcos do Val, enfim, sobre o PL nº 5.595, sobre a volta segura às aulas. Prefiro até falar assim do que em educação como essencialidade, porque, na verdade, é justamente o que já estamosclareando aqui.

A Deputada Paula pede para falar, mas eu vou só dar a palavra para os demais Senadores, e aí a gente recupera, porque, assim, a senhora já faz um apanhado geral do que todos vierem a questionar.

O próximo é o Senador Wellington Fagundes.

O Senador Wellington está por aí? (*Pausa.*)

Daqui a pouco a gente volta a chamar o Senador Wellington.

Senadora Zenaide Maia.



A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN. Para interpelar convidado.) – Sr. Presidente, está me ouvindo?

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Ouvindo perfeitamente, em alto e bom som.

A SRA. ZENAIDE MAIA (Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PROS - RN) – Estou aqui e ouvi a fala de todos. É um debate importantíssimo, Jean. Obrigada aqui porque juntou vários... As palestras foram essenciais.

Agora, queria repetir o que o Senador Confúcio perguntou: esse projeto é necessário? Porque, pelo que vi aqui, todos querem a volta às aulas, mas uma volta às aulas segura, e, para isso, nós precisamos de melhor equipar as nossas escolas, vacinar a comunidade escolar. Isso é a volta segura. Porque, pelo que foi falado aqui por todos os especialistas, inclusive a Unicef, nós precisamos separar os alunos, o que a maioria das escolas não tem condições.

Então, gente, minha querida Paula Belmonte, com todo o respeito, existe algo aqui que eu queria dizer: não há necessidade desse projeto de lei para a gente lutar pela educação, como, por exemplo, derrubar o veto ao PL nº 3.477, para os nossos alunos poderem ter acesso às tecnologias, à internet, que a maioria não tem.

E outra coisa: quando digo que eu considero a educação necessária, eu não digo... Por exemplo, é essencial, necessária... Gente, temos de deixar claro aqui que todos nós sabemos que a educação é um direito de todos, a educação pública de qualidade, e que, para isso, precisa-se de recursos. Eu estou perguntando, mas, particularmente, eu acho que não há necessidade da aprovação de um projeto de lei, quando a gente já sabe do que precisamos para esse retorno: vacinas, escolas públicas equipadas para que os alunos tenham acesso à internet, independentemente de pandemia ou não.

E concordo também que, se continuar o presencial essencial... Porque eu considero necessária a educação, seja a distância, com internet, ou presencial. Ninguém aqui dúvida de que há alunos cuja única refeição é a merenda escolar, mas não é por isso... A gente pode lutar por isso, mas não é necessário esse projeto de lei. Eu estou fazendo uma pergunta a todos vocês, mas acho que não há necessidade. E se se colocar "essencial", como a gente está vendo, será como falou o Senador Marcelo: risco iminente de vida.

Claro que a gente já viu aqui que a ausência dos alunos na escola aumenta o risco... A escola é mais segura do que sua casa, na maioria das vezes, mas num país com tanta diferença, com tanta desigualdade social, não é com um projeto de lei que a gente vai resolver o problema da volta às aulas com segurança.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senadora Zenaide.

Até para fazer uma conciliação um pouco, porque eu provoquei a questão, Senador Marcos do Val, acho o projeto tem realmente méritos principiológicos importantes, podemos perfeitamente trabalhar... Eu acho que todos nós, trabalhando juntos, Marcos – vamos trabalhar nesta semana, com certeza – vamos ter essa oportunidade de caracterizar, trazer ao projeto, se não estiverem tão claros – com todos os méritos à Deputada Paula, porque a intenção foi colocada extremamente positiva –, os recursos sanitários, cibernéticos e financeiros, para que a gente consiga esse objetivo, que é, como foi dito aqui por todos, comum a todos que estão aqui presentes.

O Senador Flávio Arns está inscrito. Depois eu volto a percorrer.... (*Pausa.*)

Ah, Wellington voltou. O Senador Wellington, diretamente de Rondonópolis; depois o Senador Flávio Arns, que eu acho que está no Paraná. Bem-vindos, bem-vindos!

Senador Wellington, cinco minutos.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Para interpelar convidado.) – Eu quero cumprimentar o Senador Jean Paul Prates por esta iniciativa.



Quero dizer que eu estou em Brasília. Hoje, daqui a pouco...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, eu quis fazer uma propaganda de Rondonópolis aqui, mas...

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – V. Exa. me permitiu, inclusive, também... Porque, daqui a pouco, nós vamos fazer uma sessão solene. Eu vou estar aí, exatamente no Prodases. Será uma sessão solene em homenagem a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, a minha cidade natal...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Sabia que ia sair Rondonópolis.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES (Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – E hoje é a cidade... A Santa Casa é um hospital-escola. Eu estou vendo aqui também o nosso Senador Marcelo, que foi Ministro da Saúde. E pena que V. Exa., Senador Jean Paul Prates, não pôde ir conosco lá, nesta semana, em Rondonópolis, onde estavam a Ministra da Agricultura e também o Ministro das Comunicações – a Ministra Tereza Cristina e o Ministro Fábio –, para o lançamento da primeira fazenda experimental com o 5G. Para V. Exa., que tem tanta avidez por tecnologia, teria sido uma grande oportunidade.

Mas eu quero aqui também falar da importância que representa o tema que estamos discutindo aqui hoje. Afinal de contas, a angústia é de todos: escola parada, alunos em casa, não tendo uma definição, nem quando será dada essa definição.

Por isso, eu quero aqui também corroborar a Senadora Zenaide, porque entendemos que o caminho é vacina, vacina e vacina. E é nessa linha que estamos trabalhando. E aqui, como Relator da Comissão Temporária designada para acompanhar as ações de enfrentamento da Covid, eu gostaria, Sr. Presidente, de tecer algumas considerações e dizer que temos, sim, preocupação relevante com esse momento que envolve o ensino, a educação e a criança brasileira.

Quero fazer até um parêntese, Senador Jean Paul Prates, porque tenho insistido muito nisso. Hoje há uma certa confusão em qual é o papel da escola e qual é o papel da família. Muitos entendem que "Meu filho eu vou entregar para a escola, porque ela tem obrigação de educar o meu filho". Não, quem tem de educar o filho é a família. À escola cabe o papel de ensinar. Por isso, mais do que nunca, eu entendo que a participação é importante e que é fundamental o envolvimento da família com a escola, inclusive para ter a garantia da segurança das nossas crianças.

E acredito, Senador Jean Paul Prates, que poderíamos discutir inclusive a necessidade de haver um projeto para praticamente tornar obrigatória a participação e o funcionamento das escolas também nos finais de semana, porque eu acredito que a escola exerce um papel tão democrático que ela não poderia fechar, ela teria que estar aberta, principalmente para que, no final de semana também, fosse mais integrada com a comunidade, porque aí a comunidade valorizaria muito mais e saberia muito mais o seu papel. É papel da família educar e é papel da escola ensinar, mas o conjunto é que faz a valorização dos nossos jovens.

Por isso eu quero dizer que, nas nossas reuniões que temos feito na Comissão da Covid, eu, particularmente, tenho cobrado das autoridades governamentais respostas coerentes para a questão, sobretudo, do envolvimento da educação nesse processo de pandemia. E lamento o tempo em que professores, mestres e dirigentes educacionais tiveram que ser recolhidos às suas casas, como medida de enfrentamento à pandemia, e não se tenha planejado absolutamente nada para que pudesse ser utilizados formalmente na linha de frente, levando informações à comunidade e ajudando a combater as notícias falsas, que tanto mal fizeram e ainda fazem ao povo brasileiro.

Por isso, penso aqui, Senador Jean Paul Prates, que os professores e mestres têm papel fundamental nesse trabalho, porque são influenciadores das nossas crianças e jovens e também, é claro, dos adultos.



Nesse debate sobre a volta presencial às aulas com segurança, tenho por certo que conseguiremos extrair importantes medidas, embora, para mim, só haja uma certeza, mais uma vez: é vacina, vacina e vacina.

Por isso eu quero aqui ainda terminar, Sr. Presidente, dizendo que ontem nós estivemos com a Ministra Flávia, lá no Palácio do Planalto, e já ficou definido e marcado para sexta-feira uma visita às duas fábricas de vacinas, com a presença do Ministro da Saúde, também da Anvisa, da Organização Mundial da Saúde e também do Ministério da Agricultura, para definir essa questão da vacina.

Mas ainda quero, se me permite, Sr. Presidente, falar do Projeto de Lei 1.343, que autoriza o Brasil a utilizar... Não, a esse já me referi. Eu quero falar sobre o Projeto 2.256, cujo objetivo é criar uma norma de segurança escolar. Esse projeto é de minha autoria e foi construído a partir da ampla reflexão da triste realidade que acomete as nossas escolas, outrora ambiente de paz e de segurança para crianças e jovens.

Eu penso que a criança e o jovem têm que ir para a escola sabendo que lá será um local seguro. As crianças não podem ter medo de ir para a escola. Por isso, nós temos também que instrumentalizar as nossas escolas com equipamentos, porque hoje a tecnologia está aí disponível. Com a chegada do 5G e ainda com o 4G, nós temos que fazer com que todas as nossas escolas estejam equipadas com internet, mas também com equipamentos de segurança para propiciar segurança nas nossas escolas.

Eu termino aqui, Sr. Presidente, parabenizando V. Exa. e dizendo que a segurança nas escolas é apenas um desses grandes desafios. O momento é crítico, e o Poder Público, diante dos acontecimentos, é chamado a agir e a fazê-lo de forma efetiva. Não iremos nos furtar desse enfrentamento. Por isso, espero contar com o apoio de todos nessa luta, não só com o apoio de V. Exa., Senador Jean Paul Prates, ao propor esta audiência, mas também com o de todos os profissionais, educadores que querem e precisam, realmente, neste momento da pandemia, buscar uma solução para que os nossos alunos possam voltar, mas com segurança nas nossas salas de aula.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Senador Wellington.

Quero apenas salientar que nós estamos aqui com o seu Projeto de Lei 2.256, que foi mencionado aqui no início. Realmente, esse é um ponto importantíssimo que V. Exa. traz, inclusive em relação às escolas abertas em tempo integral, o que é uma luta nossa também. Eu acho que isso é um desejo e é uma meta de todos que estão aqui nesta audiência como Parlamentares, até porque essas escolas, em alguns lugares, são o próprio Estado, fazem as vezes do Estado brasileiro em muitas comunidades e em muitos locais.

O problema – este é o meu mantra – é que o conceito de Estado mínimo, Senador Wellington, não permite isso. Estamos falando de escolas públicas. Se essas escolas que são a presença do Estado em muitas comunidades não tiverem recursos, não adianta, porque a gente vai ficar aqui falando muitas coisas desejadas, mas não alcançadas.

O que hoje, infelizmente, temos – não sei se deliberadamente... Enfim, o Ministério, o Governo, cada um faz como pode. Há restrições, a gente sabe. A solução não é só o Presidente, não é só o Ministro; somos nós todos. Mas o fato é que, com cortes reiterados no orçamento da educação e com universidades e escolas em petição de miséria, a gente não consegue abrir nem no tempo que deve abrir, que dirá no fim de semana, no sábado ou no domingo. Então, temos que trazer a nossa realidade entre o que a gente quer e o que é possível fazer, dentro da luta por recursos para a educação.

Senador Flávio Arns, mestre aqui do assunto. Estou aqui até me arvorando em falar algumas coisas, Senador Flávio, mas, com certeza, a sua proficiência vai nos complementar muito. Obrigado, Senador Flávio, pela presença até agora.

O SR. FLÁVIO ARNS (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - PR. Para



interpelar convidado.) – Agradeço – posso chamá-lo de você –, Jean Paul, amigo, Senador. É uma alegria estarmos juntos.

Eu quero dizer que eu fiquei muito bem impressionado com as apresentações todas, muita informação. Quanta gente qualificada, boa, preparada, trazendo ideias, sugestões, princípios. Claro que, às vezes, a gente pode pensar de um jeito diferente numa ou noutra situação, mas, essencialmente, eu quero cumprimentar os expositores e as expositoras, todos e todas. Cumprimento os meus colegas, o meu Presidente da Comissão também, o Senador Marcelo Castro. Estamos juntos lá na Comissão de Educação. Cumprimento a Deputada Dorinha, que está aí – trabalhamos muito juntos no Fundeb também –, o Wellington, a Zenaide, a Deputada Laura e todos os expositores.

Quero dizer o seguinte: primeiro, sou totalmente favorável à colocação do Senador Confúcio Moura. Eu penso que não é necessário termos uma lei sobre este assunto. Não é necessário! Por quê? Porque todos nós desejamos um retorno seguro, tranquilo (*Falha no áudio.*) ... agora, temos uma necessidade de adequação dos protocolos a todo momento. Eu falava com amigos meus que moram em Londres, por exemplo, neste final de semana, e eles disseram: "Olha, os nossos filhos estão indo para a escola, mas eles são obrigados a fazerem o teste de Covid uma vez por semana". Recebem o teste em casa, têm de fazer uma vez por semana. Então, entra em toda essa discussão de rastreamento. E nós temos um sistema muito importante nosso. Todo mundo, em todas as apresentações, enfatizou a diversidade do Brasil. Então, nós temos um SUS, que é um Sistema Único de Saúde, que poderia ser um sistema nacional de saúde, em que se teria instâncias tripartite, Estados, Municípios, Governos estaduais discutindo; lá no Estado, bipartite, Estados e Municípios; e, lá nos Municípios, lá na ponta, com uma corresponsabilidade dos três níveis, atuando com a pessoa, com o povo, com a comunidade quilombola, indígena, da periferia, do centro urbano, enfim, de todas as realidades possíveis. Então, isso é que acontece, quer dizer, vamos tratar da diversidade.

E, na educação, seria mesma coisa. E tem de ser a mesma coisa. A gente não precisa a Lei do Sistema Nacional de Educação ser aprovada, porque a lei, o projeto de lei, de que, no Senado, o Senador Dário Berger está sendo o Relator, é exatamente no mesmo sentido: vamos discutir em nível nacional uma gestão tripartite, bipartite. E, lá na ponta, a prefeitura vai olhar a escola: "Não, essa escola, apesar de ser quilombola, está tudo em ordem, tudo certo, vamos fazer desse jeito, vamos fazer do outro", dentro de protocolos estabelecidos. E o Dr. Rabelo, inclusive, falou, do Ministério da Educação; e o Dr. Rodrigo, do Ministério da Saúde.

O que falta no Brasil na minha opinião, não só nisso, mas numa série de outras coisas, são as pessoas conversarem, dialogarem, chegarem a conclusões. E esse protocolo, em função do que está acontecendo na Índia, na China, na Rússia... De repente, nós temos um protocolo numa lei. E, para mudar a lei nós temos que passar por todo o processo na Câmara e no Senado, e é um assunto técnico, tanto na área da educação como na área da saúde. E as pessoas têm que se encontrar e discutir. Então, esse é o meu primeiro ponto de vista. Eu realmente acho, porque eu já falei isso até para a Deputada Paula Belmonte, outro dia em que nós tivemos a oportunidade de fazer uma reunião também, mas, em todo o caso, esta é uma situação: considerar a diversidade, as realidades, as mais diversas do Brasil. Porque a gente vê às vezes vídeos. Esses dias o Senador Styvenson mandou para mim um vídeo duma escola lá de Natal, do Rio Grande do Norte, com todos os protocolos. Eu digo: ótimo, mas não é a realidade do Brasil inteiro. Porque, no Brasil – a gente viu no Fundeb, discutiu isso –, há escolas em que o banheiro está complicado, em que não há banheiro, não há água potável, não há quadra, em que está difícil de fazer, mas os donos da escola, que são os pais, os alunos, os professores têm que cuidar disso. Só mais um minutinho também.

O segundo aspecto. Concordo inteiramente com o que o nosso amigo Presidente Senador Marcelo Castro colocou: nós queremos o retorno às aulas, não há dúvida disso, seguro, tranquilo, a favor dos alunos,



das famílias, mas a palavra essencial – a educação é importante, é fundamental, tem que acontecer – está, vamos chamar assim, já que estamos falando de pandemia, contaminada, contaminada, porque essencial significa ter que voltar e, ao invés disso, tem que ser pelo menos com um percentual de professores e de alunos. Tem que acontecer. Até as pessoas já falaram antes: "Fecha escola, abre escola", isso é uma coisa natural que está acontecendo no mundo inteiro em função da dinâmica da pandemia. Então, não pode haver a palavra essencial. Por isso que eu, inclusive, fiz emendas retirando os arts. 1º e 2º. Mas eu também acho que o resto da lei não precisaria estar na lei, e, sim, nos protocolos.

Então, esse diálogo, essa conversa tripartite, bipartite, valorizar o Município, a ponta, isso não foi feito. Vamos ser francos, mas também não adianta olhar para trás. Tanta confusão que aconteceu, mas nós temos que pensar: vamos fazer certo daqui para a frente, pelo menos; vamos dar um prazo; vamos fazer isto, chamar... Não precisa haver a lei do Sistema Nacional de Educação para a gente tomar atitudes. Podemos tomar atitudes antes; no SUS já há isso.

Agora, temos que ter as condições, então, derrubar o veto em relação à questão da tecnologia, os professores terem acesso, os alunos... A gente vai aos Municípios aqui perto de Curitiba, e há escolas municipais – não em Curitiba, mas em Município perto – em que não há computador, em que o sinal da internet na escola é ruim. Ao mesmo tempo, os alunos não têm internet em casa, não têm *tablet*.

Então, a gente pode discutir isso e chegar a essas conclusões, cuidando da saúde, de coisas imediatas da qualidade, e fazermos algo bom, certo e seguro para o Brasil. Mas, essencialmente, não penso que haja a necessidade da lei e que a palavra essencial está carregada de uma coisa que não tem a ver com a educação; tem a ver com serviços, como já foi colocado também anteriormente. É o meu... Não é uma pergunta, mas é um posicionamento.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Senador Flávio. Muito obrigado pelos esclarecimentos também na mesma direção.

Eu quero, rapidamente, para quem nos assiste e para quem está participando, até agora, falar da dinâmica aqui final da nossa audiência. Nós vamos ter dois minutos para cada Ministério, até porque o nosso Secretário Executivo do Ministério da Saúde foi o único instado a responder uma pergunta pelo Senador Confúcio Moura; o Secretário Rodrigo Cruz, depois o Secretário Mauro Rabelo, dois minutos a cada, depois vou dar 30 segundos – atenção! –, 30 segundos para cada participante, palestrante! Por quê? Porque nós aqui, Senadores e Senadoras, sofremos com a voz aqui de 15 segundos. Eu vou dar o dobro da voz. Então, 30 segundos. É porque, dado também o adiantado da hora, eu acho que, em 30 segundos, dá para se despedir bem, não estando a responder nenhuma pergunta específica. E, finalmente, o fechamento, Deputada Paula, como autora, dois minutos. Senador Marcos do Val, também, dois minutos e nós faremos o encerramento.

Senadora Leila Barros, está aqui agora, na última hora. Pode falar. Senadora Leila Barros, cinco minutos, Senadora.

Está por aí? (*Pausa.*)

Querida Leila, olá! O seu microfone está desligado, eu acho.

A SRA. LEILA BARROS (Bloco Parlamentar Senado Independente/PSB - DF. Para interpelar convidado.) – Liberou, pronto.

Não, eu estou acompanhando o debate, porque eu estou, enfim, em outras audiências aqui, acompanhando outras reuniões. Mas eu acompanhei a maioria do debate e fico feliz que o consenso entre todos nós aqui é a importância desse retorno, mas do retorno seguro.

Cumprimento o Presidente da Comissão de Educação, Marcelo Castro; também a sua iniciativa, Jean Paul, e de outros Senadores, do Senador Flávio Arns, sempre muito preocupado com esse tema na Casa; do Relator, Marcos do Val; da Paula Belmonte, autora da iniciativa.



Bom, enfim, eu abraço todas as opiniões da maioria dos nossos colegas. Também concordo com o Senador Flávio Arns e com o Senador Confúcio, com relação a ter ou não ter. Acho que nós poderíamos resolver de forma bem mais tranquila. Acho que o próprio Executivo pode tomar essa iniciativa. Acho que a conversa entre o Ministério da Educação e o Ministério da Saúde é fundamental para passar esses protocolos desse retorno seguro, a vacinação dos profissionais.

E aí ficam alguns questionamentos e algumas exposições que passaram, que os nossos expositores passaram para nós nesta audiência e que eu gostaria de deixar como pergunta. Alguns questionamentos que, obviamente, ficarão para depois, para a resposta, porque já está adiantado o horário aí, eu sei que todo mundo está com agenda, mas essa questão do retorno e do isolamento do convívio, do quanto esse impacto emocional aconteceu, especialmente nas crianças e nos jovens. Eu pergunto: que dados nós temos sobre os impactos psicológicos do distanciamento das crianças e dos jovens com relação à pandemia? E como devemos proceder para evitar essa questão na volta às aulas? Porque existe um impacto, há um dano emocional e como é que vai ser esse retorno? A gente tem que se preocupar com isso. E fica esse questionamento aí para o Ministério da Educação, que fará esse trabalho junto com o Ministério da Saúde.

E considerando que essa pandemia continua sendo um fenômeno e com novas variantes surgindo, e a gente não sabe a eficácia de todas as vacinas. (*Falha no áudio.*) ... estabelecer protocolos referentes ao número de alunos na sala, a situação em que se deve interromper as aulas presenciais em determinada turma ou sala, o fornecimento das máscaras aos professores e alunos. E eu gostaria de saber a opinião dos senhores sobre esses protocolos que eu acho que todos são importantes. Então, ficam esses questionamentos também para o Ministério. E grandes crises nos causam muita dor e grandes prejuízos e representam também grandes oportunidades. E há um consenso de que a situação brasileira já não estava indo bem antes da pandemia. Nossos professores tiveram que aprender, sob pressão, como trabalhar ferramentas digitais e administrar aulas a distância. Parece-me importante aprofundarmos esse assunto e esse conhecimento. E, nesse contexto, eu deixo aí para o Ministério esse questionamento. E para todos os que estão acompanhando esta audiência: qual o papel do ensino híbrido no futuro da educação, como podemos incrementar o treinamento digital dos nossos docentes, e se é possível fornecer aos alunos mais necessitados, com as ferramentas necessárias, os planos de dados e aparelhos eletrônicos necessários para a sua plena participação nesse *on-line*. Porque essa é uma realidade. Nós estamos enfrentando uma realidade em que todos esses questionamentos terão que ser respondidos e inseridos nesse retorno às aulas.

Então, fica aqui essa minha preocupação, que eu sei que é de todos. Vamos voltar, sim, mas vamos com responsabilidade, principalmente com um planejamento sério, entendendo e respeitando as diferenças e as desigualdades do nosso País.

Era isso que eu tinha a dizer, Sr. Jean Paul, querido Senador Jean Paul.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Senadora Leila, muito obrigado, Senadora Leila, querida.

É muito importante mesmo que todas as coisas que Leila acaba de declinar são questões não só de lei como de norma infralegal e de prática dos dois ministérios. Por isso é que quero trazer aqui, pedindo permissão até pela ordem aqui ao Secretário Mauro, para que o Secretário Rodrigo passe à frente aqui, rapidamente, por conta da pergunta que foi feita pelo Senador Confúcio. Ok?

Então, Secretário Rodrigo da Cruz, por favor, a pergunta do Senador Confúcio resume-se no seguinte: essa lei é essencial ou não para que os ministérios, o Governo Federal consiga implementar o retorno seguro às aulas no Brasil?

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador.

Primeiro, eu queria agradecer. É um privilégio participar desta audiência pública. As discussões



foram muito ricas aqui. Enfim, por óbvio, há a liberdade legislativa por parte do Parlamento. Acho que é uma atividade inerente dos senhores. Não compete à gente aqui, enfim, discutir sobre a pertinência ou não da legislação. Acho que nos compete opinar, enfim, dar elementos, fornecer...

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Rodrigo, desculpe.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ – Oi!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Apenas para ajudá-lo. Na verdade, é claro que não. De maneira nenhuma faremos isso com você e deixá-lo nessa situação. Apenas o seguinte: se há, é claro que a lei é meritória, e a gente disse isso várias vezes...

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ – Sim, sim.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... mas instrumentalmente, ela é necessária para essas medidas ou ela pode aduzir princípios, vontades do Estado brasileiro, que reforcem a atuação de vocês? É basicamente isso...

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ – Ah, pois não.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – ... hoje em dia você consegue colocar as aulas para funcionar, com segurança, com os instrumentos que já existem ou precisa que nós legislemos alguma coisa específica, que seja essencial, de fato, para que aconteça? Essa é uma boa pergunta para, inclusive, trazer elementos para o Senador Marcos do Val eventualmente até colocar na lei. Essa é a pergunta.

O SR. RODRIGO OTÁVIO MOREIRA DA CRUZ – Perfeito, Senador.

Bom, acho que o que compete ao Ministério da Saúde e as ações que seriam importantes – imagino aí o que a gente discutiu hoje: a vacinação, a testagem e a orientação a Estados e Municípios – em relação a medidas não farmacológicas, que podem e devem ser adotadas por escolas nesse cenário de retomada às aulas, de fato, a gente não precisaria de uma legislação específica para isso. A gente já dispõe de todos os instrumentos e temos a obrigação – na verdade, a competência – de seguir na execução das políticas públicas de saúde, quer sejam a vacinação, enfim o plano de testagem e a orientação a Estados e Municípios com relação a essas atividades não farmacológicas.

Eventualmente, se houver alguma proposta em termos de princípios ou diretrizes para essa retomada na legislação, por óbvio, é sempre importante, porque a gente baseia as nossas ações nessas orientações ou nessas direções que são postas na legislação. Mas, de fato, hoje a gente já tem a possibilidade de implementar essas questões – na minha visão, são questões que dizem respeito ao Ministério da Saúde – em relação à testagem, à vacina e à orientação dessas medidas não farmacológicas.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Secretário-Executivo do Ministério da Saúde, Rodrigo Cruz.

Secretário, se tiver que se retirar, sem problema, porque eu sei que o seu horário era 14h30, e a gente, na hora que combinou isso, achou que já teria terminado faz tempo. Mas isso é um bom sinal de que a nossa sessão de debates é realmente de debates, e a gente está conseguindo praticamente esgotar o assunto e ajudar muito o nosso colega proponente e Relator Marcos do Val e a própria autora também – temos o beneplácito da autora presente também – tentando aqui aprimorar e finalizar esse processo em relação a esse projeto de lei.

Muito obrigado, Rodrigo.

Passo a palavra ao Sr. Mauro Rabelo, Secretário de Educação Básica do Ministério da Educação – agradeço ao Ministro também e a presença do Secretário –, por dois minutos também, para as suas considerações.



O SR. MAURO LUIZ RABELO (Para exposição de convidado.) – Boa tarde a todos!

Agradeço esta oportunidade. Foi uma satisfação enorme participar deste debate tão rico e de altíssimo nível. De um modo ou de outro, todos nós estamos alinhados com a questão da relevância e da problemática do momento que estamos vivendo desde 2020 no nosso contexto educacional brasileiro.

Eu queria aproveitar este final para dizer que o MEC lançou – e está na sua página – o Relatório de Atividades: Ações do MEC em Resposta à Pandemia de Covid-19, que está disponível no *site* do ministério. No *site* do ministério, há uma sessão específica das ações de enfrentamento à pandemia. Há disponíveis dois painéis: um da educação superior e um da educação básica. O painel da educação básica foi feito em articulação com o Consed e com a Undime, são questionários aplicados aos diretores da escola. Há informações extremamente relevantes sobre as estratégias utilizadas pelas escolas, pelas secretarias municipais e pelas secretarias estaduais para o enfrentamento dessa questão da pandemia na educação. Vale a pena fazer uma visita. São informações estatísticas que nos dão pistas, inclusive, de ações, agora, no enfrentamento, retorno e pós-retorno. O MEC está em articulação constante (*Falha no áudio.*) ... subnacionais. Então, diálogo franco, aberto. Reunimo-nos quase que semanalmente, estamos participando com as discussões na Comissão da Educação, sempre a convite da Professora Dorinha, estamos à disposição, no Conselho Nacional de Educação, planejamos uma avaliação para este ano, uma avaliação extremamente relevante, que é a aplicação do Saeb, que vai dar para nós, de forma metodologicamente robusta, científica, uma estimativa do *gap* de aprendizagem decorrente desse longo período sem aulas presenciais. Essas informações são extremamente relevantes para que as escolas planejem as ações pedagógicas.

Estamos juntos nesse período, estamos juntos nessa missão nobre da educação. Estamos trabalhando com ações de formação de professores, desenhando avaliação diagnóstica para oferecer às escolas para aplicarem agora, no início do segundo semestre, e também trabalhando na linha da garantia dos recursos: o recurso para a conectividade das escolas, o recurso para a garantia dos insumos para esse retorno, os insumos necessários, demonstrados aqui, que são fundamentais para o retorno seguro às atividades presenciais.

Muitíssimo obrigado e boa tarde a todos.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Secretário Mauro. Agradeça também ao Ministro Milton Ribeiro lá por nós e também ao Ministro Queiroga, enfim. E peço-lhe que, se possível, envie para nós aqui o arquivo que foi mencionado aí, em PDF, para que circulemos aqui entre os Senadores durante o processo de discussão desta lei.

Quero agradecer também às pessoas que estão se comunicando aqui, pelo e-Cidadania, do Senado. Infelizmente, eu não vou ler as perguntas todas porque já estamos no adiantado da hora, mas quero apenas registrar. E as perguntas estão sendo respondidas. Quero dizer a todos que enviaram as perguntas que elas estão, certamente, sendo respondidas aqui pelos nossos palestrantes e Parlamentares: Andrea Ribeiro, do Mato Grosso; Wallace Nogueira, de São Paulo; Ester da Silva, do Distrito Federal; Erick de Oliveira, de São Paulo; Cassiana Muller, do Rio Grande do Sul; e Rafael Mansur, de Goiás.

Agora é, literalmente, o desafio do se vira nos 30. Aqui a gente se vira em 15. Então, nossos amigos palestrantes, participantes, 30 segundos para cada um. Vou chamar pela mesma ordem, iniciando pela Dra. Florence Bauer – eu não sei como prefere: em francês ou inglês –, representante do Fundo das Nações Unidas para a Infância (Unicef) aqui no Brasil.

Dra. Florence, por favor, com a palavra por 30 segundos.

A SRA. FLORENCE BAUER (Para exposição de convidado.) – Muito obrigada.

Eu queria primeiro, agradecer e parabenizar um diálogo tão importante.

Mas eu queria fechar com uma reflexão, porque o que estamos vendo desde o Unicef é uma certa inversão de prioridades, porque, quando falamos de outros setores, o fechamento é visto com uma exceção e,



quando falamos das escolas, elas continuam fechadas enquanto estamos falando em quando vamos reabrir. Então, eu pergunto: por que, enquanto para os outros setores a gente vê o fechamento como uma exceção, para as escolas a gente vê o fechamento cada vez mais como uma normalidade? E a gente pede que tudo seja resolvido: a vacinação, a testagem, a infraestrutura. Deixo vocês com essa pergunta.

Parabéns!

Obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Florence.

Eu vou aumentar porque, realmente, a Florence sofreu com os 30 segundos. Vamos aumentar para um para cada pessoa. Eu acho que ninguém vai morrer por ficar mais um tempinho aqui se cada um dos 15 falar um minuto.

Um minuto... Desculpe-me, Florence, mas a sua experiência aqui valeu aqui para a gente ver aqui que não era viável. (*Risos.*)

Sr. Márcio Bittencourt, um minuto, por favor.

A SRA. MÁRCIO SOMMER BITTENCOURT (Para exposição de convidado.) – Eu vou pedir desculpas porque eu estou sem o vídeo, mas acho que não tenho muito a acrescentar ao que eu falei na minha apresentação muito claramente: que as crianças não são o grande fator de risco nem o grande disseminador, nem as escolas o são. Então, as escolas têm que ser uma prioridade de reabertura. Se a palavra não for "essencial", a palavra é "prioritário". Tem que vir antes do restante e tem que ser feito de forma segura, o que é bastante simples. Como eu mostrei na minha apresentação, a maior parte das intervenções não tem custo praticamente nenhum, pode ser feita de forma muito simples e é implementável na maior parte do País.

Eu agradeço. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Márcio.

O Sr. Wanderson Oliveira teve que sair. Nós vamos passar para a Sra. Andréa Pereira da Silva. Ela é da Undime de Minas Gerais.

Por favor, também, um minuto final.

A SRA. ANDRÉA PEREIRA DA SILVA (Para exposição de convidado.) – Bom, no primeiro momento, eu gostaria de parabenizar esta Casa por ter nos permitido este diálogo e as nossas ponderações. E quero falar que é um imenso prazer estar aqui falando em nome da Undime nacional. Nós estamos, junto aos nossos dirigentes municipais de educação, todos os dias, tentando colocar o que é necessário para uma volta, mas uma volta segura e uma volta responsável, como foi falado aqui, com um bom planejamento para essa volta, sabendo que nós temos que olhar pelas nossas crianças, sim, e segura para a questão da vacinação para professores, familiares e alunos.

Agradeço mais uma vez. Foi, com certeza, muito bom participar deste debate.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Andréa.

Um minuto para a Reitora Joana.

Por favor, Reitora Joana, da Universidade Federal do Sul da Bahia.

A SRA. JOANA ANGÉLICA GUIMARÃES (Para exposição de convidado.) – Bom, rapidamente, primeiro, quero agradecer. Foi um excelente debate.

Eu gostaria apenas de, um pouco na linha da reflexão da Dra. Florence, dizer que todos nós estamos ansiosos para ver nossas crianças de volta nas escolas. Sem dúvida nenhuma, é o que todos nós queremos. Acho que estamos muito atrasados, inclusive, nessa questão. E as questões de infraestrutura colocadas aqui,



que foram trazidas por vários, não se resolverão, porque as escolas estavam mal antes e continuarão assim se a gente não fizer um investimento grande em educação. Então, a gente não vai resolver todos os problemas de infraestrutura, que são crônicos, nas nossas escolas no Brasil, mas a gente precisa, minimamente, ter condições e começar a colocar em prática aquilo que nós estamos dizendo aqui. Precisamos retornar, precisamos tomar certas medidas, precisamos começar a tomar essas medidas para que nossos estudantes, para que nossas crianças voltem para a escola. Eu acho que é isto que nós precisamos fazer, começar a trabalhar e dizer "vamos começar, amanhã, a colocar essas crianças nas escolas e vamos começar a fazer o que deve ser feito".

É isto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, doutora. Um grande abraço a todos da Andifes.

A próxima é Carolina, da Vozes da Educação. Por favor, Carolina, um minuto.

A SRA. CAROLINA DE OLIVEIRA CAMPOS (Para exposição de convidado.) – Bom, obrigada, Senador. Eu gostaria muito de agradecer a sua condução tão democrática, tão bacana de a gente conversar, realmente criando aqui na Casa do povo um ambiente tão plural. Então, muito obrigada por isso.

Gostaria de trazer alguns dados muito breves. Nós temos hoje no Brasil 22 redes de ensino com as escolas particulares abertas, 22. Então, dos 27 Estados mais o DF, nós temos 22 redes de ensino, 22 Estados na verdade que estão com as escolas particulares abertas e apenas oito Estados estão com as escolas públicas estaduais abertas. Existem ainda três Estados em que as aulas já foram autorizadas, mas não voltaram. Então, isso é um problema porque a gente está falando aí de equidade. Então, crianças que têm mais acesso, mais ricas estão conseguindo ter aula particular e crianças menos favorecidas não estão conseguindo.

Além disso, a Senadora Leila perguntou sobre dados de impactos psicológicos. Senadora, trago alguns dados para a senhora. Nos Estados Unidos, houve um aumento de mais de 800% de pedidos de tipo linha de CVV exclusiva para adolescentes, um aumento de 800% nesses pedidos de casos de suicídio. A Índia teve um aumento de 17% no número de casamentos infantis – e isso no interior de Pernambuco, por exemplo, que é o Estado que mais tem casamento infantil, é algo que certamente aumentou.

Existem outros dados nacionais, eu posso depois passar para a senhora, mas eu acho que a correria aqui do tempo não vai me permitir.

Muito obrigada a todos e seguimos à disposição.

Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Carolina, muito obrigado pela sua compreensão também. Eu sei que é difícil, a gente também passa por isso aqui todos os dias. Leila está sabendo, ali fazendo sinal.

Mas é assim mesmo porque a gente tem que ser democrático, todo mundo fala e a gente acaba atendendo pelo menos parcialmente o anseio de todos. Obrigado pela sua presença.

Heleno, Presidente da CNTE, meu companheiro, obrigado pela sua presença. Um minuto para as suas considerações finais.

O SR. HELENO MANOEL GOMES ARAÚJO FILHO (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador. Quero agradecer mais uma vez o convite à CNTE para participar da audiência, de fazer essa escuta, que é muito importante.

Quero parabenizar, Senador, tanto a coordenação desse debate temático e também as suas iniciativas. Eu acho que aqui as suas perguntas e a iniciativa de emendas são fundamentais para tratar dessa questão da educação como serviço ou atividade essencial.



Parabéns pela iniciativa e que sua emenda consiga convencer o Relator, o Senador Marcos do Val, de que ela é importante de ser assimilada. É importante para a educação pública deste País, é importante para a organização dos trabalhadores e das trabalhadoras da educação. E tenho a certeza de que o Senador Marcos do Val terá a sensibilidade de atender a nossa categoria.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Heleno.

Vou passar para o Guilherme. Eu estou com uma inveja tão grande dessa conexão de Serra Leoa, Guilherme. Depois você explica para a gente aí. Vou dar até mais 30 segundos para você. Guilherme Lichand, professor da Universidade de Zurique, lá diretamente de Serra Leoa. Uma conexão totalmente estável, sem parar.

Obrigado, meu amigo, um minuto e meio.

O SR. GUILHERME LICHAND (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador. Demos sorte aí com a conexão. Eu agradeço a você e aos demais debatedores e Senadores.

Eu queria fechar com uma consideração: mesmo em tempos normais, uma parte importante dos nossos maus resultados na educação é explicada pela falta da adoção das melhores práticas pelas redes educacionais. Bons exemplos não faltam no Brasil, mas, muitas vezes, não são seguidos pelos demais. Na pandemia, ignorar os bons exemplos vai custar ainda mais caro.

Estados como São Paulo e Paraná estão retomando aulas presenciais com segurança. Precisamos discutir como levar essas melhores práticas para todo o Brasil, em vez de ficar repetindo o que não dá para fazer. Afinal, quem vai responder pela destruição dos futuros das crianças e jovens a que estamos assistindo?

Eu agradeço o convite e a oportunidade de contribuir para o debate.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado, Daniel, obrigado – aliás, Guilherme –, por estar com a gente aqui.

Daniel é o próximo, na verdade, o próximo orador. Daniel Cara, muito obrigado pela sua presença também, por estar conosco até agora. À vontade para o seu minuto final de considerações.

O SR. DANIEL CARA (Para exposição de convidado.) – Obrigado, Senador Jean Paul.

Em primeiro lugar, parabéns pela condução do trabalho aqui nessa manhã, manhã e tarde de hoje. Foi excelente esta sessão temática.

Quero dizer que eu saio muito feliz, porque foi feito o enquadramento correto do debate. O enquadramento correto do debate se refere ao PL 5.595, de 2020, que tem uma inadequação jurídica, que é declarar a educação como serviço e atividade essencial.

É consenso entre todos nós que é preciso observar as boas práticas, que é preciso garantir máscara PFF2/N95 para todas e para todos, que é preciso garantir ventilação nas escolas, que é preciso garantir Protocolo Tris. É consenso entre nós que essencial é o auxílio emergencial e que é isto que falta para a população brasileira: vacina.

Mas certamente é um equívoco jurídico grave declarar a educação como serviço e atividade essencial, inclusive é um desrespeito à própria concepção da educação como direito fundamental, inscrito no art. 6º da Constituição Federal, entre outros, graças ao grande mestre da Universidade de São Paulo, Florestan Fernandes, Deputado Constituinte e uma figura essencial, efetivamente essencial para o debate público brasileiro.

Jean Paul, Senador, o senhor hoje cumpriu com a tarefa por que o Florestan certamente te parabenizaria pela capacidade de condução desse debate democrático.

Parabéns e muito obrigado.



O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado a você, Daniel, muito lisonjeiro da sua parte. Fico muito honrado aqui pelas suas palavras.

Queria passar agora à Deputada Dorinha Seabra para suas palavras. E, adiantando aqui já, a próxima seria a Deputada Paula Belmonte, depois o Relator Marcos do Val.

Deputada Dorinha, por favor.

A SRA. PROFESSORA DORINHA SEABRA REZENDE (Para exposição de convidado.)

– Bom, boa tarde.

Eu quero só agradecer esta oportunidade do debate.

O que acho que ficou muito claro é que não existe quem seja contra, não é? Todos nós somos a favor e pela urgência do retorno às aulas, até porque não pode ser diferente. A gente não pode estar numa queda de braço com os professores e servidores, como se eles não quisessem trabalhar para o que são chamados ao trabalho. Os primeiros interessados são os trabalhadores, os professores em todo retorno, isso é óbvio.

Então nós queremos voltar, mas o preço nosso não é um preço de vida, é o preço da condição de retorno. Eu, em particular, acho que a gente tem condição e conto muito com o Mauro. Fiquei muito feliz por você ter assumido a Secretaria de Educação Básica. Vocês já estão trabalhando junto com o Consed e com a Undime.

Muitos dos protocolos realmente, Senadora Leila, não precisavam estar definidos agora, mas, quando a gente trabalhou nisso, existia uma ausência e uma dificuldade muito grande de diálogo com os sistemas.

E eu acho que o essencial não é de cima para baixo, dizer: "Volta de imediato todo mundo, e aí a gente vê quem precisa fechar". É que a gente quer voltar, sim. Os prejuízos são enormes. Então o meu grito é que a gente compra o que o Ministro Milton falou: vacina já! Vacina para os profissionais da educação, para os trabalhadores. E vamos fazer esse PDDE para a escola. É pouquinho dinheiro para cada escola fazer essas adequações para o retorno. Vocês já fizeram uma vez – não é, Mauro? – e estou vendo aí fazerem assim. Acho que a gente pode fazer de novo com essas pequenas adequações para o retorno com um mínimo de segurança, porque a educação é assim muito importante.

Fico feliz de a gente ter conseguido fazer esse acordo aqui de retirar o termo "essencial", porque esse é um complicador, e garantir o esforço de todos nós para que as aulas possam ser retomadas. Nos Municípios em que isso é possível, vamos voltar logo, onde é possível fazer toda essa construção.

Então, contem comigo na Comissão de Educação. No que for possível, a gente está trabalhando junto.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Deputada Professora Dorinha, muito obrigado por sua presença até aqui.

Quero passar a palavra à Deputada autora, Deputada Paula Belmonte, autora do 5.595.

Por favor, a Deputada Federal Paula Belmonte, do Distrito Federal.

A SRA. PAULA BELMONTE (Para exposição de convidado.) – Para mim é uma grande alegria, Senador Jean, estar aqui. Quero agradecer a oportunidade de ter tido esse debate e deixar alguns pontos claros. Sei que o tempo é curto. Não estou conseguindo colocar esses pontos aqui, lembrando que o Wanderson deixou alguns pontos para todos os Senadores escutarem, alguns pontos que ele trouxe e que são relevantes.

Quero dizer que essa palavra "essencial" me surpreende, surpreende-me nós estarmos discutindo sobre a essencialidade da educação. Para mim, é fundamental que a educação seja essencial. Nós não estamos aqui discutindo o direito à greve, nós estamos discutindo exatamente o direito à educação, o acesso à educação. E este é o tema de que trata o projeto: fazer com que a educação seja essencial e, principalmente, fazer esse retorno com todos os protocolos de segurança que foram colocados aqui e que



são essenciais neste momento e sempre.

Outra coisa que eu gostaria de trazer – até fico um pouco nervosa porque o tempo é curto e a gente tem que falar um tanto de coisa – é a questão do direito à greve. Eu quero deixar claro que o nosso debate aqui é sobre o direito à educação, à garantia constitucional. O direito à greve: se eu estivesse querendo, junto com os outros autores, mexer nisso, nós mexeríamos por uma PEC. Nós estamos falando aqui desse acesso e da garantia às escolas. Nós tivemos bares e restaurantes abertos antes das escolas. E, como foi falado, será que é importante essa legislação? No Brasil, estamos aí, como disse a Unicef, há mais de 40 semanas sem aula; a média mundial é de 20. Quer dizer, será que precisamos de um empurrãozinho?

Eu acredito que o Congresso Nacional tenha como ter esse protagonismo, sim, e colocar a educação como atividade essencial, o que trará a educação para um patamar que ela realmente merece.

Então, ficam aqui as minhas palavras. Eu não estou colocando, mas eu vou passar aos senhores, depois, pelo WhatsApp, todas as colocações necessárias, para que a gente possa manter a educação como atividade essencial, e também os protocolos para a retomada das aulas.

Só quero pedir mais trinta segundos para dizer o seguinte: eu estive no Ministério da Educação, no Ministério da Saúde, já fizemos um levantamento de que são 4 milhões de profissionais de educação, entre professores, merendeiras, auxiliares administrativos e de limpeza. Então, nós estamos falando de 8 milhões de doses. O Ministério está bem sensível a isso.

Sobre a questão que a Deputada Dorinha trouxe em relação ao PDDE, estamos também trabalhando para que possa chegar mais dinheiro à escola, contemplando que já foram 600 milhões. Como o senhor disse, Senador Jean, é muito pouco ainda, é verdade, mas precisamos estar unidos, porque, principalmente, esse muito pouco faz a diferença no futuro do nosso País, das escolas abertas.

Então, que a gente possa, no Senado Federal, ter essa sensibilização de que a gente coloque as nossas crianças em um lugar seguro, que são as escolas.

Muito grata.

Que Deus abençoe a cada um de vocês e, em especial, ao senhor, Senador!

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Perfeito, Paula. Retribuo também as bênçãos.

E, apenas para esclarecer, de novo, para não ficarmos com essa... Não é uma questão retórica apenas, Deputada autora, é a questão terminológica. Há uma lei, a Lei 7.783, de 28 de junho de 1989, que define atividades essenciais. Então, quando a gente usa a palavra "atividade essencial", automaticamente, qualquer atividade... Por exemplo, estou vendo aqui o nosso colega *cameraman*. Se a gente disser, numa lei, que *cameraman* é uma atividade essencial, ele automaticamente fica enquadrado nesta lei aqui.

Então, é uma questão terminológica legal. Podemos substituir o termo por outro termo genérico que diga exatamente a mesma coisa – fundamental, relevante, enfim, todos esses; temos aqui várias palavras para chamar a educação de importante –, mas a construção serviço ou atividade essencial, automaticamente, sem a autora querer, sem o Relator querer, sem ser a intenção, como já foi declinado claramente aqui, imediatamente, coloca a educação presencial em pé de igualdade com: tratamento e abastecimento de água; produção e distribuição de energia elétrica, gás e combustíveis; assistência médica e hospitalar; distribuição e comercialização de medicamentos e alimentos; funerários; transporte coletivo; captação e tratamento de esgoto e lixo; telecomunicações; guarda, uso e controle de substâncias radioativas, equipamentos e materiais nucleares; processamento de dados ligados a serviços essenciais; controle de tráfego aéreo e navegação aérea; compensação bancária; atividades médico-periciais relacionadas com o Regime Geral de Previdência Social e a assistência social; atividades médico-periciais etc.

Então, é esse apenas o conceito e a gente vai, com certeza, saber ajustar e isso não vai fazer, absolutamente, nenhuma diferença no intento original da lei.



Queria passar agora, finalmente, a palavra ao Senador Relator Marcos do Val.

Muito obrigado a todos por estarem presentes até agora.

Ao final, só farei o encerramento oficial, mas acho que já esgotamos todos os objetivos aqui.

Com a palavra final, o Senador Marcos do Val.

Por favor, Marcos.

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para discutir.) – Eu que agradeço a todos.

Parabéns, meu amigo Jean Paul Prates!

Se eu tiver outra oportunidade de ter outra vida, gostaria de ter o seu nome. Seu nome é bonito para caramba.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Obrigado.

Quem sabe Jean Paul do Val?

O SR. MARCOS DO VAL (Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL/PODEMOS - ES. Para discursar.) – Bom, mas eu queria dizer o seguinte: após cinco horas, o que consegui descortinar é que o direito à greve se sobressaiu ao direito à educação nesse debate riquíssimo – debate riquíssimo. Não podemos duvidar disso, mas eu senti que o movimento ao direito de permanecer pelo direito à greve ficou acima do direito à educação.

Eu, como Relator, tenho que escutar, temos que chegar a uma forma democrática – somos democráticos – e vamos conseguir achar uma saída para isso, porque, para mim, continua a educação sendo primordial. De tudo, de tudo que foi relatado das outras profissões, para mim, a educação está acima de tudo.

Bom, é isso.

Parabéns mais uma vez!

Todos os palestrantes foram sensacionais, me enriqueceram muito os argumentos de cada um e saí maior do que entrei nesse debate.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Jean Paul Prates. Bloco Parlamentar da Resistência Democrática/PT - RN) – Muito obrigado, Senador do Val, que trouxe já outra contribuição de sinônimo: "primordial", que também serve.

Queria também, além de fazer a emenda para a substituição dessa redação, sugerir ao Relator, como eu mencionei projetos de lei no começo da nossa fala, além do 5.595, de autoria da Deputada Paula Belmonte, um importante projeto que nós estamos discutindo agora, o 2.256, do Senador Wellington Fagundes, nosso colega, Marcos, que seria interessante olhar, e o 2.949, de 2020, do Deputado Idilvan Alencar.

E por que isso? Porque talvez fosse uma coisa interessante aproveitar essa relatoria para incorporar coisas desses projetos no seu projeto, no projeto da Deputada Paula. Então, talvez seja uma composição que a gente possa depois pensar em fazer, colocando tudo em um projeto de lei só e, aí sim, discuti-lo oportunamente.

Muito obrigado a todos.

Quero felicitar e agradecer muito aos nossos participantes, aos Senadores e Senadoras que participaram.

Cumprida a finalidade desta Sessão Remota de Debates Temáticos, a Presidência declara o seu encerramento.



(Levanta-se a sessão às 14 horas e 50 minutos.)



Ata da 44^a Sessão, Especial,
em 14 de maio de 2021

3^a Sessão Legislativa Ordinária da 56^a Legislatura

Presidência do Sr. Wellington Fagundes.

(Inicia-se a sessão às 18 horas e 16 minutos e encerra-se às 20 horas e 15 minutos.)



O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT. Fala da Presidência.) – Sob a proteção de Deus iniciamos nossos trabalhos.

Sob orientação sanitária, como estamos aqui isolados, eu vou tirar a minha máscara.

A presente sessão especial remota foi convocada nos termos do Ato da Comissão Diretora nº 7, de 2020, que institui o Sistema de Deliberação Remota do Senado Federal e, em atendimento ao Requerimento nº 1.462, de 2021, do Senador Wellington Fagundes e outros Senadores, aprovado pelo Plenário do Senado Federal.

A sessão é destinada a comemorar os 50 anos de fundação da Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis.

A Presidência informa que esta sessão terá a participação dos seguintes convidados: Deputado Antônio Brito, Deputado Federal pelo Estado da Bahia e Presidente da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil; Deputado José Medeiros, Deputado Federal pelo Estado do Mato Grosso; Deputada Janaina Riva, Deputada Estadual pelo Estado do Mato Grosso; Deputado Thiago Silva, também Deputado Estadual pelo Estado do Mato Grosso; Deputado Claudinei Lopes, Deputado Estadual pelo Estado do Mato Grosso; Deputado Sebastião Rezende, Deputado Estadual pelo Estado do Mato Grosso; a Sra. Adriana Teixeira, Diretora do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde; nosso Prefeito de Rondonópolis, José Carlos Junqueira de Araújo; Vereador Manoel da Silva Neto, Vereador no Município de Rondonópolis; o Sr. José Osiris, Presidente da Santa Casa da Misericórdia de Rondonópolis; e a Sra. Tania Balbinotti, Coordenadora do Grupo SOS – Prol Santa Casa.

Convido todos para, em posição de respeito, acompanharmos o Hino Nacional.

(Procede-se à execução do Hino Nacional.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Gostaria de agradecer à TV Assembleia por essa produção do Hino Nacional brasileiro com imagens predominantes do nosso Pantanal Mato-Grossense, que, infelizmente, teve uma queimada muito grande no ano passado. Também está prevista, infelizmente, mais seca nos próximos anos e, inclusive, neste ano.

Nós, que criamos aqui a Comissão Temporária Externa do Pantanal, já estamos alertando as autoridades, sejam nacionais ou estaduais, sobre a necessidade de implantarmos um trabalho, um planejamento para que a queimada seja evitada ou pelo menos minimizada. Então, essas imagens representam aquilo que há de mais belo no Brasil e, em especial, no Estado do Mato Grosso.

E a TV Assembleia é uma grande parceira da TV Senado.

Agora eu gostaria também de aproveitar e registrar o aniversário de Várzea Grande, a nossa querida Várzea Grande, cidade da Região Metropolitana da Grande Cuiabá, que completa 154 anos de fundação. Registro aqui e parabenizo toda a população, em nome do Prefeito Kalil Baracat, e cumprimento também toda a população de Bonsucesso, Capão Grande, Passagem da Conceição, Praia Grande, Souza Lima, dentre outros distritos e também comunidades. São quase 300 mil habitantes.

Eu quero cumprimentar o Senador Jayme Campos e também a sua esposa, D. Lucimar Campos, que são filhos desta querida cidade. Aqui, no Congresso Nacional, temos uma grande parceria com o Senador Jayme Campos. E cumprimento também toda a Câmara de Vereadores de Várzea Grande em nome do Presidente Fabinho.

Assistiremos agora a um vídeo institucional da nossa Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis e a sua história: 50 anos da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis.

(Procede-se à exibição de vídeo.)



O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero registrar aqui o voto de aplauso à Santa Casa de Misericórdia e Maternidade de Rondonópolis pelos 50 anos de fundação, contido no Requerimento nº 1.495, de 2021, aprovado pelo Plenário do Senado por uma proposição de minha autoria. Agradeço, então, ao Presidente Rodrigo Pacheco, bem como a todos os Senadores que aprovaram esta moção de aplauso, que fará parte da história da santa casa e dos *Anais do Congresso Nacional*.

Iniciando, eu quero desejar muito boa tarde a todos.

Senhoras e senhores que nos assistem, é nos momentos mais dramáticos da história humana, como agora, nesta calamidade sanitária, socioeconômica e humanitária da Covid-19, que podemos e devemos aquilatar, testemunhar e enaltecer todo o valor de uma entidade como a Santa Casa de Rondonópolis.

Fundada há 50 anos por senhoras pertencentes à Associação das Senhoras de Rotarianos da nossa cidade, a santa casa é uma prova vigorosa de tudo quanto uma comunidade é capaz quando se une para fazer o bem.

Ao longo da minha vida como Parlamentar de Mato Grosso, tenho trabalhado intensamente para garantir o bom funcionamento das santas casas e demais hospitais filantrópicos do meu Estado. Inclusive, tenho a honra de fazer parte também da Frente Parlamentar de apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil, presidida pelo nosso Deputado Antonio Brito. É quase uma obrigação política, porque nada, nada mesmo pode ser mais recompensador para quem se propõe a representar a sociedade, trabalhar pelo bem e pelo bem-estar de toda a população.

Saúde pública estruturada é, sem dúvida alguma, o maior bem que o Poder Público pode ofertar à sua gente. Não existe direito mais sagrado, mais fundamental que assegurar medidas que contemplam a vida humana.

Esse é o meu entendimento e o que ajuda a explicar a razão que me levou a requerer esta sessão de homenagem.

Desde muito jovem, acompanho de perto a vida da Santa Casa de Rondonópolis. Vi os seus primeiros tijolos quando colocados e as paredes erguidas para fazer a defesa da vida dos mais carentes. Portanto, sei das lutas travadas, ao longo deste tempo, para cumprir com suas funções sociais e, sobretudo, suas mais relevantes funções, que é a de cuidar da vida das pessoas enfermas. A Santa Casa de Rondonópolis tem sido, ao longo do tempo, a mão sempre estendida para cuidar do nosso povo e mais: o faz com amor, dedicação, empenho e, acima de tudo, com o mais elevado espírito de fraternidade. É hora, portanto, de agradecer o pioneirismo dos homens e mulheres que escreveram essa página gloriosa, que completa 50 anos na história de Rondonópolis.

E aí o quero fazer em nome do movimento das senhoras rotarianas. Cito aqui o nome de todas. Cito (*in memoriam*) a Sra. Abadia Matos Silva e também a D. Dalva Maria Perez. E quero agradecer também o movimento recente das também senhoras de Rondonópolis que, no movimento, fizeram um trabalho muito grande no soerguimento da Santa Casa. Então, eu cumprimento na pessoa de Tania Balbinotti as senhoras que fizeram esse movimento. Eu também cumprimento todos os homens de bem que têm ajudado na história da nossa Santa Casa. Cumprimento, também *in memoriam*, o Sr. José Salmen Hanze, que foi o doador do terreno para a construção do hospital; lembro de D. Osório Stoffel, primeiro Bispo da cidade; o Sr. José Barros Maciel; e ainda o meu cunhado falecido Dr. José Wanderley Garcia Duarte. Também quero registrar aqui o nome dos atuais empresários que têm feito junto com a classe política esse trabalho desse soerguimento e o faço na pessoa do Sr. Odílio Balbinotti. Eu quero aqui também citar os membros da primeira diretoria da entidade: Sr. Eutílio Ferreira de Matos, João Roberto Ziliani, Júlio Yochiy, Antônio Gregório Neto e Pedro Cauhy.

Em verdade, são muitos os nomes que ajudaram e seguem ajudando nessa construção. Muitos heróis



anônimos também passaram pela vida desta respeitada instituição rondonopolitana. A todos o meu mais profundo respeito e agradecimento em nome da nossa querida cidade. A todos o meu mais profundo respeito!

A gente que vive lado a lado com a população sabe perfeitamente o drama que é ter um enfermo em leito hospitalar, mas posso dizer também que feliz – isso mesmo – é a cidade que pode contar com uma santa casa deste nível, com uma santa casa que não é feita apenas de equipamentos ou construções civis, mas, acima de tudo, de calor humano e respeito à vida.

Ainda, na linha inquebrantável da continuidade histórica, também faço meus os agradecimentos à atual Superintendente, a Dra. Bianca Talita Franco. E, na pessoa da Dra. Bianca e também do Dr. Sinésio Alvarenga, Vice-Presidente, saúdo o competente e dedicado corpo de colaboradores da santa casa; todos os seus provedores, na pessoa do Dr. José Osíris Hoeppner; também os médicos, na pessoa da Dra. Daniele Monteiro; os enfermeiros, fisioterapeutas, nutricionistas, psicólogos, administradores, técnicos, assistentes, auxiliares, residentes, estagiários, pessoal de apoio na manutenção, na cozinha, no transporte, na limpeza; os seus valorosos voluntários e assim por diante.

Senhoras e senhores, no último dia 12, comemorou-se o Dia Internacional da Enfermagem, e nenhuma unidade de saúde pode prescindir desses profissionais, sobretudo, nos dias de hoje, diante desta pandemia. Por isso, aproveito esta ocasião para reafirmar o meu apoio ao Projeto de Lei 2.564, atualmente em tramitação no Senado, para instituir o piso salarial nacional do enfermeiro, do técnico de enfermagem, do auxiliar de enfermagem e também da parteira. Sabemos das dificuldades inerentes a essa medida. Desde já, também me comprometo a lutar para viabilizar os recursos exigidos a cargo das prefeituras, porque, nos últimos tempos, se criaram muitos programas dando a responsabilidade às prefeituras de fazer o seu custeio. Por isso, garantir esse piso salarial é o mínimo que podemos fazer para garantir respeito e cumplicidade ao pacto de cuidados com a nossa gente e para proteger os direitos dos trabalhadores de saúde e cuidadores.

Meus amigos e minhas amigas, as santas casas são as organizações não governamentais mais antigas do Brasil e se constituem em uma presença positiva no cotidiano da gente desde os primeiros momentos da sua formação nacional.

Hoje, é importante ressaltar que a nossa homenageada se firma, cada vez mais, nos pilares de sua criação e se constitui em parte importante no processo de desenvolvimento da nossa cidade, de toda a região sudeste e, claro, também do nosso Estado, se colocando como estrutura fundamental ao avanço e ao conhecimento.

Junto com a Universidade Federal de Rondonópolis, a nossa querida UFR, liderada pela Reitora Analy Polizel, a santa casa atua como hospital-escola e tem sido essencial na formação de profissionais de saúde, em especial de Medicina, promovendo uma aliança intransponível e necessária: o conceito de saúde e educação juntos pela elevação do desenvolvimento humano regional.

Aos que me ouvem, aos quais aqui faço efusivas saudações, é importante ressaltar que a santa casa oferta à população várias especialidades como cirurgia cardíaca, cardiovascular, cirurgia geral, cirurgia plástica, vascular, oncológica, pediátrica, cirurgia bucomaxilo, neurocirurgia, cabeça e pescoço, dermatologia, ginecologia, mastologia, obstetrícia, oftalmologia, ortopedia, urologia dos portes pequeno, médio e grande, urgência e emergência obstétrica, internações clínicas e cirúrgicas e pediátricas, além da referência em maternidade. Foram quase 25 mil pessoas atendidas no ano passado. Por isso, afirmo com todas as letras: a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis continuará tendo sempre neste Senador, filho desta cidade, um grande admirador e amigo, um firme afiliado aqui no Congresso Nacional.

Com efeito, nossa agora cinquentenária entidade é alvo permanente dos meus cuidados ao longo de três décadas de trabalho ininterrupto no Parlamento brasileiro. E tenho certeza de que o conjunto



da bancada federal mato-grossense e os nossos valorosos Deputados Estaduais partilham desse elevado conceito. Nesse sentido, quero cumprimentar toda a bancada, em nome do Deputado José Medeiros, nosso Deputado Federal de Rondonópolis, e também do Carlos Bezerra, um legendário, que, ao nosso lado, trabalham pela defesa de uma melhor saúde pública da nossa região. Também meus cumprimentos aos ilustres Deputados Estaduais: ao Deputado Max Russi, Presidente da Assembleia Legislativa; à digníssima Deputada Janaina Riva; e aos Deputados da minha cidade Thiago Silva, Delegado Claudinei e Ondanir Bortolini, o conhecido Nininho, incansáveis na interlocução em favor da estruturação da Santa Casa de Rondonópolis e também da saúde como um todo.

Quero ainda prestar homenagem ao amigo e ex-Prefeito, *in memoriam*, Hermínio J. Barreto e também ao ex-Vereador, *in memoriam*, Juary Miranda, grandes batalhadores em favor da santa casa.

Há várias ações realizadas que pontuarei mais adiante, no transcurso desta sessão especial.

Senhoras e senhores, não poderia deixar de ressaltar a presente etapa da vida nacional em que a perspectiva da vacinação renova as esperanças de virar esta página tão infeliz da nossa história. Aliás, motivado por esse ideal, na qualidade de Relator da Comissão Temporária da Covid-19, venho atuando no sentido de tirar as vacinas das planilhas oficiais e fazê-las chegar mais rápido ao posto de saúde mais próximo e daí aos braços das pessoas.

Eis porque recentemente apresentei – e o Senado já aprovou, faltando agora o sinal verde da Câmara dos Deputados e, depois, a sanção presidencial – o projeto de lei autorizando a adaptação das estruturas industriais dos maiores laboratórios fabricantes de produtos para a saúde animal à produção de centenas de milhões de doses de imunizantes. Ontem, inclusive, estive no Palácio do Planalto, e acertamos com o Presidente da República e a Ministra Flávia que estaremos, sexta-feira próxima, visitando essas principais indústrias, também com a presença, com a companhia do Ministro da Saúde, Queiroga, da Anvisa, do Ministério da Agricultura e também da Organização Mundial de Saúde para constatarmos essa capacidade industrial que o Brasil tem, inclusive com a afirmação do Sindan, que é o sindicato da saúde animal, de produzir, em apenas 90 dias, após a transferência tecnológica, 400 milhões de doses de vacina. Portanto, o Brasil poderá, em pouco tempo, ainda este ano, ser a solução do Brasil, dos brasileiros e, quem sabe, até exportar a vacina para ajudar outros países. É um reforço considerável aos estoques já contratualizados pelo Ministério da Saúde, de acordo com os mais rigorosos padrões mundiais de biossegurança e de rastreabilidade.

Encerro aqui, assinalando que, uma vez superada a pandemia, governantes e governados precisaremos unir forças a fim de disponibilizar mais e melhores recursos para a construção de um Brasil mais saudável, mais justo e, portanto, mais feliz.

Tenho a maior segurança de que poderemos contar com a Santa Casa de Rondonópolis e com as Santas Casas de Misericórdia de todo o Brasil, bem como com os hospitais filantrópicos, para o sucesso dessa sublime missão.

Obrigado a todos vocês! A todos! Do fundo do meu coração, muito obrigado a todos vocês que fazem da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis a grande cidadela da saúde pública, o bastião seguro e mais humano de atendimento para toda a nossa gente da região sudeste e também de Mato Grosso e de outros Estados! Rondonópolis é um tronco rodoviário, e por ali perpassam brasileiros de todos os recantos.

Quero agora convidar, com muita satisfação, o nosso Deputado Antonio Brito, Deputado Federal, Presidente da Frente Parlamentar em Apoio às Santas Casas de Misericórdia – ele que é do Estado da Bahia. Deputado Antonio Brito, faço aqui o registro, com muito orgulho, da minha origem. O meu pai saiu da Bahia para Rondonópolis, que era Poxoréu, a pé. Então, Mato Grosso é o resultado da miscigenação de brasileiros e até de pessoas de outros países. E, hoje, se somos um sucesso em produção e em produtividade... Tivemos agora, nesta semana, a presença da Ministra da Agricultura, Tereza Cristina,



e também a do Ministro Fábio, das Comunicações, para lançar o projeto 5G, a primeira fazenda de ciência e de tecnologia do Instituto Mato-grossense do Algodão, exatamente na nossa cidade de Rondonópolis. Rondonópolis hoje é uma referência em produção e em produtividade graças a todos os brasileiros, com a história da primeira mulher negra que tomou a nossa primeira capital mato-grossense, Vila Bela da Santíssima Trindade, como o seu reinado e reinou por 40 anos. Então, essa é a força da mulher brasileira.

Com a palavra o Deputado Antonio Brito.

O SR. ANTONIO BRITO (Para discursar.) – Inicialmente, eu queria dar boa noite a todas e a todos que estão nos ouvindo, parabenizando o nosso Senador Wellington Fagundes pelo Requerimento 1.495, de sua autoria, que permitiu esta sessão solene em prol do aniversário de fundação da nossa Santa Casa de Rondonópolis.

Eu também queria saudar os demais membros desta nossa reunião na pessoa do Deputado Federal José Medeiros, meu colega e amigo da Câmara Federal, e todos os Deputados Estaduais do Mato Grosso na pessoa da Deputada Janaina Riva, portanto, saudando todos os Deputados Estaduais.

Quero saudar todos os membros desta irmandade que é a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis na pessoa do seu Presidente, José Osíris; saudar todas as autoridades municipais, Câmara de Vereadores, membros da Prefeitura, na pessoa do nosso Prefeito, José Carlos Araújo, que faz parte também desta sessão; e saudar o parceiro de sempre das santas casas, que é o Governo Federal, na pessoa da Adriana Teixeira, que é a nossa representante do Ministério da Saúde, que representa o Ministro Queiroga, portanto, nesta sessão.

Primeiro, eu fico muito feliz. Quando o nosso Senador Wellington Fagundes... E, antes de começar a falar das santas casas, quero falar inicialmente do nosso Senador, por quem fui procurado, logo que o Senador chegou a Brasília...

E eu estou no meu terceiro mandato. Já fui Presidente da Confederação Nacional das Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas do Brasil, que congrega 2,1 mil santas casas e hospitais filantrópicos no País.

Também tive a honra de presidir a Federação das Santas Casas do Estado da Bahia, que congrega 63 santas casas no Estado da Bahia. E, por força de Deus, tive a honra de presidir a Confederação Mundial das Santas Casas, com sede em Lisboa, que congrega, portanto, 4,2 mil santas casas no mundo inteiro, de Portugal, Itália, Espanha ao Brasil – são várias casas por todo o mundo. Eu me fiz Deputado Federal e estou tendo a honra de presidir a Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas, Hospitais e Entidades Filantrópicas, que é mista.

E, voltando, o Senador Wellington me procurou, no primeiro dia do seu mandato, colocando-se à inteira disposição da Frente Parlamentar de Apoio às Santas Casas. Ele me ligou e me procurou, e fomos juntos. Eu me dispus a ir ao gabinete do Senador para que pudesse conversar, e ele não quis. Foi ao nosso gabinete e conversou conosco. Naquela época, eu ainda presidia a Comissão de Seguridade Social e Família da Câmara dos Deputados. Conversamos muito, e, a cada momento, ele falava em prol de todas as santas casas e hospitais filantrópicos do Brasil, mas, especialmente, da Santa Casa de Rondonópolis.

Eu já sei a história da santa casa, porque o nosso Senador me falava. Eu sei exatamente o apreço que ele tem por Rondonópolis, cidade natal, porque ele falava em prol das santas casas. Nós temos a fraternidade da relação entre esses hospitais no mundo inteiro, mas é claro que a santa casa da nossa cidade tem algo especial, porque ela congrega a história. O Senador fez, com muita maestria, uma saudação, no seu discurso inicial, contando a história de vários provedores; contando a história de D. Odilo, que também participou dessa história; contando a história de pessoas e personalidades de Rondonópolis que fizeram a história da santa casa.

Qualquer prédio de uma santa casa não é apenas parede e cal. É a construção de pessoas, de seres



humanos, de doação de horário, de voluntariado.

Eu gostaria de ressaltar a nossa Presidente da SOS Santa Casa, Dra. Tania Balbinotti, porque eu acho que é importante saudar as mulheres que fazem e constroem todo o setor, o setor voluntariado brasileiro.

Por isso, Senador, eu fiz questão de estar presente.

Quero dizer que a primeira santa casa do mundo, oficialmente, é a Santa Casa de Lisboa, de 15 de agosto de 1498, e a primeira do Brasil é a Santa Casa de Santos, de 1543, apesar de, na história das nossas santas casas – nós divergimos um pouco –, haver a Santa Casa de Olinda, que vem de 1539. Mas, como não há registros oficiais, nós consideramos, no Brasil, a Santa Casa de Santos como a primeira santa casa. A santa casa da cidade de Jequié, cidade de minha origem na Bahia, é a última, pelo nosso registro, e nós temos a de Rondonópolis, com 50 anos, com as dificuldades que nós temos. A irmandade sabe, a cidade sabe disso.

Muita gente perguntava e pergunta, Senador, por que, por tantas vezes, as santas casas entram em crise? Elas entram em crise porque são santas casas com portas abertas. Elas entram em crise porque são a primeira e, às vezes, a última porta para as pessoas que delas necessitam no Sistema Único de Saúde. Elas são, portanto, essa entidade que faz e congrega toda a nossa articulação.

Por fim, Senador, eu queria dizer que, neste momento de pandemia, neste momento de dificuldade que nós temos no País, temos fixado nas santas casas e nos hospitais filantrópicos a possibilidade de continuarem a socorrer o nosso País, socorrer com mais de 50% de todos os leitos do País, sendo administrados em parte pelas santas casas e pelos hospitais filantrópicos. Em mais de 900 cidades no Brasil, só há a santa casa e o hospital filantrópico como o único serviço de saúde hospitalar à disposição da população.

Então, sem sombra de dúvida, ter um Parlamentar como o Senador Wellington Fagundes, que articula, é um articulador, e, além de articulador, é Relator da Comissão da Pandemia...

Eu também fiz parte da Comissão do Coronavírus da Câmara dos Deputados. Eu presidi, por duas vezes, a Comissão de Seguridade Social e Família.

Sem sombra de dúvida, Senador, a mola mestra, a coluna vertebral do Sistema Único de Saúde deste País, na área hospitalar, são as Santas Casas e hospitais.

Se buscarmos em Rondonópolis, abrirmos um compasso na região, saindo de Mato Grosso e indo a Mato Grosso do Sul, você vai vendo a Santa Casa de Rondonópolis, a Santa Casa de Cuiabá, a Santa Casa de Campo Grande. Se você for lá, você vai ver o Hospital de Dourados, você vai ver hospital em toda a Região Centro-Oeste do País, em Goiás. Em Tocantins, ainda não temos estabelecido.

Portanto, Senador, é fundamental este ato de homenagem!

Uma santa casa que chega a 50 anos é uma santa casa, portanto, que merece aplauso! Não é fácil. Não tem sido fácil.

Quero parabenizar, portanto – finalizando as minhas palavras –, a todo o corpo diretivo desta instituição de Rondonópolis; a todo o corpo funcional, colaboradores, médicos, enfermeiras, assistentes sociais – e, se não me engano, o Dia Mundial da Enfermagem foi no dia 12 de maio e o de Assistente Social comemora-se amanhã –, administradores hospitalares, a todos os que compõem esta irmandade. E, sem sombra de dúvida, parabenizo a sociedade de Rondonópolis, a comunidade, porque, sem a comunidade abraçando, por meio dos seus organismos oficiais, da Prefeitura, da Câmara de Vereadores, de toda a sociedade, do Rotary, de todos que fizeram parte da construção dessa santa casa – e vão mantê-la por mais 50 anos, 50 anos e 50 anos –, sem sombra de dúvida, nós não poderíamos, neste momento, estar aqui registrando, pelo nosso Senador Wellington Fagundes, e parabenizando por mais uma santa casa no País.

Por isso, Senador, saiba que estarei a seu inteiro dispor, a seu inteiro serviço, porque V. Exa. é um homem de bem e gosta de servir. V. Exa. sabe servir e tem a humildade necessária para poder, no



Parlamento, atrair os seus pares para servir não só a Santa Casa de Rondonópolis, mas as de todo o País. Parabéns, Rondonópolis.

Parabéns ao Mato Grosso. Parabéns ao Mato Grosso por ter um Senador atuante e ativo. Como Presidente da Frente Parlamentar das Santas Casas, parabéns por ter um Senador vocacionado e afinado, sensível à nossa causa das santas casas e dos hospitais filantrópicos.

Parabéns, Rondonópolis, pela nossa santa casa.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – No exercício da Presidência, gostaria muito de agradecer ao Deputado Antonio Brito.

Já que estamos falando de história, Deputado Antonio Brito, dos 50 anos da santa casa, eu lembro aqui e leio que o ensino superior no Brasil teve início com a chegada da família real, quando D. João VI autorizou a fundação das duas primeiras escolas de Medicina no Brasil; a primeira, em Salvador, e a segunda, no Rio de Janeiro, em 5 de novembro do mesmo ano, ou seja, em 1806. Por curiosidade, o primeiro curso de Medicina de Salvador funcionou, por seis meses iniciais, em Vila Bela da Santíssima Trindade. Depois, foi transferido, então, para a nossa capital, Salvador.

Isso é uma história muito importante para ser registrada. Por isso eu falei de Tereza de Benguela, por toda a sua história.

Agradeço imensamente.

Quero aqui convidar...

Antes, porém, quero aqui agradecer a todos os colaboradores das santas casas e também quero dizer que esta transmissão está sendo feita ao vivo pelo YouTube, no nosso canal, e pela TV Senado.

Concedo a palavra, em nome da Bancada Federal de Mato Grosso, a todos os Deputados e Senadores.

Faço questão aqui de citar o Deputado Nelson Barbudo, o Deputado Emanuelzinho Pinheiro, o Deputado Neri Geller, Carlos Bezerra, Dr. Leonardo, Professora Rosa Neide, Juarez Costa e ainda o Senador Jayme Campos e o Senador Carlos Fávaro.

Por isso, concedo aqui a palavra ao Deputado Federal da nossa cidade, Rondonópolis, José Medeiros.

O SR. JOSÉ MEDEIROS (Para discursar.) – Bom, primeiramente, quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes por...

Só um pouquinho, caiu o fone de ouvido. Tecnologia tem essas coisas.

Mas quero agradecer ao Senador Wellington Fagundes por convocar esta audiência; a santa casa é merecedora desta homenagem. Também é o momento para a gente refletir e buscar soluções, não só para a Santa Casa de Rondonópolis, mas para todas as santas casas do Brasil.

Quero aproveitar para cumprimentar toda a diretoria da santa casa, a Tânia, o Prefeito de Rondonópolis, o Deputado Claudinei, o Deputado Sebastião Rezende, o nosso Presidente da Frente Parlamentar da Santa Casa, Antonio Brito, enfim, a todos que estão participando desta sessão e todos os funcionários da santa casa.

Quero dizer que nós passamos por muitas lutas, por muitos fracassos, mas, de fracasso em fracasso, temos conseguido o sucesso.

A Santa Casa de Rondonópolis teve momentos de fechar as portas, e, com o esforço da bancada, nós conseguimos encaminhar recursos – este ano mais recursos. E aí eu vou pedir já aqui ao nosso Senador Wellington Fagundes, ao nosso Presidente da Frente Parlamentar... Eu coloquei, da primeira vez, 17 milhões de emendas e queria agradecer ao Presidente Jair Bolsonaro por ter pagado dentro do ano, coisa que é difícil de acontecer. O Senador Wellington e o restante da bancada completaram com mais 5 milhões e foi para 22 milhões, o que ajudou a santa casa a sanear um imenso passivo que existia.

E aqui quero agradecer à Tânia e ao Odílio Balbinotti. As pessoas poderiam até dizer: "Olha, são



dois bilionários, podiam estar em qualquer lugar do mundo neste momento!”, mas estão aí, a esta hora da noite, ajudando, participando, e eles têm, inclusive, colocado dinheiro, junto com os agricultores, para a santa casa.

Eu tenho um sonho e eu creio que é o sonho de cada Deputado que está aqui, do Senador Wellington, do Prefeito: a gente tornar a santa casa um hospital referência no Centro-Oeste.

Agora, o centro de radioterapia eu não tenho dúvida de que já é um dos mais modernos do País. Eu não sei se o Prefeito José Carlos do Pátio já esteve lá, se já pôde ver o que conseguimos fazer ali.

Queria agradecer aqui ao Ministério da Saúde, por ter concluído aquela obra. Eu me lembro de que houve um momento em que aquela obra ia ser suspensa. Nós estivemos lá, conversamos... Queria aqui relembrar a memória – ele não morreu, não é a memória –, mas queria homenagear aqui o Deputado Adilton, que esteve lá presente num momento de agonia, em que queriam derrubar aquela obra, não fazer mais. Mas está aí o centro.

Então, para não me delongar muito, porque eu sei que outros querem falar, eu quero dizer que sou aqui, quero que me considerem como se fosse um *office-boy* da santa casa aqui em Brasília.

Eu estou vendo o Sinésio ali. Queria cumprimentar o Sinésio e homenagear todos esses que têm lutado pela santa casa, porque eu sei que, ao fim e ao cabo, as pessoas que precisam de saúde, muitas vezes, é à santa casa que recorrem. Quando começou a pandemia, havia dois leitos de UTI no hospital regional e, parece-me, quatro na Unimed, e foi a santa casa que acabou salvando a pátria.

Então, eu quero fazer um pedido especial aqui ao Prefeito José Carlos do Pátio... Eu queria agradecer-lhe muito por estar aqui nesta audiência. Significa já uma reaproximação. Eu quero que ele esteja dentro desse time. Nunca foi o intuito de haver briga, mas, sim, de tê-lo junto, e eu espero que o Governo do Estado também possa ter essa compreensão, porque o que nós precisamos é construir um hospital, que possa servir ao Município, que possa servir ao Estado, que possa servir à população de Rondonópolis. Então, é nesse sentido.

Eu quero dizer que eu vou estar sempre contribuindo enquanto houver uma diretoria séria que nem essa. Eu não tenho dificuldade... Esses dias me perguntaram: “Ah, Medeiros, você não pede investigação!”. Eu falei: “Não, já pedi todas as investigações sobre a santa casa”. Não tenho dificuldade de pedir investigação, porque eu não tenho dúvida de que a santa casa não tem dificuldade de expor os números, mas o que a gente precisa é ajudar a santa casa.

Então, Senador Wellington, finalizo aqui dizendo: meus parabéns! Meus parabéns à santa casa, porque nós estamos aqui participando deste momento histórico. Eu, por exemplo, posso dizer que sou da idade da santa casa. Completei 51 agora, mas tinha só um aninho quando a santa casa nasceu. Então – encerro aqui; já recebi o aviso de 15 segundos aqui –, fazemos aniversário praticamente juntos.

Muito obrigado a todos e contem comigo!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu quero agradecer imensamente ao Deputado José Medeiros. Quero, inclusive, registrar aqui que acabamos também de alocar recursos – eu e o Deputado José Medeiros – para a construção do centro ambulatorial da Universidade Federal de Rondonópolis, além de outros tantos recursos que tive oportunidade de alocar também para o curso de Medicina, mas eu acho que o importante aqui é permitir com que todos possam registrar esse papel da ajuda, do fortalecimento da santa casa.

Por isso, eu quero aqui passar a palavra à Deputada Janaina Riva, Deputada Estadual pelo Estado de Mato Grosso, a única mulher presente no Parlamento estadual.

Quero dizer que, inclusive, fiz um projeto de lei para que, nas próximas eleições, não tenhamos só 30% de vagas registradas de candidaturas, mas 30% das vagas no Parlamento brasileiro, na Câmara Federal, também no Senado e nas câmaras estaduais e de vereadores, repito, 30% das vagas obrigatoriamente para



as mulheres brasileiras.

Com a palavra a Deputada Janaina Riva.

A SRA. JANAINA RIVA (Para discursar.) – Boa noite, Senador Wellington Fagundes. Inicio cumprimentando V. Exa., as demais autoridades que acompanham esta *live* junto conosco, especialmente aqui as mulheres, muito bem representadas pela Tânia Balbinotti, uma guerreira, uma mulher que é hoje uma referência no Estado de Mato Grosso em defesa do interesse público, principalmente da saúde pública; e Adriana Teixeira, representante do Ministério da Saúde.

Quero cumprimentar também o Deputado José Medeiros, um rondonopolitano de coração, de alma, que vivencia todas as dificuldades de Rondonópolis no seu dia a dia.

Quero fazer um cumprimento aos meus colegas Deputados, representantes de Rondonópolis: Deputado Sebastião Rezende, Deputado Delegado Claudinei, Deputado Thiago Silva e o Deputado Nininho.

Quero cumprimentar toda a Diretoria da Santa Casa. Parabéns pelos 50 anos da Santa Casa! Parabéns também aqui pelo quanto vocês se dedicam por essa causa, como disse o Deputado José Medeiros, com muita dificuldade. É sempre uma batalha.

E quero fazer um cumprimento também para o meu amigo pessoal, que está aqui, o nosso Prefeito de Rondonópolis, José Carlos do Pátio, de quem tive o prazer de ser colega, um ser humano que dispensa comentários, um homem do povo, um homem preocupado com o povo. É um prazer, Zé, estar com você nesta *live*.

Quero cumprimentar o Antonio Brito, representante das santas casas do Brasil, cumprimentar aqui também os Vereadores de Rondonópolis – está aqui conosco o Dr. Manoel e também o Adonias, que é meu parceiro em Rondonópolis –, o Sr. José Osiris – já cumprimentei a diretoria; parabéns! –, o Sinésio, que também que está conosco aqui, com quem já tive o prazer de fazer um ultrassom, quando ele visualizou lá o meu filhinho, que vocês viram antes de a *live* iniciar aqui, que é o bebê Diógenes.

Enfim, quero, Senador Wellington Fagundes, só dizer que, sem dúvida, não existe santa casa e não existe serviço de qualidade sem um corpo clínico que se dedica, que faz um trabalho com amor, com dedicação. E são eles que eu quero parabenizar também, além, é óbvio, da diretoria, pelos 50 anos da Santa Casa, eles que tratam todos de forma indistinta, sem fazer diferenciação entre ricos e pobres, sem fazer separação entre a nossa população, tratam todos com amor.

Dizem que a maior e mais nobre vocação do ser humano é a de servir e cuidar das pessoas. Nesse sentido, não há maneira melhor de servir do que fazê-lo com quem mais precisa e com quem está com a maior fragilidade. Mas isso tudo tem um custo. Então, é fundamental abordarmos aqui a importância de investimentos na saúde, como foi dito aqui pelo Senador Wellington, como foi dito aqui pelo José Medeiros, como tenho certeza de que os demais adiante falarão sobre isso também.

Quero deixar o meu compromisso, o compromisso da Assembleia e, na oportunidade, também dizer a todos que nós estamos ao vivo pela TV Senado e pela TV Assembleia. Nós, Deputados, gostaríamos de ter feito também essa homenagem na Assembleia, o que acabou se inviabilizando, mas estamos fazendo aqui em conjunto com o Senado, na pessoa do Senador Wellington Fagundes.

Para encerrar, então, eu quero dar duplos parabéns à instituição e a toda a direção pelos 50 anos de dedicação às pessoas e pela atuação ao longo desse período difícil da pandemia. A Santa Casa de Rondonópolis, como referência no atendimento de 19 Municípios das regiões sul e sudeste de Mato Grosso, salvou e tem salvado com seus leitos de UTIs muitas vidas.

Parabéns ao Senador Wellington Fagundes por propor esta sessão! E contem com a Assembleia Legislativa de Mato Grosso. Falo também em nome do nosso Presidente, Max, e do nosso 1º Secretário, Eduardo Botelho.

Obrigada, Senador e a todos os que nos acompanham.



Parabéns à Santa Casa!

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradeço imensamente à Deputada Janaina Riva. Eu achei que ela ia mostrar o Diógenes Neto.

Eu quero aqui conceder, então, a palavra agora ao nosso Deputado Estadual Thiago Silva. (*Pausa.*) Não estando presente o Thiago Silva...

O SR. THIAGO SILVA – Sim, estou presente.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Ah, está presente.

O SR. THIAGO SILVA (Para discursar.) – Boa noite, Senador Wellington Fagundes!

Quero aqui cumprimentar toda a direção da Santa Casa na pessoa do Dr. Osiris, da Bianca, da Tania e do Odílio, que, sem sombra de dúvida, têm feito um extraordinário trabalho pela reestruturação da nossa entidade; todos os nossos Deputados; o Deputado Antonio Brito; o nosso representante da região, o Deputado Zé Medeiros; a Deputada Janaina, minha amiga de Bancada do MDB; o Deputado Sebastião; o Deputado Claudinei; o Deputado Nininho; o nosso Prefeito, José Carlos do Pátio; e todos os presentes nesta audiência pública.

Quero falar, Senador Wellington, da minha satisfação de estar participando desta audiência.

Hoje estive lá na Santa Casa lembrando de alguns momentos que, sem sombra de dúvida, marcaram minha vida, não só a minha, mas, acredito, a de muitos que são de Rondonópolis. Os meus dois filhos, o Gabriel e a Júlia, nasceram na Santa Casa e, sem sombra de dúvida, isso foi motivo de muita alegria.

A Santa Casa é uma referência em todo o Estado de Mato Grosso, especialmente para nós aqui da grande Região Sudeste e de Rondonópolis, onde a Santa Casa tem feito um brilhante trabalho em prol da saúde pública, porque, hoje, mais de 90% dos recursos da Santa Casa, a receita da Santa Casa, é oriunda do Sistema Único de Saúde. Então, mais do que nunca, nós, como agentes públicos, temos que unir forças para que, realmente, nós possamos, cada dia mais, ter uma entidade forte, uma entidade que realmente possa ampliar e melhorar o atendimento a toda a nossa população. São 50 anos de história, 50 anos de um serviço de excelência. O que seria Rondonópolis e o que seria a Região Sudeste sem os serviços da Santa Casa?

Então, nós só temos que parabenizar toda a diretoria da Santa Casa e parabenizar a nossa bancada federal também, Senador, eu quero parabenizar V. Exa., o Senador Medeiros, o Senador Bezerra, toda a nossa bancada, pelo trabalho que foi feito durante esses anos pelo fortalecimento da Santa Casa. Nós devemos reconhecer o trabalho político da nossa bancada por tudo que vocês fizeram e têm feito, destinando recursos, destinando emendas. Exemplo disso é o fato de recentemente ter sido inaugurada aí a radioterapia, para o que a nossa bancada fez um trabalho fundamental.

Então, eu quero aqui parabenizar V. Exa., parabenizar todos os colegas, todos os participantes desta audiência pública de homenagem à Santa Casa, porque, realmente, é uma entidade que tem feito um trabalho de excelência e tem sido uma referência. Hoje, a propósito, eu estava lá com o Dr. Osiris, e ele falou que a Santa Casa está trabalhando para ser uma referência. Eu falei: "Doutor, a Santa Casa já é uma referência em todo o Centro-Oeste, pela sua qualidade, pelo trabalho, pelos serviços de excelência que tem prestado em todo o Estado de Mato Grosso". Então, parabéns, Senador Wellington Fagundes, pela iniciativa. O senhor sempre tem sido um grande parceiro da Santa Casa, juntamente com o Senador Medeiros. Então, a gente fica muito feliz de ter sido convidado e estar participando.

Como Deputado, eu quero aqui também ressaltar o trabalho dos Deputados Estaduais. A gente está trabalhando para fortalecer, cada dia mais, os recursos para a Santa Casa. Quando nós assumimos, nesta legislatura, havia quase um ano de atraso de repasse, e isso praticamente foi regularizado.

Temos um pleito, todos os Deputados de Rondonópolis – Thiago Silva, Claudinei, Nininho e Sebastião,



juntamente com a Deputada Janaina e o Deputado Max –, para que a Santa Casa também possa, assim como no ano passado o Hospital de Câncer foi favorecido com a devolução dos recursos do duodécimo da Assembleia, receber esse recurso e, assim, cada dia mais, melhorar seu trabalho, seu serviço.

Parabéns ao Senador Wellington e a todos que estão à frente da Santa Casa!

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Muito obrigado.

Quero agradecer aqui ao Deputado Thiago Silva, atuante Parlamentar. Ao mesmo tempo, quero agradecer também a toda a Mesa Diretora do Senado, em nome da bancada toda, ao Presidente Rodrigo Pacheco. Agradeço aqui, esta sessão está transcorrendo aqui com toda a normalidade exatamente pela boa assessoria.

Na pessoa do Érico Silveira, Diretor da TV Senado, agradeço aqui a toda a equipe.

Agradeço também à Secretaria-Geral da Mesa: aqui estou sendo assessorado pela Ludmila Fernandes, extremamente competente, e a Renata Leão, que são servidoras de carreira.

E quero agradecer ainda, na pessoa da Diretora-Geral Ilana Trombka, a todos os servidores e à equipe aqui da TV Senado, aos câmeras que estão ali fazendo a boa imagem, enfim, a toda a assessoria.

E agradeço também à minha equipe, na pessoa do Chefe de Gabinete Fernando Damasceno, que é servidor de carreira também do Senado da República. Ele, que já tem muitos anos de profissão, está no topo da carreira.

E eu agradeço também, em nome de toda a equipe, aos servidores que não são de carreira, ao José Márcio, que é o meu coordenador – José Márcio Guedes é Coordenador no Estado de Mato Grosso.

Quero agora convidar para fazer uso da palavra o Sr. Deputado Claudinei Lopes, Deputado Estadual pelo Estado de Mato Grosso, mas também pela nossa região, pela minha cidade Rondonópolis. Com a palavra o Deputado Claudinei. Aliás, ele prefere ser chamado de Delegado Claudinei.

O SR. CLAUDINEI LOPES (Para discursar.) – Boa noite a todos, Senador Wellington, colegas Deputados Estaduais, Thiago, Janaina, Sebastião Rezende – Nininho, acho que não está presente, mas é um grande apoiador nessa luta aí em prol da Santa Casa –; Dr. José Osiris, presidente atual da Santa Casa; Tania Balbinotti, representando o SOS Santa Casa nessa luta juntamente com a classe política e a sociedade.

Cumprimento também as mulheres rotarianas, que fizeram um grande trabalho em prol da Santa Casa; o Deputado Federal que preside a Comissão Parlamentar de Apoio à Santa Casa – acho que é o Deputado Antonio Brito –; nosso grande parceiro e amigo, Deputado Federal José Medeiros; Prefeito José Carlos do Pátio – muito bom revê-lo aqui hoje!

Como o Senador Wellington falou, eu sou delegado de polícia há quase 20 anos, sempre voltado aí para segurança pública, e somente agora, quando assumi como Deputado Estadual do Mato Grosso, no início de 2019, que a gente passou a acompanhar mais os problemas relacionados às demandas da saúde pública do nosso Estado e a acompanhar mais de perto o trabalho da Santa Casa de Rondonópolis.

Então, eu só tenho que parabenizar o Senador Wellington pela iniciativa desta audiência pública de comemoração dos 50 anos da Santa Casa, da qual a gente não poderia deixar participar.

E, como eu disse, nessa visão da importância da Santa Casa, hoje a gente vê realmente que a Santa Casa não é só de Rondonópolis, ela envolve o atendimento de 19 Municípios.

Agora, com a inauguração do centro de radioterapia ligado ao Hospital do Câncer, que funciona dentro da Santa Casa, vai atender já 25 Municípios e pode chegar ao atendimento, em pouco tempo, a uma população de mil habitantes, contando todos os Municípios que serão atendidos pela Santa Casa. Então, realmente em pouco tempo vai se tornar também um hospital de referência no atendimento aos



pacientes oncológicos, pacientes câncer.

E a gente, como Parlamentar, só tem que ajudar. A gente tem destinado emendas também para ajudar a Santa Casa, mas não é o valor que a gente queria. A gente queria destinar muito mais, mas as nossas emendas, comparadas às dos Parlamentares Federais, têm um valor bem reduzido. Como a gente tem que atender outros Municípios aí da região, outros Municípios do Mato Grosso, na questão de saúde pública, não dá para a gente destinar essa parcela de 1 milhão ou de 1 milhão e pouco para a saúde, de emenda impositiva, só para a Santa Casa.

Mas eu tenho que agradecer e parabenizar. A gente esteve nessa luta também em 2019 para salvar a Santa Casa, salvar as finanças da Santa Casa para que a Santa Casa não fechasse. Fizemos essa correria aí junto aos Parlamentares Federais, não é? Estive no Senado com o Senador Wellington, com o Senador Jayme Campos também – na época era a Senadora Selma. Visitei todos os oito Deputados Federais pedindo apoio para a Santa Casa. E eu tenho que deixar este agradecimento especial ao Deputado Federal Medeiros, que destinou 17 milhões das suas emendas, naquele ano de 2019, para salvar a Santa Casa. E aí, depois, com o apoio dos demais Parlamentares Federais, chegou-se a mais de 22 milhões, com o que foi possível salvar a Santa Casa.

Imaginem só se a gente tivesse tido o fechamento da Santa Casa devido a essas dívidas e a esses atrasos de repasses do Governo Estadual também, que já vinham lá do Governo anterior. Imaginem se tivesse sido fechada a Santa Casa e se ela tivesse deixado de atender esses dezenove Municípios, com uma população de mais de 500 mil habitantes; de fazer esses procedimentos cirúrgicos de alta e média complexidade; de atender maternidade; de atender a ala dos pacientes oncológicos! E agora, com a Covid, a partir de 2020, imaginem só se a Santa Casa não tivesse aí vinte leitos de Covid para atender a população que depende da saúde pública, depende do atendimento do SUS, nessa contratação que foi feita com o Governo do Estado. Então a gente fica muito feliz de ter participado também desse projeto.

Fico feliz de o Prefeito Zé do Pátio hoje já estar tendo essa maior aproximação com a Santa Casa. Parabéns, Prefeito! A gente precisa do senhor nessa luta também, junto com os Deputados Estaduais e junto com os Parlamentares Federais de Mato Grosso. A gente precisa desse apoio do Município de Rondonópolis, e o senhor é o ator principal nisso daí, através do Município de Rondonópolis, para ajudar também nessas contratações, nessas parcerias com a Santa Casa de Rondonópolis.

Então é isso. Deixo, mais uma vez, os parabéns a todos que ajudaram na criação da Santa Casa, aos que ajudaram durante esses cinquenta anos – e que ainda ajudam, não é? –; aos empresários que continuam ajudando a Santa Casa; à sociedade, que continua ajudando a Santa Casa; e ao Deputado Federal Medeiros, que se esqueceu de falar, mas está destinando mais 10 milhões agora de emendas para 2021, também para a Santa Casa de Rondonópolis.

E não posso deixar também de agradecer o Presidente Bolsonaro, através do Ministério da Saúde, por todos esses recursos que está mandando para Mato Grosso – já mandou para Mato Grosso e continua mandando, para socorrer o Estado e os Municípios no enfrentamento à Covid-19 – e também pelos recursos que estão chegando para a Santa Casa e para os hospitais filantrópicos.

E é isso aí. Vamos continuar na luta. Já conversamos com o Presidente Max, da Assembleia Legislativa, para destinar parte da sobra do duodécimo da Assembleia também, destinar para a Santa Casa de Rondonópolis, como foi feito com o Hospital de Câncer, de Cuiabá.

Então, parabéns, Senador Wellington, por esse grande evento em homenagem à Santa Casa.

Continuamos à disposição de todos.

Um abraço.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradeço muito a participação do Deputado Delegado Claudinei.



Ao anunciar o Deputado Sebastião Rezende, gostaria – V. Exa. que representa muito bem a comunidade evangélica – de reverenciar, também, o Pastor Sebastião Rodrigues de Souza, que também foi acometido pela Covid e, aos 89 anos, acabou falecendo. Era uma pessoa que era uma referência, um homem de Deus. A gente fica triste, realmente, de ver uma doença como essa que tem levado... Aliás, levou também o seu filho, Rubens Ciro de Souza. Também a Pastora Nilda de Paula, a esposa do Pastor Sebastião, foi acometida duas vezes pela Covid e, felizmente, conseguiu superar. Então, em homenagem aqui a toda a comunidade evangélica, especialmente à Assembleia de Deus de Mato Grosso, quero aqui também fazer uma homenagem póstuma ao nosso querido Pastor Sebastião Rodrigues de Souza.

Com a palavra o Deputado Sebastião Rezende.

O SR. SEBASTIÃO REZENDE (Para discursar.) – Senador Wellington, é uma alegria participar desta sessão solene. Quero, nesta oportunidade, parabenizá-lo por essa iniciativa.

Neste momento, V. Exa. permite que não só o Senado Federal, mas a Assembleia Legislativa também participe deste evento tão importante para nós. Eu falo aqui com V. Exa., que nasceu em Rondonópolis. Eu também tive o privilégio de nascer em Rondonópolis, cidadão rondonopolitano, e fico feliz de poder prestar esta homenagem à nossa Santa Casa de Rondonópolis, ao Hospital Santa Casa, pelos seus 50 anos de existência.

Na realidade, foi um trabalho duríssimo, ao longo desses anos. V. Exa. historiou muito bem, falando dos primeiros, daquelas mulheres rotarianas que começaram esse trabalho, lá em 1971, com toda a dificuldade. E ao longe desses anos não foi diferente, as dificuldades realmente têm sido grandes, mas nós temos homens e mulheres destemidos que têm abraçado a causa. Eu quero, aqui, cumprimentar, na pessoa da Tânia Balbinotti, todas as mulheres que têm movimentado a nossa cidade de Rondonópolis. Quero, também, fazer um cumprimento ao seu esposo, Odílio Balbinotti. São empresários que têm dedicado as suas vidas à nossa Santa Casa, ao Hospital Santa Casa. Então, ficam aí as nossas homenagens a todo cidadão rondonopolitano, a toda cidadã rondonopolitana, que trabalha em prol da nossa Santa Casa, do Hospital Santa Casa de Rondonópolis.

Quero aqui também, Senador Wellington, falar da minha alegria de ver, ao longo desses anos – e este é o meu quinto ano de mandato como Deputado Estadual –, V. Exa. sempre focado nas problemáticas da nossa região, da região sudeste do Estado de Mato Grosso, da nossa cidade de Rondonópolis. Então, V. Exa., com vários mandatos como Deputado Federal, foi sempre muito atuante. E agora, como Senador, não tem sido diferente.

Quero aqui também falar da minha alegria de ouvir o nosso Deputado Federal José Medeiros, que tão bem tem representado a nossa cidade, participa desta sessão solene também e tem trabalhado para que o nosso hospital Santa Casa possa, realmente, ter os recursos de que necessita para continuar se mantendo.

Os nossos companheiros, Deputados Estaduais já falaram aqui, a Deputada Janaina, o Deputado Thiago, o Deputado Delegado Claudinei. O Deputado Nininho não está presente, eu presumo, na sessão, mas tem sido companheiro na Assembleia Legislativa.

Então, é uma cidade que tem uma representatividade política, realmente, muito grande e todos nós temos lutado em prol da saúde pública da nossa cidade e o hospital Santa Casa tem feito esse serviço. Quase – quase – na totalidade, eu diria aí que 90%, perto de 90%, tem sido atendimento SUS, e isso é um trabalho que realmente enobrece a Santa Casa e é por isso que, em muitos momentos, ela vive com muita dificuldade.

Quero aqui, também, fazer os meus cumprimentos ao Prefeito Municipal José Carlos do Pátio, Prefeito José Carlos do Pátio, dizer aqui que sempre ficava muito feliz quando ouvia o Prefeito José Carlos dizer da alegria e satisfação dele de a nossa Santa Casa ser um dos poucos hospitais, e, particularmente, do nosso Estado, que faz cirurgia com o peito aberto, e do interior do Estado. Nós temos Municípios



muito maiores que Rondonópolis que não fazem esse trabalho e a nossa Santa Casa o faz, com muita determinação, graças ao corpo clínico que possui, que é, realmente, muito bom, excepcional.

Eu quero aqui deixar os meus cumprimentos a todos, médicos, médicas, enfermeiros, enfermeiras, técnicos de enfermagem, aqueles que fazem radiografia, anestesistas, enfim, todos os profissionais, os meus cumprimentos. Eu os faço em nome aqui do Dr. Sinésio e da Bianca, que atuam muito fortemente aí na nossa cidade e na nossa Santa Casa.

Quero também deixar aí os meus cumprimentos ao Dr. Osiris, que é o nosso Presidente e dizer da alegria, enquanto Deputado Estadual, de participar da vida da Santa Casa, do hospital Santa Casa de Rondonópolis.

Quero dizer que a Assembleia Legislativa tem se esforçado. Eu tive o privilégio, enquanto Deputado Estadual, ainda na legislatura passada, em 2018, de votar, na Assembleia Legislativa, o Fef (Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal), que proporcionou aos nossos hospitais filantrópicos 20% desses recursos para atender os nossos hospitais. E o hospital Santa Casa é um desses hospitais que tem se beneficiado desse recurso.

Então, nós vamos continuar trabalhando, como já dito pelos nossos companheiros, Deputados Estaduais, para que parte do duodécimo e da economia que a Assembleia Legislativa de Mato Grosso tem feito possa ser revertida também para o hospital Santa Casa de Rondonópolis. É importante o apoio de todos nós.

Então, quero aqui, mais uma vez, reiterar a minha alegria e os meus cumprimentos a todos que trabalharam e que têm, ao longo desses 50 anos, trabalhado pelo fortalecimento do nosso hospital Santa Casa de Rondonópolis.

Um abraço.

Muito obrigado pela oportunidade de poder participar deste momento especial, Senador Wellington, e a V. Exa., que nos permite prestar essa homenagem ao nosso hospital Santa Casa de Rondonópolis.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agradeço muito ao Deputado Sebastião Rezende, inclusive por todas as parcerias que fizemos praticamente em todas as campanhas eleitorais.

Quero aqui também registrar que esta sessão está sendo transmitida também pela TV Assembleia, de Mato Grosso, pela Rádio Assembleia e por todos os meios de comunicação da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

E eu agradeço à Rosimeire Felfili, Secretária de Comunicação da Assembleia de Mato Grosso, e a cumprimento, e também ao Superintende da TV Assembleia, Jaime Neto, e registro ainda que a Câmara Municipal de Rodonópolis está transmitindo também ao vivo e, aí, eu quero agradecer, em nome do Presidente da Câmara, Roni Magnani, e saúdo todos os Vereadores de Rondonópolis e agradeço também ao 1º Secretário da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, o ex-Presidente e agora 1º Secretário da Assembleia, Eduardo Botelho, em nome de toda a Mesa e de toda a Assembleia Legislativa.

Com muita honra, quero agora conceder a palavra à Sra. Adriana Teixeira, que é Diretora do Departamento de Atenção Hospitalar, Domiciliar e de Urgência do Ministério da Saúde.

Com a palavra, então, a Sra. Adriana Teixeira.

A SRA. IANE NEVES (Para discursar.) – Boa noite.

Vocês estão me ouvindo e me vendo?

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Tudo bem.

A SRA. IANE NEVES – Eu estou representando a Dra. Adriana Teixeira, ela é a Diretora do Departamento de Atenção Hospitalar e Domiciliar, eu sou Jane Neves, Coordenadora Substituta da



Coordenação de Atenção Hospitalar.

Aqui quero agradecer pelo convite – aqui estou porque ela está em outro compromisso – e quero dar os parabéns à Santa Casa e dizer que a nossa coordenação, o Ministério da Saúde é parceiro e que a gente está à disposição para desenvolver a questão de leitos de UTI, e, aos cidadãos, quanto a toda a questão da Santa Casa de Rondonópolis, que a gente está à disposição no trabalho para que tudo dê certo.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Eu agradeço imensamente à representante do Departamento de Atenção Hospitalar do Ministério da Saúde.

Ela foi um pouco econômica nas palavras, mas tenho certeza de que, pela competência e atenção do Ministro Queiroga, a Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis sempre terá atenção especial. Agradeço imensamente.

E concedo agora a palavra ao Sr. José Carlos Junqueira de Araújo, Prefeito Municipal da nossa cidade, já pelo segundo mandato, ele que já foi Vereador, Deputado Estadual, tem uma longa trajetória política – ele faz questão de ser um Prefeito popular.

Eu, nesses dias, estive visitando o Prefeito lá no Gabinete, onde levei também o material da Santa Casa; ele já assinou, juntamente com a Santa Casa, mais contratos de parceria. Então, eu quero aqui agradecer e passar a palavra, então, ao Prefeito José Carlos de Araújo.

Com a palavra o Prefeito.

O SR. JOSÉ CARLOS JUNQUEIRA DE ARAÚJO (Para discursar.) – Primeiro, eu quero cumprimentar a bancada federal, na figura do Senador Wellington Fagundes, na figura do Deputado José Medeiros e na figura do Deputado Antonio Brito.

E aí eu quero aqui registrar que, em 2016, a Santa Casa recebia 35 milhões do SUS, do serviço público. Em 2020, a Santa Casa recebeu 67 milhões. No último ano do mandato do Prefeito Percival Muniz, a Santa Casa recebeu 35 milhões; agora recebeu 67 milhões – um aumento de 88%.

Por isso, eu quero simplesmente agradecer profundamente à bancada federal, na figura do Deputado José Medeiros, que, numa audiência pública, prometeu 17 milhões, e o Senador Wellington, que prometeu também. E vieram para cá R\$22 milhões de investimento, fora os investimentos para a nossa clínica de radiologia. Isso demonstra o compromisso da bancada federal. Se tirar tudo que tem ali, realmente a Santa Casa, o peso dela está nas políticas públicas do Governo Federal. E aí eu quero envolver todos os Governos Federais que investiram e acreditaram na Santa Casa. Então, eu quero aí cumprimentar e agradecê-los. Agradecer a presença da bancada estadual, na pessoa do Deputado Sebastião Rezende, Deputado Delegado Claudinei, Deputada Janaina Riva, Deputado Thiago Silva.

E aí eu quero dizer que a bancada estadual é grande, vem nos ajudando, só que quero fazer uma ressalva. O Hospital Santa Casa é um hospital de referência hoje, graças a Deus!

Eu quero dizer para vocês que ontem eu vi o Governador lançando um hospital em Tangará da Serra e um em Juína. Hoje, em Rondonópolis, depois de 36 anos, nós precisamos de um hospital de base, porque a Santa Casa hoje, graças a Deus, está virando um hospital de ponta, de referência. E há uma necessidade de aquisição de um hospital do tamanho do pórtico que está indo para Tangará e para Juína. E eu peço esse apoio à bancada estadual hoje, pois, graças a Deus, graças à postura do Governo do Estado e da bancada do Estado, nós estamos hoje com uma gestão enxuta e tem como colocar mais um hospital de base aqui.

O Município de Rondonópolis hoje tem dois hospitais de base, popular: um é o Hospital Antonio Muniz, onde agora colocamos 20 leitos de UTI e estamos montando agora salas cirúrgicas, com tomógrafos, com toda uma estrutura; e o Hospital da Lions, que era um hospital do Dr. Lima, que nós adquirimos agora e tem em torno de 70 leitos. Mas há uma necessidade, porque estamos nos tornando uma referência em saúde pública no nosso Município.



E aí eu quero agradecer ao Deputado Sebastião Rezende, pela emenda parlamentar que V. Exa. colocou, para trazermos realmente a faculdade de Medicina, a Unemat, porque é muito importante a faculdade de Medicina, pois precisamos de um hospital universitário para dar essa referência.

Quero aqui cumprimentar o Vereador Dr. Manuel. Dr. Manuel, o senhor tem uma história na santa casa.

Eu não posso deixar de agradecer à Câmara Municipal, que aprovou, no meu primeiro mandato – hoje estou no terceiro mandato – a clínica de hemodinâmica para a santa casa. Aí eu quero lembrar o Dr. Alberto Najjar. Nós montamos a clínica e, hoje, nós fazemos hemodinâmica, cateterismo, angioplastia e cirurgia cardíaca de peito aberto. É um orgulho para nós termos uma santa casa que faz esse trabalho.

E quero cumprimentar também os nossos representantes da santa casa que estão aqui, o Dr. José Osiris e a Sr. Tania Balbinotti, e dizer do nosso compromisso em continuar construindo realmente o fortalecimento da saúde pública no Município de Rondonópolis, inclusive com gestos como o do Sr. Miguel Weber, que me procurou dizendo que precisava da questão da clínica de radioterapia.

No meu segundo mandato, quero aqui dizer que eu tive a oportunidade de participar de uma audiência com o Ministro Ricardo Barros e com o Senador Blairo Maggi, do mesmo partido dele, e de começar essa caminhada, que, depois contou com um papel importante do Senador Wellington e do Senador Medeiros, que depois passou a ser Deputado.

Eu quero aqui dizer que tudo isso é uma construção.

E quero aproveitar para falar para a Sra. Adriana Teixeira: parabéns! Realmente o que o Deputado falou é verdadeiro. Naquela audiência para a viabilização do recurso, tudo foi rápido, atendeu a santa casa e a salvou num momento de crise.

Agradeço a todos.

Nós somos uma classe política unida e tenho certeza de que a construção desses 50 anos da santa casa se deve muito a cada cidadão, a cada cidadã e à classe política de Rondonópolis.

Um abraço.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero agradecer imensamente ao Prefeito José Carlos do Pátio e lembrar o trabalho conjunto que fizemos quando começou a Covid. O maior problema do Brasil eram os respiradores. Fizemos um trabalho junto ao Ministério da Saúde e conseguimos, à época, atender a população, também com as vacinas necessárias. Enfim, com esse trabalho, felizmente, muitas vidas foram salvas.

Eu quero aqui também cumprimentar o Deputado Adilton Sachetti, que está se recuperando também da Covid – mais uma vítima da Covid. Felizmente, Deus o abençoou, e ele teve condições de recuperação. Uma figura importante também em toda a trajetória. Ele foi Prefeito e ajudou muito a santa casa.

Eu quero também cumprimentar o ex-Governador e ex-Senador de Mato Grosso Blairo Maggi. Por curiosidade, a nossa cidade, Rondonópolis, acredito que foi a única cidade do Brasil, do interior, que teve a oportunidade de ter três Senadores ao mesmo tempo: Senador José Medeiros, Senador Blairo Maggi e Wellington Fagundes. Isso demonstra a força da nossa cidade.

Nós vamos inverter, porque o Vereador Manoel estava com problema no som. Vamos agora, então, conceder a palavra ao Sr. José Osiris Hoeppner, Presidente da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis, que já foi tanto citado.

Com a palavra, então, o nosso companheiro José Osiris.

O SR. JOSÉ OSIRIS HOEPPNER (Para discursar.) – Boa noite a todos.

Eu gostaria de agradecer a todos, especialmente ao Senado Federal na pessoa do Senador Wellington Fagundes, que pediu, através do Requerimento 1.495, esta homenagem à Santa Casa de Rondonópolis, que



tem uma história. Ele já contou a história, e eu acho que até abreviou um pouco as minhas palavras.

Ela se iniciou com pessoas que tinham um ideal, que se tornou realidade hoje com um hospital modelo no Sudeste do Mato Grosso. Ele conta, hoje, com 286 leitos, 84 UTIs. Ela iniciou com quatro centros cirúrgicos; dois gerais e dois para obstetrícia. Hoje, tem 15 centros cirúrgicos; nove para geral, e seis para cirurgia geral.

Ele foi fundado, um hospital que nasceu pequeno, e era modesto, numa cidade que possuía outros hospitais.

A santa casa passou por momentos muito difíceis, como todo hospital filantrópico, como já foi dito pelo Deputado Antonio Brito.

Eu gostaria de falar sobre as fases da Santa Casa, com uma linha de tempo, para abreviar as minhas palavras e para aproveitar e ouvir a Tania Balbinotti.

Em 1971, ela foi fundada. Em 1974, nasceu o primeiro bebê. Em 1991, houve a primeira ampliação da santa casa. As pessoas antigas da cidade lembram que só havia dois corredores. Em 1995, a parte externa dos sete pavimentos foi terminada. E, em 1997, nós concluímos a reforma do térreo. A construção da parte externa e a construção da rampa de acesso ao primeiro andar, em 2005. Em 2006, houve o início do atendimento ao câncer, com oncologista. Em 2008, houve a instalação da UTI neonatal e de 10 leitos de UTI geral. Em 2009, nós tivemos a habilitação da Unacon, que é a unidade de atenção oncológica, pelo Ministério da Saúde. Em 2012, houve a adesão ao Projeto Rede Cegonha, do Ministério da Saúde; inauguração do banco de leite; início dos atendimentos aos serviços de hemodinâmica, de que já falou o Prefeito Zé Carlos do Pátio; e inauguração do segundo andar, que foi terminado. Em 2014, inauguração da UTI coronária, com nove leitos. Nós temos: é o único da cidade. Em 2016, inauguração do quarto andar, com serviço de UTI pediátrica, expansão da UTI neonatal, unidade de cuidados intermediários, unidade Canguru; inauguração do centro cirúrgico do primeiro andar; estruturação do sistema de segurança do térreo; e implantação do serviço de ouvidoria. Em 2017, houve o lançamento da nova marca; inauguração da maternidade, no quinto andar, com a presença do Ministro e do Blairo na nossa cidade; e inauguração das ampliações contra o câncer e de serviços de cirurgia cardíaca. Em 2018, expansão e início da obra no serviço de radioterapia, que concluiu este ano, agora, no mês passado. Em 2019, nós fizemos a inauguração do ambulatório de oncologia. Em 2020, inauguração do novo ambulatório de oncologia e inauguração da UTI Covid-19.

Nós agradecemos a todos e a todas, a todos os Senadores, Deputados, Deputados Federais e ao Prefeito da nossa cidade, que está se aproximando da nossa Santa Casa, e nós nos aproximando dele. Eu acho que nós estamos nos tornando amigos, vendo a necessidade um do outro. E também ao Vereador Manoel, que é um grande parceiro da santa casa há muito tempo.

Agora, vou passar a palavra para Tania Balbinotti, para concluir.

Muito obrigado a todos.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Pode ficar tranquila, Tania, que você terá a palavra, com direito a cinco minutos.

Agora, ainda, nós vamos passar um filme contando um pouco da história recente da santa casa.

Depois, será o Vereador Manoel da Silva Neto; e, finalmente, a Tania Balbinotti, para valorizar mais ainda o papel da mulher no serviço social.

Então vamos agora passar o filme do trabalho recente da santa casa.

(Procede-se à exibição de vídeo.)

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Agora, antes de passar a palavra ao Vereador Manoel – está tudo preparado aí, Vereador, o som? –, eu quero



register também, eu falei um pouco da história da santa casa. Eu me lembro lá do primeiro prédio, da antiga santa casa. Também quero aqui lembrar do lançamento da pedra fundamental desse majestoso prédio que tem 12 andares, e quero lembrar aqui que, à época, era o provedor, em homenagem a toda a família Moraes de Rondonópolis, o José Moraes Filho, o nosso conhecido Beda – uma homenagem a ele, póstuma também. Eu estava lá nesse lançamento, onde inclusive, à época, fiz uma emenda ao Orçamento da União, do Ministério da Saúde, para ajudar na construção desse magnífico prédio.

Então, quero agora passar a palavra ao Vereador Dr. Manoel da Silva Neto, médico. E quero também aqui registrar que ele foi acometido pela Covid e, graças a Deus, conseguiu recuperar.

Em nome de todos os Vereadores, eu, com prazer, passo a palavra ao Dr. Manoel da Silva Neto. (*Falha no áudio.*)

Dr. Manoel, está havendo uma microfonia. Possivelmente, há mais de um microfone aberto. (*Pausa.*) O.k. Está bom agora o som.

O SR. MANOEL DA SILVA NETO (Para discursar.) – Boa noite a todos. Eu gostaria de iniciar a minha fala, parabenizando-o, Senador Wellington, por este momento, que vai ficar marcado, acredito, na vida de todos nós, que é a comemoração dos 50 anos de fundação da nossa querida Santa Casa de Rondonópolis.

Queria aproveitar para parabenizar o Sr. Osiris, a Bianca, os demais administradores e administradoras, não só os atuais, como todos os que já passaram por aquela querida instituição. Parabenizo o Rotary Club, que, como se acabou de citar, foi peça fundamental durante o início de sua construção e durante muitos anos de sua administração.

Queria agradecer a toda a Câmara Municipal, a todos os outros colegas meus, os 20 Vereadores, que deixaram que eu pudesse falar por todos nesta noite.

Queria parabenizar o Prefeito José Carlos do Pálio, cujo trabalho eu conheço e sei do seu empenho para melhorar a saúde pública do nosso povo rondonopolitano.

A minha vida pessoal se mistura um pouco com a vida da santa casa. Cheguei a Rondonópolis aos 26 anos, com somente um diploma na mão para lutar pela vida em uma cidade que crescia e onde eu queria crescer também. Constituí a minha família e, hoje, eu tenho três filhos médicos maravilhosos.

Estou na santa casa há 35 anos. Comecei quando, naquela primeira foto da Santa Casa, aquela portinha do lado direito era o Pronto-Socorro Municipal. Hoje, depois de 35 anos, eu me orgulho de ter, na minha contabilidade, realizado mais de 20 mil partos nesta cidade e milhares de cirurgias ginecológicas neste Município.

Rondonópolis e a santa casa merecem, de minha parte e, tenho certeza, de grande parte da nossa população, um grande apreço, porque ali nós tratamos com vidas, nós tratamos com emoções. Todo nascimento é uma emoção; toda cirurgia é uma emoção.

Quero aproveitar para parabenizar todos os colegas médicos, todos os enfermeiros, todos os técnicos de enfermagem, todo o pessoal da lavanderia, todo o pessoal da cozinha, todos os administradores, aqueles 500 funcionários aproximadamente hoje, por fazerem com que aquilo, além de dar saúde pública ao nosso povo, trate o nosso povo com humanidade, carinho e amor. A saúde é o bem mais importante que nós temos.

Desde que comecei a minha vida profissional, tive como prioridade o atendimento pelo SUS, porque eu sei que é onde as pessoas mais carentes irão buscar o seu aporte, irão requerer a melhoria da sua saúde. E a santa casa, nesse contexto, sempre teve como prioridade o atendimento da população mais carente, da população do SUS.

Então, é emocionado que eu agradeço, Senador Wellington, por esta oportunidade, agradeço à Câmara Municipal de estar me deixando falar por eles. A nossa estima e consideração em relação à Câmara



Municipal, que sempre esteve receptiva a todas as necessidades pelas quais a santa casa nos buscou. E nós, nesses 35 anos que estamos lá, já passamos por todas as dificuldades que vocês puderem imaginar, mas é com muito orgulho que agora nós estamos vendo uma grande prosperidade.

Comecei no térreo junto com a santa casa e, ali, vi surgirem o primeiro andar, com o centro cirúrgico e a UTI adulto; o segundo andar, com a oncologia e enfermaria; o terceiro andar, para receber os pacientes operados e oncológicos também; o quarto andar, com a UTI pediátrica e a UTI neonatal; o quinto andar, que era a minha casa, onde eu cheguei a dar 30 plantões por mês em obstetrícia, onde Rondonópolis e os demais 19 Municípios se aportam para terem os seus filhos.

A santa casa responde hoje pelo atendimento da cidade de Rondonópolis, 240 mil pessoas, e da região, em torno de 500 mil ao todo.

Muito obrigado por esta oportunidade.

E, por favor, sempre vamos ajudar a santa casa, porque ela, merecidamente, precisa do aporte do orçamento municipal, estadual e federal.

Fiquem todos com Deus.

E muito obrigado por esta oportunidade.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Dr. Manoel, eu quero aqui agradecer, na sua pessoa, a todos os médicos que trabalharam e trabalham na santa casa; também nas pessoas do nosso companheiro e amigo Dr. Hélio Picchioni, que foi também Vereador; do Dr. Dorival Alves Tenório, meu companheiro, colega de faculdade em Mato Grosso do Sul; e também do meu amigo, que não trabalhou – acho que trabalhou muito pouco tempo na santa casa –, mas que montou o hospital e é um dos médicos referência também em Rondonópolis que é o Dr. Edgar Donizeti Pacheco da Silva.

Eu quero aqui também, como eu falei do Beda, em nome da família Moraes, da minha família, cumprimentar a minha esposa, Mariene de Abreu Fagundes; os meus filhos João Antônio e Diógenes; e também as minhas irmãs, as cinco mulheres, na pessoa da minha irmã Clotildes Fagundes. Relembro aqui e também homenageio o meu cunhado Wanderley Garcia Duarte, que foi provedor da Santa Casa e, na pessoa dele, todos os ex-provedores que já não estão mais conosco, mas que ajudaram e construíram toda essa história da Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis.

Passo a palavra agora à Sra. Tania Balbinotti, coordenadora do grupo SOS – Prol Santa Casa.

A SRA. TANIA BALBINOTTI (Para discursar.) – Boa noite a todos.

Em nome do grupo SOS – Prol Santa Casa e de todos os outros cidadãos da cidade, agradeço ao Senado Federal, na pessoa do nosso Senador Wellington Fagundes, pela sessão comemorativa desses 50 anos.

E, ao fazê-lo, eu estendo a todas as autoridades presentes os agradecimentos pela sua presença e pelas gentis palavras ao nosso hospital, tão importante aqui para a nossa cidade e para toda a região sul e sudeste do Mato Grosso.

Agradeço e cumprimento as outras autoridades, inclusive, porque há muita gente que não está presente hoje, Senador Wellington, que sabemos que tem apoiado e acompanhado o nosso hospital.

Eu sou representante do grupo SOS. Como eu disse, são 40 entidades, e eu quero ver se consigo falar o nome de todas aqui. São entidades de diversas áreas da sociedade. Nós nos juntamos, acompanhando e apoiando a santa casa, principalmente no sentido de apoiar a gestão do nosso hospital. E isso acontece desde meados de 2019, o grupo SOS foi formado em agosto de 2019. Vejam que foi muito próximo à pandemia. Graças a Deus e ao trabalho e empenho de todas essas entidades e de muitos cidadãos, pudemos, inclusive, ajudar o hospital a ajudar a cidade na questão do Covid, no atendimento aos pacientes. Falar do grupo SOS agora é importante, mas o mais importante de tudo é lembrar que foram muitas entidades.



O Senador falou, outras pessoas falaram na entidade das senhoras rotarianas, de muitos rotarianos, desde que a santa casa nasceu, da diocese, de muitas entidades e pessoas importantes. Muitos aqui têm parentes, como o Dr. Manoel falou, que participaram da história da santa casa. E tudo isso fez com que ela chegasse aqui, com que ela seja, hoje, o que ela se tornou. Além de todos esses, nós temos os membros da Irmandade da Santa Casa, que são diversos membros da sociedade, muitas pessoas, centenas de pessoas, todas elas muito importantes nesse acompanhamento e nesse apoio. Nós nos juntamos a essas pessoas, nós do grupo SOS oferecemos um pouco do nosso trabalho, mas é um trabalho que já vem acontecendo desde 1971. É muita história, é muita coisa boa que já foi feita.

E acho que é um momento também muito propício, Senador Wellington e todos os outros que nos acompanham e autoridades, para fazer uma homenagem como esta por um momento que nós estamos passando. As outras doenças todas continuam, nada parou, nada deu espaço para o Covid, mas o Covid tomou um espaço muito grande nos hospitais. Então, a gente sabe o impacto que teve nas pessoas que lá trabalham, em toda a equipe, porque eles não puderam ir para casa. Nos hospitais, os profissionais da área de saúde – e aí eu estou incluindo todos que lá trabalham, as pessoas que trabalham na limpeza, os médicos, a diretoria, todo tipo de operação que acontece ali para que o hospital funcione –, essas pessoas estão enfrentando uma dura realidade. Elas estão dando tudo de si para salvar nossas vidas.

A Santa Casa de Rondonópolis – até o Deputado Thiago Silva já comentou – atende grande parte dos usuários do SUS que precisam de tratamento de alta complexidade daqui das regiões sul e sudeste. Agora, com a radioterapia, serão 25 Municípios e – desculpem-me, mas o número exato eu não tenho – em torno de 700 mil habitantes.

Nesse sentido, eu quero estender o agradecimento agora, vendo o papel importante que a santa casa tem feito. É bacana ver o Prefeito Zé do Pátio com a santa casa hoje; é muito importante essa união, essa proximidade. A gente tem que agradecer – e eu acho que todos aqui, todo cidadão de Rondonópolis e da nossa região, têm que agradecer – a essa diretoria, porque eles – e eu faço isso na pessoa do Dr. Osíris, que está aqui conosco – abriram as portas da sociedade para a santa casa. Esse desprendimento, Dr. Osíris, poucos têm. Não é simples. E a gente, realmente, em nome de todo o SOS, quer agradecer a você e, realmente, na sua pessoa, a toda a diretoria e a toda a equipe que está na Santa Casa, porque ajudaram a fazer isso.

Pessoal, eu preciso falar aqui: um hospital filantrópico é muito difícil. Ele precisa de uma imagem positiva junto à sociedade. E, se eu não falar aqui que nós precisamos de ajuda, a diretoria não vai ficar contente comigo, assim como o nosso grupo, porque essa imagem positiva vai ajudar, nesse sentido, a santa casa a conseguir... Não é fácil o financiamento de um hospital filantrópico. Então, nesse sentido, essa imagem positiva que toda a sociedade tem dado, assim como os membros da Irmandade, o grupo SOS e muitos cidadãos e muitas entidades do passado, tem nos ajudado. Então, a santa casa precisa, hoje, desse apoio do cidadão, porque ela precisa receber valores coerentes – e não só a nossa santa casa, mas é certeza de que todas as santas casas do Brasil precisam. Com todas as suas dificuldades, elas precisam receber valores coerentes para os custos da alta complexidade, elas precisam receber emendas parlamentares.

E, nesse ponto, eu quero ressaltar a importância da nossa bancada federal, do Senador Wellington, do Deputado Medeiros e de outros Deputados que nos deram apoio, como o Deputado Neri Geller – eu fico até preocupada em citar nomes, para não esquecer nome de nenhuma pessoa importante. O Deputado José Medeiros trouxe R\$17 milhões, mas toda a bancada federal se articulou, com o apoio forte e firme da bancada estadual, com o Deputado Nininho conosco, inclusive agora também, ajudando a estruturar essa questão, assim como o Deputado Claudinei sempre conosco e todos os outros que estão presentes aqui.

A gente precisa de boas parcerias com as prefeituras, porque a santa casa pode prestar um belo de um atendimento para o cidadão. Ela tem investido muito nessa transparência para melhorar essa



imagem para que todos vejam que podem participar da santa casa e confiar. Ela pode errar, as pessoas que estão lá podem errar, nós do grupo SOS e da Irmandade podemos errar, mas a intenção tem sido a de dar essa transparência, de trazer uma gestão mais sofisticada, porque a santa casa agora está com visão, óbvio, sempre para o futuro. Então, ela tem uma história linda, uma história de alguns problemas, nada é perfeito mesmo, mas ela está pensando muito hoje no futuro. Então, há muito o que fazer pelo futuro da saúde do nosso povo.

Eu quero aqui realmente de novo agradecer a todos, agradecer ao Senador Wellington, ao Senado, que abriu esta oportunidade para nós, e deixar aqui um obrigada a todos que têm apoiado a santa casa, a todos os Municípios e às nossas bancadas federal e estadual. Por favor, precisamos de emendas. Nossa bancada estadual: precisamos do duodécimo. Câmara Municipal de Rondonópolis, vocês são muito importantes e têm se aproximado da santa casa. Muitos Vereadores têm sido muito firmes. Precisamos de ajuda financeira, porque atendimento à saúde é caro.

Pessoal, é isso. Eu tentei ser mais rápida com meu tempo.

Vou tentar falar as entidades, porque, pessoal, muitos citaram aqui meu nome, mas não é assim; eu sou do Grupo de Mulheres em Prol de Rondonópolis, nós começamos a acompanhar a santa casa, logo em seguida as outras entidades vieram junto, e nada do que nós fizemos agora neste último um ano e meio seria possível se não estivessem todas as entidades juntas. E precisamos de mais entidades – das cidades vizinhas, inclusive. Então, olhem: Associação Comercial Industrial de Rondonópolis conosco; Associação de Engenheiros Agrônomos de Rondonópolis; Associação dos Pacientes Oncológicos de Rondonópolis; Associação dos Produtores de Sementes do Mato Grosso; Associação de Feirantes de Rondonópolis; Associação de Senhoras de Rotarianos; Associação dos Voluntários de Combate ao Câncer; Câmara de Dirigentes Lojistas de Rondonópolis; Coordenação do Curso de Medicina da Universidade Federal de Rondonópolis; Conselho Regional de Corretores de Imóveis de Rondonópolis; Diocese de Rondonópolis-Guiratinga; Empresários do Agro por Rondonópolis; Fundação Mato Grosso; Grupo de Mulheres em Prol de Rondonópolis; Lions Vila Aurora e Vila Operária; Lojas Maçônicas 20 de agosto, 10 de dezembro, Marechal Rondon, Obreiros da Arte Real, Acácia Amarela, A Consciência, À Sombra da Acácia, Aurora da Virtude, Estrela do Leste, Obreiros do Cerrado e Templários de York; Ordem dos Advogados do Brasil Subseção de Rondonópolis; Observatório Social de Rondonópolis; Rotary Club Cerrado, Vila Operária, Leste, Rio Vermelho e Rondon; Sicoob; Sicredi; Sindicato Rural de Rondonópolis; União das Associações dos Pequenos Produtores Rurais da Região Sudeste; e Universidade Unic.

Obrigada a todos.

Boa noite.

E contamos com a ajuda e o apoio de todos junto à nossa santa casa e junto à saúde do cidadão da nossa região.

O SR. PRESIDENTE (Wellington Fagundes. Bloco Parlamentar Vanguarda/PL - MT) – Quero agradecer imensamente à Tania, em nome de toda a sociedade de Rondonópolis; a todos os funcionários da Santa Casa, mais uma vez na pessoa da Bianca Franco, que é Diretora-Executiva; e também, claro, àqueles anônimos, porque muitas pessoas ajudam e já ajudaram de forma anônima, pessoas simples, empresários, enfim, todos aqueles que puderam contribuir.

E, claro, espero que esta sessão de 50 anos seja um estímulo a muitos para continuarem participando e que a gente possa comemorar mais várias décadas da santa casa. Pelo menos, eu pretendo comemorar mais algumas décadas, não sei se o centenário, porque não dá tempo, não é?

Agradeço aqui a Deus a oportunidade de estarmos aqui.

Quero agradecer, mais uma vez, ao Senador Rodrigo Pacheco, a todo o Senado da República e a todos os servidores que aqui nos auxiliaram.



Já são duas horas de sessão. Então, estamos encerrando – duas horas de sessão.

Camila... Qual o seu nome? (*Pausa.*)

Não, é Ludmila. É que eu tenho uma sobrinha Camila. Ludmila, agradeço, na sua pessoa, a todos.

E aqui acabei de receber uma foto da minha esposa Mariene mostrando o meu netinho, o João Francisco. Isso tudo é estímulo para que a gente possa trabalhar mais e buscar as energias para fazer o bem.

Por isso, ao finalizar esta sessão especial, gostaria de agradecer a todos que nos acompanharam até este momento, pelas redes sociais também, os internautas. Uma sessão solene não tem o espaço para as perguntas, mas, de qualquer forma, recebemos muitas mensagens de elogios e principalmente de reconhecimento ao trabalho das Santas Casas de Misericórdia e também de todas as filantrópicas do Brasil.

E, em especial, quero citar também a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, com mais de 200 anos de tradição. Praticamente fechou a Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá, e foi exatamente num trabalho de toda a bancada, com o Governo do Estado... E eu me lembro de que um dos dias mais emocionantes foi quando estive lá inaugurando o setor de urologia, principalmente quando uma médica me agradeceu imensamente por estar ali implantando aquele serviço de urologia infantil na Santa Casa de Misericórdia de Cuiabá. Então, eu agradeço imensamente a todos os abnegados que estão à frente dessas entidades filantrópicas.

E, mais uma vez, quero ressaltar o caráter da nossa homenageada e reafirmar meu compromisso com a instituição Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis.

Doar a quem necessita é seguramente o maior lema de que a humanidade pode dispor. As santas casas unem a missão cristã de exercício da caridade à utilidade social, característica da autêntica filantropia. Em 2017, estudo patrocinado pelo Fórum Nacional das Entidades Filantrópicas comprovou que, para cada R\$1 que a Previdência Social deixa de cobrar dessas organizações assistenciais e de saúde, elas devolvem quase R\$6 à população brasileira. Por isso e pela relevância, vamos seguir trabalhando para que as bases desse campo humanitário se fortaleçam a cada dia e para que a população tenha, nessa instituição, um porto seguro e eficiente para cuidar dos enfermos.

Temos nos dedicado a isso. E, quando digo que temos, refiro-me às forças políticas e também sociais do nosso Estado, como aqui já bem colocado pela Tânia. Para ficar apenas em três exemplos recentes dos resultados desse nosso permanente mutirão parlamentar, quero aqui relembrar, como já falou o Deputado Medeiros, sobre os recursos que foram liberados, mais de 20 milhões, para a Santa Casa; lembro também os recursos para ações de combate à pandemia, envolvendo compra de medicamentos e insumos médicos e hospitalares, também reformas e adaptações físicas para expandir as UTIs, bem como a contratação e o pagamento de pessoal, de modo a suprir o forte aumento da demanda.

Quero registrar agora, finalmente, que, como filho de Rondonópolis, estarei sempre pronto a ser mais um voluntário da Santa Casa, que continuará tendo em mim, como já disse, um admirador e amigo, um firme aliado no Congresso Nacional e em todas as horas – claro, como cidadão também.

A todos, mais uma vez, os meus agradecimentos. Deixo aqui, apesar de tudo, minha palavra de fé e de otimismo a todo o povo mato-grossense, em especial da minha querida e amada Rondonópolis, na certeza de que venceremos, com um diálogo civilizado e com perseverança, no caminho da fraternidade. E, ainda, concluindo aqui, deixo o meu compromisso, porque, no Brasil, infelizmente, já chegamos à marca de mais de 430 mil mortes em função dessa terrível doença, que é a Covid. E temos que buscar um caminho, que é vacina, vacina e vacina.

O Brasil, como a oitava potência do mundo, não pode deixar de montar aqui o seu parque fabril de vacinas contra a Covid. Aliás, o Brasil já teve várias indústrias de vacina humana, mas hoje nós temos apenas o Instituto Butantan e a Fiocruz, que são institutos de pesquisa muito mais do que indústrias,



apesar de que esses dois institutos estão preparando... O Butantan já está na construção da sua indústria, que, provavelmente no final do ano ou início do próximo, estará pronta. E também a Fiocruz está se preparando para isso.

Quero dizer que a saúde animal, com essas fábricas, pode ser a solução mais imediata, mas o Brasil não pode abrir mão de investir na pesquisa, na ciência e na tecnologia, até porque, com a Covid, a necessidade de vacina não será só para este ano, teremos necessidade para os próximos anos, porque, como é uma virose, já está comprovada a sua capacidade de mutação. Tanto é que já temos quatro mutações do vírus no Brasil: o vírus de Manaus, do Rio de Janeiro, uma mutação com um vírus da África do Sul e outra de São Paulo. Por isso, Deputado José Medeiros, V. Exa., com toda a bancada – mas também o Brasil todo –, tem que fazer tudo para assegurarmos os recursos, para que o Ministério da Ciência e Tecnologia possa ter recursos para financiar as pesquisas que já estão em andamento. Inclusive, estive conversando, há poucos dias, com cientistas da Universidade de São Paulo com pesquisas já em andamento. É como o Ministro da Ciência disse: uma pesquisa não tem como parar, não se tem como fechar a porta e reabrir daqui a pouco.

Então, os recursos de R\$300 milhões foram alocados no orçamento. O Secretário de Fazenda Waldery, em audiência que tivemos, garantiu que esses recursos seriam restabelecidos e mais outros recursos necessários. No Brasil, com certeza, produzindo a vacina aqui, não só garantiremos a vida dos brasileiros, como também, claro, com certeza, economizaremos, porque comprar insumos, comprar vacina de fora custa muito mais para o Brasil.

Portanto, quero aqui agradecer imensamente e ficar na expectativa de que, na sexta-feira, estaremos visitando as duas fábricas: Ourofino, que é uma fábrica nacional, e também a Ceva, outra fábrica; uma em São Paulo, em Ribeirão Preto, ali em Cravinhos, e a outra eu acho que é Juatuba, lá em Belo Horizonte, vizinha da Região Metropolitana de Belo Horizonte.

Já está definida e autorizada, pelo Presidente Bolsonaro, a visita da Ministra Flávia, representando a Secretaria de Governo, assim como o Ministro da Saúde, a Organização Mundial de Saúde e a Anvisa. Aqui eu agradeço imensamente também ao Presidente da Anvisa, na figura do Almirante Barra, que tem sido uma pessoa extremamente competente, séria, e a todos os técnicos da Anvisa.

Então, agradeço imensamente aqui também, em nome do Sindan, o Sindicato Nacional da Indústria de Produtos para Saúde Animal, ao Dr. Emílio, e quero agradecer também à nossa Academia Brasileira de Medicina Veterinária, em nome do veterinário. Eu quero aqui registrar também, para encerrar, o nosso Dr. Milton, que é um pesquisador. Ele trouxe a penicilina para o Brasil, foi um dos primeiros pesquisadores no mundo e está com 104 anos. Há poucos dias, nós comemorávamos seus 104 anos, junto com o Presidente da Academia Brasileira de Medicina Veterinária, Dr. Josélio Moura.

Com isso, eu faço homenagem a todos os profissionais da saúde, já que a Medicina Veterinária tem responsabilidade, principalmente, com a saúde pública, através de um alimento de qualidade.

Terminando aqui, agradeço a todos.

Eu deixo aqui o encerramento.

Cumprida a nossa finalidade desta sessão especial remota do Senado Federal, agradecendo às personalidades que nos honraram com a sua participação, desejo um bom final de semana e uma boa noite.

Declaro encerrada a presente sessão, de mais de duas horas, em homenagem à nossa querida Santa Casa de Misericórdia de Rondonópolis pelos seus 50 anos.

Muito obrigado.

(Levanta-se a sessão às 20 horas e 15 minutos.)



MATÉRIAS E DOCUMENTOS DIVERSOS

EXPEDIENTE

Indicação





SENADO FEDERAL

INDICAÇÃO N° 29, DE 2021

Sugere, ao Poder Executivo Federal, que tome as providências necessárias para a extinção do código de seleção de prestadora (CSP).

DESPACHO: Encaminhe-se

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



Minuta

INDICAÇÃO N° , DE 2021

Sugere ao Poder Executivo que tome as providências necessárias para a extinção do código de seleção de prestadora (CSP).



SF/21466-1831-84

Sugerimos ao Poder Executivo Federal, por intermédio do Senhor Ministro de Estado das Comunicações, com amparo no art. 224, inciso I, do Regimento Interno do Senado Federal (RISF), com a redação dada pela Resolução nº 14, de 23 de setembro de 2019, e em função das competências legais da Agência Nacional das Telecomunicações (ANATEL), a ela atribuídas pela Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, que tome as providências necessárias para a extinção do código de seleção de prestadora (CSP).

JUSTIFICAÇÃO

O Regimento Interno do Senado Federal, alterado em setembro de 2019 pela Resolução nº 14, passou a permitir a utilização da indicação como proposição hábil a sugerir “a outro Poder a adoção de providência, a realização de ato administrativo ou de gestão ou o envio de projeto sobre matéria de sua iniciativa exclusiva” (RISF, art. 224, I).

O escopo da presente indicação é sugerir ao Poder Executivo a extinção do código de seleção de prestadora (CSP). Cabe recordar que esse código foi introduzido nas chamadas telefônicas de longa distância originadas em território nacional, consoante determinação da Resolução nº 86, de 30 de dezembro de 1998, aprovada pela Agência Nacional de Telecomunicações (ANATEL). Essa medida foi efetivada como forma de estimular a competição nas modalidades de longa distância nacional e internacional da telefonia fixa.

Por esse motivo, em 3 de julho de 1999, cerca de um ano depois da desestatização do Sistema Telebrás, o CSP passou a ser efetivamente aplicado nas chamadas originadas em terminais fixos.



Posteriormente, o código também passou a ser exigido nas chamadas de telefonia móvel.

Convém registrar que, naquela época, os principais serviços disponíveis à população eram a telefonia fixa e móvel. Hoje, o contexto mercadológico é outro. Os serviços de banda larga, que proveem acesso à internet, crescem acentuadamente. Enquanto isso, a telefonia perde importância ano a ano e a Anatel já inicia os estudos relacionados ao fim das concessões do serviço, previsto para ocorrer em 2025.

Nesse sentido, entendemos que o CSP, apesar de relevante nos primeiros anos após a privatização, já exauriu sua função. Atualmente, representa apenas um encargo regulatório que remanesceu de um passado distante, que serve tão somente para aumentar o custo das prestadoras e, por consequência, dos consumidores. Como afirmam os empresários do setor, esse é mais um dos elementos que fazem parte do tão discutido “custo Brasil”.

Muito embora a Anatel tenha poder para corrigir a situação no uso de suas atribuições legais, o que se observa na prática é o desinteresse do órgão regulador. Após o encerramento de várias consultas públicas que trataram do tema, observamos que a agência ainda continua inerte.

Assim, esta iniciativa propõe a atualização do marco regulatório das telecomunicações, promovendo a extinção do CSP e da regulação das relações daí resultantes, mediante as pertinentes alterações na Resolução nº 86, de 1998.

Sala das Sessões,

Senador JEAN PAUL PRATES

rz2021-04308

Página 3 de 3

Avulso do INS 29/2021.

SF/21466-1831-84


Projetos de Lei





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1813, DE 2021

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher.

AUTORIA: Senadora Soraya Thronicke (PSL/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

PROJETO DE LEI N° , DE 2021

Altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher.


SF/21322.27488-86

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para dispor sobre a oferta de curso de defesa pessoal à mulher.

Art. 2º O *caput* do art. 35 da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, passa a vigorar acrescido do seguinte inciso VI:

“**Art. 35.**

.....
VI – curso de defesa pessoal voltado à dissuasão da violência doméstica e familiar, nos municípios com mais de cinquenta mil habitantes, a ser oferecido às mulheres interessadas, em espaços da rede de atendimento às mulheres em situação de violência doméstica e familiar ou nos Centros de Referência de Assistência Social.” (NR)

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

Tem-se verificado nos recentes anos, em particular durante o confinamento domiciliar causado pela pandemia de covid-19, assustadora elevação do número de casos de violência doméstica e familiar.

Leem-se diariamente notícias sobre mulheres violentadas por seus parceiros – frequentemente, reincidentes.





SENADO FEDERAL

Gabinete da Senadora Soraya Thronicke

Ora, observa-se, portanto, que a letra da lei, embora necessária e bem-vinda, nem sempre é suficiente para proteger preventivamente a mulher de seu algoz.

E, se assim é, por que não, de maneira complementar à rede de proteção legal e fática já existente, habilitar à mulher que seja ela mesma, também, agente ativa de sua proteção pessoal? Afinal, todo ser humano pode contribuir para sua própria segurança e defesa pessoal, em complemento à necessária proteção provida pelo Estado.

Nesse sentido, parece-nos oportuno que a rede de assistência estatal de suporte à mulher ofereça, naqueles municípios com mais de 50 mil habitantes, cursos de defesa pessoal às mulheres interessadas. Dessa forma, estarão as mulheres habilitadas a melhor se proteger.

E, segundo pensamos, o mero fato de estarem a frequentar curso de defesa pessoal já será, por si próprio, fator de dissuasão suficiente contra as tendências violentas dos algozes, que frequentemente não terão coragem de se opor a quem sabe se proteger de maneira tecnicamente preparada.

Dessa forma, contamos com o apoio dos nobres Pares em favor desta proposição.

Sala das Sessões,

Senadora SORAYA THRONICKE



SF/21322.27488-86
|||||

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006 - Lei Maria da Penha - 11340/06
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:2006;11340>

- artigo 35





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1817, DE 2021

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para extinguir o código de seleção de prestadora.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)

Minuta

PROJETO DE LEI N° , DE 2021

Altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para extinguir o código de seleção de prestadora.



SF/2160974639-95

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

Art. 1º Esta Lei altera a Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, para extinguir o código de seleção de prestadora.

Art. 2º A Lei nº 9.472, de 16 de julho de 1997, passa a vigorar acrescida do seguinte art. 214-A:

“**Art. 214-A.** Fica extinto o código de seleção de prestadora (CSP).

§1º O encaminhamento da chamada será escolhido pela prestadora que a originar, nos termos da regulamentação.

§ 2º A prestadora que originar a chamada será responsável pelos direitos e deveres a ela relacionados, salvo no caso de cobrança reversa, em que os direitos e deveres serão de responsabilidade da prestadora que terminar a chamada, nos termos da regulamentação.”

Art. 3º Esta Lei entra em vigor após decorridos 180 (cento e oitenta) dias de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

O código de seleção de prestadora (CSP) foi introduzido no Brasil em 3 de julho de 1999, cerca de um ano depois da desestatização do Sistema Telebrás, como forma de estimular a competição nas modalidades de longa distância nacional e internacional da telefonia fixa. Posteriormente, esse código também passou a ser exigido nas chamadas de telefonia móvel.



Naquela época, os principais serviços disponíveis à população eram a telefonia fixa e móvel. Hoje, o contexto mercadológico é outro. Os serviços de banda larga, que proveem acesso à internet, crescem acentuadamente. Enquanto isso, a telefonia perde importância ano a ano e a Anatel já inicia os estudos relacionados ao fim das concessões do serviço, previsto para ocorrer em 2025.

Nesse sentido, entendemos que o CSP, apesar de relevante nos primeiros anos após a privatização, já exauriu sua função. Atualmente, representa apenas um encargo regulatório que remanesceu de um passado distante, que serve tão somente para aumentar o custo das prestadoras e, por consequência, dos consumidores. Como afirmam os empresários do setor, esse é mais um dos elementos que fazem parte do tão discutido “custo Brasil”.

Muito embora a Anatel tenha poder para corrigir a situação no uso de suas atribuições, o que se observa na prática é o desinteresse do órgão regulador. Após várias consultas públicas que tratam do tema, a agência permaneceu inerte.

Assim, este projeto de lei tem o propósito de buscar a adequação do marco institucional das telecomunicações para a atual realidade do setor, por meio da extinção o CSP e da regulação das relações daí resultantes.

Ante o exposto, solicitamos o apoio dos nobres Pares para aprovação da presente iniciativa.

Sala das Sessões,

Senador JEAN PAUL PRATES

rz2021-03299

Página 3 de 4

Avulso do PL 1817/2021.

SF/2160974639-95
|||||

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 9.472, de 16 de Julho de 1997 - Lei Geral de Telecomunicações - 9472/97
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1997;9472>





SENADO FEDERAL

PROJETO DE LEI Nº 1818, DE 2021

Esta Lei institui a Política de Atenção Integral às vítimas e familiares de vítimas da Pandemia da COVID-19.

AUTORIA: Senador Jaques Wagner (PT/BA)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Jaques Wagner

PROJETO DE LEI N° , DE 2021

Esta Lei institui a Política de Atenção Integral às vítimas e familiares de vítimas da Pandemia da COVID-19.

O CONGRESSO NACIONAL decreta:

CAPÍTULO I

Da Finalidade

Art. 1º. Esta Lei institui a Política de Atenção Integral às vítimas e familiares de vítimas da Pandemia da COVID-19 com o objetivo de assegurar a plena recuperação das sequelas físicas e dos impactos sociais por elas desenvolvidas e estabelece princípios e diretrizes para a formulação e a implementação para sua consecução.

Parágrafo único: Para os efeitos desta lei, considera-se vítimas da COVID-19 aquelas pessoas infectadas pelo vírus SARS-COV-2 que desenvolveram qualquer agravo à saúde devido a infecção.

Art. 2º. A União, Estados, Distrito Federal e Municípios, deverão elaborar política pública específica com foco na atenção integral às vítimas da COVID-19 e seus núcleos familiares e sociais.

CAPÍTULO II

Dos objetivos e das Diretrizes

SEÇÃO I

Dos Objetivos

Art. 3º. As políticas públicas de que trata o art. 2 da presente lei, terão como objetivo:



- I- Assegurar a atenção integral à saúde das vítimas da COVID-19 e de seus núcleos familiares e sociais;
- II- Reduzir as desigualdades sociais que são acentuadas pela COVID-19;
- III- Garantir a plena recuperação das vítimas, em todas as dimensões;
- IV- Diminuir os prejuízos educacionais provocados pela Pandemia;
- V- Promover ações voltadas à memória das vítimas da COVID-19 e dos impactos causados em nosso país.

SF/21852.75712-80



SEÇÃO II

Das Diretrizes

Art. 4º. As políticas elencadas no art. 2 da referida Lei deverão ser estruturadas com as seguintes diretrizes:

- I- Descentralização política administrativa;
- II- Gestão colaborativa das diversas redes de políticas públicas;
- III- Regime de colaboração entre entes;
- IV- Implementação de sistemas de informação e monitoramento;
- V- Capacitação e educação permanente dos trabalhadores das redes de políticas públicas;
- VI- Respeito as individualidades e as características personalíssimas das vítimas;
- VII- Articulação e integração das mais diversas políticas públicas;



VIII- Planejamento participativo com a garantia do respeito a atuação das vítimas, dos seus familiares e núcleos sociais.

CAPÍTULO III

Dos Eixos de atuação

SEÇÃO I

Dos Eixos de Atuação

Art. 5º. As políticas elencadas no art. 2 da referida Lei deverão ser estruturadas com a participação obrigatória de no mínimo:

- I- Política de Saúde;
- II- Política de Educação;
- III- Política de Proteção Social e econômica;

SEÇÃO II

Do eixo – Política de Saúde

Art. 6º. No eixo saúde, previsto no inciso I do art. 5º desta lei, as ações deverão assegurar:

- I- Atenção às sequelas físicas desenvolvidas pela COVID-19 e seus agravos;
- II- Atenção integral a saúde mental das vítimas da COVID-19, de modo a assegurar tratamento humanizado para pessoas acometidas pela Pandemia; e
- III- O incremento das ações de desenvolvimento científico e tecnológico e a inovação no âmbito do Sistema Único de Saúde.

§1º As ações no âmbito do Eixo Saúde serão tratadas e coordenadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), que definirá modelos de intervenção em assistência médica, fisioterapêutica, terapia ocupacional, psicológicas, em saúde bucal, nutricional e outras necessárias para a atenção integral à população.



SF/2185275712-80


§2º O desenvolvimento dos modelos de assistência em saúde referidos no *caput* será adequado à abordagem das pessoas recuperadas da covid-19.

§3º As ações destas Políticas deverão ser pactuadas nas comissões Intergestores bipartite, tripartite e regionais e deverá ser assegurada a participação social a partir dos Conselhos de Saúde.

Art. 7º. As ações e os serviços oferecidos no âmbito desta lei deverão ser implantadas e executadas por meio de equipes multidisciplinares, em consonância com os regramentos dos conselhos profissionais.

§ 1º Para a operação desta lei serão utilizados os recursos humanos e materiais que, de forma direta ou indireta, já estejam à disposição do SUS, além de outros que poderão ser contratados para essa finalidade específica, inclusive quanto ao desenvolvimento de ferramentas digitais, como aplicativos desenvolvidos para equipamentos eletrônicos, a fim de que o máximo de pacientes seja assistido.

§ 2º As Políticas de Atenção às vítimas da COVID-19 deverão facilitar, quando possível e tecnicamente adequado, a utilização de atendimentos por meio de telessaúde.

Art. 8º. O órgão de direção nacional do SUS promoverá cursos de capacitação para os profissionais envolvidos na realização de ações e serviços oferecidos no âmbito desta lei, a partir de estratégias fundamentadas em evidências científicas que garantam abordagem técnica, ética e eficaz das questões relacionadas às sequelas da covid-19.

Art. 9º. Será parte integrante das Políticas a realização de campanhas de conscientização sobre a importância da identificação e do tratamento de sequelas físicas e psicológicas relacionadas à covid-19.

SEÇÃO III

Do eixo – Política de Educação

Art. 10º. No eixo Educação, previsto no inciso II do art. 5º desta lei, as ações deverão assegurar:

- I- Redução do déficit e da defasagem escolar e educacional provocadas pela pandemia;



SF/21852/75712-80

- II- Integração dos serviços de saúde com as redes educacionais;
- III- Oferta de serviços de educação infantil adaptados ao ingresso escolar pós-pandemia;
- IV- Formação e capacitação de professores e trabalhadores da educação.

§1º As ações no âmbito do Eixo Educação serão tratadas e coordenadas pelos responsáveis pelas redes escolares e educacionais de ensino técnico de nível médio em instituição de educação profissional e tecnológica, de educação básica e infantil e de graduação em instituição de nível superior.

§2º As ações destas Políticas deverão ser pactuadas junto aos gestores estaduais, municipais e do Distrito Federal, considerando a participação das representações sindicais dos professores e demais trabalhadores da educação.

Art. 11. As redes escolares e educacionais deverão propor iniciativas visando a redução de riscos e déficits relacionados ao ensino remoto e híbrido.

Parágrafo único: Caberá ao Poder Público, conforme o sistema de ensino, prover condições tecnológicas para assegurar a participação dos estudantes no ensino remoto ou híbrido.

Art. 12. As ferramentas utilizadas pelas redes de ensino para ensino remoto e híbrido deverão obedecer às normas técnicas de acessibilidade para garantir um ensino inclusivo e equânime.

Art. 13. As redes de saúde deverão acompanhar as vítimas da COVID-19 e os impactos da COVID-19 de modo articulado com as redes educacionais, principalmente naquelas que se encontram em territórios adscritos das Equipes de Saúde da Família e dos Centros de Atenção Psicossocial.

SF/21852/5712-80
|||||



SEÇÃO IV

Do eixo – Proteção Social

Art. 14. No eixo Proteção Social, previsto no inciso III do art. 5º desta lei, as ações deverão assegurar:

- I- Pleno desenvolvimento humano;
- II- Proteção social e a garantia de direitos;
- III- Redução de agravos sociais e das desigualdades potencializadas pela pandemia;
- IV- Oportunidades de qualificação profissional, trabalho e renda;
- V- Reabilitação profissional;
- VI- Ampliação de serviços de fortalecimento de vínculos;
- VII- Organização de proteção habitacional;
- VIII- Promoção de cidades seguras para a terceira idade;
- IX- Promoção de espaços de convivência para vítimas da COVID, familiares e redes de apoio.

Art. 15º. As redes de políticas de assistência social, previdência social, direitos humanos, desenvolvimento econômico, trabalho e renda, deverão ser coordenadores das iniciativas previstas no art. 14º desta lei.

Art. 16. As ações previstas nesta seção deverão priorizar:

- I- Idosos;
- II- Crianças na primeira infância;
- III- Famílias inscritas no Cadastro Único para Programas Sociais;
- IV- Crianças e adolescentes órfãos pela Pandemia.



SF/21852/75712-80


Art. 17. Os Centros de Referência em Assistência Social – CRAS e os Centros de Referência Especializados em Assistência Social – CREAS, deverão ser os coordenadores deste eixo no território.

SEÇÃO V

Do eixo – Proteção as Crianças e Adolescentes

Art. 18. Caberá a União, Estados, Distrito Federal e Municípios, elaborar diretrizes estratégicas para a proteção das crianças e adolescentes órfãos da Pandemia.

Art. 19. As ações deverão assegurar o acompanhamento psicossocial e de saúde adequado, além de medidas de proteção social, fortalecimento de vínculos e desenvolvimento que assegurem:

- I- O desenvolvimento físico/motora;
- II- O desenvolvimento social;
- III- Afetivo;
- IV- Cognitivo; e,
- V- Linguístico.

Art. 20. A União deverá incentivar serviços de acolhimento em família acolhedora como política pública para crianças órfãs da COVID, os quais deverão atender o disposto no parágrafo terceiro do art. 34 da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990.

CAPÍTULO IV

Das Disposições Gerais

Art. 21. A União, estados e o Distrito Federal deverão instituir medidas culturais e de memória as vítimas da COVID-19, de modo a assegurar a importância histórica, a valorização das vidas e o patrimônio familiar, social e cultural brasileiro, vítima desta tragédia humana.

Art. 22. As medidas previstas nesta Lei deverão promover a redução das desigualdades raciais, étnicas e de gênero.



SF/2185275712-80


Art. 23. Os recursos financeiros necessários à implantação das ações afetas às áreas de competência dos governos federal, estaduais, do Distrito Federal e municipais serão consignados em seus respectivos orçamentos.

Art. 24. O Poder Executivo regulamentará esta lei no prazo de trinta dias, a partir da data de sua publicação.

Art. 25. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JUSTIFICAÇÃO

A pandemia da COVID-19 é uma das maiores tragédias vivenciadas pelo povo Brasileiro. Até o começo de maio de 2021, mais de 420 mil pessoas tiveram suas vidas perdidas devido a pandemia, que agravou pela ausência de coordenação da pandemia por parte do Governo Federal, com medidas não farmacológicas para o enfrentamento da pandemia e da falta de vacinas em quantidade suficiente a nossa população.

Superar a pandemia passa por assegurar as medidas não farmacológicas de enfrentamento a Pandemia, o fortalecimento do Sistema Único de Saúde, a disponibilização imediata de vacinas para toda a população brasileira e a construção de políticas sociais capazes de superar as dificuldades e mazelas trazidas pela pandemia para toda nossa sociedade.

Diversas famílias sofrem diariamente com a ausência e as dificuldades diante dos milhares de brasileiros mortos na Pandemia, além disso, milhões de brasileiros hoje vivem com sequelas da pandemia e necessitarão de cuidados especializados e primários nas diversas políticas públicas.

Desta forma, buscamos com este projeto construir uma atenção integral a todas as vítimas da Pandemia, sejam brasileiros infectados que possuem sequelas biopsicossociais ou seus familiares e grupos de apoio, e também aos familiares e órfãos da pandemia, que tiveram suas relações ceifadas por esta tragédia.

Tragédias como a que vivemos possuem diversas interfaces, que nos trazem dor, sofrimento e dificuldade para seguir construindo uma sociedade mais justa e equânime, ou muita das vezes para suprir as necessidades mais básicas de todos e todas.

SF/2185275712-80




Desta forma, esta lei é inspirada nos mais de 420 mil brasileiros que faleceram hoje, nos milhares de órfãos que a pandemia deixou, nas famílias e nos amigos que perderam seus entes queridos, nas mais de 15 milhões de pessoas que tiveram o drama da infecção da COVID-19 e o medo de não seguirem a vida, ou que sofrem hoje com sequelas.

Infelizmente, não poderíamos aqui nomear todos os brasileiros que faleceram devido esta pandemia. Mas esta lei, foi elaborada pensando principalmente em dois. Primeiro em Dona Cleonice, uma das primeiras pessoas que faleceram por COVID-19 no Brasil, brasileira, negra, mãe e empregada doméstica, que foi infectada ao trabalhar e em Paulo Gustavo, brasileiro, pai, ator, humorista, produtor e uma das mentes brilhantes que nos faziam rir.

Ao olhar para estes dois brasileiros, pensamos diretamente, em como construir um sistema de atenção integral para seus filhos, familiares, amigos e proteger todos os outros que assim como estes foram brutalmente atacados por esta tragédia.

Convictos do acerto da medida ora proposta, convocamos os nobres pares desta Casa para aprovar o presente projeto de lei.

Sala das sessões

**SENADOR JAQUES WAGNER
PT – BA**

SF/2185275712-80

LEGISLAÇÃO CITADA

- Lei nº 8.069, de 13 de Julho de 1990 - Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA); ECA - 8069/90
<https://www.lexml.gov.br/urn/urn:lex:br:federal:lei:1990;8069>
- parágrafo 3º do artigo 34



Requerimentos





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1521, DE 2021

Realização de Sessão de Debate Temático sobre a Lei do Governo Digital.

AUTORIA: Senador Antonio Anastasia (PSD/MG), Líder do Bloco Parlamentar PSDB/PSL
Lasier Martins (PODEMOS/RS), Líder do CIDADANIA Alessandro Vieira (CIDADANIA/SE),
Líder do MDB Eduardo Braga (MDB/AM), Líder do PP Daniella Ribeiro (PP/PB), Líder do
PSD Nelsinho Trad (PSD/MS)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL
Gabinete do Senador Antonio Anastasia

REQUERIMENTO N° DE

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater a Lei do Governo Digital.

Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados:

1. Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, presidente da Comissão de Juristas que formulou o Anteprojeto ao PL nº 3443, de 2019;
2. Deputado Alexandre Molon, autor do PL nº 7843, de 2017;
3. Deputado Tiago Mitraud, autor do PL nº 3443, de 2019;
4. Deputado Professor Israel, autor do PL nº 4797, de 2019;
5. Deputado Felipe Rigoni, relator dos projetos na Câmara dos Deputados;
6. Senador Rodrigo Cunha, relator dos projetos no Senado Federal;
7. Professor Juarez Freitas, membro da Comissão de Juristas que formulou o Anteprojeto ao PL nº 3443, de 2019;
8. Professor Sergio Guerra, relator da Comissão de Juristas que formulou o Anteprojeto ao PL nº 3443, de 2019;
9. Professora Juliana Abrusio Florêncio;
10. Fabro Steibel, do Instituto de Tecnologia e Sociedade do Rio;

SF21775-33227-81 (LexEdit)



Requeiro, nos termos do inciso IV e § 7º do art. 154 do Regimento Interno do Senado Federal, a realização de Sessão de Debates Temáticos, a ser realizada em data oportuna, a fim de debater a Lei do Governo Digital. Proponho para a sessão a presença dos seguintes convidados: 1. Ministro Bruno Dantas, do Tribunal de Contas da União, presidente da Comissão de Juristas que formulou o Anteprojeto ao PL nº 3443, de...

Sala das Sessões, 13 de maio de 2021.

**Senador Antonio Anastasia
(PSD - MG)**


SF21775-33227-81 (LexEdit)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1524, DE 2021

Informações ao Ministro de Estado da Saúde.

AUTORIA: Senadora Mara Gabrilli (PSDB/SP)



[Página da matéria](#)



REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a implementação da Portaria nº 1.949, de 4 de agosto de 2020, do Ministério da Saúde, que altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil e o Conselho Deliberativo do Programa Genomas Brasil.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pelo Senhor Ministro de Estado da Saúde, Marcelo Queiroga, informações sobre a implementação da Portaria nº 1.949, de 4 de agosto de 2020, do Ministério da Saúde, que altera a Portaria de Consolidação nº 5/GM/MS, de 28 de setembro de 2017, para instituir o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil e o Conselho Deliberativo do Programa Genomas Brasil.

Nesses termos, requisitam-se as seguintes informações:

1. O que é o Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - também chamado de Programa Genomas Brasil? Quais são os objetivos propostos e os produtos esperados?

SF21708-26401-67 (LexEdit)
|||||



2. Há um planejamento estratégico para o Programa Genomas Brasil? Que ações estão previstas para os primeiros quatro anos?

3. O planejamento, a execução e o monitoramento das ações do Programa foram deliberados pelo Conselho Deliberativo do Programa, conforme previsto na Portaria nº 1.949, de 2020? Quem são os membros do Conselho deliberativo e qual é a atribuição de cada um?

4. Que ações foram definidas como prioritárias pelo Conselho Deliberativo do Programa e quais foram executadas até o momento?

5. Como o Programa pretende impactar a assistência a doenças raras no País?

6. Qual é o orçamento previsto para os quatro primeiros anos do Programa? Quais são as fontes de financiamento do Programa? Há uma ação orçamentária específica para esse financiamento?

7. Sabendo-se dos cortes orçamentários recentes na área de Ciência e Tecnologia, como essa redução de recursos impactará a execução do Programa?

8. Tendo em vista que o Programa objetiva promover o desenvolvimento da indústria genômica nacional, como será feito esse incentivo? Como a Coordenação do Complexo Industrial da Saúde da Secretaria de Ciência, Tecnologia e Insumos Estratégicos do Ministério da Saúde (SCTIE/MS) irá atuar para esse fim?

9. Como está sendo implementado o banco de 100 mil Genomas de referência da população brasileira e onde ele está hospedado? O banco é de livre acesso? Esse banco passou por análise e aprovação da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP)?

SF21708:26401-67 (LexEdit)
|||||



10. Reconhecendo a importância da vigilância genômica, o Programa Genomas Brasil atuou no enfrentamento da pandemia de covid-19? Como se deu essa participação?

JUSTIFICAÇÃO

Nas últimas décadas, o grande avanço observado no desenvolvimento da pesquisa em genômica tem suscitado muitas expectativas com relação ao seu eventual impacto na assistência médica em geral e, mais especificamente, no diagnóstico e terapêutica das doenças raras. Um desses avanços é a medicina de precisão, que, com base na identificação das características genéticas do paciente, pretende direcionar o tratamento de forma personalizada, para tornar a prática médica mais eficiente e mais resolutiva.

Assim, não se pode deixar de reconhecer que a instituição do Programa Nacional de Genômica e Saúde de Precisão - Genomas Brasil pode representar uma importante iniciativa, tanto em termos do estímulo ao desenvolvimento científico e tecnológico nessa área promissora, quanto em termos assistenciais. Importante que o Sistema Único de Saúde (SUS) seja dotado de um programa avançado na área da biomedicina, para que ele acompanhe o desenvolvimento científico e tecnológico de ponta, que pode trazer enormes benefícios para a população em geral e, em particular, para os pacientes com doenças raras.

Se a iniciativa é louvável, a existência da norma em si não é garantia de que a medida será concretizada. Sabemos que as biotecnologias envolvem altos custos, tanto no tocante à pesquisa e ao desenvolvimento científico, quanto na prática assistencial. Para que tal programa seja efetivo é preciso que conte com planejamento, com previsão dos recursos financeiros e humanos indispensáveis, além de acompanhamento e monitoramento das ações. Só assim se poderá garantir que as novas biotecnologias estejam disponíveis no SUS de forma universal, isto é,

SF21708.26401-67 (LexEdit)
|||||



para todas as pessoas, e integral, conforme prescrevem a Constituição Federal e a Lei Orgânica da Saúde.

Assim, em face da relevância da iniciativa para a população em geral e para as pessoas com doenças raras, é necessário que o Senado Federal, na sua missão de fiscalizar os atos do Poder Executivo, acompanhe e fiscalize a implementação do referido Programa, em termos do seu planejamento, da definição e execução das ações prioritárias e dos recursos orçamentários disponíveis para a sua implementação.

Sala das Sessões, de .

**Senadora Mara Gabrilli
(PSDB - SP)**

SF21708:26401-67 (LexEdit)
|||||





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1525, DE 2021

Informações à Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

SF/21131_91035-20 (LexEdit)

REQUERIMENTO Nº DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre estratégias de regularização fundiária rural adotadas em território nacional recentemente.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e dos arts. 216 e 217 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (MAPA), Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre estratégias de regularização fundiária rural adotadas em território nacional recentemente.

Nesses termos, requisita-se:

- 1. Base completa e atualizada do SIGEF Titulação** - base ampliada com todas parcelas particulares e de assentamento, titulados ou não, e com e sem requerimento de regularização do Terra Legal, de outros programas do INCRA e demais órgãos fundiários com dados na base, incluindo os seguintes campos: Perímetro do imóvel (polígono em *shapefile*); Código da Parcela; Tamanho da parcela (ha); Número de Módulos Fiscais; Município da área georeferenciada; Órgão Público emissor; Natureza; Situação da área georeferenciada; Data de entrada da parcela; Data de submissão do requerimento de regularização; Vínculo jurídico da



área georeferenciada; Data de titulação da parcela. **Observação:** os dados dos imóveis rurais com informações geoespaciais devem ser disponibilizados em formato *shapefile*, e os registros sem informações geoespaciais em formato CSV ou similar (ps. Favor não utilizar formato PDF que não possibilita o manuseio para análise quantitativa).

2. **Glebas Públicas:** base completa e atualizada das glebas públicas existentes no país arrecadadas ou não, destinadas ou não, incluindo os seguintes campos: Perímetro do imóvel (polígono em *shapefile*); Código da Parcela; Tamanho da parcela (ha); Município da área georeferenciada; Órgão Público responsável; Número da gleba no Registro de Imóveis; Quais parcelas da gleba estão ocupadas e para qual destinação; Qual vínculo jurídico das parcelas ocupadas; Se a gleba já foi destinada, especificar o uso; Informar as parcelas (polígono em *shapefile*) que estão em processo de anulação pelo Conselho Nacional de Justiça. **Observação:** Destaca-se a necessidade de os dados solicitados estarem **atualizados** e serem disponibilizados acompanhados de **metadados completos** (incluindo: data de última atualização, sistema de coordenação espaciais, descrição das variáveis, unidade de medida das variáveis). Os dados dos imóveis rurais com informações geoespaciais devem ser disponibilizados em formato *shapefile*, e os registros sem informações geoespaciais em formato CSV ou similar (Obs.: Favor não utilizar formato PDF que não possibilita o manuseio para análise quantitativa). Os dados requeridos não contêm nenhum dado pessoal (ex.: nome e CPF) e serão utilizados para gerar relatórios, artigos científicos e apresentações para apoiar o processo legislativo do Congresso Nacional e pesquisas futuras sobre o tema.

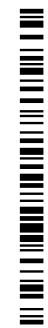

SF/21131_91035-20 (LexEdit)

3. **Assentamentos Rurais:** base completa e atualizada dos assentamentos rurais do país, incluindo as seguintes informações: Perímetro do imóvel (polígono em *shapefile*); Código do assentamento; Nome do assentamento; Tipologia do Assentamento (PA/PAAD, outro); Classe do assentamento (federal, estadual); Data de criação (dia/mês/ano); Área das glebas; Capacidade; Número de famílias; Fase de implantação; Tipo de reserva legal, se individual (por lote) ou em condomínio; Data associada a cada fase de implantação (histórico de implantação); Forma de obtenção; Data de obtenção; Vínculo jurídico (CCU, CCDRU ou título de domínio) de cada um dos lotes do assentamento; Número de lotes em situação irregular; Número de lotes com beneficiários originais. **Observação:** Destaca-se a necessidade dos dados solicitados estarem **atualizados** e serem disponibilizados acompanhados de **metadados completos** (incluindo: data de última atualização, sistema de coordenação espaciais, descrição das variáveis, unidade de medida das variáveis). Os dados dos imóveis rurais com informações geoespaciais devem ser disponibilizados em formato *shapefile*, e os registros sem informações geoespaciais em formato CSV ou similar (Obs.: Favor não utilizar formato PDF que não possibilita o manuseio para análise quantitativa). Os dados requeridos não contêm nenhum dado pessoal (ex.: nome ou CPF) e serão utilizados para gerar relatórios, artigos científicos e apresentações para apoiar o processo legislativo do Congresso Nacional e pesquisas futuras sobre o tema.
4. **Base completa e atualizada do Sistema Nacional de Cadastro Rural (SNCR), contendo:** Código do Imóvel (SCNR/INCRA); UF Sede; Município Sede; Tipo de personalidade: Pessoa física/


SF/21131_91035-20 (LexEdit)

jurídica; Tamanho do imóvel (ha); N. de módulos fiscais do imóvel; Status do imóvel (ie. cadastro valido, excluído, etc); Classe da área (i.e. propriedade, posse e propriedade, posse por simples ocupação, posse a justo título, posse simples e a justo título, situação jurídica não informada). **Observação:** Os dados requeridos não contem nenhum dado pessoal (i.e. nome/CPF) e serão utilizados para gerar relatórios, artigos científicos e apresentações para apoiar o processo legislativo do Congresso Nacional e pesquisas futuras sobre o tema.

5. **Títulos individuais emitidos em assentamentos tradicionais e ambientalmente diferenciados na Amazônia Legal, informando:** a) em qual Estado e Município que se localiza o assentamento; b) a denominação do assentamento; c) a quantidade de títulos emitidos em cada assentamento; d) o tipo do título concedido (cessão de uso, concessão direito real de uso, título definitivo); e) tamanho da área concedida (ou média) de cada título por assentamento; e f) ano da titulação.
6. **Títulos individuais emitidos fora de assentamentos, ou seja, relacionados a regularização fundiária de ocupações em glebas públicas federais na Amazônia Legal, informando:** a) qual foi o Estado e Município de localização do título concedido; b) tamanho da área regularizada; c) tipo do título concedido (cessão de uso, concessão direito Real de Uso, título definitivo); e d) ano da titulação.
7. **Quais foram as prefeituras que solicitaram parcerias (nome do município e Estado da Amazônia Legal) no Programa Titula Brasil, previstas no art. 32 da Lei 11.952/2009, e com quais até o momento já foram firmados? Existe algum regulamento que orienta a constituição das parcerias?**


SF/21131_91035-20 (LexEdit)

8. Cópia de um Contrato de Concessão de Uso (CCU) ou modelo emitido em assentamento ambientalmente diferenciado e outro de fora de assentamento.

JUSTIFICAÇÃO

Entendemos que as informações que ora se solicitam serão importantes para os parlamentares desta Casa entenderem, de forma adequada, o contexto em que se insere o Projeto de Lei (PL) 510/2021, bem como suas consequências para a regularização fundiária rural no País.

Senador Jean Paul Prates (PT - RN)





SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° 1526, DE 2021

Informações à Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

AUTORIA: Senador Jean Paul Prates (PT/RN)



[Página da matéria](#)



SENADO FEDERAL

REQUERIMENTO N° DE

Requer que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre estratégias de regularização fundiária rural adotadas em território nacional recentemente.

Senhor Presidente,

Requeiro, nos termos do art. 50, § 2º, da Constituição Federal e do art. 216 do Regimento Interno do Senado Federal, que sejam prestadas, pela Exma. Sra. Ministra de Estado da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, Tereza Cristina Corrêa da Costa Dias, informações sobre estratégias de regularização fundiária rural adotadas em território nacional recentemente.

Nesses termos, requisita-se informações sobre:

1. as ações conjuntas, se houver, entre o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e os órgãos ambientais federais;
2. a comunicação do Incra, se houver, aos órgãos competentes, quando o Instituto se depara com infrações ambientais;
3. as interações entre o Incra e os órgãos ambientais federais;
4. a formalização dessa interação. Há transparência nesse processo?
5. o possível acompanhamento dessas ações. De que forma é realizado esse acompanhamento, se houver?

SF/21664-8134-84 (LexEdit)
|||||



6. o acompanhamento por parte do Incra dessas questões até a sua resolução. De que maneira é realizado esse acompanhamento, se houver?

JUSTIFICAÇÃO

Haja vista informação dada em audiência pública por mais de um dos convidados de que o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) mantém diálogo precário com os órgãos responsáveis pela preservação do meio ambiente, entendemos que as informações que ora se solicitam serão importantes para os parlamentares desta Casa entenderem, de forma adequada, o contexto em que se insere o Projeto de Lei (PL) 510/2021, bem como suas consequências para a regularização fundiária rural no País.

Sala das Sessões, de de .

Senador Jean Paul Prates (PT - RN)



REQUERIMENTOS DE LICENÇA



Requerimentos de Licença Deferidos Pela Mesa. Total: 24

REQ nº 00092/2021	Nilda Gondim	RISF Art. 13	06/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00093/2021	Telmário Mota	RISF Art. 13	06/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00094/2021	Eduardo Braga	RISF Art. 13	06/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00095/2021	Lucas Barreto	RISF Art. 13	06/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00096/2021	Fernando Bezerra Coelho	RISF Art. 13	06/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00097/2021	Maria do Carmo Alves	RISF Art. 13	De 06/05/2021 a 13/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00098/2021	Eduardo Braga	RISF Art. 13	29/04/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00099/2021	Cid Gomes	RISF Art. 13	29/04/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00100/2021	Wellington Fagundes	RISF Art. 13	28/04/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00101/2021	Jader Barbalho	RISF Art. 13	05/05/2021	Atividade parlamentar.
	Jader Barbalho	RISF Art. 13	15/04/2021	Atividade parlamentar.
	Jader Barbalho	RISF Art. 13	27/04/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00102/2021	Elmano Férrer	RISF Art. 13	15/04/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00103/2021	Zequinha Marinho	RISF Art. 13	11/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00104/2021	Mailza Gomes	RISF Art. 13	11/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00105/2021	Rogério Carvalho	RISF Art. 13	15/04/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00106/2021	Eduardo Braga	RISF Art. 13	11/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00107/2021	Irajá	RISF Art. 13	11/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00108/2021	Lucas Barreto	RISF Art. 13	27/04/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00109/2021	Renan Calheiros	RISF Art. 13	11/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00110/2021	Telmário Mota	RISF Art. 13	12/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00111/2021	Jean Paul Prates	RISF Art. 13	11/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00112/2021	Wellington Fagundes	RISF Art. 13	12/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00113/2021	Eduardo Braga	RISF Art. 13	12/05/2021	Atividade parlamentar.
REQ nº 00114/2021	Chico Rodrigues	RISF Art. 13	12/05/2021	Atividade parlamentar.



REQ nº 00115/2021	Ciro Nogueira	RISF Art. 13	12/05/2021	Atividade parlamentar.
----------------------	---------------	-----------------	------------	------------------------



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por Unidade da Federação)

Bahia

PSD - Otto Alencar*
PSD - Angelo Coronel**
Bloco-PT - Jaques Wagner**

Rio de Janeiro

Bloco-PL - Romário*
Bloco-PL - Carlos Portinho** (S)
Bloco-REPUBLICANOS - Flávio Bolsonaro**

Maranhão

Bloco-PSDB - Roberto Rocha*
Bloco-CIDADANIA - Eliziane Gama**
Bloco-PDT - Weverton**

Pará

Bloco-PT - Paulo Rocha*
Bloco-MDB - Jader Barbalho**
Bloco-PSC - Zequinha Marinho**

Pernambuco

Bloco-MDB - Fernando Bezerra Coelho*
Bloco-PT - Humberto Costa**
Bloco-MDB - Jarbas Vasconcelos**

São Paulo

Bloco-PSDB - José Serra*
Bloco-PSL - Giordano** (S)
Bloco-PSDB - Mara Gabrilli**

Minas Gerais

PSD - Antonio Anastasia*
PSD - Carlos Viana**
Bloco-DEM - Rodrigo Pacheco**

Goiás

Bloco-MDB - Luiz do Carmo* (S)
Bloco-PODEMOS - Jorge Kajuru**
PSD - Vanderlan Cardoso**

Mato Grosso

Bloco-PL - Wellington Fagundes*
PSD - Carlos Fávaro**
Bloco-DEM - Jayme Campos**

Rio Grande do Sul

Bloco-PODEMOS - Lasier Martins*
Bloco-PP - Luis Carlos Heinze**
Bloco-PT - Paulo Paim**

Ceará

Bloco-PSDB - Tasso Jereissati*
Bloco-PDT - Cid Gomes**
Bloco-PODEMOS - Eduardo Girão**

Paraíba

Bloco-MDB - Nilda Gondim* (S)
Bloco-PP - Daniella Ribeiro**
Bloco-MDB - Veneziano Vital do Rêgo**

Espírito Santo

Bloco-MDB - Rose de Freitas*
Bloco-REDE - Fabiano Contarato**
Bloco-PODEMOS - Marcos do Val**

Piauí

Bloco-PP - Elmano Férrer*
Bloco-PP - Ciro Nogueira**
Bloco-MDB - Marcelo Castro**

Rio Grande do Norte

Bloco-PT - Jean Paul Prates* (S)
Bloco-PODEMOS - Styvenson Valentim**
Bloco-PROS - Zenaide Maia**

Santa Catarina

Bloco-MDB - Dário Berger*
Bloco-PP - Esperidião Amin**
Bloco-PL - Jorginho Mello**

Alagoas

Bloco-PROS - Fernando Collor*
Bloco-MDB - Renan Calheiros**
Bloco-PSDB - Rodrigo Cunha**

Sergipe

Bloco-DEM - Maria do Carmo Alves*
Bloco-CIDADANIA - Alessandro Vieira**
Bloco-PT - Rogério Carvalho**

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027

Amazonas

PSD - Omar Aziz*
Bloco-MDB - Eduardo Braga**
Bloco-PSDB - Plínio Valério**

Paraná

Bloco-PODEMOS - Alvaro Dias*
Bloco-PODEMOS - Flávio Arns**
Bloco-PODEMOS - Orio visto Guimarães**

Acre

Bloco-PP - Mailza Gomes* (S)
Bloco-MDB - Marcio Bittar**
PSD - Sérgio Petecão**

Mato Grosso do Sul

Bloco-MDB - Simone Tebet*
PSD - Nelson Trad**
Bloco-PSL - Soraya Thronicke**

Distrito Federal

Bloco-PODEMOS - Reguffe*
Bloco-PSDB - Izalci Lucas**
Bloco-PSB - Leila Barros**

Rondônia

Bloco-PDT - Acir Gurgacz*
Bloco-MDB - Confúcio Moura**
Bloco-DEM - Marcos Rogério**

Tocantins

Bloco-PP - Kátia Abreu*
Bloco-MDB - Eduardo Gomes**
PSD - Irajá**

Amapá

Bloco-DEM - Davi Alcolumbre*
PSD - Lucas Barreto**
Bloco-REDE - Randolfe Rodrigues**

Roraima

Bloco-PROS - Telmário Mota*
Bloco-DEM - Chico Rodrigues**
Bloco-REPUBLICANOS - Mecias de Jesus**

COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(Bancadas dos Partidos no Senado Federal)

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil - 24

MDB-15 / PP-7 / REPUBLICANOS-2

Ciro Nogueira.	PP / PI
Confúcio Moura.	MDB / RO
Daniella Ribeiro.	PP / PB
Dário Berger.	MDB / SC
Eduardo Braga.	MDB / AM
Eduardo Gomes.	MDB / TO
Elmano Férrer.	PP / PI
Esperidião Amin.	PP / SC
Fernando Bezerra Coelho.	MDB / PE
Flávio Bolsonaro.	REPUBLICANOS / RJ
Jader Barbalho.	MDB / PA
Jarbas Vasconcelos.	MDB / PE
Kátia Abreu.	PP / TO
Luis Carlos Heinze.	PP / RS
Luiz do Carmo.	MDB / GO
Mailza Gomes.	PP / AC
Marcelo Castro.	MDB / PI
Marcio Bittar.	MDB / AC
Mecias de Jesus.	REPUBLICANOS / RR
Nilda Gondim.	MDB / PB
Renan Calheiros.	MDB / AL
Rose de Freitas.	MDB / ES
Simone Tebet.	MDB / MS
Veneziano Vital do Rêgo.	MDB / PB

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL - 18

PODEMOS-9 / PSDB-7 / PSL-2

Alvaro Dias.	PODEMOS / PR
Eduardo Girão.	PODEMOS / CE
Flávio Arns.	PODEMOS / PR
Giordano.	PSL / SP
Izalci Lucas.	PSDB / DF
Jorge Kajuru.	PODEMOS / GO
José Serra.	PSDB / SP
Lasier Martins.	PODEMOS / RS
Mara Gabrilli.	PSDB / SP
Marcos do Val.	PODEMOS / ES
Oriovisto Guimarães.	PODEMOS / PR
Plínio Valério.	PSDB / AM
Reguffe.	PODEMOS / DF
Roberto Rocha.	PSDB / MA
Rodrigo Cunha.	PSDB / AL
Soraya Thronicke.	PSL / MS
Styvenson Valentim.	PODEMOS / RN
Tasso Jereissati.	PSDB / CE

PSD - 11

Angelo Coronel.	BA
Antonio Anastasia.	MG
Carlos Fávaro.	MT
Carlos Viana.	MG
Irajá.	TO
Lucas Barreto.	AP
Nelsinho Trad.	MS
Omar Aziz.	AM
Otto Alencar.	BA
Sérgio Petecão.	AC
Vanderlan Cardoso.	GO

Bloco Parlamentar Vanguarda - 11

DEM-6 / PL-4 / PSC-1

Carlos Portinho.	PL / RJ
Chico Rodrigues.	DEM / RR
Davi Alcolumbre.	DEM / AP
Jayme Campos.	DEM / MT
Jorginho Mello.	PL / SC
Marcos Rogério.	DEM / RO
Maria do Carmo Alves.	DEM / SE
Rodrigo Pacheco.	DEM / MG
Romário.	PL / RJ
Wellington Fagundes.	PL / MT
Zequinha Marinho.	PSC / PA

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática - 9

PT-6 / PROS-3

Fernando Collor.	PROS / AL
Humberto Costa.	PT / PE
Jaques Wagner.	PT / BA
Jean Paul Prates.	PT / RN
Paulo Paim.	PT / RS
Paulo Rocha.	PT / PA
Rogério Carvalho.	PT / SE
Telmário Mota.	PROS / RR
Zenaide Maia.	PROS / RN

Bloco Parlamentar Senado Independente - 8

PDT-3 / CIDADANIA-2 / REDE-2 / PSB-1

Acir Gurgacz.	PDT / RO
Alessandro Vieira.	CIDADANIA / SE
Cid Gomes.	PDT / CE
Eliziane Gama.	CIDADANIA / MA
Fabiano Contarato.	REDE / ES
Leila Barros.	PSB / DF
Randolfe Rodrigues.	REDE / AP
Weverton.	PDT / MA

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil.	24
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL.	18
Bloco Parlamentar Vanguarda.	11
PSD.	11
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática.	9
Bloco Parlamentar Senado Independente.	8
TOTAL	81



COMPOSIÇÃO DO SENADO FEDERAL NA 56^a LEGISLATURA

(por ordem alfabética)

Acir Gurgacz* (PDT-RO)
 Alessandro Vieira** (CIDADANIA-SE)
 Alvaro Dias* (PODEMOS-PR)
 Angelo Coronel** (PSD-BA)
 Antonio Anastasia* (PSD-MG)
 Carlos Fávaro** (PSD-MT)
 Carlos Portinho** (PL-RJ)
 Carlos Viana** (PSD-MG)
 Chico Rodrigues** (DEM-RR)
 Cid Gomes** (PDT-CE)
 Ciro Nogueira** (PP-PI)
 Confúcio Moura** (MDB-RO)
 Daniella Ribeiro** (PP-PB)
 Dário Berger* (MDB-SC)
 Davi Alcolumbre* (DEM-AP)
 Eduardo Braga** (MDB-AM)
 Eduardo Girão** (PODEMOS-CE)
 Eduardo Gomes** (MDB-TO)
 Eliziane Gama** (CIDADANIA-MA)
 Elmano Férrer* (PP-PI)
 Esperidião Amin** (PP-SC)
 Fabiano Contarato** (REDE-ES)
 Fernando Bezerra Coelho* (MDB-PE)
 Fernando Collor* (PROS-AL)
 Flávio Arns** (PODEMOS-PR)
 Flávio Bolsonaro** (REPUBLICANOS-RJ)
 Giordano** (PSL-SP)

Humberto Costa** (PT-PE)
 Irajá** (PSD-TO)
 Izalci Lucas** (PSDB-DF)
 Jader Barbalho** (MDB-PA)
 Jaques Wagner** (PT-BA)
 Jarbas Vasconcelos** (MDB-SC)
 Jayme Campos** (DEM-MT)
 Jean Paul Prates* (PT-RN)
 Jorge Kajuru** (PODEMOS-GO)
 Jorginho Mello** (PL-SC)
 José Serra* (PSDB-SP)
 Kátia Abreu* (PP-TO)
 Lasier Martins* (PODEMOS-RS)
 Leila Barros** (PSB-DF)
 Lucas Barreto** (PSD-AP)
 Luis Carlos Heinze** (PP-RS)
 Luiz do Carmo* (MDB-GO)
 Mailza Gomes* (PP-AC)
 Mara Gabrilli** (PSDB-SP)
 Marcelo Castro** (MDB-PI)
 Marcio Bittar** (MDB-AC)
 Marcos Rogério** (DEM-RO)
 Marcos do Val** (PODEMOS-ES)
 Maria do Carmo Alves* (DEM-SE)
 Mecias de Jesus** (REPUBLICANOS-RR)
 Nelsinho Trad** (PSD-MS)
 Nilda Gondim* (MDB-PB)

Omar Aziz* (PSD-AM)
 Oriovisto Guimarães** (PODEMOS-PR)
 Otto Alencar* (PSD-BA)
 Paulo Paim** (PT-RS)
 Paulo Rocha* (PT-PA)
 Plínio Valério** (PSDB-AM)
 Randolfe Rodrigues** (REDE-AP)
 Reguffe* (PODEMOS-DF)
 Renan Calheiros** (MDB-AL)
 Roberto Rocha* (PSDB-MA)
 Rodrigo Cunha** (PSDB-AL)
 Rodrigo Pacheco** (DEM-MG)
 Rogério Carvalho** (PT-SE)
 Romário* (PL-RJ)
 Rose de Freitas* (MDB-ES)
 Sérgio Petecão** (PSD-AC)
 Simone Tebet* (MDB-MS)
 Soraya Thronicke** (PSL-MS)
 Styvenson Valentim** (PODEMOS-RN)
 Tasso Jereissati* (PSDB-CE)
 Telmário Mota* (PROS-RR)
 Vanderlan Cardoso** (PSD-GO)
 Veneziano Vital do Rêgo** (MDB-PB)
 Wellington Fagundes* (PL-MT)
 Weverton** (PDT-MA)
 Zenaide Maia** (PROS-RN)
 Zequinha Marinho** (PSC-PA)

Mandatos

*: Período 2015/2023 **: Período 2019/2027



COMPOSIÇÃO COMISSÃO DIRETORA

PRESIDENTE

Rodrigo Pacheco - (DEM-MG)

1º VICE-PRESIDENTE

Veneziano Vital do Rêgo - (MDB-PB)

2º VICE-PRESIDENTE

Romário - (PL-RJ)

1º SECRETÁRIO

Irajá - (PSD-TO)

2º SECRETÁRIO

Elmano Férrer - (PP-PI)

3º SECRETÁRIO

Rogério Carvalho - (PT-SE)

4º SECRETÁRIO

Weverton - (PDT-MA)

SUPLENTES DE SECRETÁRIO

1º Jorginho Mello - (PL-SC)

2º Luiz do Carmo - (MDB-GO)

3º Eliziane Gama - (CIDADANIA-MA)

4º Zequinha Marinho - (PSC-PA)



COMPOSIÇÃO LIDERANÇAS

Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB/PP/REPUBLICANOS) - 24 Líder Mailza Gomes - PP (55) Vice-Líder Ciro Nogueira (45,61) Líder do MDB - 15 Eduardo Braga (20,43) Vice-Líder do MDB Marcelo Castro (65) Líder do PP - 7 Daniella Ribeiro (44) Vice-Líderes do PP Ciro Nogueira (45,61) Luis Carlos Heinze (46) Líder do REPUBLICANOS - 2 Mecias de Jesus (5)	Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS/PSDB/PSL) - 18 Líder Lasier Martins - PODEMOS (17,62) Vice-Líderes Rodrigo Cunha (22,27,32,69) Soraya Thronicke (31,70) Flávio Arns (71) Líder do PODEMOS - 9 Alvaro Dias (3,58) Vice-Líderes do PODEMOS Oriovisto Guimarães (66) Eduardo Girão (14,68) Styvenson Valentim (67) Líder do PSDB - 7 Izalci Lucas (21,25,37,56) Vice-Líderes do PSDB Mara Gabrilli (57) Rodrigo Cunha (22,27,32,69) Líder do PSL - 2 Vice-Líder do PSL Soraya Thronicke (31,70)	PSD - 11 Líder Nelsinho Trad - PSD (51) Vice-Líderes Omar Aziz (53) Carlos Fávaro (52)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM/PL/PSC) - 11 Líder Wellington Fagundes - PL (7) Vice-Líderes Jorginho Mello (1,9,40) Zequinha Marinho (10,18) Líder do DEM - 6 Marcos Rogério (41) Líder do PL - 4 Carlos Portinho (39) Vice-Líder do PL Jorginho Mello (1,9,40) Líder do PSC - 1 Zequinha Marinho (10,18)	Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT/PROS) - 9 Líder Zenaide Maia - PROS (50) Líder do PT - 6 Paulo Rocha (23,48) Líder do PROS - 3 Telmário Mota (8) Vice-Líder do PROS Zenaide Maia (50)	Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT/CIDADANIA/REDE/PSB) - 8 Líder Eliziane Gama - CIDADANIA (49) Líder do PDT - 3 Cid Gomes (60) Líder do CIDADANIA - 2 Alessandro Vieira (42) Líder do REDE - 2 Randolfe Rodrigues (63,64) Líder do PSB - 1 Leila Barros (29,36,59)
Maioria Líder Renan Calheiros - MDB (54) Vice-Líder Kátia Abreu (73)	Minoria Líder Jean Paul Prates - PT (47)	Governo Líder Fernando Bezerra Coelho - MDB (19) Vice-Líderes Eduardo Gomes (26,30) Elmano Férrer (24) Carlos Viana (38)
Oposição Líder Randolfe Rodrigues - REDE (63,64)	Bancada Feminina Líder Simone Tebet - MDB (72)	

Notas:

1. Em 02.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado líder do Partido da República (Of. 030/2019).
2. Em 02.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado líder do Partido Social Liberal (Of. 001/2019-GLIDPSL).
3. Em 02.02.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado líder do Partido Podemos (Of. 001/2019-GLPODE).
4. Em 02.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado líder do Partido Social Democrático (Of. 001/2019-GLPSD).

Secretaria Legislativa do Senado Federal (55 61 3303-4554 / 3303-2059)
<http://www.senado.leg.br/ordiasf>



5. Em 05.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado líder do Partido Republicano Brasileiro (Of. 004/2019-GSMJESUS).
6. Em 05.02.2019, o Senador Humberto Costa foi designado Líder do Partido dos Trabalhadores (Of. 001/2019-GLDPT)
7. Em 06.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
8. Em 06.02.2019, o Senador Telmário Mota foi designado Líder do Partido Republicano da Ordem Social (Of. 25/2019-GSTMOTA)
9. Em 06.02.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
10. Em 06.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Vanguarda (Ofício 001/2019).
11. Em 06.02.2019, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/n).
12. Em 06.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. s/n-GLPSDB).
13. Em 06.02.2019, o Senador Humberto Costa é designado Líder do Bloco Resistência Democrática, conforme Of. 02/2019-BLPRD, lido na sessão de 06 de fevereiro de 2019.
14. Em 12.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado líder do Bloco PSDB/PODE/PSL (Of. s/n).
15. Em 13.02.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado o 2º vice-líder do PARTIDO SOCIAL DEMOCRÁTICO (Of. s/nº/2019-GLPSD).
16. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 19/2019-GLMDB).
17. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado 1º vice-líder do PODE (Of. s/n-GLPODE).
18. Em 18.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado líder do Partido Social Cristão (Ofício 0012/2019-GSZMARIN).
19. Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado líder do Governo no Senado Federal (Mensagem 54)
20. Em 19.02.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado Líder da Maioria (Of. 20/2019-GLMDB).
21. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas é designado 1º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
22. Em 19.02.2019, o Senador Rodrigo Cunha é designado 2º vice-líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. 35/2019-GLPSDB).
23. Em 20.02.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa (Of. 19/2019-BLPRD)
24. Em 15.03.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado 2º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
25. Em 15.03.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado 3º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
26. Em 15.03.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado 1º vice-líder do Governo (Mensagem nº 82, de 2019)
27. Em 09.07.2019, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. s/n).
28. Em 09.08.2019, o Senador Jorge Kajuru filiou-se ao Patriota, passando a atuar como seu líder (Of. 041/2019-GSJKAJUR).
29. Em 27.08.2019, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Partido Socialista Brasileiro (Memo. 35/2019-GLDPSB).
30. Em 11.09.2019, o Senador Eduardo Gomes retornou à função de 1º vice-líder do Governo (Of. nº 48, de 2019)
31. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada vice-líder do Partido Social Liberal - PSL (Of. 96-GLDPSL).
32. Em 01.04.2020, o Senador Rodrigo Cunha foi designado líder do Bloco PSDB/PSL (Of. 28/2020-GLPSDB).
33. Em 24.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. nº 092/2020-GSLB).
34. Em 08.05.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada 3ª vice-líder do PODEMOS (Of. 036/2020-GLPODE)
35. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado 1º vice-líder do Partido Progressista (Of. 43/2020-GLDPP).
36. Em 24.09.2020, a Senadora Leila Barros foi designada líder do Bloco Senado Independente até 21/01/2021, término da licença do Senador Veneziano Vital do Rego.
37. Em 07.10.2020, o Senador Izalci Lucas deixou a vice-liderança do Governo (Of. nº 007/2020-GLDGOV e Of. nº 141/2020-GSIZALCI).
38. Em 27.11.2020, o Senador Carlos Viana foi designado 3º vice-líder do Governo (Of. nº 135/2020/GSFERCOE).
39. Em 18.01.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado líder do Partido Liberal (Of. s/n)
40. Em 18.01.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado Vice-Líder do Partido Liberal (Of. s/n)
41. Em 01.02.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado Líder do Democratas (Of. 001/2021-GLDEM).
42. Em 01.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado Líder do CIDADANIA (Ofício nº 4/2021-GSEGAMA)
43. Em 02.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi reconduzido como Líder do Movimento Democrático Brasileiro (Of. 004/2021-GLMDB).
44. Em 02.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
45. Em 02.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
46. Em 02.02.2021, o Senador Luís Carlos Heinze foi designado 2º vice-líder do Partido Progressista (Of. 002/2021-GLDPP).
47. Em 02.02.2021, o Senador Jean Paul Prates foi designado Líder da Minoria (Of. 01/2021-GLDMIN)
48. Em 02.02.2021, o Senador Paulo Rocha foi designado Líder do PT (Of. 02/2021-GLDPT)
49. Em 02.02.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada Líder do Bloco Senado Independente (Of. s/nº/2021).
50. Em 02.02.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada Líder do Bloco Resistência Democrática (Of. 01/2021-BLPRD).
51. Em 02.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado Líder do PSD (Of. 1/2021-GLPSD).
52. Em 03.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado 2º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
53. Em 03.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado 1º Vice-Líder do PSD (Of. 2/2021-GLPSD).
54. Em 03.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado líder da Maioria (Of. 5/2021-GLMDB)
55. Em 04.02.2021, a Senadora Mailza Gomes foi designada Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 006/2021-GLMDB).
56. Em 08.02.2021, o Senador Izalci Lucas é designado Líder do Partido da Social Democracia Brasileira-PSDB (Of. sn/2021-GLPSDB).
57. Em 09.02.2021, a Senadora Mara Gabrilli foi designada 1ª Vice-Líder do Partido da Social Democracia Brasileira (Of. 7/2021-GLPSDB)
58. Em 09.02.2021, o Senador Álvaro Dias foi reconduzido como Líder do Podemos (Of. 004/2021-GLPODEMOS).
59. Em 09.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada Líder do Partido Socialista Brasileiro (Of. 9/2021-GSLB)
60. Em 10.02.2021, o Senador Cid Gomes foi designado Líder do Partido Democrático Trabalhista (Of. 3/2021-GLDPDT).
61. Em 10.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado 1º Vice-Líder do Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. 001/2021-BLUNIDB).
62. Em 10.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado Líder do Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
63. Em 11.02.2021, o Senador Randolph Rodrigues foi reconduzido ao cargo de Líder da REDE (Of. 68/2021-GSRROD).
64. Em 12.02.2021, o Senador Randolph Rodrigues foi designado Líder da Oposição ao Governo (Of. 6/2021).
65. Em 23.02.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado 1º Vice-Líder do MDB (Of. 8/2021-GLMDB)
66. Em 24.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado 1º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
67. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentin foi designado 3º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
68. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado 2º Vice-Líder do PODEMOS (Of. 22-GLPODEMOS).
69. Em 11.03.2021, o Senador Rodrigo Cunha é designado 1º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
70. Em 11.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke é designada 2º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
71. Em 11.03.2021, o Senador Flávio Arns é designado 3º vice-líder do Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL (Of. 15/2021-BLPPP).
72. Em 16.03.2021, a Senadora Simone Tebet foi designada Líder da Bancada Feminina no Senado Federal (Of. nº 12/2021)
73. Em 15.04.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada 1ª Vice-Líder da Maioria (Of. nº 01/2021-GLDMAI)



COMISSÕES TEMPORÁRIAS

1) COMISSÃO TEMPORÁRIA COVID-19

Finalidade: Acompanhar as questões de saúde pública relacionadas ao coronavírus.

RQS 105, 2021

Número de membros: 12 titulares e 12 suplentes

PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽⁶⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽⁶⁾

RELATOR: Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Instalação: 03/03/2021

Prazo final: 30/06/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (1,19)	1. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (4,19)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (2,19)	2. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (2,19)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,16,19)	3. (11)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (11,18)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11,18)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7)	1. VAGO (9)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (11,13)	2. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (11,13)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (11,15)	3. (11)
PSD	
Senador Otto Alencar (3) (11)	1. Senador Nelsinho Trad (3) 2. (11)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (5)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (10)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (8)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (17)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (11,14)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (11,12)

Notas:

- Em 25.02.2021, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLMDB).
- Em 25.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, e a Senadora Daniella Ribeiro membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPP).
- Em 25.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, e o Senador Nelsinho Trad membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 37/2021-GLPSD).
- Em 02.03.2021, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 47/2021-GLMDB).
- Em 02.03.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 22/2021-BLVANG).
- Em 03.03.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Confúcio Moura, Presidente, e o Senador Styvenson Valentim, Vice-Presidente, deste colegiado (Of. 1/2021-CTCOVID19).
- Em 03.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 24/2021-GLPODEMOS).
- Em 03.03.2021, a Senadora Zenaide Maia foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLPRD).
- Em 03.03.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLPSDB).
- Em 04.03.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 24/2021-BLVANG).



11. Em 30.03.2021, foram criadas novas 6 vagas de titulares, e igual número de suplentes, em função da aprovação do Requerimento nº 974, de 2021.
12. Em 03.03.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 33/2021-BLSENIND).
13. Em 31.03.2021, os Senadores Marcos Do Val e Oriovisto Guimarães foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 34/2021-GLPODEMOS).
14. Em 05.04.2021, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 16/2021-GSEGAMA).
15. Em 06.04.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 43/2021-GLPSDB).
16. Em 06.04.2021, o Senador Marcelo Castro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 53/2021-GLMDB).
17. Em 12.04.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 20/2021-BLPRD).
18. Em 14.04.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira; e o Senador Esperidião Amin, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLDPP).
19. Em 14.04.2021, os Senadores Confúcio Moura, Marcelo Castro e Rose de Freitas foram designados membros titulares; e os Senadores Luis Carlos Heinze e Kátia Abreu, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2021-GLMDB).

Secretário(a): Leandro Augusto Bueno

Telefone(s): (61) 3303-4854



2) COMISSÃO TEMPORÁRIA PARA REFORMA DO CÓDIGO COMERCIAL (ART. 374-RISF) - 2019

Finalidade: Examinar o Projeto de Lei do Senado nº 487, de 2013, que reforma o Código Comercial.
Prazo de funcionamento suspenso desde 20 de março de 2020, conforme resposta a questão de ordem proferida na sessão de 22 de abril de 2020.

Ato do Presidente nº 21, de 2019

Número de membros: 9

PRESIDENTE: Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

RELATORA: Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Relatórios Parciais - prazo final: 06/11/2019

Instalação: 25/09/2019

Apresentação de Emendas - prazo final: 23/10/2019

Apresentação de Emendas - prazo final duplicado: 26/11/2019

Relatórios Parciais - prazo final duplicado: 10/12/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final: 13/11/2019

Relatório do Relator-Geral - prazo final duplicado: 17/12/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final: 21/11/2019

Parecer Final da Comissão - prazo final duplicado: 21/12/2019

MEMBROS

Senador Angelo Coronel (PSD-BA)

Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS)

Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)

Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

Senador Acir Gurgacz (PDT-RO)

Senador Telmário Mota (PROS-RR)

Senador Wellington Fagundes (PL-MT)

Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR)

Secretário(a): Donaldo Portela

Telefone(s): 3303-3511



**3) COMISSÃO TEMPORÁRIA EXTERNA PARA ACOMPANHAR OS
MEMBROS DA IGREJA UNIVERSAL DO REINO DE DEUS EM ANGOLA**

Finalidade: Constituir, no prazo de 30 (trinta) dias, uma comissão de parlamentares para verificar perseguição religiosa sofrida por pastores e bispos da Igreja Universal do Reino de Deus, em Angola.

RQS 1381, de 2020

Número de membros: 4 titulares e 4 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
-----------	-----------



**4) COMISSÃO TEMPORÁRIA INTERNA SOBRE A
IMPLANTAÇÃO DA TECNOLOGIA 5G NO BRASIL.**

Finalidade: Realizar, no prazo de 365 (trezentos e sessenta e cinco) dias, estudo sobre as melhores práticas para implantação da tecnologia 5G no Brasil.

RQS n. 2.883, de 2020

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (2)	1. 2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (2)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
VAGO (5,6)	1.
PSD	
Senador Vanderlan Cardoso (3)	1. Senador Irajá (3)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS) (1)	
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB) (1)	
	1.

Notas:

1. Vaga compartilhada.
2. Em 18.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro e o Senador Luis Carlos Heinze foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLDPP).
3. Em 19.02.2021, os Senadores Vanderlan Cardoso e Irajá foram designados membros titular e suplente, respectivamente, pelo PSD, para compor a Comissão (Of. 31/2021-GLPSD).
4. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a Comissão (Of. 08/2021-BLVANG).
5. Em 01.03.2021, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 05/2021).
6. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.



COMISSÕES PARLAMENTARES DE INQUÉRITO

1) CPI SOBRE A SITUAÇÃO DAS VÍTIMAS E FAMILIARES DO ACIDENTE DA CHAPECOENSE
Finalidade: Apurar, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, a situação dos familiares das vítimas da queda do avião que transportava os jogadores, comissão técnica e diretoria da Associação Chapecoense de Futebol assim como os familiares dos jornalistas e convidados que perderam suas vidas e, também, investigar e identificar o motivo pelos quais os familiares ainda não terem recebido suas devidas indenizações.

Requerimento nº 994, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

VICE-PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ⁽⁸⁾

RELATOR: Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽⁸⁾

Leitura: 05/11/2019

Instalação: 11/12/2019

Prazo final: 03/08/2020

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Dário Berger (MDB-SC) (2)	1. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)	
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5)	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4) (7,10)	1. 2. (7,10)
PSD	
Senador Sérgio Petecão (AC) (1,9)	1. Senador Nelsinho Trad (MS) (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,11)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (11)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (6)	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (6)	

Notas:

- *. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.
- 1. Em 09.12.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor comissão (Of. nº 169/2019-GLPSD).
- 2. Em 09.12.2019, os Senadores Dário Berger e Mecias de Jesus foram designados membros titulares e o Senador Marcio Bittar, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 239/2019-GLMDB).
- 3. Em 09.12.2019, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-BLVANG).
- 4. Em 09.12.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPSDB).
- 5. Em 10.12.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 85/2019-GLDPP).
- 6. Em 10.12.2019, os Senadores Leila Barros e Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 149/2019-GLBSI).
- 7. Em 10.12.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 132/2019-GLPODEMOS).



8. Em 11.12.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Jorginho Mello, Dário Berger e Izalci Lucas, o Presidente, o Vice-Presidente e o Relator, respectivamente, deste colegiado (Memo. 001/2019-CPICHAPE).

9. Em 27.04.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, pelo PSD, em substituição ao Senador Otto Alencar, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLPSD).

10. Em 27.04.2021, o Senador Eduardo Girão, membro titular, e o Senador Marcos do Val, membro suplente, deixaram de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. 037/2021-GLPODEMOS).

11. Em 29.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro suplente, deixando de atuar como titular pelo Bloco Parlamentar Vanguarda e também como Presidente da comissão (Of. nº 30/2021-BLVANG).

Secretário(a): Leandro Bueno

Telefone(s): 3303-4854



2) CPI DAS QUEIMADAS E DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Apurar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas da ampliação dos índices de desmatamento e de queimadas na Amazônia Legal, entre outros.

Requerimento nº 1.006, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 06/11/2019

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

*. De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



3) CPI DO DESMATAMENTO NA AMAZÔNIA LEGAL

Finalidade: Investigar, no prazo de 120 (cento e vinte) dias, as causas de ampliação dos índices do desmatamento na Amazônia Legal no período entre 1º de janeiro de 2018 e 27 de agosto de 2019, assim como o aumento dos índices de queimadas na Amazônia Legal.

Requerimento nº 993, de 2019.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

Leitura: 05/11/2019

TITULARES	SUPLENTE
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	1.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	1.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	1.
PODEMOS	1.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	1.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	1.
PSD	1.

Notas:

* De acordo com o cálculo de proporcionalidade, há 1 vaga de titular neste colegiado a ser compartilhada pelo Bloco PSDB/PSL e o PODEMOS.



4) CPI DA PANDEMIA

Finalidade: Apurar, no prazo de 90 dias, as ações e omissões do Governo Federal no enfrentamento da Pandemia da Covid-19 no Brasil e, em especial, no agravamento da crise sanitária no Amazonas com a ausência de oxigênio para os pacientes internados; e as possíveis irregularidades em contratos, fraudes em licitações, superfaturamentos, desvio de recursos públicos, assinatura de contratos com empresas de fachada para prestação de serviços genéricos ou fictícios, entre outros ilícitos, se valendo para isso de recursos originados da União Federal, bem como outras ações ou omissões cometidas por administradores públicos federais, estaduais e municipais, no trato com a coisa pública, durante a vigência da calamidade originada pela Pandemia do Coronavírus "SARS-CoV-2", limitado apenas quanto à fiscalização dos recursos da União repassados aos demais entes federados para as ações de prevenção e combate à Pandemia da Covid-19, e excluindo as matérias de competência constitucional atribuídas aos Estados, Distrito Federal e Municípios.

Requerimentos nºs 1.371 e 1.372, de 2021.

Número de membros: 11 titulares e 7 suplentes

PRESIDENTE: Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹¹⁾

RELATOR: Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹¹⁾

Leitura: 13/04/2021

Instalação: 27/04/2021

Prazo final: 09/08/2021

TITULARES	SUPLENTES
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽¹⁾	1. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) ⁽¹⁾
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽¹⁾	2. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) ⁽²⁾
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) ⁽²⁾	
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽³⁾	1. Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽³⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽⁴⁾	
PSD	
Senador Omar Aziz (AM) ⁽⁵⁾	1. Senador Angelo Coronel (BA) ⁽⁵⁾
Senador Otto Alencar (BA) ⁽⁵⁾	
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁶⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ^(7,12)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) ⁽⁸⁾	
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁹⁾	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁹⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) ⁽¹⁰⁾	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽¹⁰⁾

Notas:

1. Em 15.04.2021, os Senadores Eduardo Braga e Renan Calheiros foram designados membros titulares; e o Senador Jader Barbalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 54/2021-GLMDB).
2. Em 15.04.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e o Senador Luis Carlos Heinze, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLDPP).
3. Em 15.04.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular; e o Senador Marcos do Val, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPODEMOS).
4. Em 15.04.2021, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 45/2021 -GLPSDB).
5. Em 15.04.2021, os Senadores Omar Aziz e Otto Alencar foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 49/2021-GLPSD).



6. Em 15.04.2021, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 04/2021-BLVANG).
7. Em 15.04.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 198/2021-GSZMARIN).
8. Em 15.04.2021, o Senador Jorginho Mello foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLPL).
9. Em 15.04.2021, o Senador Humberto Costa foi designado membro titulae; e o Senador Rogério Carvalho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLPRD).
10. Em 15.04.2021, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. 18/2021-GSEGAMA).
11. Em 27.04.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Randolfe Rodrigues Presidente e Vice-Presidente, e designou o Senador Renan Calheiros Relator (Of. nº 001/2021-CPIPANDEMIA).
12. Em 05.05.2021, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Zequinha Marinho, em vaga cedida ao MDB, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 09/2021-GLDEM).

Secretário(a): Leandro Augusto Bueno

Telefone(s): 3303-3490



COMISSÕES PERMANENTES E SUAS SUBCOMISSÕES

1) COMISSÃO DE ASSUNTOS ECONÔMICOS - CAE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Otto Alencar (PSD-BA) ^(1,55)

VICE-PRESIDENTE: Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) ^(1,55)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,54,57)	1. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,18,54,57)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,54,57)	2. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,18,54,57)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,54,57)	3. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,42,44,54,65)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (8,54,57)	4. VAGO (8)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,54,57)	5. VAGO (9,41,45)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (4,57,59)	6. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (11,17,59)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (5,38,39,46,48)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (10,59)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador José Serra (PSDB-SP) (12,51)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,31,36,51)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (12,51,53)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,40)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (12,51)	3. VAGO (7,50,53)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,30)	4. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13,34)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,26,29,50)	5. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (16,51)
Senador Giordano (PSL-SP) (14,32,34,63,64)	6. VAGO (16)
PSD	
Senador Otto Alencar (2,49)	1. Senador Angelo Coronel (2,24,49)
Senador Omar Aziz (2,23,49)	2. Senador Antonio Anastasia (2,33,35,49)
Senador Vanderlan Cardoso (2,49)	3. Senador Carlos Viana (2,25,49)
Senador Irajá (61)	4. Senador Nelsinho Trad (61)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (3,47)	1. VAGO (15,43,60)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3,27,28)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,52)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (6,52)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,20,22,52)	2. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,52)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (6,52)	3. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,52)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (56)	1. VAGO (56,62)
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (37,56)	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (56,58)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (56,58)	3. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (19,21,56)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Omar Aziz e o Senador Plínio Valério a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 2/2019-CAE).

2. Em 13.02.2019, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Lucas Barreto e Arolde Oliveira, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSD).



3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Jorginho Mello, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2019-BLPRD).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Rose de Freitas e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e os Senadores Lasier Martins, Elmano Ferrer e Oriovisto Guimarães, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Mécias de Jesus, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Jader Barbalho, Simone Tebet, Dário Berger e Marcelo Castro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 06-A/2019-GLMDB).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, os Senadores José Serra, Plínio Valério e Tasso Jereissati foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLPSDB).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 19.02.2019, os Senadores Roberto Rocha e Izalci Lucas foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2019-GLPSDB).
17. Em 21.02.2019, o Senador Esperidião Amin Luis foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Luis Carlos Heinze, para compor a comissão (Of. nº 03/2019-BPUB).
18. Em 26.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Jader Barbalho foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição à indicação anteriormente encaminhada, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLMDB).
19. Em 02.04.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 68/2019-GLBSI).
20. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
21. Em 27.05.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 85/2019-GLBSI).
22. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 67/2019-BLPRD).
23. Em 21.08.2019, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 127/2019-GLPSD).
24. Em 21.08.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro suplente em substituição ao Senador Ângelo Coronel, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPSD).
25. Em 03.09.2019, o Senador Ângelo Coronel foi designado membro suplente em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 131/2019-GLPSD).
26. Em 03.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, pelo PODEMOS, na comissão, em substituição ao Senador Styvenson Valentim (Of. 99/2019-GLPODE).
27. Em 03.09.2019, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcos Rogério, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 61/2019-BLVANG).
28. Em 09.09.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jayme Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 62/2019-BLVANG).
29. Em 01.10.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 111/2019-GLPODE).
30. Em 25.11.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 120/2019-GLPODE).
31. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 121/2019-GLPODEMOS).
32. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 110/2019-GLIDPSL).
33. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
34. Em 06.02.2020, o Senador Major Olímpio deixa de atuar como suplente e passa a membro titular, e o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, em vaga cedida pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Memo nº 6/2020-GLIDPSL).
35. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 051/2020-GLPSD).
36. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
37. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
38. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
39. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro titular em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).



40. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
41. Em 14.10.2020, o Senador José Maranhão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcio Bittar, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 29/2020-GLMDB).
42. Em 16.10.2020, o Senador Ney Suassuna foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, no Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão em vaga cedida pelo MDB (Of. nº 32/2020-GLMDB).
43. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
44. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Ney Suassuna, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLMDB).
45. Em 22.10.2020, o Senador Marcio Bittar foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2020-GLMDB).
46. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
47. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1º, do RISF.
48. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
49. Em 11.02.2021, os Senadores Otto Alencar, Omar Aziz e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Antônio Anastasia e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSD).
50. Em 18.02.2021, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Reguffe, que passa a ser o suplente, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
51. Em 19.02.2021, os Senadores José Serra e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLPSDB).
52. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates, Fernando Collor e Rogério Carvalho foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Paulo Paim, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-BLPRD).
53. Em 19.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 8/2021-GLPODEMOS).
54. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Confúcio Moura e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Luiz do Carmo e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 20/2021-GLMDB).
55. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Otto Alencar e Vanderlan Cardoso a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
56. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Leila Barros e Acir Gurgacz, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-BLSENIND).
57. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Fernando Bezerra, Confúcio Moura, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Luiz do Carmo e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 26/2021-GLMDB).
58. Em 23.02.2021, a Senadora Leila Barros foi designada membro titular, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 23/2021-BLSENIND).
59. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLMDB).
60. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
61. Em 26.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 38/2021-GLPSD).
62. Em 15.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 37/2021-BLSENIND).
63. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
64. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPI).
65. Em 06.05.2021, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 59/2021-GLMDB).

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



1.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA PARA ANÁLISE DA LEGISLAÇÃO SOBRE A GESTÃO DAS CADEIAS PRODUTIVAS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 20/2019, do Senador Rogério Carvalho, no prazo de cento e vinte dias, com o objetivo de aprimorar a legislação sobre a gestão das cadeias produtivas como alternativa e instrumento do desenvolvimento econômico local e regional no ambiente e na estrutura federal do Brasil, bem como analisar e refletir sobre os impactos socioeconômicos da política de renúncias fiscais e desonerações.

(Requerimento 20, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽²⁾

Instalação: 23/04/2019

Prazo final: 08/08/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽¹⁾	1. Senador Angelo Coronel (PSD-BA) ⁽¹⁾
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ⁽¹⁾	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽¹⁾
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽¹⁾	3. Senador Cid Gomes (PDT-CE) ⁽¹⁾
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) ⁽¹⁾	4. Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾
Senador Esperidião Amin (PP-SC) ⁽¹⁾	5. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) ^(1,3)

Notas:

1. Em 09.04.2019, os Senadores Rogério Carvalho, Kátia Abreu, Tasso Jereissati, Rose de Freitas e Esperidião Amin foram designados membros titulares; e os Senadores Angelo Coronel, Jean Paul Prates, Cid Gomes, Telmário Mota e Veneziano Vital do Rêgo, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 15/2019-CAE)
2. Em 23.04.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rogério Carvalho a Presidente deste colegiado (Of. 18/2019-CAE).
3. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.

Secretário(a): João Pedro de Souza Lobo Caetano

Reuniões: Terças-Feiras 10 horas - Ala Alexandre Costa Sala 13

Telefone(s): 6133034344

E-mail: cae@senado.leg.br



2) COMISSÃO DE ASSUNTOS SOCIAIS - CAS**Número de membros:** 21 titulares e 21 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Sérgio Petecão (PSD-AC) ^(13,42)**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(13,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,41)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,41,45,47)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (8,41)	2. Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,41)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,41)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,17,20,25,30,31,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (8,41)	4. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (9,41)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (11)	5. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,33)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,39)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,18,23,39)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (5,36)	2. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (5,37)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (5,35)	3. VAGO (5,28,38,48)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (14,18,32,39)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (19,39)
Senador Giordano (PSL-SP) (49)	5.
PSD	
Senador Sérgio Petecão (1,34)	1. Senador Nelsinho Trad (1,34)
Senador Lucas Barreto (1,34)	2. Senador Irajá (1,12,22,24,34)
Senador Angelo Coronel (12,34)	3. Senador Otto Alencar (16,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (2)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (2)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (2)	2. Senador Romário (PL-RJ) (15,29,46,50)
	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (3,40)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,40)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (3,40)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,40)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (43)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (43,44)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (43)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (21,26,27,43)

Notas:

1. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2019-GLPSD).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Maria do Carmo Alves foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Paim e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLPSDB).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styverson e Romário foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 05/2019-GABLID).
6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho e Confúcio Moura foram designados membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09-A/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



11. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 13.02.2019, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular; e o Senador Lucas Barreto, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº33/2019-GLPSD).
13. Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Romário e Styvenson Valentim o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CAS).
14. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
15. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
16. Em 27.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 37/2019-GLPSD).
17. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura deixa de compor a Comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 183/2019-GLMDB).
18. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 95/2019-GLIDPSL).
19. Em 09.10.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 112/2019-GLPSDB).
20. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 237/2019-GLMDB).
21. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 156/2019-GLBSI).
22. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
23. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
24. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 052/2020-GLPSD).
25. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
26. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
27. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 032/2020-BLSENIND).
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 21.10.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 035/2020-GLMDB).
31. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
32. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Sérgio Petecão, Lucas Barreto e Angelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Irajá e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSD).
35. Em 18.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
36. Em 18.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
37. Em 18.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
38. Em 18.02.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-GLPODEMOS).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLPSDB).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia e Paulo Paim foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 14/2021-BLPRD).
41. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas, Eduardo Gomes, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger, Veneziano Vital do Rêgo e Mécias de Jesus membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 18/2021-GLMDB).
42. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Sérgio Petecão e a Senadora Zenaide Maia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Leila Barros foram designados membros titulares; e os Senadores Acir Gurgacz e Randolfe Rodrigues, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2021-BLSENIND).
44. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Acir Gurgacz, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 25/2021-BLSENIND).
45. Em 23.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Renan Calheiros, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2021-GLMDB).
46. Em 25.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixa de compor a comissão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. nº 19/2021-BLVANG).
47. Em 26.02.2021, o Senador Renan Calheiros foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 44/2021-GLMDB).
48. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



50. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura
Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -
Telefone(s): 61 3303-3515/4608
E-mail: cas@senado.gov.br



2.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 1/2019-CAS, destinada à discussão colegiada de temas, problemáticas e questões nacionais afetas às pessoas com deficiência, em todas as suas abrangências e contextos, inclusive com o intuito de se aperfeiçoar o marco legal da área.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Styvenson Valentin (PODEMOS-RN) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾	6. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Flávio Arns e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Styvenson Valentin, Soraya Thronicke, Jorge Kajuru, Eduardo Girão, Leila Barros e Fabiano Contarato, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS).

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



2.2) SUBCOMISSÃO PERMANENTE DE PROTEÇÃO E DEFESA DA PESSOA IDOSA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 27/2019-CAS, destinada a propor iniciativas para promoção e defesa dos direitos e da inclusão da pessoa idosa; fiscalizar e acompanhar programas governamentais relativos aos direitos da pessoa idosa; e tratar do regime jurídico de proteção à pessoa idosa.

(Requerimento 27, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Romário (PL-RJ) ⁽¹⁾

Instalação: 16/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) ⁽²⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽²⁾
Senador Romário (PL-RJ) ⁽²⁾	2. Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽²⁾
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾	3. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽²⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽²⁾	4. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽²⁾
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾	5. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽²⁾
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽²⁾	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 16.05.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Eduardo Gomes e o Senador Romário Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 60/2019-CAS).
2. Em 16.05.2019, os Senadores Eduardo Gomes, Romário, Flávio Arns, Zenaide Maia, Nelsinho Trad e Styvenson Valentim foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Mara Gabrilli, Fabiano Contarato, Eduardo Girão, Leila Barros e Jorge Kajuru, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 60/2019-CAS)

Secretário(a): Willy da Cruz Moura

Reuniões: Quartas-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3515/4608

E-mail: cas@senado.gov.br



3) COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E CIDADANIA - CCJ

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes

PRESIDENTE: Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) ^(1,91)

VICE-PRESIDENTE: Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ^(1,91)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (8,89)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-T0) (8,89)
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (8,89)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,25,31,89)
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (8,89)	3. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (8,89)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (8,20,89)	4. Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,47,58,89)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (8,81,89)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (8,19,71,73,89)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (4,89)	6. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (9,66,67,76,80,89)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (11)	7. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (94)	8. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (6,53,55,84,87)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,29,56,84,87)
Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (6,84)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (6,29,35,39,51,52,84,87)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (7,28,30,36)	3. Senador Giordano (PSL-SP) (6,84,101)
Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (7,18,26,27,72,74)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,72,74,90,96)
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,44,45,46,60,68,72,74,86,90,96)	5. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (13,42,57,59,61,69,72,74,86)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,42,78)	6. Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (14,43,78,99,102)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (2,54,83)	1. Senador Otto Alencar (2,83)
Senador Lucas Barreto (2,83)	2. Senador Carlos Viana (2,63,83)
Senador Omar Aziz (2,70,75,77,83)	3. Senador Carlos Fávaro (2,54,77,83,97,100)
Senador Vanderlan Cardoso (97)	4. Senador Sérgio Petecão (103)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Davi Alcolumbre (DEM-AP) (3,79,82,92)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3,34,37)
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	3. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (3,93)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,85)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (5,15,16,85)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,15,17,32,33,40,85)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,85)
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (5,85)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (5,16,41,85)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO (65,88,95,98)	1. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (88,95,98)
Senador Weverton (PDT-MA) (50,62,64,88)	2. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (38,88)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (22,23,48,49,88)	3. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (21,24,88)

Notas:

1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Simone Tebet e o Senador Jorginho Mello a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CCJ).
11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
9. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



8. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Mecias de Jesus, Jader Barbalho e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Márcio Bittar, Marcelo Castro e Dário Berger, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-GLMDB).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Elmano Ferrer, Oriovídio Guimarães e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e o Senador Lasier Martins, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 3/2019-GABLID).
6. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra, Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLPSDB).
5. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa, Paulo Rocha e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Jaques Wagner e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-BLPRD).
4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco, Marcos Rogério e Jorginho Mello foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Ângelo Coronel e Arolde de Oliveira foram designados membros titulares; e os Senadores Sérgio Petecão, Nilsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GLPSD).
12. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
14. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
15. Em 13.02.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular; e o Senador Paulo Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-BLPRD).
16. Em 14.03.2019, os Senadores Telmário Mota e Paulo Rocha permudaram de vagas, passando a ocupar a 1^a e a 3^a suplência, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, respectivamente (Of. nº 25/2019-BLPRD).
17. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
18. Em 17.04.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovídio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 202/2019-GSEGIRAO).
19. Em 24.04.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 16 de abril a 15 de maio, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 147/2019-GLMDB).
20. Em 06.05.2019, o Senador Oriovídio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 217/2019-GSEGIRAO).
21. Em 09.05.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 83/2019-GLBSI).
22. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 86/2019-GLBSI).
24. Em 21.05.2019, o Senador Randolfe Rodrigues foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 89/2019-GLBSI).
23. Em 21.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Randolfe Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 88/2019-GLBSI).
25. Em 22.05.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente no período de 22 de maio a 20 de junho, em substituição ao Senador Fernando Bezerra Coelho, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 155/2019-GLMDB).
26. Em 05.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovídio Guimarães, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 224/2019-GSEGIRAO).
27. Em 06.06.2019, o Senador Oriovídio Guimarães foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 225/2019-GSEGIRAO).
28. Em 10.06.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 226/2019-GSEGIRAO).
29. Em 12.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, que passa a integrar como segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 81/2019-GLPSDB).
30. Em 13.06.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 227/2019-GSEGIRAO).
31. Em 18.06.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho volta a ser membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 180/2019-GLMDB).
32. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 68/2019-BLPRD).
33. Em 13.08.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 74/2019-BLPRD).
34. Em 14.08.2019, o Senador Siqueira Campos foi designado membro suplente em substituição à Senadora Maria do Carmo Alves, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-BLVANG).
35. Em 14.08.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador José Serra, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 96/2019-GLPSDB).
36. Em 15.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a Comissão (Ofício nº 85/2019-GLPODE).
37. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Siqueira Campos, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 56/2019-BLVANG).
38. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 109/2019-GLBSI).



39. Em 20.08.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente em substituição ao Senador Plínio Valério, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a Comissão (Ofício nº 97/2019-GLPSDB).
40. Em 11.09.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição ao Senador Paulo Paim, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
41. Em 11.09.2019, o Senador Paulo Paim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Paulo Rocha, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 88/2019-BLPRD).
42. Em 25.09.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 91/2019-GLIDPSL).
43. Em 20.11.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Flávio Bolsonaro, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 107/2019-GLIDPSL).
44. Em 19.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 119/2019-GLPODEMOS).
45. Em 20.11.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro titular, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº sn/2019-GLPODEMOS).
46. Em 25.11.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 129/2019-GLPODEMOS).
47. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 238/2019-GLMDB).
48. Em 09.12.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 145/2019-GLBSI).
49. Em 16.12.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição ao Senador Flávio Arns, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a Comissão (Memo nº 147/2019-GLBSI).
50. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo nº 157/2019-GLBSI).
51. Em 05.02.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador José Serra (Of. nº 15/2020-GLPSDB).
52. Em 18.02.2020, o Senador José Serra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Plínio Valério (Of. nº 16/2020-GLPSDB).
53. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
54. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 22/2020-GLPSD).
55. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente (Of. nº 21/2020-GLPSDB).
56. Em 05.03.2020, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2020-GLPSDB).
57. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
58. Em 20.04.2020, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Luiz Pastore, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 026/2020-GLMDB).
59. Em 23.04.2020, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, em substituição à Senadora Juíza Selma, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 32/2020-GLPODEMOS).
60. Em 27.04.2020, o Senador Romário foi designado membro titular, em substituição ao Senador Álvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Ofício nº 033/2020-GLPODEMOS).
61. Em 28.04.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 34/2020-GLPODEMOS).
62. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
63. Em 07.08.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 61/2020-GLPSD).
64. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-BLENDIN).
65. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
66. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
67. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
68. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
69. Em 30.09.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 35/2020-GLPODEMOS).
70. Em 07.10.2020, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro titular, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 63/2020-GLPSD).
71. Em 19.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 033/2020-GLMDB).
72. Em 20.10.2020, os Senadores Lasier Martins, Eduardo Girão, Alvaro Dias e Orovisto Guimarães permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Lasier Martins designado membro titular e o Senador Alvaro Dias suplente; o Senador Eduardo Girão designado membro titular e o Senador Orovisto Guimarães suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 40/2020-GLPODEMOS).
73. Em 22.10.2020, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLMDB).
74. Em 05.11.2020, os Senadores Alvaro Dias, Orovisto Guimarães, Lasier Martins e Eduardo Girão permudaram as vagas que compunham na comissão, sendo o Senador Alvaro Dias designado membro titular e o Senador Lasier Martins suplente; o Senador Orovisto Guimarães designado membro titular e o Senador Eduardo Girão suplente, pelo PODEMOS (Of. nº 42/2020-GLPODEMOS).



75. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 65/2020-GLPSD).
76. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
77. Em 02.02.2021, o Senador Otto Alencar foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Nelsinho Trad passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 4/2021-GLPSD).
78. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
79. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1º, do RISF.
80. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
81. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
82. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 02/2021-BLVANG).
83. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSD).
84. Em 19.02.2021, os Senadores Roberto Rocha e Tasso Jereissati foram designados membros titulares; e os Senadores José Serra e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPSDB).
85. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim, Telmário Mota e Rogério Carvalho foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor, Humberto Costa e Jaques Wagner, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-BLPRD).
86. Em 19.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, que passar a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 6/2021-GLPODEMOS).
87. Em 22.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, em substituição ao Senador Roberto Rocha, que passa a atuar como 1º suplente; e o Senador José Serra passa então a 2º suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPSDB).
88. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru, Weverton e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Alessandro Vieira, Cid Gomes e Eliziane Gama, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 11/2021-BLSENIND).
89. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Renan Calheiros, Simone Tebet, Fernando Bezerra Coelho, Rose de Freitas e Mecias de Jesus foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Gomes, Veneziano Vital do Rêgo, Marcio Bittar, Luiz do Carmo, Jader Barbalho e Flávio Bolsonaro, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLMDB).
90. Em 23.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Girão, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 20/2021-GLPODEMOS).
91. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Davi Alcolumbre e o Senador Antonio Anastasia a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
92. Em 24.02.2021, o Senador Davi Alcolumbre foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-BLVANG).
93. Em 24.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLVANG).
94. Em 24.02.2021, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLDPP).
95. Em 24.02.2021, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro titular, em substituição ao Senador Jorge Kajuru, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 26/2021-BLSENIND).
96. Em 24.02.2021, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Lasier Martins, que passa a membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 23/2021-GLPODEMOS).
97. Em 25.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLPSD).
98. Em 25.02.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, que passa a ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente na comissão (Memo 28/2021-BLSENIND).
99. Vago em 19.03.2021, em razão do falecimento do Senador Major Olímpio.
100. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 46/2021-GLPSD).
101. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-BLPP).
102. Em 30.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 39/2021-GLPODEMOS).
103. Em 13.05.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLPSD).

Secretário(a): Ednaldo Magalhães Siqueira

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-3972

Fax: 3303-4315

E-mail: ccj@senado.gov.br



4) COMISSÃO DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE - CE

Número de membros: 27 titulares e 27 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁴⁵⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽⁴⁵⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,44)	1. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (7,44)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (7,44)	2. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,44)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (7,44)	3. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (13,30,31,35,38,48)
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (8,44)	4. VAGO (14)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (8,44,46)	5. VAGO (21,53)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (9)	6. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (48)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (10,23,27,39)	7. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (48)
	8.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (5,42)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (5,42)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (6,41)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5,42)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (6,41)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (6,41)
Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (6,41,51)	4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (6,32,41)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (11,42)	5. VAGO (12,37,41)
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) (55)	6. VAGO (19,26)
PSD	
Senador Antonio Anastasia (1,2,40)	1. Senador Nelsinho Trad (1,40)
Senador Carlos Viana (1,20,40)	2. Senador Otto Alencar (1,22,34,36,40)
Senador Vanderlan Cardoso (1,34,36,40)	3. Senador Sérgio Petecão (1,20,40)
	4.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jorginho Mello (PL-SC) (3)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)	2. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (16,52)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	3. Senador Romário (PL-RJ) (18,33,49,50,54)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,43)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,43)
Senador Paulo Paim (PT-RS) (4,15,17,43)	2. Senador Humberto Costa (PT-PE) (4,43)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (4,43)	3. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,43)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (47)	1. VAGO (25,47)
Senadora Leila Barros (PSB-DF) (24,28,29,47)	2. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (47)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (41,47)	3. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (47)

Notas:

4. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim, Fernando Collor e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-BLPRD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Jorginho Mello, Maria do Carmo Alves e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e o Senador Zequinha Marinho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, o Senador Ángelo Coronel foi designado membro titular, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 32/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, os Senadores Otto Alencar, Carlos Viana e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Arolde de Oliveira e Irajá, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-GLPSD).
5. Em 13.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSDB).



6. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson, Lasier Martins e Eduardo Girão foram designados membros titulares, e os Senadores Romário e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GABLID).
7. Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros, Dário Berger e Confúcio Moura foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLMDB).
8. Em 13.02.2019, os Senadores Marcio Bittar e Luiz Carlos foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Braga, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLMDB).
9. Em 13.02.2019, o Senador Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
10. Em 14.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLDPP).
11. Em 19.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPSDB).
12. Em 19.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GSEGIRÃO).
13. Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 04/2019-BPUB).
14. Em 26.03.2019, o Senador Fernando Bezerra foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 126/2019-GLMDB).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
16. Em 04.07.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLVANG).
17. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 72/2019-BLPRD).
18. Em 07.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 50/2019-BLVANG).
19. Em 29.08.2019, o Senador Antônio Anastasia foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 101/2019-GLPSDB).
20. Em 11.09.2019, os Senadores Irajá e Carlos Viana permутam e passam a ocupar, respectivamente, vaga de titular e suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 133/2019-GLPSD).
21. Em 02.10.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLUNIDB).
22. Em 16.10.2019, o Senador Arolde de Oliveira deixou de ocupar a vaga de suplente pelo PSD, na Comissão (Of. 151/2019-GLPSD).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 234/2019-GLMDB).
24. Em 17.12.2019, o Senador Prisco Bezerra foi designado membro titular, em substituição ao Senador Cid Gomes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 158/2019-GLBSI).
25. Em 05.02.2020, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 005/2020-BLESENIND).
26. Em 03.03.2020, o Senador Antônio Anastasia deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 23/2019-GLPSDB).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 10.04.2020, vago, em virtude do retorno do titular.
29. Em 03.09.2020, o Senador Cid Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 034/2020-BLESENIND).
30. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
31. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
32. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
33. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
34. Em 05.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, que passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 68/2020-GLPSD).
35. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
36. Em 02.02.2021, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Carlos Fávaro passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 3/2021-GLPSD).
37. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
38. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
39. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
40. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia, Carlos Viana e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad, Otto Alencar e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSD).
41. Em 18.02.2021, os Senadores Flávio Arns e Styvenson Valentim são designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Girão, Lasier Martins e Romário, suplentes, pelo Podemos (Of. nº 7/2021-GLPODEMOS).
42. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPSDB).
43. Em 19.02.2021, os Senadores Zenaide Maia, Paulo Paim e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates, Humberto Costa e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-BLPRD).



44. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Confúcio Moura, Rose de Freitas, Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares, e os Senadores Eduardo Gomes e Veneziano Vital do Rêgo membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
45. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcelo Castro e a Senadora Leila Barros o Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
46. Em 23.02.2021, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 27/2021-GLMDB).
47. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes, Leila Barros e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e os Senadores Jorge Kajuru, Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 12/2021-BLSENIND).
48. Em 23.02.2021, o Senador Jarbas Vasconcelos foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 29/2021-GLMDB).
49. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
50. Em 26.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 21/2021-BLVANG).
51. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, em vaga cedida ao PL, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPPP).
52. Em 04.03.2021, o Senador Carlos Portinho deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda (Of. 23/2021-BLVANG).
53. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
54. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).
55. Em 28.04.2021, o Senador Jorge Kajuru foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPODEMOS).

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



4.1) SUBCOMISSÃO PERMANENTE SOBRE ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E FORMAÇÃO DE CATEGORIAS DE BASE

Finalidade: Criada pelo REQ nº 1/2019-CE para constituição de Subcomissão Permanente sobre Esporte, Educação Física e Formação de Categorias de Base no Esporte Nacional.

(Requerimento 1, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Leila Barros (PSB-DF)⁽²⁾

Instalação: 29/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) ⁽¹⁾
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾
Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾	3. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽¹⁾
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽¹⁾	4. Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽¹⁾
VAGO ^(1,3,4)	5. Senador Carlos Viana (PSD-MG) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Confúcio Moura, Lasier Martins, Leila Barros, Zenaide Maia e Marcos do Val foram designados membros titulares; e os Senadores Mailza Gomes, Styvenson Valentim, Wellington Fagundes, Humberto Costa e Carlos Viana, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memo. 06/2019-CE)
2. Em 29.05.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Leila Barros e o Senador Marcos do Val Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 01/2019-CEEFCB).
3. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)
4. Em 28.08.2019, vago, em função da saída do Senador Marcos do Val da Comissão de Educação (Memo 118/2019-GLBSI)

Secretário(a): Thiago Nascimento Castro Silva

Reuniões: Terças-Feiras 11:00 horas - Ala Alexandre Costa, Sala nº 17-A

Telefone(s): 3498

E-mail: ce@senado.leg.br



5) COMISSÃO DE MEIO AMBIENTE - CMA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Jaques Wagner (PT-BA) ^(1,47)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(1,47)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (10,17,28,34,42,43,46)	1. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (6,16,42,43,46)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (10,42,43,46)	2. Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (16,17,37,43,46)
VAGO (10,23,27,29,35,42)	3. VAGO (17,42)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (13)	4. Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (17)
	5.

Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)

Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,40)	1. Senador Izalcí Lucas (PSDB-DF) (11,36,40)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (9,36,40)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (14,40)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (15)	3. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (15,30,33,39,48)
Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (19,39)	4. Senador Giordano (PSL-SP) (19,22,31,49)

PSD

Senador Carlos Fávaro (2,21,24,25,38)	1. Senador Nelsinho Trad (2,21,38)
Senador Otto Alencar (2,38)	2. Senador Carlos Viana (2,18,26,38)

Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)

Senador Jayme Campos (DEM-MT) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (5)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (12,32,44)

Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)

Senador Jaques Wagner (PT-BA) (7,41)	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,41)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (7,41)	2. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,41)

Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)

Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (3,45)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,45)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,20,45)	2. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Fabiano Contarato e o Senador Jaques Wagner a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CMA).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos, Confúcio Moura e Marcelo Castro foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 3/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jayme Campos e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Leila Barros, Marcos do Val e Fabiano Comparato foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 5/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Carlos Viana e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº10/2019-GLPSD).
- Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
- Em 14.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).



12. Em 14.02.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 10/2019).
14. Em 13.02.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLPSDB).
15. Em 26.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular; e o Senador Alvaro Dias, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 27/2019-GLPODE).
16. Em 12.3.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado primeiro suplente, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ser segundo suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2019-GLMDB).
17. Em 26.03.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular; e os Senadores José Maranhão e Jader Barbalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 124/2019-GLMDB).
18. Em 26.03.2019, o Senador Omar Aziz foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 68/2019-GLPSD).
19. Em 08.04.2019, o Senador Styvenson Valentin foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, como membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GSEGIRAO).
20. Em 19.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, em substituição ao Senador Marcos do Val, deixando de ocupar vaga de membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, na comissão (Memo. nº 110/2019-GLBSI).
21. Em 21.08.2019, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passa a compor a comissão como membro suplente, pelo PSD (Of. nº 128/2019-GLPSD).
22. Em 09.10.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 112/2019-GLPODE).
23. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro titular, em substituição ao Senador Marcelo Castro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 233/2019-GLMDB).
24. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 049/2020-GLPSD).
26. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Favaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Osmar Aziz, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 54/2020-GLPSD).
27. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
28. Em 15.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Braga, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 30/2020-GLMDB).
29. Em 15.10.2020, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2020-GLMDB).
30. Em 16.10.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Alvaro Dias, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPODEMOS).
31. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo PSDB, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLPSDB).
32. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
33. Em 21.10.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Girão, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 41/2020-GLPODEMOS).
34. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Braga foi designado membro titular, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 37/2020-GLMDB).
35. Em 22.10.2020, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Esperidião Amin, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2020-GLMDB).
36. Em 05.02.2021, os Senadores Soraya Thronicke e Major Olímpio deixaram as vagas de titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
37. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
38. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Favaro e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2021-GLPSD).
39. Em 18.02.2021, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo Bloco Parlamentar Podemos/PSL/PSDB, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLPODEMOS).
40. Em 19.02.2021, os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSDB).
41. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 10/2021-BLPRD).
42. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e o Senador Confúcio Moura, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLMDB).
43. Em 22.02.2021, os Senadores Márcio Bittar e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLMDB).
44. Em 23.02.2021, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-BLVANG).
45. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Fabiano Contarato foram designados membros titulares; e as Senadoras Eliziane Gama e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 18/2021-BLSENIND).
46. Em 23.02.2021, os Senadores Confúcio Moura e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 36/2021-GLMDB).
47. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner e o Senador Confúcio Moura a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
48. Em 24.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 21/2021-GLPODEMOS).
49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).



Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior
Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -
Telefone(s): 61 33033284
E-mail: cma@senado.leg.br



5.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA DO GRANDE IMPULSO PARA A SUSTENTABILIDADE

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 53/2019-CMA, para, no prazo de 90 (noventa) dias, propor políticas públicas, de reformas estruturais e de desenvolvimento econômico e social, que representem um Novo Arranjo Verde para o Desenvolvimento Sustentável e que alavanquem investimentos nacionais e estrangeiros para produzir um ciclo virtuoso de crescimento econômico, gerador de emprego e renda, redutor de desigualdades e brechas estruturais e promotor de sustentabilidade.

(Requerimento 53, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽²⁾

Instalação: 29/10/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ⁽¹⁾	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) ⁽¹⁾
Senador Styvenson Valente (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	3. Senador Otto Alencar (PSD-BA) ⁽¹⁾

Notas:

1. Em 09.10.2019, os Senadores Confúcio Moura, Styvenson Valente e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros, Eliziane Gama e Otto Alencar, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 298/2019-CMA)
2. Em 29.10.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Jaques Wagner a Presidente, a Vice-Presidente o Senador Confúcio Moura e designou o Senador Styvenson Valente como Relator deste Colegiado (Of. 333/2019-CMA).

Secretário(a): Airton Luciano Aragão Júnior

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 33033284

E-mail: cma@senado.leg.br



6) COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS E LEGISLAÇÃO PARTICIPATIVA - CDH

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senador Humberto Costa (PT-PE) ⁽⁵⁰⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ⁽⁵⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (9,32,49)	1. Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (9,13,49)
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (13,49)	2. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,13,14,16,20,36,37,42,44)
Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO) (13,18,20)	3. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (14,22)
Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (15)	4. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (27,49)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (24,32)	5. VAGO (29,35)
	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (7,46)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (6,26,33,47)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (7,46)	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (7,46,55)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,25,47)	3. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (8,38,47)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (11,26,47)	4. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (12,25,47,54)
PSD	
Senador Irajá (1,40,41,43,45)	1. Senador Carlos Viana (1,2,45)
VAGO (1)	2. VAGO (1,31,34)
	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (4)	1. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (23)
VAGO (21,39,53)	2. Senador Romário (PL-RJ) (57)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Paim (PT-RS) (5,48)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (5,17,48)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (5,48)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (5,48)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO (3,51,56)	1. Senadora Leila Barros (PSB-DF) (3,28,30,51,52)
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (3,51,52)	2. VAGO (19)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Lucas Barreto, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº7/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, pelo PSD, em substituição ao Senador Carlos Viana para compor a comissão (Of. nº20/2019-GLPSL).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Flávio Arns, Acir Gugacz e Leira Barros foram designados membros titulares; e o Senador Alessandro Vieira, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 6/2019-GLBSI).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Marcos Rogério foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 5. Em 13.02.2019, os Senadores Paulo Paim e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-BLPRD).
- 6. Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- 7. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão e Capitão Styvenson foram designados membros titulares, e o Senador Romário, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GABLID).
- 8. Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e o Senador Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- 9. Em 13.02.2019, o Senador Jader Barbalho foi designado membro titular; e o Senador Luiz do Carmo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 11. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).



12. Em 27.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLPSDB).
13. Em 28.03.2019, os Senadores Marcelo Castro e José Maranhão foram designados membros titulares; e os Senadores Jarbas Vasconcelos e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 125/2019-GLMDB).
14. Em 28.03.2019, a Senadora Mailza Gomes passou a ocupar a vaga de 3º suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em decorrência da indicação do Senador Mecias de Jesus para a vaga de 2º suplente (Of. nº 125/2019-GLMDB).
15. Em 03.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-BLUNIDB).
16. Em 08.04.2019, o Senador Mecias de Jesus, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLUNIDB).
17. Em 10.04.2019, o Senador Paulo Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, em substituição ao Senador Humberto Costa, para compor a comissão (Of. nº 45/2019-BLPRD).
18. Em 24.04.2019, o Senador José Maranhão, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
19. Em 07.05.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 79/2019-GLBSI).
20. Em 04.07.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2019-GLDPP).
21. Em 13.08.2019, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-BLVANG).
22. Em 13.08.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 58/2019-GLDPP).
23. Em 19.08.2019, a Senadora Maria do Carmo Alves foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 57/2019-BLVANG).
24. Em 23.09.2019, o Senador Eduardo Gomes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 215/2019-GLMDB).
25. Em 25.09.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em permuta com o Senador Lasier Martins, que passa a ocupar vaga como suplente (Of. nº 110/2019-GLPSDB).
26. Em 01.10.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição à Senadora Juíza Selma, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 94/2019-GLDPSL).
27. Em 15.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 220/2019-GLMDB).
28. Em 07.11.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Alessandro Vieira, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 136/2019-GLBSI).
29. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 236/2019-GLMDB).
30. Em 11.12.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Eliziane Gama, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 146/2019-GLBSI).
31. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
32. Em 11.03.2020, os Senadores Márcio Bittar e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, em substituição aos Senadores Jader Barbalho e Eduardo Gomes, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 17/2020-GLMDB).
33. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
34. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 053/2020-GLPSD).
35. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
36. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
37. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
38. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
39. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
40. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arlóde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
41. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 67/2020-GLPSD).
42. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
43. Em 02.02.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLPSD).
44. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
45. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Carlos Viana, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-GLPSD).
46. Em 12.02.2021, os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns foram designados membros titulares e o Senador Romário membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2021-GLPODEMOS).
47. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 12/2021-GLPSDB).
48. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Paim e Humberto Costa foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-BLPRD).
49. Em 22.02.2021, os Senadores Rose de Freitas e Márcio Bittar foram designados membros titulares, e os Senadores Nilda Gondim e Jarbas Vasconcelos membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 12/2021-GLMDB).
50. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Humberto Costa e o Senador Fabiano Contarato a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.



51. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Leila Barros foram designados membros titulares; e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 15/2021-BLSENIND).
52. Em 23.02.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, em substituição à Senadora Leila Barros, que passa para a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 22/2021-BLSENIND).
53. Em 26.02.2021, o Senador Chico Rodrigues deixou de compor a comissão (Of. 20/2021-BLVANG).
54. Em 03.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021).
55. Em 04.03.2021, o Senador Styvenson Valetim foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Romário, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 26/2021).
56. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 36/2021-BLSENIND).
57. Em 16.04.2021, o Senador Romário foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 27/2021-BLVANG).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE MOBILIDADE URBANA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 7/2019-CDH, do Senador Acir Gurgacz, com o objetivo de debater a mobilidade urbana e acessibilidade nos municípios brasileiros.

(Requerimento 7, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽³⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽³⁾

Instalação: 06/05/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹⁾	1.
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹⁾	2.
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹⁾	3.
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ⁽¹⁾	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) ⁽²⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	5. Senador Paulo Paim (PT-RS) ⁽²⁾

Notas:

1. Em 15.03.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Lasier Martins, Acir Gurgacz e Telmário Mota foram designados membros titulares, para compor a comissão (Of. nº03/2019-CDH).
2. Em 26.03.2019, os Senadores Flávio Arns e Paulo Paim foram designados membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº04/2019-CDH).
3. Em 27.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz e o Senador Telmário Mota, a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 10/2019-CDH).

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



6.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O SISTEMA PENITENCIÁRIO BRASILEIRO

Finalidade: Subcomissão Temporária criada pelo REQ nº 48/2019-CDH, para, no prazo de 210 (duzentos e dez) dias, debater questões relacionadas ao sistema penitenciário brasileiro.

(Requerimento 48, de 2019)

Número de membros: 5 titulares e 5 suplentes

Prazo final: 03/02/2020

TITULARES	SUPLENTES
Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (1)	1. Senador Paulo Paim (PT-RS) (1)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (1)	2.
VAGO (1,2)	3.
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (1)	4.
Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (1)	5.

Notas:

1. Em 14.05.2019, os Senadores Eduardo Girão, Styvenson Valentim, Juíza Selma, Soraya Thronicke e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e o Senador Paulo Paim, membro suplente, para compor o Colegiado (Ofício. 47/2019-CDH)
2. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Mariana Borges Frizzera Paiva Lyrio

Reuniões: Quinta-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-2005

Fax: 3303-4646

E-mail: cdh@senado.gov.br



7) COMISSÃO DE RELAÇÕES EXTERIORES E DEFESA NACIONAL - CRE

Número de membros: 19 titulares e 19 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Kátia Abreu (PP-TO) ^(1,47)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ^(1,22)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (9,49,52)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,49,51,52)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (9,49,52)	2. Senador Márcio Bittar (MDB-AC) (9,49,52)
Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (9,49,52)	3. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (8,49,52)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (11,49,50,52)	4. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (4,21,33,34,37,39,49,50,52,54)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (5,17,21,41)	5. Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (10,41)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO)	6. Senador Ciro Nogueira (PP-PI)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (7,29,30,44)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,25,27,32,44)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,44)	2. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) (13,44)
Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (12,38,53)	3. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (14,38,53)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (19,24,43)	4. Senador Giordano (PSL-SP) (19,24,26,35,43,55,57)
PSD	
Senador Antônio Anastasia (2,42)	1. Senador Lucas Barreto (2,31,42)
Senador Nelsinho Trad (2,28,42)	2. Senador Sérgio Petecão (2,28,42)
Senador Carlos Viana (46)	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,36)	1. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)	2. Senadora Maria do Carmo Alves (DEM-SE) (3)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,16,20,45)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,45)
Senador Humberto Costa (PT-PE) (6,45)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (6,15,45)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Cid Gomes (PDT-CE) (48)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (48,56)
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (23,48)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (48)

Notas:

- *. A 19ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad e o Senador Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRE).
- 2. Em 13.02.2019, os Senadores Nelsinho Trad e Ângelo Coronel foram designados membros titulares; e os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLPSD).
- 3. Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e os Senadores Marcos Rogério e Maria do Carmo Alves, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 5. Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- 6. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Collor e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-BLPRD).
- 7. Em 13.02.2019, os Senadores Antônio Anastasia e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e o Senador Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSDB).
- 8. Em 13.02.2019, a Senadora Simone Tebet foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLMDB).
- 9. Em 13.02.2019, os Senadores Mecias de Jesus, Jarbas Vasconcelos e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Renan Calheiros e Fernando Bezerra, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 10-A/2019-GLMDB).
- 10. Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).



11. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
12. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
13. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).
14. Em 18.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 7/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 13.03.2019, o Senador Telmário Mota foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Zenaide Maia, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 23/2019-BLPRD).
16. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro titular, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
17. Em 28.05.2019, a Senadora Daniella Ribeiro retirou sua indicação como titular da comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 45/2019-GLDPP).
18. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
19. Em 13.02.2019, o Senador Romário foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 8/2019-GABLD).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro titular, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 71/2019-BLPRD).
21. Em 07.08.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular; e a Senadora Daniella Ribeiro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 55/2019-GLDPP).
22. Em 20.08.2019, o Senador Marcos do Val, Vice-Presidente, deixou de compor este colegiado.
23. Em 20.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular em substituição ao Senador Marcos do Val, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 111/2019-GLBSI).
24. Em 21.08.2019, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição ao Senador Romário, que passou a integrar a comissão como membro suplente, na vaga do Senador Oriovisto Guimarães, pelo PODEMOS(Of. nº 91/2019-GLPODE).
25. Em 22.11.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Roberto Rocha (Of. nº 123/2019-GLPSDB).
26. Em 28.11.2019, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, pelo Podemos, para compor a comissão, em substituição ao senador Romário (Of. nº 130/2019-GLPODE).
27. Em 05.02.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao senador Izalci Lucas (Of. nº 1/2020-GLPSDB).
28. Em 20.02.2020, o Senador Anastasia foi designado membro titular, em substituição ao Senador Angelo Coronel, que passa a atuar como suplente, em vaga antes ocupada pelo Senador Carlos Viana, pelo PSD (Of. nº 23/2020-GLPSD).
29. Em 20.02.2020, vago, em virtude da filiação do Senador Antonio Anastasia ao PSD.
30. Em 03.03.2020, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, deixando vago o cargo de suplente(Of. nº 22/2020-GLPSDB).
31. Em 14.09.2020, o Senador Carlos Favaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Arolde de Oliveira, pelo PSD (Of. nº 62/2020-GLPSD).
32. Em 17.09.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão(Of. nº 35/2020-GLPSDB).
33. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
34. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
35. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
36. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
37. Em 19.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
38. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, em substituição ao Senador Major Olímpio, que passa a ocupar a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
39. Em 09.02.2021, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLDPP).
40. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
41. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, que passa a ocupar a vaga de suplente, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-GLDPP).
42. Em 11.02.2021, os Senadores Antonio Anastasia e Nelsinho Trad foram designados membros titulares; e os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 23/2021-GLPSD).
43. Em 12.02.2021, os Senadores Marcos do Val e Romário foram indicados membros titular e suplente, respectivamente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 11/2021-GLPODEMOS).
44. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSDB).
45. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Humberto Costa foram designados membros titulares, e os Senadores Fernando Collor e Telmário Motta membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 16/2021-BLPRD).
46. Em 22.02.2021, o Senador Carlos Viana foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Ofício nº 33/2021-GLPSD).
47. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu a Senadora Kátia Abreu a Presidente deste colegiado.
48. Em 23.02.2021, os Senadores Cid Gomes e Randolfe Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Eliziane Gama e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 13/2021-BLSENIND).
49. Em 23.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Nilda Gondim e Flávio Bolsonaro foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mécias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 31/2021-GLMDB).



50. Em 23.02.2021, o MDB cede a vaga ao Republicanos.
51. Em 25.02.2021, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Dário Berger, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLMDB).
52. Em 26.02.2021, os Senadores Renan Calheiros, Fernando Bezerra Coelho, Jarbas Vasconcelos e Nilda Gondim foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger, Marcio Bittar, Veneziano Vital do Rêgo e Mecias de Jesus, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 45/2021-GLMDB).
53. Em 26.02.2021, o Senador Flávio Arns foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke, que passa para a vaga de suplente, em substituição ao Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-GLPODEMOS).
54. Em 02.03.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 48/2021-GLMDB).
55. Em 05.03.2021, o Senador Romário deixou de compor a comissão (Of. 27/2021-GLPODEMOS).
56. Em 30.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição a Senadora Eliziane Gama, para compor a comissão (Memo 40/2021-BLSENIND).
57. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): _____

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A VENEZUELA

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 8/2019-CRE, do Senador Marcio Bittar, para acompanhar a situação na Venezuela.

(Requerimento 8, de 2019)

Número de membros: 6 titulares e 6 suplentes

PRESIDENTE: Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcio Bittar (MDB-AC) ⁽¹⁾

TITULARES	SUPLENTES
Senador Marcio Bittar (MDB-AC) (2)	1. Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (2)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (2)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (2)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (2)	3. Senador Jaques Wagner (PT-BA) (2)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (2)	4. Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) (2)
Senador Carlos Viana (PSD-MG) (2)	5. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (2)
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (2,3)	6. Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (2)

Notas:

1. Em 14.03.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Telmário Motta e o Senador Marcio Bittar a Presidente e a Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 06/2019-CRE).
2. Em 14.03.2019, os Senadores Marcio Bittar, Flávio Bolsonaro, Marcos do Val, Telmário Mota, Carlos Viana e Chico Rodrigues foram designados membros titulares; e os Senadores Mecias de Jesus, Soraya Thronicke, Jaques Wagner, Nelsinho Trad, Randolfe Rodrigues e Marcos Rogério, membros suplentes, para compor a comissão (Of. nº05/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.

Secretário(a): _____

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



7.2) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE O FAVORECIMENTO À LEROS

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ nº 52/2019-CRE, do Senador Jaques Wagner, para se informar sobre a tentativa de favorecimento ilegal à empresa de energia Leros.

(Requerimento 52, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽²⁾

RELATOR: Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽²⁾

Instalação: 10/09/2019

Prazo prorrogado: 20/12/2019

TITULARES	SUPLENTES
Senador Nelsinho Trad (PSD-MS) ⁽¹⁾	1. Senador Antonio Anastasia (PSD-MG) ⁽¹⁾
Senador Jaques Wagner (PT-BA) ⁽¹⁾	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽¹⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽¹⁾	3. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) ^(1,3)

Notas:

1. Em 30.08.2019, os Senadores Nelsinho Trad, Jaques Wagner e Telmário Mota foram designados membros titulares, e os Senadores Antonio Anastasia, Soraya Thronicke e Chico Rodrigues, membros suplentes, para compor o Colegiado (Of. 138/2019-CRE)
2. Em 10.09.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Nelsinho Trad a Presidente, e designou o Senador Jaques Wagner como relator deste Colegiado (Of. 148/2019-CRE).
3. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
- *. Em 31.10.2019, foi prorrogado o prazo da Subcomissão para 60 (sessenta) dias (Of. 182/2019-CRE).

Secretário(a): _

Reuniões: Quintas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33033496

E-mail: cre@senado.leg.br



8) COMISSÃO DE SERVIÇOS DE INFRAESTRUTURA - CI

Número de membros: 23 titulares e 23 suplentes

PRESIDENTE: Senador Dário Berger (MDB-SC) ^(1,42)

VICE-PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT) ^(1,42)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (7,39)	1. Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (7,39)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (7,39)	2. Senador Jarbas Vasconcelos (MDB-PE) (7,39)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (7,39)	3. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (7,39)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (7,39)	4. Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (6,12,13,30,33)
Senador Esperidião Amin (PP-SC) (8)	5. Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (14,39)
Senador Elmano Férrer (PP-PI) (11,47)	6. Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (16)
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) (46)	7. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (46)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Giordano (PSL-SP) (5,36,49)	1. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (5,36)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (9,19,23,29,36)	2. Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (5,31)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15,36) (18,20)	3. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (10,24,36,45) 4. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (35)
VAGO (18,28,38)	5. Senador Oriovisto Guimarães (PODEMOS-PR) (18,35)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,21,25,34)	1. Senador Carlos Fávaro (2,34,44,48)
Senador Carlos Viana (2,34)	2. Senador Otto Alencar (2,34)
Senador Lucas Barreto (2,34)	3. Senador Vanderlan Cardoso (2,34)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) (3)	1. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,40,43)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3)	2. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (40)	3.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,37)	1. Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,37)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (4,37)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,37)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (22,26,27,41)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (41)
Senador Weverton (PDT-MA) (41)	2. Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (26,41)

Notas:

7. Em 13.02.2019, os Senadores Eduardo Braga, Jarbas Vasconcelos, Eduardo Gomes e Fernando Bezerra foram designados membros titulares; e os Senadores Marcelo Castro, Jader Barbalho e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLMDB).
6. Em 13.02.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 08-A/2019-GLMDB).
5. Em 13.02.2019, o Senador Plínio Valério foi designado membro titular; e os Senadores José Serra e Izalci Lucas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSDB).
4. Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Jaques Wagner foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 9/2019-BLRPD).
3. Em 13.02.2019, os Senadores Marcos Rogério e Wellington Fagundes foram designados membros titulares; e os Senadores Jayme Campos e Zequinha Marinho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
2. Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto, Carlos Viana e Irajá foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel, Nelsinho Trad e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-GLPSD).
1. Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Marcos Rogério e o Senador Wellington Fagundes a Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CI).
8. Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
9. Em 14.02.2019, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-GLIDPSL).



10. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
11. Em 19.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLDPP).
12. Em 24.04.2019, o Senador Confúcio Moura, que integra o Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 146/2019-BLMDB).
13. Em 15.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 154/2019-GLMDB).
14. Em 23.05.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 158/2019-GLMDB).
15. Em 03.06.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 80/2019-GLPSDB).
16. Em 04.07.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2019-GLDPP).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (OF s/n de 02.07.2019.)
18. Em 13.02.2019, os Senadores Capitão Styvenson e Elmano Ferrer foram designados membros titulares, e os Senadores Orio Visto Guimarães e Lasier Martins, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 7/2019-GABLID).
19. Em 04.12.2019, o Senador Flávio Bolsonaro deixou de compor a comissão pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 111/2019-GLIDPSL).
20. Em 05.02.2020, o Senador Styvenson Valentim, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 004/2020-GLPODE).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
23. Em 05.02.2020, o Senador Tasso Jereissati foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-GLPSDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 048/2020-GLPSD).
26. Em 28.04.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Of. nº 028/2020-BLSENIND).
27. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
29. Em 19.10.2020, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão, em substituição ao Senador Tasso Jereissati (Of. nº 40/2020-GLPSDB).
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (OF. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 10.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 9/2021-GLDPP).
34. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel, Carlos Viana e Lucas Barreto foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Fávaro, Otto Alencar e Vanderlan Cardoso, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSD).
35. Em 12.02.2021, os Senadores Lasier Martins e Orio Visto Guimarães permudaram suas vagas de suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PLS, na Comissão (Of. 9/2021-GLPODEMOS).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Rodrigo Cunha e Tasso Jereissati, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLPSDB).
37. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Fernando Collor foram designados membros titulares, e os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLRD).
38. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLPODEMOS).
39. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger, Fernando Bezerra Coelho e Eduardo Gomes foram designados membros titulares, e os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Jarbas Vasconcelos, Marcelo Castro e Jader Barbalho membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLMDB).
40. Em 23.02.2021, o Senador Jayme Campos foi designado membro titular, deixando de atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 9/2021-BLVANG).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Acir Gurgacz e Weverton foram designados membros titulares; e os Senadores Randolfe Rodrigues e Alessandro Vieira, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 17/2021-BLSENIND).
42. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Dário Berger e o Senador Jayme Campos a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado.
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. 18/2021-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Carlos Fávaro, pelo PSD, para compor a comissão (Of. 35/2021-GLPSD).
45. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Tasso Jereissati, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 25/2021-GLPSDB).
46. Em 02.03.2021, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular e o Senador Flávio Bolsonaro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 02/2021-GLREP).
47. Em 04.03.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro titular, em vaga cedida pelo PP, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 17/2021-GLDPP).



48. Em 08.04.2021, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Nelsinho Trad, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 47/2021-GLPSD).

49. Em 13.04.2021, o Senador Giordano foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. 15/2021-BLPPP).

Secretário(a): Thales Roberto Furtado Morais

Reuniões: Terças-Feiras 9:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4607

Fax: 61 3303-3286

E-mail: ci@senado.gov.br



9) COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL E TURISMO - CDR

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Fernando Collor (PROS-AL) ^(1,40)

VICE-PRESIDENTE: Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) ^(12,40)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Marcelo Castro (MDB-PI) (10,36,41)	1. Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (10,36,41)
Senadora Nilda Gondim (MDB-PB) (10,36,41)	2. Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,11,41)
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB) (5,13,23,41)	3. VAGO (14,27,28,30)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	4. VAGO (19)
Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (39)	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (7,35)	1. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (7,35)
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (7,35)	2. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (7,35)
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (7,8)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (18,24,33)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,22,33)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,33)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,21,25,32)	1. Senador Irajá (2,32)
Senador Carlos Fávaro (2,32)	2. Senador Nelsinho Trad (2,32)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,29)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (4)
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (4)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA) (6,34)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (6,34)
Senador Fernando Collor (PROS-AL) (6,34)	2. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (6,34)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) (3,26,37)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (3,15,20,37)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (3,37)	2. Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (3,38)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Izalci Lucas Presidente deste colegiado (Mem. 1/2019-CDR).
- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Omar Aziz foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº8/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Veneziano Vital do Rêgo, Randolph Rodrigues e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Leila Barros e Flávio Arns, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Zequinha Marinho foram designados membros titulares; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jaques Wagner e Zenaide Maia foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Humberto Costa, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas, Plínio Valério e Soraya Thronicke foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Marcelo Castro e Dário Berger foram designados membros titulares; e o Senador Eduardo Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 12/2019-GLMDB).
- Em 19.02.2019, o Senador Fernando Bezerra Coelho foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Mecias de Jesus, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 25/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Zenaide Maia para Vice-Presidente deste colegiado (Mem. 02/2019-CDR).
- Em 21.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro, designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, deixou de compor a comissão (Of. nº 06/2019-BPUB).
- Em 02.04.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-BLUNIDB).



15. Em 12.06.2019, a Senadora Leila Barros, designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, deixou de compor a comissão(Memo. nº 95/2019-GLBSI).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Elmano Ferrer foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 4/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 18.10.2019, o Senador Eduardo Braga foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 221/2019-GLMDB).
20. Em 22.10.2019, o Senador Alessandro Vieira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão(Memo. nº 131/2019-GLBSI).
21. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
22. Em 05.02.2020, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, em substituição ao Senador Elmano Férrer, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 011/2020-GLPODEMOS).
23. Em 03.03.2020, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 02/2020-BLUNIDB).
24. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
25. Em 24.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 047/2020-GLPSD).
26. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 28.09.2020, o Senador Diego Tavares foi designado membro suplente em substituição à Senadora Daniella Ribeiro, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 42/2020-GLDPP).
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 1º.01.2021, o Senador Diego Tavares licenciou-se, nos termos do art. 39, II, do Regimento Interno do Senado Federal e do art. 56, I, da Constituição Federal. (Of. nº 01/2021-GSDTAVAR)
31. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
32. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Carlos Fávaro foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLPSD).
33. Em 12.02.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro titular, e os Senadores Eduardo Girão e Flávio Arns membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPODEMOS).
34. Em 19.02.2021, os Senadores Jaques Wagner e Fernando Collor foram designados membros titulares; e os Senadores Zenaide Maia e Jean Paul Prates, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2021-BLPRD).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Plínio Valério foram designados membros titulares; e os Senadores Roberto Rocha e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 13/2021-GLPSDB).
36. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Marcelo Castro e Nilda Gondim foram designados membros titulares, e o Senador Eduardo Gomes membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 11/2021-GLMDB).
37. Em 23.02.2021, os Senadores Alessandro Vieira e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Cid Gomes, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 16/2021-BLSENIND).
38. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 24/2021-BLSENIND).
39. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 13/2021-GLDPP).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Fernando Collor e Flávio Bolsonaro a Presidente e Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Memo. 1/2021-CDR).
41. Em 04.03.2021, os Senadores Marcelo Castro, Nilda Gondim e Veneziano Vital do Rêgo foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 50/2021-GLMDB).

Secretário(a): Marcus Guevara Sousa de Carvalho

Reuniões: Quartas-Feiras 14:00 horas -

Telefone(s): 61 3303-4282

Fax: 3303-1627

E-mail: cdr@senado.gov.br



10) COMISSÃO DE AGRICULTURA E REFORMA AGRÁRIA - CRA

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) ^(12,40)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹²⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Jader Barbalho (MDB-PA) (9,37,38,44,46)	1. Senador Dário Berger (MDB-SC) (9,19,37,38,44,46)
Senador Luiz do Carmo (MDB-GO) (8,37,38,44,46)	2. Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (11,44,46)
VAGO (8,32,44)	3. VAGO (13,44)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10)	4. Senador Esperidião Amin (PP-SC) (17,37,38,44)
Senadora Kátia Abreu (PP-TO) (45)	5. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (44)
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) (6)	1. VAGO (5,35,41)
Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) (7,34)	2. Senador Alvaro Dias (PODEMOS-PR) (7,30)
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (14,25,35)	3. Senador Elmano Férrer (PP-PI) (16,22,24)
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (15,35)	4. Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (35)
PSD	
Senador Carlos Fávaro (1,23,26,33)	1. Senador Irajá (1,20,21,28,33)
Senador Sérgio Petecão (1,27,33)	2. Senador Nelsinho Trad (1,18,33)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (3,31,42)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (3)
Senador Jayme Campos (DEM-MT) (3)	2. Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (3,43)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (4,36)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4,36)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (4,36)	2. Senador Telmário Mota (PROS-RR) (4,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (2,39)	1. Senador Cid Gomes (PDT-CE) (2,29,39)
VAGO (2)	2. Senador Weverton (PDT-MA) (39)

Notas:

- Em 13.02.2019, os Senadores Lucas Barreto e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Otto Alencar, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Acir Gurgacz, Kátia Abreu e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e o Senador Veneziano Vital do Rêgo, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 10/2019-GLBSI).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Jayme Campos foram designados membros titulares; e os Senadores Zequinha Marinho e Wellington Fagundes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Telmário Mota e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-BLPRD).
- Em 13.02.2019, a Senadora Mara Gabrilli foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 09/2019-GLIDPSL).
- Em 13.02.2019, o Senador Lasier Martins foi designado membro titular, e a Senadora Rose de Freitas, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 9/2019-GABLID).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jarbas Vasconcelos e José Maranhão foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14-A/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular; e o Senador Mecias de Jesus, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, o Senador Esperidião Amin foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 14.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Soraya Thronicke e o Senador Luis Carlos Heinze o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CRA).
- Em 15.02.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 17/2019-GLDPP).



14. Em 18.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 5/2019-GSEGIRÃO).
15. Em 19.02.2019, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 22/2019-GLPSDB).
16. Em 20.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 1/2019-GSADIA).
17. Em 12.3.2019, o Senador Marcelo Castro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 39/2019-GLMDB).
18. Em 21.05.2019, o Senador Angelo Coronel foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Otto Alencar, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 106/2019-GLPSD).
19. Em 23.05.2019, o Senador Márcio Bittar foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Mécias de Jesus, para compor a comissão (Of. nº 159/2019-GLMDB).
20. Em 28.05.2019, o Senador Nelsinho Trad deixou de compor a comissão, pelo PSD, cedendo a vaga de suplente ao Partido Democratas - DEM. (Of. nº 109/2019-GLPSD).
21. Em 29.05.2019, o Senador Rodrigo Pacheco foi designado membro suplente, pelo PSD, em vaga cedida ao Partido Democratas - DEM, para compor a comissão. (Of. nº 40/2019-BLVANG).
22. Em 04.02.2020, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor a comissão, pelo PODEMOS (Of. nº 002/2020-GLPODE).
23. Em 05.02.2020, o Senador Paulo Albuquerque foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 013/2020-GLPSD).
24. Em 11.02.2020, o Senador Elmano Férrer foi designado membro suplente, para compor a comissão (Of. nº 20/2020-GLPODEMOS).
25. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
26. Em 20.04.2020, o Senador Lucas Barreto foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 050/2020-GLPSD).
27. Em 23.04.2020, o Senador Carlos Fávaro foi designado membro titular, em substituição ao Senador Sérgio Petecão, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
28. Em 23.04.2020, o Senador Sérgio Petecão foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Rodrigo Pacheco, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 55/2020-GLPSD).
29. Em 23.09.2020, o Senador Veneziano Vital do Rêgo licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
30. Em 30.09.2020, o Senador Alvaro Dias foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Rose de Freitas, pelo Podemos, para compor a comissão (Of. nº 38/2020-GLPODEMOS).
31. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
32. Em 09.02.2021, vago, em decorrência do falecimento do Senador José Maranhão, no dia 08.02.2021.
33. Em 11.02.2021, os Senadores Carlos Fávaro e Sérgio Petecão foram designados membros titulares; e os Senadores Irajá e Nelsinho Trad, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 22/2021-GLPSD).
34. Em 12.02.2021, o Senador Lasier Martins foi designado, novamente, membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a Comissão (Of. 15/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Rodrigo Cunha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 17/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares, e os Senadores Zenaide Maia e Telmário Mota membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 11/2021-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e o Senador Dário Berger, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-GLMDB).
38. Em 23.02.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, o Senador Acir Gurgacz foi designado membro titular; e os Senadores Cid Gomes e Weverton, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 19/2021-BLSENIND).
40. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Acir Gurgacz a Presidente deste colegiado.
41. Em 24.02.2021, o Senador Plínio Valério deixou o cargo de suplente na comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. nº 24/2021-GLPSDB).
42. Em 24.02.2021, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, em substituição ao Senador Chico Rodrigues, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 17/2020-BLVANG).
43. Em 24.02.2021, o Senador Chico Rodrigues foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 19/2020-BLVANG).
44. Em 24.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLMDB).
45. Em 26.02.2021, a Senadora Kátia Abreu foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 7/2021-GLDPP).
46. Em 24.03.2021, os Senadores Jader Barbalho e Luiz do Carmo foram designados membros titulares; e os Senadores Dário Berger e Rose de Freitas, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 52/2021-GLMDB).

Secretário(a): Pedro Glukhas Cassar Nunes

Reuniões: Quartas-Feiras 11:00 horas -

Telefone(s): 3303 3506

E-mail: cra@senado.gov.br



**11) COMISSÃO DE CIÊNCIA, TECNOLOGIA,
INOVAÇÃO, COMUNICAÇÃO E INFORMÁTICA - CCT**
Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) ^(1,24,28,44)

VICE-PRESIDENTE: VAGO ⁽¹³⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO) (9,40,42)	1. Senadora Simone Tebet (MDB-MS) (9,40,42)
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) (9,40,42)	2. Senador Flávio Bolsonaro (REPUBLICANOS-RJ) (9,43)
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) (6,27)	3. VAGO (9)
Senador Luis Carlos Heinze (PP-RS) (10,23)	4. Senadora Mailza Gomes (PP-AC) (5,15)
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES) (42)	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (8,38)	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) (8,38)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (8,38) (18,26)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (8,38) 3. VAGO (19,33,38)
Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (17,37)	4. Senador Flávio Arns (PODEMOS-PR) (17,37)
PSD	
Senador Angelo Coronel (2,30,31,32,36)	1. Senador Nelsinho Trad (2,3,36)
Senador Vanderlan Cardoso (2,3,36)	2. Senador Carlos Viana (2,25,32,36)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Chico Rodrigues (DEM-RR) (4,29)	1. Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) (22)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (4)	2. Senador Carlos Portinho (PL-RJ) (35)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jean Paul Prates (PT-RN) (7,39)	1. Senador Fernando Collor (PROS-AL) (7,14,20,39)
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (7,39)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (7,39)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
VAGO (11,41,46)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (12,37,41)
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) (21,41)	2. VAGO (41,45)

Notas:

- Em 13.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Vanderlan Cardoso para Presidente deste colegiado (Memo. 1/2019-CCT).
- Em 13.02.2019, os Senadores Arolde de Oliveira e Carlos Viana foram designados membros titulares; e os Senadores Ângelo Coronel e Sérgio Petecão, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº6/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, o Senador Ângelo Coronel passou a ocupar vaga de titular, em substituição ao Senador Carlos Viana, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo PSD, na comissão (Of. nº 23/2019-GLPSD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Chico Rodrigues e Wellington Fagundes foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- Em 13.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, a Senadora Daniella Ribeiro foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 13.02.2019, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLRD).
- Em 13.02.2019, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Mara Gabrilli e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 16/2019-GLPSDB).
- Em 13.02.2019, os Senadores Renan Calheiros e Eduardo Gomes foram designados membros titulares; e os Senadores Confúcio Moura, Dário Berger e Luiz do Carmo, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-GLMDB).
- Em 13.02.2019, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº s/n/2019-GLDPP).
- Em 19.02.2019, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, a CCT(Memo. nº 17/2019-GLBSI).
- Em 20.02.2019, o Senador Flávio Arns foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, em substituição ao Senador Fabiano Contarato, para compor a comissão (Memo. nº 20/2019-GLBSI).
- Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu a Senadora Selma Arruda para Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CCT).



14. Em 09.04.2019, a Senadora Renilde Bulhões foi designada membro suplente, em substituição ao Senador Fernando Collor, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 43/2019-BLPRD).
15. Em 09.04.2019, a Senadora Mailza Gomes foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, em substituição ao Senador Ciro Nogueira, para compor a comissão (Of. nº 11/2019-BLUNIDB).
16. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
17. Em 13.02.2019, o Senador Oriovisto Guimarães foi designado membro titular, e o Senador Capitão Styvenson, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 12/2019-GABLID).
18. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
19. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
20. Em 06.08.2019, o Senador Fernando Collor foi designado membro suplente, em substituição à Senadora Renilde Bulhões, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Ofício nº 70/2019-BLPRD).
21. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição ao Senador Marcos do Val (Memo. nº 115/2019-GLBSI).
22. Em 23.09.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 66/2019-BLVANG).
23. Em 03.03.2020, o Senador Luis Carlos Heinze foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão, em substituição ao Senador Vanderlan Cardoso (Of. nº 15/2020-GLDPP).
24. Em 04.03.2020, a Comissão reunida elegeu a Senadora Daniella Ribeiro para Presidente deste colegiado (Of. 2/2020-CCT).
25. Em 12.03.2020, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão, em substituição ao Senador Sérgio Petecão (Of. nº 36/2020-GLPSD).
26. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
27. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 21.01.2021.
28. Em 23.09.2020, a Senadora Daniella Ribeiro licenciou-se, nos termos do art. 43, inciso II, do Regimento Interno.
29. Em 20.10.2020, o Senador Chico Rodrigues licenciou-se, nos termos do artigo 43, II, do RISF, até 17.01.2021.
30. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
31. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro titular, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 66/2020-GLPSD).
32. Em 02.02.2021, o Senador Vanderlan Cardoso foi designado membro titular, em substituição ao Senador Carlos Portinho, e o Senador Sérgio Petecão passa a atuar como suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 5/2021-GLPSD).
33. Em 05.02.2021, o Senador Major Olímpio deixou a vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
34. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
35. Em 10.02.2021, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 03/2021-BLVANG).
36. Em 11.02.2021, os Senadores Angelo Coronel e Vanderlan Cardoso foram designados membros titulares; e os Senadores Nelsinho Trad e Carlos Viana, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPSD).
37. Em 18.02.2021, o Senador Styvenson Valentim deixa de atuar como suplente, sendo designado membro titular, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães; e o Senador Flávio Arns passa a atuar como suplente, pelo Podemos (Of. nº 12/2021-GLPODEMOS).
38. Em 19.02.2021, os Senadores Izalci Lucas e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Plínio Valério e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 11/2021-GLPSDB).
39. Em 19.02.2021, os Senadores Jean Paul Prates e Paulo Rocha foram reconduzidos como membros titulares; e os Senadores Fernando Collor e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 6/2021-BLPRD).
40. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes e Confúcio Moura foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 10/2021-GLMDB).
41. Em 23.02.2021, os Senadores Jorge Kajuru e Eliziane Gama foram designados membros titulares; e os Senadores Fabiano Contarato e Leila Barros, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 14/2021-BLSENIND).
42. Em 23.02.2021, os Senadores Eduardo Gomes, Confúcio Moura e Rose de Freitas foram designados membros titulares, e a Senadora Simone Tebet membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. 23/2021-GLMDB).
43. Em 23.02.2021, o Senador Flávio Bolsonaro foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Memo. nº 14/2021-GLDPP).
44. Em 24.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Cunha para Presidente deste colegiado.
45. Em 05.03.2021, a Senadora Leila Barros deixa de compor, como membro suplente, a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Memo. 34/2021-BLSENIND).
46. Em 10.03.2021, o Senador Jorge Kajuru deixou de compor a comissão (Memo 35/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Leomar Diniz

Reuniões: Quartas-Feiras 10:00 horas -

Telefone(s): 61 33031120

E-mail: cct@senado.leg.br



12) COMISSÃO SENADO DO FUTURO - CSF**Número de membros:** 11 titulares e 11 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ^(6,21)**VICE-PRESIDENTE:** Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ^(6,21)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁴⁾	1. Senador Marcelo Castro (MDB-PI) ⁽⁷⁾
Senador Confúcio Moura (MDB-RO) ^(7,8,9)	2.
	3.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁹⁾	1. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁹⁾
VAGO ^(11,13,20)	2. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) ⁽¹¹⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ^(1,17)	1. Senador Angelo Coronel ^(1,14,15,17)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Zequinha Marinho (PSC-PA) ^(2,5)	1. Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁵⁾
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ^(3,18)	1. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ^(3,18)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹²⁾	1.
Senador Jorge Kajuru (PODEMOS-GO) ⁽¹²⁾	2.

Notas:

- *. A 11ª vaga de titular e suplente deste colegiado é compartilhada pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática e pelo PSD.
- 1. Em 13.02.2019, o Senador Izalci foi designado membro titular; e o Senador Arolde de Oliveira, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 30/2019-GLPSD).
- 2. Em 13.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).
- 3. Em 13.02.2019, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular; e a Senadora Zenaide Maia, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 10/2019-BLPRD).
- 4. Em 13.02.2019, o Senador Mecias de Jesus foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2019-GLMDB).
- 5. Em 19.02.2019, o Senador Zequinha Marinho foi designado membro titular, em substituição ao Senador Wellington Fagundes, que passa a atuar como suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 15/2019).
- 6. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu os Senadores Mecias de Jesus e Zequinha Marinho o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2019-CSF).
- 7. Em 26.02.2019, o Senador Marcio Bittar foi designado membro titular, e o Senador Marcelo Castro, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 35/2019-GLMDB).
- 8. Em 06.06.2019, o Senador Marcio Bittar, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (Of. nº 163/2019-GLMDB).
- 9. Em 21.06.2019, o Senador Confúcio Moura foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a Comissão (Of. nº 181/2019-GLMDB).
- 10. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixa de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
- 11. Em 14.02.2019, o Senador Capitão Styvenson foi designado membro titular; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019).
- 12. Em 27.08.2019, a Senadora Eliziane Gama e o Senador Jorge Kajuru foram designados membros titulares, pelo Bloco Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 116/2019-GLBSI).
- 13. Em 10.09.2019, o Senador Alvaro Dias foi designado membro titular em substituição ao Senador Styvenson Valentim, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 100/2019-GLPODEMOS).
- 14. Em 22.10.2020, vago, em decorrência do falecimento do Senador Arolde de Oliveira, no dia 21.10.2020.
- 15. Em 10.11.2020, o Senador Carlos Portinho foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 69/2019-GLPSD).
- 16. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL(OF. 2/2021-GLPODEMOS).
- 17. Em 11.02.2021, o Senador Omar Aziz foi designado membro titular e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 24/2021-GLPSD).
- 18. Em 19.02.2021, o Senador Rogério Carvalho foi designado membro titular, e a Senadora Zenaide Maia membro suplente, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. 12/2021-BLPRD).
- 19. Em 19.02.2021, o Senador Izalci Lucas foi designado membro titular; e o Senador Plínio Valério, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPSDB).



20. Em 22.02.2021, o Senador Alvaro Dias deixa de compor, como titular, a comissão, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 19/2021-GLOPODEMOS)
21. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu os Senadores Izalci Lucas e Mecias de Jesus o Presidente e o Vice-Presidente, respectivamente, deste colegiado (Of. 1/2021-CSF).

Secretário(a): Andréia Mano
Telefone(s): 61 3303-4488
E-mail: csf@senado.leg.br



**13) COMISSÃO DE TRANSPARÊNCIA, GOVERNANÇA,
FISCALIZAÇÃO E CONTROLE E DEFESA DO CONSUMIDOR - CTFC**

Número de membros: 17 titulares e 17 suplentes

PRESIDENTE: Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ⁽³⁹⁾

VICE-PRESIDENTE: Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ^(9,39)

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) (5,38)	1. Senador Renan Calheiros (MDB-AL) (6,38)
Senador Dário Berger (MDB-SC) (5,12,38)	2. VAGO (5,38)
Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) (5,38)	3. VAGO (5,11,25,29)
Senador Ciro Nogueira (PP-PI) (8)	4.
	5.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) (4,35)	1. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (4,35)
Senador Rodrigo Cunha (PSDB-AL) (4,13,35)	2. Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) (4,13,35)
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) (20,28,31,37)	3. Senador Eduardo Girão (PODEMOS-CE) (21,37)
Senador Reguffe (PODEMOS-DF) (18,23,34)	4. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) (18,19,24,34)
PSD	
Senador Irajá (1,33)	1. Senador Nelsinho Trad (1,22,27,33)
VAGO (1)	2. VAGO (1)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
VAGO (2,30)	1. Senador Jorginho Mello (PL-SC) (7)
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) (2,7)	2. Senador José Serra (PSDB-SP) (14,15,16)
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Paulo Rocha (PT-PA) (3,36)	1. Senador Humberto Costa (PT-PE) (3,36)
Senador Telmário Mota (PROS-RR) (3,36)	2. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3,36)
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP) (26,40)	1. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) (10,40)
Senador Acir Gurgacz (PDT-RO) (40)	2. VAGO
Notas:	
1. Em 13.02.2019, os Senadores Ângelo Coronel e Otto Alencar foram designados membros titulares; e os Senadores Carlos Viana e Omar Aziz, membros suplentes, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 14/2019-GLPSD).	
2. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Pacheco e Jorginho Mello foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 4/2019).	
3. Em 13.02.2019, os Senadores Humberto Costa e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Paulo Rocha e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 8/2019-BLPRD).	
4. Em 13.02.2019, os Senadores Rodrigo Cunha e Mara Gabrilli foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSD/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 19/2019-GLPSDB).	
5. Em 13.02.2019, os Senadores Fernando Bezerra Coelho, José Maranhão e Márcio Bittar foram designados membros titulares; e os Senadores Eduardo Braga e Eduardo Gomes, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15-A/2019-GLMDB).	
6. Em 13.02.2019, o Senador Renan Calheiros foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2019-GLDPP).	
7. Em 14.02.2019, o Senador Wellington Fagundes foi designado membro titular; e o Senador Jorginho Mello, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 11/2019).	
8. Em 20.02.2019, o Senador Ciro Nogueira foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 21/2019-GLDPP).	
9. Em 26.02.2019, a Comissão reunida elegeu o Senador Rodrigo Pacheco o Vice-Presidente deste colegiado (Memo. 3/2019-CTFC).	
10. Em 12.03.2019, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro suplente, em substituição a Senadora Leila Barros, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 59/2019-GLBSI).	
11. Em 20.03.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro suplente, em substituição ao Senador Eduardo Gomes, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 78/2019-GLMDB).	
12. Em 02.04.2019, o Senador Dário Berger foi designado membro titular, em substituição ao Senador José Maranhão, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 138/2019-GLMDB).	



13. Em 20.05.2019, o Senador Roberto Rocha foi designado membro titular para compor a Comissão, em substituição à Senadora Mara Gabrilli, que passou a ocupar vaga de suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 76/2019-GLPSDB).
14. Em 04.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (Of. nº 46/2019-BLVANG).
15. Em 09.07.2019, o Bloco Parlamentar Vanguarda cedeu, provisoriamente, a segunda vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL, ficando seu efeito a cessão do Of. nº 46/2019-BLVANG (Of. nº 48/2019-BLVANG).
16. Em 10.07.2019, o Senador José Serra foi designado membro suplente para compor a Comissão, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, que cedeu a vaga de suplência ao Bloco Parlamentar PSDB/PSL (Of. nº 86/2019-GLPSDB).
17. Em 09.07.2019, o PODEMOS deixou de compor o Bloco Parlamentar PSDB/PODEMOS/PSL (Of. s/n de 02.07.2019)
18. Em 13.02.2019, o Senador Eduardo Girão foi designado membro titular, e o Senador Oriovisto Guimarães, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Memo. nº 13/2019-GABLID).
19. Em 20.02.2019, a Senadora Rose de Freitas foi designada membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, em substituição ao Senador Oriovisto Guimarães, para compor a comissão (Memo. nº 16/2019-GABLID).
20. Em 14.02.2019, a Senadora Selma Arruda foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 08/2019-GLIDPSL).
21. Em 14.02.2019, o Senador Major Olímpio foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PODE/PSL, para compor a comissão (Of. nº 07/2019-GLIDPSL).
22. Em 03.09.2019, o Senador Carlos Viana, membro suplente pelo PSD, deixou de compor a comissão (Of. nº 134/2019-GLPSD).
23. Em 24.09.2019, o Senador Reguffe foi designado membro titular, pelo PODEMOS, em substituição ao Senador Eduardo Girão, para compor a comissão (Of. nº 108/2019-GLPODEMOS).
24. Em 29.10.2019, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo PODEMOS, em substituição à Senadora Rose de Freitas, para compor a comissão (Of. nº 115/2019-GLPODEMOS).
25. Em 27.11.2019, o Senador Luiz Pastore foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 235/2019-GLMDB).
26. Em 05.02.2020, o Senador Jorge Kajuru, membro titular, deixou de compor a comissão, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente (Of. nº 004/2020-BLSENIND).
27. Em 03.03.2020, o Senador Irajá foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 26/2020-GLPSD).
28. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.
29. Em 25.03.2020, vago, em função do retorno do titular.
30. Em 01.02.2021, O Senador Rodrigo Pacheco deixa de compor a Comissão, em virtude de ter sido eleito Presidente do Senado Federal para o Biênio 2021/2022, nos termos do art. 77, § 1, do RISF.
31. Em 05.02.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 18/2021-GSOLIMPI).
32. Em 10.02.2021, o PODEMOS retorna ao Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (Of. 2/2021-GLPODEMOS).
33. Em 11.02.2021, o Senador Irajá foi designado membro titular e o Senador Nelsinho Trad, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPSD).
34. Em 18.02.2021, o Senador Reguffe foi designado membro titular e o Senador Styvenson Valentim, membro suplente, pelo PODEMOS, para compor a comissão (Of. nº 16/2021-GLPODEMOS).
35. Em 19.02.2021, os Senadores Mara Gabrilli e Rodrigo Cunha foram designados membros titulares; e os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 20/2021-GLPSDB).
36. Em 19.02.2021, os Senadores Paulo Rocha e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Humberto Costa e Rogério Carvalho, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 13/2019-BLPRD).
37. Em 22.02.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, em substituição à Senadora Soraya Thronicke; e o Senador Eduardo Girão, membro suplente, em substituição do Senador Major Olímpio, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Ofício nº 17/2021-GLPODEMOS).
38. Em 22.02.2021, os Senadores Eduardo Braga, Dário Berger e Fernando Bezerra Coelho foram designados membros titulares; e o Senador Renan Calheiros, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 15/2021-GLMDB).
39. Em 23.02.2021, a Comissão reunida elegeu o Senador Reguffe a Presidente e o Senador Marcos do Val a Vice-Presidente deste colegiado (Of. 1/2021-CTFC).
40. Em 23.02.2021, os Senadores Randolfe Rodrigues e Acir Gurgacz foram designados membros titulares, e o Senador Fabiano Contarato, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. 20/2021-BLSENIND).

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



13.1) SUBCOMISSÃO TEMPORÁRIA SOBRE A QUALIDADE DOS GASTOS PÚBLICOS E COMBATE À CORRUPÇÃO

Finalidade: Subcomissão criada pelo REQ 04, de 2019-CTFC, com a finalidade de debater e avaliar a qualidade dos gastos públicos e as medidas de governança e combate à corrupção.

(Requerimento 4, de 2019)

Número de membros: 3 titulares e 3 suplentes

PRESIDENTE: Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP)⁽²⁾

Instalação: 03/09/2019

Prazo final: 10/07/2020

TITULARES	SUPLENTES
VAGO ^(1,5)	1. Senador Reguffe (PODEMOS-DF) ^(1,3,4)
Senadora Mara Gabrilli (PSDB-SP) ⁽¹⁾	2. Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽¹⁾
Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁾	3.

Notas:

1. Em 02.07.2019, as Senadoras Juíza Selma, Mara Gabrilli e Eliziane Gama foram designadas membros titulares; e os Senadores Eduardo Girão e Izalci Lucas, membros suplentes, para compor o Colegiado (Memorando nº 29/2019-CTFC)
2. Em 03.09.2019, a Subcomissão reunida elegeu a Senadora Mara Gabrilli presidente do colegiado (Of. 34/2019-CTFC)
3. Em 25.09.2019, o Senador Eduardo Girão, membro suplente, deixou de compor o Colegiado, pois não pertence mais ao quadro da CTFC (Memorando nº 05/2019-CTFCGPCC)
4. Em 12.02.2020, o senador Reguffe foi designado membro suplente na subcomissão (Of. nº 1/2020-CTFCGPCC).
5. Vago, em virtude do Ato n. 8/2020, que declara a perda de mandato de Senadora da República da Senhora Selma Rosane Santos Arruda, em cumprimento ao disposto no inciso V do caput do referido art. 55 da Constituição Federal, publicado em 16/04/2020.

Secretário(a): Oscar Perné do Carmo Júnior

Reuniões: Terças-feiras 11:30 horas -

Telefone(s): 61 33033519

E-mail: ctfc@senado.leg.br



14) COMISSÃO DE SEGURANÇA PÚBLICA - CSP**Número de membros:** 19 titulares e 19 suplentes**PRESIDENTE:** Senador Omar Aziz (PSD-AM) ⁽¹⁰⁾**VICE-PRESIDENTE:** Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁰⁾

TITULARES	Suplentes
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Eduardo Braga (MDB-AM) ⁽⁹⁾	1. Senador Fernando Bezerra Coelho (MDB-PE) ⁽⁹⁾
Senadora Simone Tebet (MDB-MS) ⁽⁹⁾	2.
Senador Renan Calheiros (MDB-AL) ⁽⁹⁾	3.
Senador Mecias de Jesus (REPUBLICANOS-RR) ⁽⁹⁾	4.
Senadora Daniella Ribeiro (PP-PB) ⁽⁶⁾	5.
Senador Elmano Férrer (PP-PI) ⁽⁶⁾	6.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Marcos do Val (PODEMOS-ES) ⁽¹⁾	1. Senador Lasier Martins (PODEMOS-RS) ⁽¹¹⁾
Senadora Soraya Thronicke (PSL-MS) ⁽⁸⁾	2. Senador Styvenson Valentim (PODEMOS-RN) ⁽¹²⁾
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) ⁽³⁾	3. Senador Tasso Jereissati (PSDB-CE) ⁽³⁾
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA) ⁽³⁾	4. Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽³⁾
PSD	
Senador Omar Aziz ⁽²⁾	1. Senador Angelo Coronel ⁽²⁾
Senador Otto Alencar ⁽²⁾	2. Senador Nelsinho Trad ⁽¹³⁾
Senador Carlos Viana ⁽²⁾	3.
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Wellington Fagundes (PL-MT) ⁽⁴⁾	1.
Senador Marcos Rogério (DEM-RO) ⁽⁴⁾	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Rogério Carvalho (PT-SE) ⁽⁷⁾	1. Senador Jean Paul Prates (PT-RN) ⁽⁷⁾
Senador Telmário Mota (PROS-RR) ⁽⁷⁾	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) ⁽⁷⁾
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Fabiano Contarato (REDE-ES) ^(5,14)	1. Senadora Eliziane Gama (CIDADANIA-MA) ⁽¹⁴⁾
Senador Alessandro Vieira (CIDADANIA-SE) ⁽⁵⁾	2.
Notas:	
1. Em 16.03.2021, o Senador Marcos do Val foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 28/2021-GLPODEMOS).	
2. Em 16.03.2021, os Senadores Omar Aziz, Otto Alencar e Carlos Viana foram designados membros titulares; e o Senador Angelo Coronel, membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 40/2021-GLPSD).	
3. Em 16.03.2021, os Senadores Izalci Lucas e Roberto Rocha foram designados membros titulares; e os Senadores Tasso Jereissati e Plínio Valério, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 42/2021-GLPSDB).	
4. Em 17.03.2021, os Senadores Wellington Fagundes e Marcos Rogério foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Vanguarda, para compor a comissão (Of. nº 25/2021-BLVANG).	
5. Em 22.03.2021, os Senadores Eliziane Gama e Alessandro Vieira foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão (Memo. nº 38/2021-BLSENIND).	
6. Em 22.03.2021, os Senadores Daniella Ribeiro e Elmano Férrer foram designados membros titulares, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 18/2021-GLDPP).	
7. Em 23.03.2021, os Senadores Rogério Carvalho e Telmário Mota foram designados membros titulares; e os Senadores Jean Paul Prates e Zenaide Maia, membros suplentes, pelo Bloco Parlamentar Resistência Democrática, para compor a comissão (Of. nº 19/2021-GLPRD).	
8. Em 23.03.2021, a Senadora Soraya Thronicke foi designada membro titular, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 14/2021-BLPPP).	
9. Em 23.03.2021, os Senadores Eduardo Braga, Simone Tebet, Renan Calheiros e Mecias de Jesus foram designados membros titulares, e o Senador Fernando Bezerra Coelho, membro suplente, pelo Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil, para compor a comissão (Of. nº 51/2021-GLMDB).	
10. Em 24.03.2021, a Comissão reunida elegeu, respectivamente, os Senadores Omar Aziz e Marcos do Val a Presidente e Vice-Presidente deste colegiado (Of. nº 1/2021-CSP).	
11. Em 24.03.2021, o Senador Lasier Martins foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 32/2021-GLPODEMOS).	



12. Em 24.03.2021, o Senador Styvenson Valentim foi designado membro suplente, pelo Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL, para compor a comissão (Of. nº 33/2021-GLPODEMOS).
13. Em 24.03.2021, o Senador Nelsinho Trad foi designado membro suplente, pelo PSD, para compor a comissão (Of. nº 43/2021-GLPSD).
14. Em 25.03.2021, o Senador Fabiano Contarato foi designado membro titular, pelo Bloco Parlamentar Senado Independente, para compor a comissão, em substituição à Senadora Eliziane Gama, que passa a ocupar vaga de membro suplente (Memo. nº 39/2021-BLSENIND).

Secretário(a): VAGO

Reuniões: Quintas-feiras às 9:00hs -



CONSELHOS e ÓRGÃOS

1) CORREGEDORIA PARLAMENTAR

(Resolução do Senado Federal nº 17, de 1993)

SENADORES	CARGO
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	CORREGEDOR
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO
	CORREGEDOR SUBSTITUTO

Atualização: 27/06/2017

Notas:

1. Eleito na Sessão do Senado Federal de 18 de setembro de 2019.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



2) CONSELHO DE ÉTICA E DECORO PARLAMENTAR
(Resolução do Senado Federal nº 20, de 1993)

Número de membros: 15 titulares e 15 suplentes

PRESIDENTE: Senador Jayme Campos (DEM-MT)

VICE-PRESIDENTE: Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)

1ª Eleição Geral: 19/04/1995	7ª Eleição Geral: 14/07/2009
2ª Eleição Geral: 30/06/1999	8ª Eleição Geral: 26/04/2011
3ª Eleição Geral: 27/06/2001	9ª Eleição Geral: 06/03/2013
4ª Eleição Geral: 13/03/2003	10ª Eleição Geral: 02/06/2015
5ª Eleição Geral: 23/11/2005	11ª Eleição Geral: 30/05/2017
6ª Eleição Geral: 06/03/2007	

TITULARES	SUPLENTES
Corregedor do Senado (art. 25 da Resolução nº 20/93)	
Senador Roberto Rocha (PSDB-MA)	
Bloco Parlamentar Unidos pelo Brasil (MDB, PP, REPUBLICANOS)	
Senador Ciro Nogueira (PP-PI)	1. Senador Vanderlan Cardoso (PSD-GO)
Senador Eduardo Gomes (MDB-TO)	2.
Senador Marcelo Castro (MDB-PI)	3.
VAGO (1)	4.
Bloco Parlamentar PODEMOS/PSDB/PSL (PODEMOS, PSDB, PSL)	
Senador Izalci Lucas (PSDB-DF) (2)	1.
Senador Major Olímpio (Sem Partido-SP)	2.
Bloco Parlamentar Senado Independente (PDT, CIDADANIA, REDE, PSB)	
Senador Veneziano Vital do Rêgo (MDB-PB)	1. Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)
Senador Weverton (PDT-MA)	2. Senador Fabiano Contarato (REDE-ES)
Bloco Parlamentar Vanguarda (DEM, PL, PSC)	
Senador Jayme Campos (DEM-MT)	1.
VAGO (5)	2.
Bloco Parlamentar da Resistência Democrática (PT, PROS)	
Senador Jaques Wagner (PT-BA)	1. Senador Rogério Carvalho (PT-SE) (3)
Senador Telmário Mota (PROS-RR)	2. Senadora Zenaide Maia (PROS-RN) (4)
PODEMOS	
Senador Marcos do Val (ES)	1. Senador Eduardo Girão (CE)

Atualização: 07/06/2017

Notas:

1. Vago devido à renúncia do Senador Confúcio Moura, de acordo com o Memorando - MEMO nº048/2019 - GSMOURA, data: 25/09/2019.
2. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do PSDB, Roberto Rocha, por meio do Ofício nº 109/2019 - GLPSDB.
3. Senador eleito na sessão do dia 25/09/2019, indicado pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
4. Senadora eleita na sessão do dia 25/09/2019, indicada pelo líder do Bloco Parlamentar da Resistência Democrática, Paulo Rocha, por meio do Ofício nº 095/2019 - BLPRD.
5. Vago devido ao pedido de desligamento imediato do Senador Chico Rodrigues, de acordo com o Ofício nº37/2020 - GSCRODR, data: 19/10/2020.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento - SAOP

Endereço: Senado Federal - Anexo Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5258

E-mail: saop@senado.leg.br



3) CONSELHO DE ESTUDOS POLÍTICOS*(Ato da Comissão Diretora nº 21, de 2006, Portaria do Presidente nº 7, de 2019)***PRESIDENTE:**Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)

MEMBROS

DEM

Senador Rodrigo Pacheco (MG)

PSD

Senador Irajá (TO)

PSDB

Senador Antonio Anastasia (PSD-MG)



4) PROCURADORIA ESPECIAL DA MULHER
(Resolução do Senado Federal nº 9, de 2013)

SENADOR	CARGO
Senadora Rose de Freitas (MDB-ES)	PROCURADORA

Atualização: 03/02/2017

SECRETARIA GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Conselhos e Órgãos do Parlamento

Endereço: Senado Federal - Anexo II - Térreo

Telefone(s): (61) 3303-5255

Fax: (61) 3303-5260

E-mail: scop@senado.leg.br



5) OUVIDORIA DO SENADO FEDERAL

(Resolução do Senado Federal nº 01, de 2005, regulamentada pelo Ato da Comissão Diretora nº 05, de 2005)

SENADOR	CARGO
Senador Plínio Valério (PSDB-AM) ⁽¹⁾	OUVIDOR-GERAL

Atualização: 26/02/2019

Notas:

- Designado por meio da Portaria do Presidente do Senado Federal nº1, de 2021.

SECRETARIA-GERAL DA MESA

Secretaria de Apoio a Órgãos do Parlamento (SAOP)

Endereço: Senado Federal - Edifício Principal - Térreo

Telefone(s): 3303-5255

E-mail: saop@senado.leg.br



6) CONSELHO EDITORIAL DO SENADO FEDERAL
(Portaria do Presidente Nº 10, 2019)

Número de membros: 1 titulares

PRESIDENTE: Senador Randolfe Rodrigues (REDE-AP)

MEMBROS

REDE

Senador Randolfe Rodrigues (AP)



7) COMENDA DE INCENTIVO À CULTURA LUÍS DA CÂMARA CASCUDO
(Resolução do Senado Federal nº 7, de 2018)

PRESIDENTE:
VICE-PRESIDENTE:



Fale com o Senado
0800 61 2211

 /senadofederal
 @senadofederal

Secretaria-Geral da Mesa
Secretaria de Atas e Diários

SENADO
FEDERAL

